



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO**

ANA PAULA PROCOPIO DA SILVA

**O CONTRÁRIO DE “CASA GRANDE” NÃO É SENZALA. É QUILOMBO!
A CATEGORIA PRÁXIS NEGRA NO PENSAMENTO SOCIAL DE CLÓVIS MOURA**

**Rio de Janeiro
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO**

ANA PAULA PROCOPIO DA SILVA

**O CONTRÁRIO DE “CASA GRANDE” NÃO É SENZALA. É QUILOMBO!
A CATEGORIA PRÁXIS NEGRA NO PENSAMENTO SOCIAL DE CLÓVIS MOURA**

Orientador
Prof. Dr. Mauro Luís Iasi

**Rio de Janeiro
2017**

ANA PAULA PROCOPIO DA SILVA

**O CONTRÁRIO DE “CASA GRANDE” NÃO É SENZALA. É QUILOMBO!
A CATEGORIA PRÁXIS NEGRA NO PENSAMENTO SOCIAL DE CLÓVIS MOURA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação do Professor Doutor Mauro Luis Iasi.

**Rio de Janeiro
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

P963c Procopio, Ana Paula
O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura / Ana Paula Procopio. -- Rio de Janeiro, 2017.
291 f.

Orientador: Mauro Iasi.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2017.

1. Clóvis Moura. 2. Pensamento social brasileiro. 3. Marxismo. 4. Relações étnico-raciais. 5. Serviço Social. I. Iasi, Mauro , orient. II. Título.

ANA PAULA PROCOPIO DA SILVA

**O CONTRÁRIO DE “CASA GRANDE” NÃO É SENZALA. É QUILOMBO!
A CATEGORIA PRÁXIS NEGRA NO PENSAMENTO SOCIAL DE CLÓVIS MOURA**

Aprovada em: 29/11/2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mauro Luís Iasi (Orientador) - ESS/UFRJ

Prof.^a Dr.^a Sara Aparecida Granemann - ESS/UFRJ

Prof.^a Dr.^a Magali da Silva Almeida - IPS/UFBA

Prof.^a Dr.^a Elielma Ayres Machado - EDU/UERJ

Prof. Dr. Fabio Nogueira de Oliveira - DCHT/UNEB

Suplentes:

Prof.^a Dr.^a Maria das Dores Campos Machado - ESS/UFRJ

Prof.^a Dr.^a Maria Alice Rezende Gonçalves – EDU/UERJ

Rio de Janeiro
2017

AGRADECIMENTOS

Caminhante não há caminho, faz-se o caminho ao andar. E no meu caminho encontrei pessoas muito bacanas e cada uma ao seu modo contribuiu para que eu chegasse até aqui. E essas são as razões pelas quais agradeço:

À minha família na figura da minha mãe Maria Nazareth e da minha avó Maria pelos exemplos de força de vida.

Aos meus amigos Aline e Joílson pela *consolidação do enraizamento* de uma longa amizade.

À amiga de fé (literalmente) Rosângela, muita gratidão pela temporada em Santa Teresa.

Às amigas *crocodilas da Uerj*: Denise, Livinha, Lisamar, Melissa, Rosângela, Valéria e Verônica. Éramos feministas libertárias e nem sabíamos.

Às *cumadis* Rosane e Lisamar. Gratidão pelos meus lindos afilhados Daniela e Jorge Luz.

Às mestras que se tornaram amigas Magali e Marilda. Gratidão pela sabedoria e generosidade com que sempre compartilharam conhecimento e afeto.

Às companheiras de luta antirracista: Sheila e Roseli. Muito ainda está por vir.

Ao mestre que se tornou amigo e companheiro de coordenação do PROAFRO, Marco José. Gratidão por fazer parte da minha trajetória acadêmica e profissional.

Às professoras componentes da banca: Magali da Silva Almeida, Elielma Ayres Machado, Sara Granemann e Fabio Nogueira de Oliveira. Gratidão pelo compromisso acadêmico e pelas valiosas contribuições.

Às professoras suplentes da banca: Maria Alice Rezende Gonçalves e Maria das Dores Campos Machado. Gratidão pela disponibilidade.

Ao meu orientador Mauro Iasi. Gratidão por aceitar o desafio de me acompanhar nessa empreitada.

Negros

*Negros que escravizam
e vendem negros na África
não são meus irmãos
Negros senhores na América
a serviço do capital
não são meus irmãos
Negros opressores
em qualquer parte do mundo
não são meus irmãos
Só os negros oprimidos
escravizados
em luta por liberdade
são meus irmãos
Para estes tenho um poema
grande como o Nilo.
Solano Trindade*

RESUMO

SILVA, Ana Paula Procopio da. O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGESS-UFRJ, 2017.

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa sobre o pensamento social do sociólogo e historiador Clóvis Moura (1925-2003), intelectual cuja trajetória pessoal e política articula-se aos seus esforços metodológicos para demonstrar a dinâmica da história em termos das suas forças sociais e assim contribuir para a transformação radical da sociedade. A pesquisa teve como objetivo identificar e analisar nas obras do autor a apropriação do método dialético e da teoria marxista no desenvolvimento de suas teses sobre as resistências negras durante o escravismo e no pós-abolição como estruturantes da dinâmica entre relações raciais e classes sociais no Brasil. E ainda investigar a hipótese de que as mediações realizadas por Moura a partir das categorias totalidade, modo de produção, dialética, alienação, contradição e práxis derivaram na construção de uma categoria de análise nova que abrange as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, a *práxis negra*. Para tal, acessamos o conjunto de sua produção intelectual e através da construção de parâmetros metodológicos selecionamos para análise cinco livros no período compreendido entre 1959 e 1994: *Rebeliões da senzala* (1959; 1988 – 4 ed.), *O negro, de bom escravo à mau cidadão?* (1977), *A sociologia posta em questão* (1978), *Sociologia do negro brasileiro* (1988a), *Dialética radical do Brasil negro* (1994) para captar o movimento de seu pensamento. Pretendemos que a tese contribua para a politização do enfrentamento ao racismo, na sua forma específica de naturalização da vida social, o que requer sua contextualização como questão racial nas relações sociais e a difusão de conhecimentos que desvendem criticamente suas origens históricas.

Palavras-Chave: Classes sociais; Clóvis Moura; Escravidão; Marxismo; Pensamento social brasileiro; Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

SILVA, Ana Paula Procopio da. The opposite of "big house" is not senzala. It's a quilombo! The category black praxis in the social thought of Clóvis Moura. Doctoral thesis. Rio de Janeiro: PPGESS-UFRJ, 2017.

This work presents the results of the research on social thinking of the sociologist and historian Clóvis Moura (1925-2003), an intellectual whose personal and political trajectory articulates with his methodological efforts to demonstrate the dynamics of history in terms of his social forces and thus contribute to the radical transformation of society. The research aimed to identify and analyze in the author's works the appropriation of the dialectical method and Marxist theory in the development of his theses on the black resistance during slavery and post-abolition as structuring of the dynamics between racial relations and social classes in Brazil. We also investigate the hypothesis that the mediations made by Moura from the categories totality, mode of production, dialectic, alienation, contradiction and praxis have led to the construction of a new category of analysis that encompasses the particularities of Brazilian socio-historical formation, black praxis To this end, we access the set of his intellectual production and through the construction of methodological parameters we selected five books in the period between 1959 and 1994: *Rebellions of the Senzala* (1959, 1988 - 4 ed.), *The Negro, a good slave to bad citizen* (1977), *Sociology put into question* (1978), *Sociology of the Brazilian Negro* (1988a), *Radical Dialectic of Black Brazil* (1994) to capture the movement of his thought. We want the thesis to contribute to the politicization of confronting racism, in its specific form of naturalization of social life, which requires its contextualization as a racial issue in social relations and the dissemination of knowledge that critically unveils its historical origins.

Keywords: Social classes; Clóvis Moura; Slavery; Marxism; Brazilian social thought; Ethnic-racial relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. O RACISMO COMO ELEMENTO ESTRUTURAL DO CAPITALISMO	31
1.1. Formação e estruturação racial do pensamento social brasileiro.	39
2. ALGUMAS CATEGORIAS E DESAFIOS METODOLÓGICOS.....	58
2.1. Breve sistematização das categorias e suas apreensões por Moura.....	61
3. O CONHECIMENTO NA REFLEXÃO E AÇÃO CRÍTICAS SOBRE A REALIDADE - Contribuições da pesquisa para a formação em Serviço Social	78
3.1. Educação das relações raciais: estratégia de universalização do antirracismo na sociedade brasileira.....	79
3.2. Os núcleos de fundamentação e as possibilidades para uma educação das relações étnico-raciais no Serviço Social	85
4. CLÓVIS MOURA: Teoria e método na construção de um pensamento social marxista sobre o Brasil.....	106
4.1. Rebeliões da Senzala - Os elementos socioeconômicos e estruturais das resistências negras	107
4.2. O negro: de bom escravo a mau cidadão? O racismo como estratégia de imobilismo social	137
4.3. A sociologia posta em questão – Por uma sociologia da práxis para a produção do conhecimento.....	147
4.4. Sociologia do negro brasileiro – A práxis negra e a dinâmica dos movimentos negros no pós-abolição.....	169
4.5. Dialética radical do Brasil negro - Uma interpretação sociológica para a transformação das relações raciais e sociais	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
REFERÊNCIAS.....	228
APÊNDICES	241
ANEXOS	268

INTRODUÇÃO

A tese que ora apresentamos identifica e analisa no pensamento do sociólogo e historiador Clóvis Steigner Moura (1925-2003) a apropriação do método dialético e da teoria marxista no desenvolvimento de suas proposições sobre as resistências negras durante o escravismo e no pós-abolição, pensadas como estruturantes da dinâmica entre relações raciais e classes sociais no Brasil. E demonstra a hipótese de que as mediações e aproximações da realidade efetuadas por Moura a partir das categorias totalidade, modo de produção, dialética, alienação, contradição e práxis derivaram na construção de uma categoria de análise nova, capaz de abranger as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, a *práxis negra*.

Porém, na tradição do autor que escolhemos pesquisar, acrescentamos que nossos objetivos nesta tese se completam articulados a outro, o combate ao racismo¹, na sua forma específica de naturalização da vida social. E acreditamos que a politização do enfrentamento ao racismo requer a sua contextualização como questão racial nas relações sociais e a construção de conhecimentos que desvendem criticamente suas origens históricas.

Conhecer a realidade, explicar os fenômenos que rodeiam as ações cotidianas, entender o lugar dos sujeitos na organização das sociedades e identificar os mecanismos de poder, controle e reprodução presentes nas relações sociais são alguns dos aspectos da existência humana para os quais a ciência constrói explicações. Porém, entendemos que o conhecimento científico não é exclusivo,

¹ De acordo com a definição de Munanga (2003, p. 25), com que temos acordo: “[...]. Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre raça e racismo, este seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas os suportes das características psicológicas, morais e intelectuais e estéticas que se situam numa escala de valores desiguais. Visto desse ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em sua concepção é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.”

conclusivo e muito menos definitivo. E porque lidamos com o princípio de construção de conhecimento presumimos que não há uma realidade em essência a ser desvelada como verdade absoluta. Por outro lado, o campo científico possui uma normatividade “com uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para compreensão do mundo, das coisas, dos fenômenos, dos processos e das relações”, que é “utilizada de forma coerente, controlada e instituída por uma comunidade que a controla e administra sua reprodução” (Minayo, 2008, p.10).

Contudo, ocorrem aspectos da realidade que ao serem revelados exigem outras direções para o conhecimento. Isso porque o campo científico (e a própria ideia de Ciência), como expressão da vida em sociedade é permeado por conflitos e contradições. Daí deriva um questionamento importante sobre a cientificidade. *Fazer ciência é chegar em uma verdade absoluta, inquestionável? Acreditamos que não e ao mesmo tempo afirmamos a possibilidade de produzir um conhecimento científico porque,*

[...] a ideia da cientificidade comporta, ao mesmo tempo, um polo de unidade e um polo de diversidade. Ou seja, existe a possibilidade de encontramos semelhanças relativamente profundas em todos os empreendimentos que se instituíram a partir da ideia geral de um conhecimento construído por meio de conceitos, seja de caráter sistemático, seja de caráter exploratório e dinâmico. Essa ideia representa uma tradição geral de auto-regulação do processo de construção do conhecimento. Mas, por outro lado, a cientificidade não pode ser reduzida a uma forma determinada de conhecer: ela pré-contém, por assim dizer, diversas maneiras concretas e potenciais de realização. (BRUYNE et al apud MINAYO, 2008, p. 10).

Outra ponderação importante que complementa nossa argumentação é sobre a relação entre as ciências sociais e as ciências naturais e a questão da objetivação e da neutralidade.

Todas as ciências, mesmo as denominadas como naturais, são construções humanas, isso significa que os indivíduos são os agentes de sua produção. E ainda que o objeto natureza pareça imutável e as descobertas sobre o seu funcionamento sejam reivindicadas como neutras, isso não corresponde totalmente ao que ocorre na realidade. Por exemplo, na área da física quântica, o aprofundamento de abordagens complexas tem transformado concepções cristalizadas sobre as ideias de espaço, de tempo e de relações sujeito-objeto. Assim, o que no passado foi reconhecido como invariável, hoje é identificado como algo que só conseguia ser visto de determinada

maneira porque não haviam sido criados instrumentos que permitissem um olhar ampliado sobre tal objeto.

Ciências naturais e sociais tem objetivações próprias (e os métodos são demarcadores dessas diferenças), mas não dispensam a subjetividade, o que em nosso entendimento retira de ambas quaisquer expectativas de neutralidade.

A cientificidade, portanto, tem que ser pensada como uma ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos. A história da ciência revela não um “a priori”, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade do processo de conhecimento. (MINAYO, 2008, p. 11)

Não existe uma ciência neutra. Toda ciência principia e é atravessada por interesses e visões de mundo historicamente concebidas e suas contribuições e efeitos teóricos e técnicos ultrapassam as intenções de seus criadores. As ciências sociais vivenciam esta condição mais intensamente porque a relação entre o pesquisador e seu campo de estudos se expressa imediatamente. E nas ciências físicas e biológicas, pela natureza do objeto, a ideologia fica oculta, por exemplo, na pressuposição técnica da escolha de temas considerados relevantes e noutros que são descartados.

Uma pesquisa científica é regida por teorias, métodos e princípios para atingir seus objetivos, mas ao mesmo tempo precisa inventar caminhos próprios e redirecionar propósitos. E no particular das ciências sociais alguns critérios distintivos precisam ser aceitos pelo pesquisador em relação a si próprio e ao objeto.

O objeto das ciências sociais é histórico e está localizado temporalmente, por isso sua interpretação no presente está marcada ao mesmo tempo por determinações do passado e por projeções para o futuro, em uma dialética constante entre o que está dado e a realidade histórica do devir. Como consequência, possui consciência histórica, portanto, não é apenas o pesquisador que atribui sentido ao seu trabalho intelectual, mas a totalidade dos homens, pois na medida em que se relaciona em sociedade os significados e intencionalidades das suas ações e construções teóricas são postos em debate. Apresenta uma relação de identidade com o sujeito, porque o pesquisador ao investigar as relações humanas está ele próprio comprometido com as questões de sua espécie. É intrínseca e extrinsecamente ideológico porque “a

visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e à sua aplicação” e “a relação, neste caso, entre conhecimento e interesse deve ser compreendida como critério de realidade e busca de objetivação (Minayo, 2008, p. 14). Finalmente, o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo, uma vez que a realidade social é mais rica do quaisquer pensamentos, teorizações e discursos formulados sobre ela, mesmo quando resultantes de dados quantitativos (Minayo,2008; Miotto; Lima, 2007).

A metodologia expressa o caminho do pensamento como prática exercida na abordagem da realidade, e abrange simultaneamente o método, as técnicas e a criatividade do pesquisador. Sua centralidade se manifesta na conexão entre o uso dos instrumentos de operacionalização do conhecimento e o sentido dos conceitos que fundamentam as indagações e hipóteses da pesquisa. “Na verdade, a metodologia é muito mais do que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e como os pensamentos sobre a realidade” (MINAYO, 2008, p. 15). É a forma discursiva que apresenta o método que será a lente, a visão de mundo que enquadra a pesquisa. Existem diferentes modos de entender a realidade e diferentes posições metodológicas para expor a construção do objeto e da dinâmica de investigação.

A pesquisa que dá base a esta tese tem o método dialético como o norteador dos processos de investigação e análise realizados. O método dialético foi adotado por, em nosso entendimento, promover as condições para apreender as dimensões materiais, políticas e filosóficas do objeto de estudo vinculadas ao seu conteúdo histórico concreto, ou seja, considerando como categorias analíticas a totalidade, a contradição e o conflito, o ‘devir’, o movimento histórico e a unidade do diverso. Isso porque a realidade concreta não é uma matéria estática, mas uma totalidade contraditória composta por elementos diferenciados em constante interação e fricção, na qual o conflito faz avançar processos históricos de transformações progressivas e constantes.

A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (Lukács, 1967, p.240)

Destacamos que nenhuma linha de pensamento, ou método detém o monopólio da apreensão e explicação total e completa da realidade social, no entanto, concordamos que,

O pensamento dialético, em contraste com o reflexivo (ou analítico), apreende as formas conceituais em suas interligações sistemáticas, e não apenas em suas diferenças determinadas, concebendo cada evolução como produto de uma fase anterior menos desenvolvida, cuja verdade ou realização necessária ela representa; de modo que há sempre uma tensão, uma ironia latente ou uma surpresa incipiente entre qualquer forma e o que ela é no processo de vir a ser. (BHASKAR apud BOTTOMORE, 2001, p. 102)

A pesquisa exclusivamente de fontes bibliográficas manteve em seu desenho metodológico um caráter de aproximações sucessivas não lineares com a realidade e uma flexibilidade na apreensão dos dados no sentido de garantir o movimento dialético no qual o objeto de estudo pudesse ser constantemente revisto. Isso porque,

[...] realizar uma pesquisa entendendo a realidade social dinâmica, contraditória, histórica e ontológica implica na utilização de procedimentos metodológicos que consigam engendrar todos esses pressupostos com a mesma intensidade como se apresentam quando estão em relação (MIOTO; LIMA, 2007, p. 40).

Assim, o pensamento social de Clóvis Moura, como um objeto construído foi sendo abordado como uma “versão do real a partir de uma leitura orientada por conceitos operadores”, e de “um processo de objetivação teórico-conceitual de certos aspectos ou relações existentes no real” (MINAYO, 2008, p. 33).

A interrogação primária a respeito do tema foi sobre a relação do pensamento de Clóvis Moura com o método e as teses marxianas e com tradição marxista. Relação que ficou evidente nas leituras de reconhecimento do material bibliográfico, notadamente nas referências utilizadas pelo autor. Desse modo, nos propomos a fazer uma análise em termos do tipo de apropriação do método dialético, das categorias, das teses marxianas abordadas e das fontes de tradição marxista nas obras selecionadas.

Nesta direção, configuramos como objetivo da pesquisa: identificar e analisar na produção intelectual de Clóvis Moura a apropriação do método dialético e da teoria marxista no desenvolvimento de suas teses sobre as resistências negras durante o escravismo e no pós-abolição como estruturantes da dinâmica entre relações raciais e classes sociais no Brasil.

Nas leituras seletivas notamos que a evidenciação das resistências negras coloca o negro como sujeito político na história da formação social brasileira, constituindo uma *práxis* que tem origem nos períodos da colônia e do império e desdobramentos no pós-abolição e república.

A tradução do marxismo a partir da perspectiva do negro, no pensamento mouriano, tem como categoria-chave a noção de *práxis*. É a *práxis* – considerada como ação de rebeldia e resistência violenta ao escravismo – que confere ao negro um caráter e, por sua vez, torna-o sujeito. (OLIVEIRA, 2011, p. 50)

Por isso, investigamos a hipótese de que as mediações realizadas por Moura a partir das categorias totalidade, modo de produção, dialética, alienação, contradição e *práxis* derivaram na construção de uma categoria nova, capaz de abranger as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, a *práxis negra*.

Em relação às fontes de pesquisa tomamos como tarefa inicial a revisão da literatura do próprio Clovis Moura. E devido ao grande número de livros² (33) e artigos³ (59) encontrados elaboramos alguns parâmetros para orientar a seleção dos materiais.

O primeiro foi o parâmetro temático, ou seja, delimitamos os estudos aos documentos diretamente relacionados com os temas abordados na pesquisa: teoria marxista, método dialético, categorias marxistas e raças e classes sociais.

O segundo foi a delimitação das fontes no formato de livros, pois entendemos que sendo os artigos obras mais breves, por mais expressivos que sejam no conjunto das produções do autor, os necessários recortes na abordagem aos problemas poderiam prejudicar uma análise que pretende compreender o movimento de construção do seu pensamento social. No caso dos livros os aspectos pontuais e contextuais das temáticas costumam ser expostos de forma ampliada e denotam a conclusão de ciclos de pesquisa na trajetória intelectual do autor.

Na particularidade de nossa pesquisa consideramos que a análise de livros de um mesmo autor em diferentes temporalidades requer investigar o que cada obra representa na sua trajetória e como dialogam (ou não) entre si e com outros autores

² ANEXO A. Livros publicados

³ ANEXO B. Artigos publicados em revistas e periódicos

relevantes ao tema. A relação com o campo de estudos das relações raciais⁴ e quais as contribuições inéditas ao tema abordado.

O parâmetro cronológico estabeleceu como marco inicial o ano de 1959 quando foi publicado seu primeiro livro *Rebeliões da senzala* – até a mais recente, publicada postumamente em 2004. Por fim, como parâmetro linguístico delimitamos o universo da pesquisa aos documentos em língua portuguesa.

A partir da definição dos parâmetros e da seleção dos documentos elaboramos um Roteiro para análise dos documentos⁵ que foi aplicado ao universo analítico composto por cinco livros: *Rebeliões da senzala* (1959; 4ª ed., 1988), *O negro, de bom escravo à mau cidadão?* (1977), *A sociologia posta em questão* (1978), *Sociologia do negro brasileiro* (1988), *Dialética radical do Brasil negro* (1994).⁶

Cabe destacar que em todas as obras identificamos e sistematizamos os autores marxistas. Utilizamos como critérios não necessariamente coincidentes a produção intelectual, o caráter da obra e no caso de alguns autores o pertencimento ao Partido Comunista Brasileiro - PCB ou ao Partido Comunista do Brasil – PC do B. Vide ANEXOS D, E, F, G, H, I.

Em momento posterior realizamos uma prospecção aos trabalhos sobre o autor e seu pensamento que resultou na revisão de: 19 artigos, 02 resenhas de livro e 01 trabalho de conclusão de curso⁷ e 04 dissertações. Destas últimas destacamos a seguir alguns dos conteúdos.

⁴ Guimarães (2004) considera que o campo temático dos estudos das relações raciais no Brasil definido como “preconceito de cor” esteve em foco nos anos 1950 a 1970, caracterizando-se a partir de determinadas filiações teóricas, como a influência da Escola de Chicago e seus representantes que pesquisaram e lecionaram no Brasil e ainda a “Escola paulista de sociologia” e teóricos que enfocavam o problema a partir do nacionalismo e das teorias do desenvolvimento. Depois de 1970, porém, esse campo temático foi substituído pelo conceito de “racismo”.

⁵ APÊNDICE A – Roteiro de análise dos documentos

⁶ Considerando a extensão da produção de Moura, esta opção metodológica apresenta limites, pois a maior parte de suas obras não foi mobilizada na nossa análise direta, apesar de serem referidas indiretamente. Contudo, entendemos que a lacuna é sanada pela própria coerência do curso das reflexões do autor que vistas no conjunto constituem um pensamento não disruptivo em seu conteúdo.

⁷ ANEXO C – Dissertações, artigos, trabalhos de conclusão de curso e resenhas sobre a produção de Clóvis Moura

A primeira dissertação foi defendida em 2002 na Unicamp por Érika Mesquita, sob a orientação de Octavio Ianni, *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira*. O objetivo do trabalho é expor a contribuição da visão crítica de Clóvis Moura sobre a história social do Brasil, para demonstrar a fecundidade de suas proposições para o repensar dessa história, a partir dos segmentos subalternos, particularmente os negros. A autora coloca Moura no grupo de autores revisionistas da história social e tem como perspectiva confrontar o seu pensamento com os de alguns autores que também compõem este segmento.

Em 2009, Fabio Nogueira de Oliveira defendeu a dissertação com o título *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra* na Universidade Federal Fluminense. O trabalho se propôs uma compreensão sobre a trajetória intelectual e política de Clóvis Steiger de Assis Moura tendo como premissa as suas posições intelectuais (crítica ao academicismo) e políticas (filiação ao Partido Comunista Brasileiro – PCB nos anos 1940; participação na fundação do Partido Comunista do Brasil – PC do B, nos anos 1960; articulação orgânica com o Movimento Negro nos anos 1970) como contribuições preponderantes na elaboração da denominada *sociologia da práxis negra*, “uma tentativa de traduzir o marxismo a partir da perspectiva do negro”. Para o autor “o pensamento de Clóvis Moura se inscreve no processo de reconstrução simbólica do negro como sujeito político e tem como ponto de equilíbrio, em torno do praxismo negro, a formação de uma sociologia do negro”.

Em 2013, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Gustavo Orsolon de Souza defendeu a dissertação *“Rebeliões da senzala”: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro*, no Programa de Pós-Graduação em História -PPHR. O autor apontou como objetivo da dissertação “realizar um estudo de história intelectual, priorizando a realização de uma análise comparativa das quatro edições do livro *“Rebeliões da Senzala”*, concentrando-nos mais nas duas primeiras”. Desse modo, abordou inicialmente a memória sobre Clóvis Moura destacando as condições do processo de produção e publicação da primeira edição do livro. Posteriormente focou nas reedições do livro analisando as principais alterações da segunda edição e os elementos introdutórios das quatro edições: capa, “orelha”, prefácio e introdução que segundo o autor “contribuíram para tornar a obra de Clóvis Moura atual e atraente”. Também procede através da leitura do capítulo *Participação do Escravo nos*

Movimentos Políticos uma análise do modo como Moura “construiu a imagem do escravo atuante e participativo na sociedade escravista.”

Também em 2013, Mary Vania Ferreira defendeu a dissertação intitulada *“Raça” e classe no pensamento social brasileiro: uma abordagem sobre a obra de Clóvis Moura*, na Universidade Federal de Alagoas, no Programa de Pós-graduação em Sociologia. A dissertação apresenta como objetivo compreender a forma de articulação entre “raça” e classe no pensamento social brasileiro destacando as especificidades do pensamento elaborado por Clóvis Moura. Dentre os resultados apresentados a autora ressalta a existência de “vínculos entre exclusão social, “raça” e luta de classes no pensamento do autor” na abordagem dos aspectos teóricos, metodológicos presentes na análise histórica da formação social brasileira.

Vida e obra do autor⁸

Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu, em 1925, na cidade de Amarante, no Piauí. Sua mãe, Elvira, era neta de Ferdinand von Steiger-Münssingen, cidadão suíço e barão do império prussiano e no Brasil proprietário de escravos; seu pai, Francisco de Assis, era maranhense de São Luís, negro e ao longo da vida exerceu a atividade de fiscal de rendas.

Oriundo de uma família de classe média, constituída no entrecruzamento de duas oligarquias decadentes (os escravocratas Steiger e os comerciantes Moura), Clóvis teve como bisavô um senhor de escravos (Ferdinand Von-Steiger) e era filho de um —mulato (Francisco de Assis). Apenas trinta e sete anos separavam a abolição da escravidão (1888) e o nascimento de Clóvis. Este período também marca uma transição nas atividades econômicas (cacau e comércio) e no modo de vida do Steiger-Moura: a ascensão e estabilidade social através do emprego público, da mudança definitiva da fazenda, em Ilhéus/BA, e do comércio, no sertão piauiense, para a cidade grande, cuja porta de acesso foi a transferência, em 1935, à capital norte-rio-grandense. (OLIVEIRA, 2009, p. 30)

Oliveira (2009) atenta para dimensões importantes das origens de Moura, como por exemplo, a condição de classe média de sua família e sua caracterização

⁸ Entendendo que o objeto da tese não implicaria para nós uma pesquisa biográfica própria, consideramos pertinente o uso do qualificado trabalho de investigação e sistematização realizado por outros colegas pesquisadores. Assim, as informações sobre os acontecimentos da vida familiar e política de Clóvis Moura foram coligidas das seguintes dissertações: SOUZA, G.O. de. *Rebeliões da Senzala: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro* (UFRRJ, 2013); OLIVEIRA, F.N. de. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra* (UFF, 2009); MESQUITA, É. *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira* (UNICAMP, 2002).

nordestina e miscigenada como fatores que contribuíram para a formatação de suas posições políticas e intelectuais. E na medida em que foi exposto desde cedo aos aspectos contraditórios da miscigenação e da mestiçagem⁹ no país, a elaboração de uma percepção própria das desigualdades raciais se entrelaça com os aspectos econômicos, políticos e culturais tematizados em seus escritos.

Após o período de estudos básicos Moura enveredou pela carreira intelectual.

[...], em seu caso, a partir dos estudos históricos e literários – e, com isso, mobilizar sua própria rede de relações que se constituiu a partir da expansão da imprensa (na qual atuaria por longos anos como jornalista), do mercado editorial (em seu caso, alternaria a publicação de trabalhos históricos, políticos e sociológicos e incursões no campo da literatura), da concorrência entre novas elites dirigentes (seu engajamento no PCB) e da formação de instituições culturais de novo tipo (como, por exemplo, a ABDE – Associação Brasileira de Escritores, fundada em 1945) (OLIVEIRA, 2009, p. 38).

Em 1942, muda-se com a família para Salvador, Bahia e começa a participar de um círculo de intelectuais e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que realizava encontros para discutir literatura e política. É a partir desta incursão que ingressa na carreira jornalística escrevendo para o jornal do partido, *O Momento* (1945-1957). E se aprofunda nas teorias marxistas e nas orientações da III e da IV Internacionais¹⁰.

⁹ A miscigenação é um fenômeno biológico realizado entre populações diferentes que origina indivíduos “misturados”. Contudo, uma leitura naturalizada da miscigenação costuma levar ao descarte das condições sociais em que tal fato biológico ocorre. Assim, no Brasil a miscigenação como discurso de Estado serve a uma ideologia racial que convenientemente “esquece” a origem concreta da “mistura brasileira”: a escravidão e o estupro de mulheres indígenas, africanas e suas descendentes. Conforme Munanga em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (2008) essa ideologia racial construída a partir do fim do século XIX e caracterizada pelo ideário do branqueamento fundamenta o conteúdo simbólico e político da mestiçagem. Para o autor a mestiçagem como ideologia está diretamente relacionada ao ideal do branqueamento. E encaminha críticas ao encaminhamento das discussões em torno de uma identidade “mestiça” que sob a proposta de reunir todos os brasileiros em uma identidade comum, na verdade constitui um instrumento de negação dos negros e índios indistiguíveis, dos orientais e das populações que se identificam como diferentes, ou seja, uma nova armadilha ideológica (2008, p16). No entanto, o próprio Munanga aponta as ambiguidades do conceito de mestiçagem, por tratar-se de uma categoria cognitiva, “cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico[...]” (p. 18). E utiliza “o conceito de mestiçagem para designar a generalidade de todos os casos de cruzamento ou miscigenação entre populações biologicamente diferentes, colocando o enfoque principal [...] não sobre o fenômeno biológico enquanto tal, mas sim sobre os fatos sociais, psicológicos, econômicos e político-ideológicos decorrentes desse fenômeno biológico inerente à história evolutiva da humanidade (p. 21).

¹⁰ A associação Internacional dos Trabalhadores - AIT (1846-1876) conhecida como Primeira Internacional Comunista foi uma federação internacional das organizações da classe trabalhadora de países da Europa central e ocidental. Marx (de 1864 a 1872) e Engels (1870 a 1872) desempenharam papéis de liderança em sua estruturação. Um momento decisivo da AIT e a

A aproximação de Moura ao Partido comunista coincide com o período stalinista (1930-1959) durante o qual a interpretação soviética do marxismo foi hegemônica e, por conseguinte a teoria da revolução por etapas que definia a etapa vivida pela América latina como nacional-democrática. (Löwy, 2012, p. 9) Este será um ponto de tensão entre os intelectuais e militantes, pois afirmar que as colônias latinas estavam desde a sua gênese inseridas no sistema mais amplo do capitalismo mercantil europeu, como parte fundamente da acumulação primitiva do capital significava contrapor-se se às orientações da III Internacional, particularmente aquelas expressas nas Teses Acerca do Movimento Revolucionário nos Países Coloniais e Semi-Coloniais que foram aprovadas no Sexto Congresso da Internacional Comunista em 1928.¹¹

incorporação em seu estatuto do artigo elaborado por Marx e aprovado em 1872 que especificava a conquista do poder político como grande dever do proletariado e a manifestação oficial em favor da constituição da classe operária num partido político. A repressão e as crescentes divergências internas enfraqueceram a organização. A Segunda Internacional (1889-1914) foi fundada em Paris, no Congresso Internacional de Trabalhadores e tinha sua base formada pelas organizações europeias de trabalhadores. Tornou-se uma federação livre de partidos e sindicatos que tinham o marxismo como ideologia predominante. Em 1900 a Segunda Internacional aprovou a permissão da participação em governos burgueses como expediente temporário, em casos excepcionais e sob aprovação do partido. Em 1904 a discussão sobre o colonialismo aprovou uma resolução condenando as práticas coloniais capitalistas. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914), os principais partidos da Internacional contrariaram as decisões de não aderir ao conflito e utilizá-lo para derrubar os sistemas e apoiaram seus respectivos governos. A Terceira Internacional Comunista/Comintern (1919-1943) foi fundada em Moscou dois anos após a Revolução Russa. Com a missão expressa de criar uma república soviética internacional, a Internacional emitia diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os seus filiados. Seu segundo Congresso realizado em 1920 teve delegados de partidos e organizações de 41 países, estabelecendo uma ampliação internacional diferenciada das Internacionais anteriores. Neste Congresso foram aprovadas as *Teses sobre a questão nacional e colonial* elaborada por Lênin que enfatizavam a aliança anti-imperialista dos movimentos de libertação nacional e colonial para o combate ao capitalismo. O terceiro Congresso (1921) reforçava a participação comunista nas eleições parlamentares e o trabalho dentro de sindicatos reacionários e buscava neutralizar as tendências “esquerdistas” e sectárias. Contudo, as táticas revolucionárias ofensivas moldadas com base na experiência russa não tinham o mesmo sentido em países onde os partidos comunistas representavam uma minoria da classe operária. O Sexto Congresso em 1928 inaugurou a fase de elaboração de ações conjuntas contra o fascismo, inclusive com alianças à social-democracia. Em 1943 durante a Segunda Guerra Mundial a Internacional Comunista foi dissolvida com a finalidade de tranquilizar os aliados ocidentais. A Quarta Internacional foi fundada em 1938 por Leon Trotsky e pequenos grupos partidários, em oposição à Segunda e Terceira Internacionais acusadas de contra-revolucionárias. Fonte: Marxists Internet Archivs. Disponível em: <https://www.marxists.org/index.htm>. Acesso em 27/05/2017.

¹¹ No sexto congresso mantem-se como norte a ideia de que as colônias e semi-colônias são importantes no contexto do sistema imperialista, mas são descartadas as conexões do sistema colonial e seus desdobramentos como elementos de constituição do sistema capitalista mundial. As Teses ignoram processos históricos diferenciados entres as colônias e os países independentes, especialmente os latino-americanos e os graus diferenciados das industrializações destes últimos a partir da Primeira Guerra Mundial. Refazem analogamente na história destes países a trajetória das etapas históricas da origem do capitalismo na Europa. Daí o equívoco que foi recorrente de definir como feudal a economia rural agro-exportadora e não reconhecer a sua aliança com a nascente

Conforme Oliveira (2009) é na segunda metade dos anos 1940 que aparece de forma mais sistemática o interesse de Clóvis Moura pela questão negra, expresso nas correspondências feitas entre 1942 e 1952, com diferentes intelectuais: Arthur Ramos, (1903-1949); Emílio Willems (1905-1997); Donald Pierson (1900-1995); e Ralph L. Beals, (1901- 1985), Edison Carneiro (1912-1972) e Caio Prado Júnior (1907-1990).

Em nosso ponto de vista, elas cumprem um duplo papel: primeiro, de nos auxiliar a compreender o interesse inicial de Clóvis Moura sobre a cultura negra e posteriormente as rebeliões escravas a partir das questões que provavelmente levantou aferidas das respostas apresentadas por seus interlocutores; segundo, de analisar as tentativas de Clóvis Moura em legitimar seu plano de estudos sobre o negro através do diálogo com estudiosos acadêmicos ou com circulação no meio universitário (OLIVEIRA, 2009, p. 49).

As correspondências indicam um progressivo tensionamento com os intelectuais renomados - particularmente os culturalistas, à medida em que Moura amadurece suas escolhas por uma posição metodológica que tenha como horizonte a transformação social. Willems, por exemplo, não concorda com a posição de Clóvis Moura sobre a necessidade de uma ciência social engajada e defende, contra o marxismo, a possibilidade de uma ciência social imparcial.

Tenho a impressão que o Sr. atribue ao problema ideológico uma importância que realmente não possui. Grande, senão a maior parte das pesquisas sociológicas e antropológicas de modo algum ou só muito remotamente pode ser relacionada com aquele problema. É naturalmente possível proclamar "desconversa", "despistamento" etc. todo trabalho que não se relacione com a questão das classes sociais e que não esteja rigorosamente de acordo com a linha justa traçada nas sagradas escrituras do marxismo. (...) a afirmação de ser impossível a imparcialidade em ciências sociais é outro ponto de vista discutível. Parece-me que essa imparcialidade é possível e a melhor prova está no fato de a Sociologia ter descoberto métodos muito eficientes no desmascaramento de posições ideológicas (apud OLIVEIRA, 2009, p. 39).

Na opinião de Oliveira,

burguesia industrial como preponderantes nos processos que viabilizam ao mesmo tempo a modernização das forças produtivas, o conservadorismo político e a manutenção da subalternidade aos interesses imperialistas. Neste sentido, as condições particulares de países como o Brasil neutralizam leituras dogmáticas e preestabelecidas como as Teses que enfatizam como possibilidade objetiva de desenvolvimento não capitalista a "transformação da revolução democrático-burguesa na revolução proletária e socialista com a ajuda da ditadura proletária vitoriosa", pois identificam que os países latino-americanos "estão em vésperas de revoluções democrático-burguesas", que "podem transformar-se rapidamente em revoluções socialistas e que é neste sentido que deve fundamentalmente orientar-se o movimento revolucionário". Fonte: Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm. Acesso em 27/05/2017.

As cartas de Arthur Ramos, Emílio Willems, Donald Pierson e Ralph L. Beals possuem os seguintes pontos comuns: a) referem-se a uma pesquisa de campo a ser realizada por Clóvis Moura em Juazeiro que tem como tema a cultura negra e a —situação racial; b) constituem, para ambos os lados, um meio de intercâmbio através de troca de favores (livros, material de pesquisa, possibilidade de publicação etc.); c) tem como objetivo ampliar um círculo de intelectuais e pesquisadores com interesses afins sobre o tema. Por outro lado, na tentativa de legitimar – desde a academia – e angariar apoio à sua pesquisa, a localização de Clóvis Moura contava a seu favor (numa área afastada do litoral e dos centros urbanos): dentro da perspectiva dos —estudos de comunidade (Willems), da —situação racial (Pierson) ou ainda —das influências africanas (Arthur Ramos), a pesquisa de Clóvis Moura – e a sua condição de —informante – poderia se converter em um manancial de provas empíricas para o corpus acadêmico que se institucionalizava (2009, p. 53).

Em uma das correspondências o intelectual baiano Edison Carneiro¹² orienta que Moura estabeleça relações entre as rebeliões negras:

Considero extremamente importante a sua pesquisa e, ao menos neste caso, não creio essencial a parte sobre os líderes. Em geral as informações sobre os chefes e elementos de destaque nas revoltas negras são sumárias e, quando encontramos nomes, já nos podemos considerar felizes. Se você teve a pachorra de ler o meu trabalho sobre os Palmares, terá visto como são deficientes as informações sobre Zumbi, que ocupou as atenções gerais durante tanto tempo. Quanto mais os chefes das pequenas revoltas bahianas! O necessário é ligar e encadear essas revoltas (apud OLIVEIRA, 2009, p. 55)

Na correspondência trocada com Caio Prado Jr. (1952) este não vê como prioritária uma pesquisa sobre as sobre as rebeliões escravas e a cultura negra e indica impedimentos teóricos e metodológicos. Por fim, aconselha Moura a dedicar-se ao que considera como temas politicamente mais relevantes dentro de seu contexto regional.

Afora isso, que reconheço pouco, não sei como ajudá-lo em seu trabalho relativo às revoltas de escravos; porque evidentemente não me seria fácil remeter-lhe daqui uma biblioteca sobre o assunto; o que aliás não resolveria seu caso, porque se V. deseja, como penso, fazer obra original, que não seja simples repetição do que já foi dito anteriormente, são necessárias outras fontes, como documentos, pesquisas demoradas nos arquivos e grandes bibliotecas do país.(...) Não pretendo com isso desanimá-lo. Mas pelo contrário, sentindo pelo sua carta uma grande ânsia de criação e produção intelectual, contribuir para que não se perca e desorienta essa sua qualidade. Ao propor-se um assunto para estudo, um intelectual não deve ir buscá-lo no seu íntimo, trabalhar como que de dentro pra fora. O caminho a seguir é o

¹² Edison de Souza Carneiro (Salvador, 1912-1972) foi um escritor, jornalista, folclorista e estudioso da cultura popular, especializado em temas afro-brasileiros, militante do Partido Comunista Brasileiro - PCB a partir da década de 1930. Considerado um paradigma para as gerações de novos estudiosos da cultura negra no Brasil. Algumas obras de sua autoria: *Negros bantus*; *Antologia do negro brasileiro*; *Candomblé na Bahia*; *A linguagem popular da Bahia*; *Ladinos e crioulos*; *Religiões negra*. Fonte: OLIVEIRA, E. de. Quem é quem na negritude brasileira. São Paulo: Congresso Nacional Afro-brasileiro; Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1998.

inverso: é procurar inspiração no mundo ou no meio que o rodeia. Vejamos o caso concreto do assunto que V. escolheu: as revoltas de escravos no Brasil. V. vive numa região onde a escravidão nunca teve grande papel. Acrescente-se a isso o fato de não se encontrarem a seu alcance fontes informativas convenientes, e a conclusão se impõe: para realizar seu trabalho, V. terá que desenvolver um esforço descomunal, e ele não alcançará com certeza o nível a que V. aspira. (...). No entanto, não faltam à sua volta assuntos do maior interesse em que não somente V. sentiria à vontade, como ainda estaria em condições de trazer contribuição apreciável para as nossas letras. Sua situação é no coração de uma das mais características regiões brasileiras, aliás duplamente interessante: como sertão, e como ribeirinha de uma das grandes artérias históricas do Brasil [o São Francisco]. O que mais V. quer? Basta-lhe pegar da pena e contar com toda simplicidade o que V. observa à sua volta, e estará fornecendo a todos quantos se interessam pelas coisas brasileiras, informações preciosas (apud OLIVEIRA, p. 57).

Nos anos 1950 Moura muda para São Paulo e se aproxima da intelectualidade paulistana através do PCB e do jornalismo¹³. Neste período destaca-se a sua relação com o grupo ligado a Caio Prado Júnior¹⁴, em torno da Revista Brasiliense.

Entre 1942 e 1955 Clóvis Moura foi secretário de redação da revista Fundamentos que era apresentada como o órgão de imprensa oficial do PCB. E também colaborava com a revista Brasiliense (nestes artigos estão presentes alguns elementos que serão desenvolvidos em Rebeliões da Senzala) que agregava os intelectuais nacionalistas e/ou ligados ao movimento cultural paulistano articulados diretamente a Caio Prado Jr.

Oliveira (2009) sustenta que este trânsito sinaliza uma orientação distinta da linha hegemônica no partido (que com o fracasso da orientação do Manifesto de 1950 lançado em 19 de agosto se aproxima do nacional desenvolvimentismo e das teses etapistas em torno da revolução brasileira). Em 1962 ingressou na dissidência que formou o Partido Comunista do Brasil (PC do B), liderada por Pedro Pomar e João Amazonas.

¹³ Clóvis Moura atuou em diferentes órgãos de imprensa: foi redator do Jornal Última Hora, entre 1952 e 1958, de propriedade do jornalista e empresário Samuel Wainer (1910- 1980); secretário de redação da Revista Fundamentos, entre 1952 e 1955, que reunia intelectuais ligados ou simpatizantes ao PCB, e diretor da Revista Flama, em Araraquara, 1952, fundada pelo próprio. Também foi redator nos jornais Diário da Noite e Diário de São Paulo (1959), subsecretário de redação e crítico literário do Correio Paulistano (1960) e, no período pós-64, diretor de redação do jornal Folha de São Carlos (1969/1972), no interior de São Paulo. (OLIVEIRA, 2009)

¹⁴ Historiador e militante do Partido Comunista, “foi um dos primeiros marxistas latino-americanos a refutar a tese tradicional dos partidos comunistas sobre o caráter “feudal” da economia colonial, em sua obra História econômica do Brasil, de 1945. Entretanto, como ele mesmo explicará mais tarde, suas descobertas científicas não alteraram de forma alguma as concepções do seu partido sobre a necessidade de uma revolução “antifeudal” no Brasil do século XX” (LÖWY, 2012, p. 250).

Apesar da repressão da ditadura instaurada em 1964, Clóvis manteve, na clandestinidade, a colaboração com o PC do B. Profissionalmente, atuou entre 1960 e 1969, como subsecretário de redação e crítico literário do Correio Paulistano. Nos anos 1969/72, tornou-se diretor do Jornal Folha de São Carlos no interior paulista. Período que marcou a sua aproximação com o movimento negro através de sua participação no Centro Recreativo e Cultural Flor de Maio.

Na década de 1970 Clóvis Moura iniciou um ciclo de viagens internacionais nas quais afirmou sua condição de pesquisador negro: Colóquio Negritude e América Latina (1974, Dakar); 20º Encontro da LASA – Latin American Studies Association e o 7º Encontro da ASA – African Studies Association (Houston, Estados Unidos, 1977), que ampliaram a sua circulação intelectual.

A fundação em 1975 do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas- IBEA demonstra o aprofundamento da reivindicação de sua condição como intelectual negro¹⁵. É um projeto que engrossa as pesquisas de valorização da cultura negra africana, a crítica e denúncia do mito da democracia racial e as ações de engajamento e mobilização políticas praticadas por uma geração de ativistas do movimento negro em ação nos anos 1970 e 1980, como Hamilton Cardoso (1954-1999), Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), Lélia Gonzalez (1935-1994) e Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924-1980). (Oliveira, 2009)

Na década de 1980 Clóvis recebeu o título de Doutor Notório Saber, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, o que permitiu sua atuação como examinador diversas bancas de mestrado e doutorado. Até sua morte em 2003, publicou mais de 20 títulos entre livros e artigos – a grande maioria sobre resistência negra ao escravismo. Concomitante à sua articulação com o Movimento Negro Unificado, nos anos 1990 se articulou à UNEGRO (União dos Negros Pela Igualdade) além de manter-se como colaborador e simpatizante do PC do B. Na década seguinte se aproximou do Movimento dos Sem Terra (MST) e publicou em 2000, pela Editora Expressão Popular, o livro Sociologia

¹⁵ Para mais informações sobre o IBEA, cf. VIEIRA, Cleber Santos. Clóvis Moura e a fundação do IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 9, n. 22, p. 349-368, jun. 2017. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/252>>.

Política da Guerra Camponesa de Canudos. Seu último trabalho o Dicionário da Escravidão Negra foi publicado postumamente, em 2004. (Ibid.)

Sobre as obras analisadas

Rebeliões da Senzala (1959) foi publicado pela Editora Zumbi, criada por ele com esta finalidade. Trata do significado das diversas formas de protesto escravo que ocorreram durante a vigência da escravidão¹⁶ no Brasil. Apresenta uma crítica histórico-sociológica aos estudos que identificavam a luta dos escravos negros como secundárias (ou até mesmo inexistentes), sem consequências mais amplas para a

¹⁶ Em 1959 Moura descreve a escravidão como um regime de trabalho demandado por “dois fenômenos distintos, mas convergentes. De um lado foi a continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que vinha se realizando sua evolução nas primeiras décadas. Do outro, consequência dos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil. [...]” (p. 9). No Dicionário da Escravidão Negra no Brasil publicado após sua morte, sistematiza o verbete Escravidão moderna como um sistema que “[...] reproduziu na sua estrutura e refletiu na sua dinâmica as leis econômicas fundamentais do modo de produção escravista antigo, sendo a mais importante a situação do escravo como *instrumentum vocale*, isto é, sua equiparação às bestas, existindo por isso redibição em caso de defeitos físicos, quando o vendedor não os comunicava ao comprador. A escravidão moderna expandiu-se nas colônias da Inglaterra, Portugal, Espanha, Holanda, França etc. tendo como elemento escravo os filhos do continente africano. Calcula-se (numa estimativa incompleta e ideologicamente comprometida) que cerca de dez milhões de africanos foram trazidos a partir do século XV, quando através das Cruzadas, a Europa, inicialmente, e os territórios coloniais, em seguida, foram inundados de “infiéis”, no primeiro caso, e de “bárbaros”, no segundo. No entanto, a presença de escravos na Europa não configurou ali um modo de produção escravista, fato que se iria verificar em suas colônias, através de mecanismos impostos pelas metrópoles e de códigos negros ou outros tipos de leis. Por isso mesmo, muitos estudiosos denominam o escravismo moderno de escravismo colonial. Como conceito para delimitar geográfica e historicamente esse novo escravismo, existente na periferia das metrópoles colonizadoras, o termo é válido, mas não quando se deseja impô-lo como um modo de produção escravista com leis econômicas específicas e próprias. No Brasil, o modo de produção escravista durou quase quatrocentos anos, influiu poderosamente no ethos da nação e até hoje há vestígios das relações existentes naquele período, marcando as limitações do capitalismo dependente que o substituiu” (MOURA, 2013, p. 150). Outro intelectual contemporâneo de Moura, Jacob Gorender (1923-2013) define a economia anterior e posterior à abertura dos portos, até o fim do século XIX como modo de produção escravista colonial e indica a incorporação do escravismo como integrante de um sistema que preconizava trabalho livre na Europa e escravidão nas colônias. O escravismo é o modo de produção em que os meios de produção - a terra, os instrumentos de trabalho - e os produtores diretos - os trabalhadores - são monopólio de uma classe social de não-trabalhadores, os senhores de escravos. A relação social de produção predominante é a escravidão. A escravidão ocorre como relação predominante e indispensável no escravismo, mas também pode estar presente em outros modos de produção. “A escravidão é uma categoria social que, por si mesma, não indica um modo de produção. Como escravidão doméstica – forma exclusiva sob a qual existiu em vários povos –, sua função é improdutiva. Mesmo com função produtiva, a escravidão pode aparecer de maneira mais ou menos acidental e ser meramente acessória de relações de produção de tipo diferente. No entanto, desde que se manifesta como tipo fundamental e estável de relações de produção, a escravidão dá lugar não a um único, mas dois modos de produção diferenciados: o escravismo *patriarcal* caracterizado por uma economia predominantemente natural, e o escravismo *colonial*, que se orienta no sentido da produção de bens comercializáveis. [...]” (GORENDER, 2010, p. 89)

sociedade reduzindo o conflito social a um choque cultural e a escravidão transformada em um pano de fundo estático.

Tirava-se com isto, o conteúdo que produzia o dinamismo interno desses movimentos, elidia-se a contradição fundamental que os produzia - a luta de classes no sistema escravista - para reduzi-los a um mero jogo de choques entre os padrões, traços e complexos culturais que os negros trouxeram da África e os da cultura ocidental que os recebeu. Essa posição teórica e sua continuação metodológica levavam a que sempre se procurasse uma interpretação culturalista para o conflito social que se desenvolvia em consequência das contradições do sistema escravista que se formara no Brasil. (MOURA, 1988, p. 9)

É uma obra que incorpora na historiografia brasileira a categoria do negro¹⁷ como sujeito político subvertendo o padrão de despersonalização presente na figura do “escravo”, tal como são identificados os africanos e descendentes escravizados em obras de autores com diferentes posicionamentos teórico-metodológicos. Ao longo do livro, articula os dados históricos com uma análise sociológica que é apresentada metodologicamente como ferramenta de conhecimento e transformação e como crítica ao academicismo e ao formalismo da sociologia brasileira. E completa o quadro dinâmico com as transformações econômicas, políticas e sociais do país, a organização dos movimentos negros e sua preponderância como referências e fonte de saberes.

Consideramos que Moura realiza um duplo movimento: a ruptura epistemológica com os estudos culturalistas sobre o negro no Brasil a partir da teoria marxista e a crítica radical¹⁸ à sociologia academicista pela apreensão da perspectiva de totalidade que compreende a práxis como um complexo que articula teoria e prática política. E também confronta a própria tradição marxista ao colocar a noção de

¹⁷ O termo negro é utilizado por Moura em vários trechos das obras consultadas ora para referir-se aos escravizados e aos quilombolas, ora para descrever as populações negras no pós-abolição. Em nosso trabalho o termo está referido à designação oficial brasileira contemporânea que caracteriza como negros para fins demográficos o conjunto de pretos e pardos na sociedade. Também o empregamos o como categoria social historicamente construída que demarca classificações hierárquicas na sociedade moderna. Compartilhamos da visão de Aimé Césaire, em *Discurso sobre o colonialismo* proferido em 1950: “Falo de milhões de homens em quem deliberadamente inculcaram o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero, o servilismo” (apud FANON, 2008, p. 25).

¹⁸ O uso do termo radical é usada por nós em seu sentido marxiano, ou seja, significa a busca da raiz dos problemas humanos nos próprios seres humanos. Neste sentido, cremos que Moura trabalha a sua crítica uma perspectiva também revolucionária, porque, a partir desta raiz, explicita a capacidade e a necessidade de transformação da realidade.

resistência negra como práxis em primeiro plano nas discussões sobre classes e estrutura de produção, sem, porém, desarticular essas dimensões.

[...], foi o quilombola, o negro fugido nas suas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava, que se transformou em uma das forças que dinamizaram a passagem da escravidão para o trabalho livre. O escravo visto na perspectiva de um devir (MOURA, 1988, p. 34).

Em *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* (1977) demonstra que a não absorção do negro como força de trabalho no sistema produtivo pós-abolição deu-se a partir de um processo iniciado décadas antes de 1888.

Por ser o ex-escravo considerado excedente no novo campo de oportunidades que se abria, não houve nenhuma política de readaptação, integração ou assimilação dele ao sistema que se criava. Quando surgiu o trabalho assalariado no Brasil, como forma de produção, o ex-escravo, que até antes da abolição se encontrava no seu centro, recebeu imediatamente, o impacto oriundo de outra corrente populacional que vinha para o Brasil vender a sua força de trabalho: o imigrante. Esse fluxo migratório, ao entrar no mercado de trabalho deslocava o ex-escravo do centro do sistema de produção para a sua periferia, criando as premissas econômicas da sua marginalização. (MOURA, 1977, p.30)

Em *A sociologia posta em questão* (1978) são discutidas as razões sociais do aparecimento da sociologia. A correlação da sociologia com a ideologia desenvolvimentista é apontada criticamente e a dialética é indicada como o contraponto metodológico para uma sociologia da práxis.

Na trajetória do seu pensamento tais reflexões podem ser entendidas como o arcabouço teórico-metodológico para as proposições de *Sociologia do negro brasileiro* (1988), ou seja, a construção de uma sociologia capaz de enfrentar - como ferramenta da prática social - o problema racial e social brasileiro.

O método histórico-dialético é apropriado por Moura com ênfase na sua dimensão dinâmica, o que amplia a percepção dos aspectos da realidade a serem investigados, como por exemplo, operários e escravos em lutas paralelas, na fase de escravismo tardio (pós 1850). É uma ideia de pesquisa para a qual ele orienta a realização de “levantamento dos movimentos dos trabalhadores livres no período

escravista e as possíveis convergências ou divergências com as lutas dos escravos” (MOURA, 1988a, p. 246).¹⁹

Identificamos então um caminho de pensamento cujas ideias encontram-se sintetizadas na *Dialética radical do negro brasileiro* (1994). Neste livro Moura apresenta um refinamento dos dados que sustentam a sua tese sobre a organização do modo de produção escravista no longo período de sua vigência, a periodização do sistema em escravismo pleno e escravismo tardio.

O escravismo pleno definido como o período em que a escravidão era uma instituição sólida e apenas os escravos se rebelavam contra sua estrutura. E o escravismo tardio, demarcado pela proibição do tráfico de escravos no país (Lei Eusébio de Queiroz, 1850), como a fase em que vários outros setores, por motivos diversos, também passaram a demandar do Estado o fim da escravidão. Nesta última está localizada a origem das estratégias de dominação que ressignificadas perduraram no pós-abolição, dando a forma contemporânea das particularidades do racismo brasileiro.

Para Moura o racismo é um estruturante das relações sociais, está presente em toda a formação sócio-histórica brasileira e sua derrocada depende uma recomposição do mundo em bases diferentes das que estão postas no capitalismo. (MOURA, 1994a). E a população negra, majoritária no país e duplamente espoliada (social e racialmente) tem um papel predominante, ainda que por processos lentos e por vezes contraditórios, na transformação da sociedade.

[...]. Vemos o despertar de uma consciência negra, principalmente na classe média, que não irá resolver o problema do negro, mas irá dar consciência a uma parcela dos negros brasileiros, porque outro aspecto que temos de ver é que o problema do negro no Brasil não está numa classe média negra, mas está na grande massa negra marginalizada, que esse sistema marginaliza progressivamente. Não dá a possibilidade de ascensão massiva do negro no Brasil; o problema do negro no Brasil está nas fazendas de algodão no Maranhão, onde ele vive praticamente numa economia de miséria; está nas fazendas de cacau da Bahia; está nos engenhos de cana de Pernambuco, está exatamente nessa massa marginalizada de negros, que vivem numa economia de miséria secular, sem conseguir mudar um milímetro para melhor a situação de pai para filho. Então o problema do negro tem duas etapas, a meu ver. A primeira é a atual. A segunda etapa é a das lutas dos negros, que

¹⁹ Sobre pesquisas realizadas nesta direção investigativa, cf. MATTOS, Marcelo Badaró.

Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

constitui a massa brasileira, juntamente com curibocas, com mamelucos, com todos os explorados, inclusive com todos os brancos pobres também, para se desestruturar e quebrar esse modelo de sociedade brasileira. Essa segunda etapa é de fato a etapa revolucionária, que o negro tem que assumir (MOURA, 1981).

O conjunto das produções de Clóvis Moura são o resultado de *pesquisas de uma vida inteira*. Retratam o movimento de um intelectual que se propôs a ir nas origens para pensar a realidade brasileira atual e as estratégias de transformação a serem construídas pelos indivíduos sociais nos espaços coletivos. Ao mesmo tempo construiu um arcabouço de fundamentos sobre a práxis, ou seja, a radicalização do significado político do negro na sociedade brasileira.

Nesse sentido, consideramos que sua produção se destaca como uma importante contribuição para o debate das relações raciais contemporâneas, e além, como um pensamento para entender o Brasil. Particularmente no momento atual com o acirramento do conservadorismo em um país de relações sociais historicamente construídas sob o racismo em variadas dimensões de discriminação.

Na sua estrutura a tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro estabelecemos as bases conceituais e a contextualização histórica necessária para a compreensão da articulação entre racismo e capitalismo. Situamos o racismo como elemento estrutural e estruturante de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e a manutenção das relações sociais. Ou seja, seu alcance abrange a economia, a política e a cultura como fundante nas sociedades capitalistas e mantêm-se na contemporaneidade como elemento dinâmico que favorece, condiciona e preserva relações de exploração e condições de desigualdade em todas as dimensões da vida social.

No segundo capítulo elencamos as categorias e os desafios do método dialético que servirão de base analítica para identificação e análise da apropriação da teoria marxiana e da tradição marxista nas obras de Clóvis Moura. São problematizadas no capítulo a própria concepção de construção de categoria e as categorias de totalidade, modo de produção, dialética, alienação, contradição/conflito, práxis, bem como as perspectivas que possibilitaram a criação da categoria práxis negra e a sua validade para pesquisas sobre a realidade brasileira.

No terceiro apresentamos algumas contribuições da pesquisa para a formação em serviço social acentuando o papel do acervo teórico-metodológico das ciências sociais e humanas, particularmente aquele legado pela teoria social crítica é um pressuposto para desvelar a realidade social. E a imprescindibilidade da apropriação deste acervo pelo serviço social articular-se às expressões concretas da realidade, de modo a potencializar a elaboração de propostas de trabalho compatíveis com a existência real de sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras, cujas desigualdades sociais, condensadas na questão social são vividas a partir de condições específicas e diferenciadas de raça, classe e gênero. Nesta direção procuramos no capítulo explorar as possibilidades postas pelas Diretrizes Curriculares do Serviço Social em seus núcleos de fundamentação para a implementação de uma educação das relações étnico-raciais no Serviço Social em uma perspectiva antirracista.

No quarto capítulo abordamos analiticamente as cinco obras selecionadas de Moura, considerando aspectos históricos e teórico-metodológicos, o que nos abre um leque bastante amplo e significativo para aprofundar estudos sobre a realidade brasileira contemporânea a partir de categorias que contribuem na estruturação da práxis negra como uma categoria de análise, ao mesmo tempo que constitui elemento estratégico de transformação social.

Nas considerações finais desenvolvemos brevemente reflexões sobre a atualidade do pensamento Moura para revitalizar os marcos que adensaram politicamente a luta antirracista no país, ou seja, refazer criticamente os percursos de fortalecimento dos movimentos sociais negros como sujeitos coletivos e históricos. E destacamos a práxis negra como categoria que é simultaneamente a explicação científica de um acontecimento, de uma realidade e o resgatar dos nexos que constituem esta realidade e consideramos que investigar e analisar os efeitos das resistências negras na organização social do Brasil é também resgatar a nossa verve resistente como elemento identitário, mas principalmente como catalisador de transformações democráticas e significativas na realidade.

1. O RACISMO COMO ELEMENTO ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

Nossas considerações tomam o racismo como elemento estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais. Afirmar que o racismo é estrutural implica pensá-lo como sendo relativo ao fundamento das sociedades ocidentais contemporâneas, o que abrange as dimensões da economia, da política e da cultura. Não se trata, portanto, de uma anomalia no interior de um sistema, mas de um modo próprio de funcionamento.

De outra parte, o racismo também é um estruturante, então funciona como elemento dinâmico que favorece, condiciona e mantém um tipo específico de racionalidade. É um agente expressivo que articulado a outros, como por exemplo o patriarcado e o sexismo, impede a erosão das relações de exploração e das condições de desigualdade presentes em todas as dimensões da vida social.

A racionalidade aludida está demarcada pelos processos de colonização das Américas e da construção de um novo modelo de espaço/tempo que se espraia mundialmente como padrão de poder. Quijano²⁰ (2005) considera como eixos fundamentais dois movimentos históricos que convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo: 1) A codificação hierárquica das diferenças entre

²⁰ Com vistas ao adensamento da discussão sobre o caráter estrutural do racismo e sua relação com o capitalismo parto das proposições do sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928) que desenvolve o conceito de colonialidade do poder. Para ele as transformações sociais no continente latino-americano passam, necessariamente, por uma superação na própria esquerda de uma visão eurocêntrica. “O "nacionalismo" dominou virtualmente todo o debate das esquerdas na América Latina durante o século XX, com uma associação puramente ideológica com o "socialismo", sobretudo porque ambas as vertentes buscavam o controle do mítico Estado-Nação, precisamente em países nos quais, [...], a colonialidade do poder havia feito historicamente inviável o projeto liberal/eurocêntrico de um moderno estado-nação”. (QUIJANO, 2008). Os trabalhos de Quijano têm influenciado os campos de estudos de teórica crítica e decoloniais (o uso do termo decolonial é uma indicação de diferenciação entre este campo de estudos e as lutas por descolonização). Os estudos decoloniais se constituem a partir dos anos 1990 no período de redemocratização da América latina por intelectuais que inspirados pelo debate pós-colonial fundam o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos. Deste grupo sai uma dissidência que propõe a decolonização da epistemologia latino-americana, incluindo os estudos pós-coloniais pautados exclusivamente em referências europeias. “Enquanto os pós-coloniais se aproximavam das correntes pós-modernas e pós-estruturalistas, os decoloniais voltaram-se para um projeto semelhante aos dos teóricos críticos de esquerda. Isso significa que, assim como os teóricos críticos de esquerda, os decoloniais buscam a emancipação de todos os tipos de dominação e opressão, em um diálogo interdisciplinar entre a economia, a política e a cultura” (ROSEVICS, 2017, p.189)

conquistadores e conquistados sintetizada na ideia de raça²¹, que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros, como uma ideia constitutiva, fundacional das relações de dominação que a conquista exigia; 2) A articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial, que nas Américas foi sintetizado em um modo de produção baseado no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo.

Todos os modos de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articulados em torno do acúmulo de capital e da expansão do mercado mundial. Isso significa que todas as formas desde a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e até o assalariamento estavam diretas ou indiretamente vinculadas ao sistema em desenvolvimento. E cada uma delas não pode ser considerada mera extensão de seus antecedentes históricos. Precisam ser historicizadas como categorias sociológicas novas, na medida em que, naquele contexto não apenas existiam de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma estavam articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si.

Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005, p. 108).

As novas identidades produzidas a partir da ideia de raça foram associadas com a natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho.

²¹ “Raça” é um conceito que não corresponde para os seres humanos a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo determinado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de “raça” permite - ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (GUIMARÃES, 2009, p. 11)

Assim, raça e divisão do trabalho estruturalmente associadas passaram a reforçar-se mútua e dinamicamente, ao mesmo tempo em que também se articularam com a opressão ao gênero feminino²². E ainda que raça, divisão do trabalho e gênero não dependam entre si para existir ou transformar-se, mesmo assim impôs-se em nível global uma sistemática divisão racial e de gênero do trabalho que persiste e se reatualiza no mundo contemporâneo.

As relações sociais fundadas com este sentido de raça produziram nas Américas identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniram outras. Assim, termos como espanhol, português e europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas e reflexos do padrão de dominação que se impunha. Raça e identidade racial se estabeleceram como instrumentos de classificação básica da população. “Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial” (QUIJANO, 2005, p. 108).

Daí a pertinência da problematização do significado político de raça e do seu constituinte o racismo e porque sua politização é ao mesmo tempo um elemento intrínseco de sua composição e uma construção histórica.

Conforme Munanga²³ (2003) a etimologia do termo *raça* advém do latim *ratio*, que significa categoria, espécie e inicialmente seu uso estava relacionado à

²² Sobre a interseccionalidade entre racismo e sexismo Cf. GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984, p. 223-244; DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

²³ Para demonstrar o percurso histórico e as ideologizações do significado de raça trabalharemos com as proposições do antropólogo e professor Kabenguele Munanga (1940). De origem congoleza, mas vivendo no Brasil desde a década de 1980, tem uma contribuição importante para o pensamento crítico sobre a realidade social e cultural brasileira a partir de reflexões sobre a condição do negro nesta sociedade. Publicou inúmeros artigos e escreveu ou organizou diversos livros, dentre os quais: *Negritude: usos e sentidos* (1986), *A revolta dos colonizados* (1995), *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial* (1996), *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (2004) e *Superando o racismo na escola* (2006). “Desde então, pôde compreender por dentro, ao mesmo tempo em que olhava de fora, o dilema das relações raciais no Brasil” (JAIME; LIMA, p. 508, 2013).

classificação das espécies animais e vegetais na zoologia e na botânica, particularmente pelo naturalista sueco Lineu (1707-1778).

O alargamento do campo semântico da palavra raça, tem uma dimensão temporal e está relacionado a processos sociais específicos. A partir dos séculos XVI-XVII o conceito passou efetivamente a atuar nas relações entre as classes sociais da França, identificando os Francos – de origem germânica, em oposição aos Gauleses – integrantes da plebe. Em 1684, François Bernier usou o termo para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados. Progressivamente os conceitos de raças “puras” e “híbridas” da botânica e da zoologia foram transportados para legitimar relações de dominação entre classes (nobreza e plebe). Contudo, naquele período ainda não estavam indicadas diferenças fenotípicas entre os indivíduos, o que contava era a descendência.

Até o final do século XVII os debates sobre as diferenças entre os grupos humanos tiveram a península ibérica como locus em função da primazia nas navegações que propiciaram o contato com povos diferentes do padrão europeu ocidental. No século XVIII o monopólio da Igreja nas explicações para os fenômenos da vida social, cedeu lugar à racionalidade científica. O debate sobre a humanidade dos “novos” povos foi recolocado a partir do conceito de raça existente nas ciências naturais e originou as questões da Antropologia física.

A classificação da diversidade humana em raças diferentes parte de um fato empírico – a variabilidade humana –, no entanto, os conceitos e classificações cientificamente construídas sob a justificativa de operacionalizar o pensamento acerca da espécie humana, na verdade desembocaram nas hierarquizações que construíram o caminho do racismo no mundo moderno.

A cor da pele, no século XVIII foi considerada como um critério fundamental na divisão entre raças. Assim, a partir de uma terminologia “científica” absorvida pelo imaginário coletivo, a humanidade foi dividida em branca, negra e amarela. São divisões estanques, que de forma alguma contemplam a diversidade humana. E nem mesmo estão corretas, do ponto de vista biológico, pois a cor da pele é definida pelos graus de concentração de melanina nos indivíduos.

[...] o conceito de raça tal como empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica [e político-ideológica]. [...] o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam (MUNANGA, 2003)

Nestes termos, à parte a inexistência de raças, a persistência de seu uso pelos sujeitos na realidade concreta das relações sociais justifica sua utilização crítica como categoria de análise social e política. Não perdendo de vista sua historicidade como categoria social de dominação e exclusão, determinante do racismo.

A difusão das ideias sobre raças faz parte de uma ideologia montada para justificar o domínio e a expansão de determinadas nações sobre povos considerados racialmente inferiores, não civilizados ou incapazes de civilizar-se sozinhos. A partir do século XIX com a intensificação do poderio das nações europeias frente aos demais povos tomaram vulto as discussões e comparações entre as diferentes culturas, a medida da evolução dos povos e a construção de teorias científicas de classificação entre os grupos sociais a partir de suas características fenotípicas e hábitos culturais.

Na transição entre os séculos XX e XXI o sentido biológico perdeu espaço no interior do conceito de raça. As diferenças decretadas como insuperáveis entre os grupos começaram a basear-se em essencializações histórico-culturais. O racismo construído com base nas diferenças culturais e identitárias tornou-se o elemento legitimador de invasões territoriais e opressões.

[...]. Embora a raça não exista biologicamente, isto é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam. O difícil é aniquilar as raças fictícias que rondam em nossas representações e imaginários coletivos. Enquanto o racismo clássico se alimenta na noção de raça, o racismo novo se alimenta na noção de etnia defendida como um grupo cultural, categoria que constitui um lexical mais aceitável que a raça (MUNANGA, 2003).

O racismo moderno como componente dinâmico tem um significado mais abrangente e estrutural na ideologia de dominação. Nesta direção, admitir o papel social, ideológico e político do racismo nas sociedades pós-coloniais é uma condição para a compreensão da constante reatualização de sua polimorfia e ambivalência.

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças. (MOURA, 1994b)

Nos períodos anteriores ao capitalismo,

[...] as tentativas feitas para justificar a dominação europeia sobre os indígenas eram fundadas em crenças sobrenaturais. Como os europeus eram cristãos, ao contrário dos povos submetidos, nada mais lógico e natural de que o Deus todo-poderoso dos cristãos recompensasse os seus adeptos. Os donos de escravos negros podiam inclusive justificar a escravidão em uma passagem do Velho Testamento, no qual se lê que os filhos de Cam foram condenados a ser lenhadores e aguadeiros. Obviamente, essas razões sobrenaturais logo começaram a perder seu valor e em seguida os brancos imaginaram outras justificativas mais de acordo com a natureza. A doutrina da seleção natural e da sobrevivência do mais apto foi um argumento que veio a calhar. A rapidez com que esse conceito puramente biológico chegou a dominar em todos os campos e atividades do pensamento europeu nos dá a ideia da necessidade urgente que se precisava para justificar a dominação. Nessa teoria universalmente aceita, a dominação europeia encontrou a forma de justificar-se que estava procurando. Já que os brancos haviam conseguido mais êxito que as outras raças, tinham de ser, per se, superiores a ela. O fato de que essa dominação tinha data muito recente foi justificado alegando-se que o europeu médio não tinha perspectiva mundial, assim como os outros argumentos que procuravam demonstrar que as raças restantes ocupavam na realidade uma posição inferior na escala da evolução física (LINTON apud MOURA, 1994b).

O racismo “científico” como ideologia de sustentação do sistema colonial corroborou por um lado, com o extermínio das populações originárias dos territórios ocupados e de outro, erigiu uma sólida justificativa ao apresamento e tráfico de africanos para trabalho escravo nas colônias. Um dos fatores determinantes para acumulação capitalista nos países europeus.

No início do século XIX os teóricos racistas substituíram as alegações vagas por explicações que sustentaram como “científicas”. O auge da antropometria ocorreu com a disseminação das pesquisas de Gobineau, Ammon, Broca, Levi e Quatrefages que investigavam se os habitantes das cidades eram superiores (por questões biológicas) aos camponeses pela sua capacidade craniana; se os nórdicos eram superiores aos alpinos ou, se os mediterrâneos eram superiores a outras “raças” europeias (Moura, 1994b).

[...] entrava-se na época aguda do colonialismo e as disputas pelos territórios conquistados ou a serem conquistados. E a antropossociologia apresentava-

se como reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o branco –, que passa a se contrapor ao restante das populações não civilizadas, dependentes, e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o nórdico, o alpino, o mediterrâneo, que passam a ser, de modo genérico, componentes da raça branca. E essa raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos. (MOURA, 1994b)

A partilha da África, no século XIX dividiu o mundo entre os brancos civilizados europeus e os povos não-brancos “bárbaros” e “selvagens”. O colonialismo foi ordenado pelo racismo científico, como o “requisito civilizatório”. Esta visão de mundo fundamentava não só o roubo das riquezas, mas a apropriação/negação de suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o mais que os povos constituíram, estruturaram e dinamizaram durante séculos antes de terem seus territórios invadidos.

Com a passagem do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), o racismo foi remanejado em sua função instrumental. As metrópoles construíram e passaram a propagar um discurso de que as ex-colônias seriam áreas habitadas por povos indolentes, geneticamente incapazes de constituir poupanças internas que os elevassem ao nível dos países brancos, que pelos seus próprios valores inatos teriam se desenvolvido, ao contrário do mundo não-branco fadado ao subdesenvolvimento (MOURA, 1994b).

Uma das ideias que legitimava a dominação com base nas incapacidades naturais era a teoria pensamento pré-lógico de Lévy Bruhl (1857-1939), que condenava alguns povos a uma posição de dependência circular. Isso porque defendia que seu atraso era consequência de sua própria estrutura psicológica, sendo refratários e impermeáveis à experiência e à razão e essencialmente religiosos. Estabelecia uma divisão inflexível, pois esse pré-logismo impediria definitivamente determinados grupos humanos de passar de uma economia natural para a economia monetária (lógica).

Sobre este aspecto Marx e Engels escreveram, em 1848:

[...] devido ao rápido desenvolvimento dos instrumentos de produção e dos meios de comunicação, a burguesia arrasta na corrente da civilização até as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e faz capitular os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção. Numa palavra, modela o mundo à sua imagem” (MARX; ENGELS, 1981, p.24.).

O imperialismo multiplicou as formas do racismo, que foi modernizado na medida da necessidade de estratégias mais sofisticadas de dominação. Assim, o refinamento do pré-logismo derivou em caracterizar os movimentos de libertação que se dinamizavam nas regiões colonizadas ou dependentes como etnocêntricos, chauvinistas, xenófobos, nacionalistas e messiânicos, ou ainda como movimentos pré-políticos.

Na percepção de Moura,

Embora o conceito de movimentos pré-políticos tenha sido cunhado por um historiador grandemente ligado ao pensamento marxista – E. J. Hobsbawn – acreditamos que ele seja eurocêntrico, elitista e uma forma neoliberal de analisar e interpretar a dinâmica social. Se o aceitarmos, seriam excluídos como políticos todos os movimentos do chamado Terceiro Mundo; a luta de Zapata e Pancho Villa, no México; a de Sandino, na Nicarágua; o movimento camponês de Pugachov, na Rússia; todos os movimentos de libertação da África, como o kinganbista, incluindo os Mau Mau e o de Lumumba. Tudo seria englobado sob o rótulo de milenarismo, salvacionismo ou messianismo, e seria descartada sua essência política. Os povos “inferiores” não tinham condições de entrar no sentido universal da história, eram a-históricos. Com isto justificava-se a repressão contra eles e os seus líderes. Fora dos padrões normativos dos valores políticos europeus, civilizados e “normais”, não existiam movimentos que pudessem ser enquadrados como aceitos pelas nações dominadoras, como continuadores do “sentido” da civilização. As próprias lutas de libertação nacional eram (como acontece até hoje) consideradas revoltas intertribais, movimentos atípicos e perturbadores do processo civilizatório. Não tínhamos acesso à história, à civilização e à igualdade de direitos. A nossa inferioridade congênita e inapelável – biológica e psicológica – nos reduzia a satélites do processo civilizatório (1994b).

O racismo é um componente ideológico do capitalismo. Não por acaso a fundamentação de suas ideias se desenvolve na Inglaterra e na França – berços das revoluções burguesas em suas dimensões política, ideológica e econômica – e depois se amplia dinamicamente na Alemanha. Posteriormente perpetua-se, multiplicando e complexificando suas formas em estreita vinculação com o imperialismo dos países de capitalismo central em escala planetária e nas dinâmicas internas dos países periféricos.

O racismo moderno se constitui articulado ao sistema capitalista e a confluência do capitalismo com as doutrinas biológicas de seleção natural e superioridade genética contribuíram para a hegemonização do racismo “científico” como justificativa para perpetuação da invasão de territórios e dominação de povos, mesmo com o fim do período colonial.

Daí concordarmos com Moura (1994b) que “a questão racial é essencialmente política [...]”. E não pode ser compreendida em suas múltiplas dimensões se a interpretarmos como mero problema de constatação teórica desprovida de desdobramentos práticos. Pelo contrário, devemos partir de uma posição crítica radical que tenha como objetivo ações de reformulação política e modificação dos polos de poder. Ou continuará sendo, no caso brasileiro e latino-americano, uma questão sempre inconclusa se não for analisada como componente estrutural do sistema de dominação econômica, política e cultural.

Na América Latina, o racismo, como ideologia do colonialismo, penetrou fundo no pensamento da elite intelectual colonizada. Todo o arsenal “científico” que vinha da Europa sobre a questão racial era aqui repetido sem ser filtrado, não porque fosse a “última palavra da ciência”, mas porque já vinha com o julgamento das metrópoles. Na contracorrente expressava-se uma visão democrática e não racista do problema, como por exemplo, Jean Finot (1856-1922), que em seu livro *O preconceito racial*, declarou: “as raças como categorias irreduzíveis existem somente como ficções nos nossos cérebros”. E mais: “as diferenças culturais existem e foram assinaladas neste livro, porém somente são produtos transitórios, como resultado de circunstâncias externas, e desaparecerão do mesmo modo” (apud MOURA, 1994b).

Em nossa percepção os estudos sobre raças e classes sociais, particularmente nas sociedades pós-coloniais, demandam aproximações diretas com as obras marxianas e marxistas clássicas e, sobretudo, com autores marxistas não europeus, para pensar a partir das conexões e desdobramentos destas duas categorias as especificidades das transições de sociedades coloniais escravistas para o capitalismo, notadamente como capitalismo dependente.

Daí a premência de ampliarmos nos cursos da área das ciências sociais, como por exemplo, o serviço social, o uso das obras de autores vinculados à tradição

marxista que tenham estas complexidades nacionais e latino-americanas como centrais no debate.

1.1 Formação e estruturação racial do pensamento social brasileiro

Os estudos sobre as origens do Estado capitalista e das classes sociais em ex-colônias escravistas requerem indagações mais abrangentes acerca dos processos e dos sujeitos históricos atuantes na formação político-econômica, social e histórica brasileira. Uma perspectiva que demanda uma abordagem teórico-metodológica baseada na sociologia e na historiografia críticas.

Nestes termos, o próprio modo de construção de seu pensamento justifica para nós a escolha das obras de Clóvis Moura como objeto de pesquisa da tese, na medida em que demonstram a dinâmica da história em termos das suas forças sociais para a compreensão da formação da sociedade nacional, de pontos de vista transformadores.

Um dos pressupostos de nosso estudo é que as classes sociais não são definidas unicamente pelas posições que os sujeitos ocupam na sociedade, do ponto de vista estrito das relações de trabalho. Pois, são determinantes também as relações culturais, o conjunto de ideias e valores que organizam e dão sentido às determinações concretas da realidade. Isso significa que as classes não nascem prontas, se constituem relacionalmente pela interação, pela luta por seus interesses comuns.

No caso brasileiro, a exemplo de outros países latino-americanos, os processos coloniais, o modo de produção escravista e os abolicionismos com poucos direitos são condicionantes estruturais e incidem no reconhecimento das diversas dimensões político-culturais presentes na constituição do proletariado nacional.

No Brasil o pós-abolição foi sucedido por uma República que manteve quase inalteradas as estruturas presentes no período anterior, com a persistência das

oligarquias agrárias. Neste quadro, o racismo foi alicerçado por novas roupagens “científicas”, pois se colocava como problemática nacional a inclusão dos escravizados e seus descendentes na identidade nacional.

Apesar das diferenças de pontos de vista, a busca de uma identidade étnica única para o País tornou-se preocupantes para vários intelectuais desde a primeira República: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre etc., para citar apenas os mais destacados. Todos estavam interessados na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, ou seja, na questão da definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil como nação. O que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional era a fundamentalmente a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas de culturas e valores civilizatórios tão diferentes de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadão, numa só nação e num só povo. (MUNANGA, 2008, p. 48-49)

Com a agudização da crise do capitalismo na Europa dos anos 1920, o racismo foi impulsionado pelo nazifascismo. A tendência racista da intelectualidade tradicional se revigorou com a ideologia eugênica – atenuada como práticas de saúde e higienismo –, que defendia publicamente a esterilização e a segregação dos indivíduos considerados desequilibrados, segundo os critérios racialistas de avaliação. E para intelectuais como Oliveira Viana, a imigração branca seria uma solução, para algo que em sua opinião não constituía um conflito como nos Estados Unidos.

Não há perigo de que o problema do negro venha a surgir no Brasil. Antes que pudesse surgir seria logo resolvido pelo amor. A miscigenação roubou o elemento negro de sua importância numérica, diluindo-o na população branca. Aqui o mulato, a começar da segunda geração, quer ser branco, e o homem branco (com rara exceção) acolhe-o, estima-o e aceita-o no seu meio. Como nos asseguram os etnólogos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura das raças é facilitada pela prevalência do “elemento superior”. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É óbvio que isso já começou a ocorrer. Quando a imigração, que julgo ser a primeira necessidade do Brasil, aumentar, irá, pela inevitável mistura, acelerar o processo de seleção (apud MUNANGA, 2008, p. 75).

Entretanto, na transição dos séculos XIX e XX também despontaram iniciativas negras de positivação da participação dos negros na construção da nação. Uma delas é o artigo de Manuel Querino²⁴, *O colono preto como fator da civilização brasileira*,

²⁴ Manuel Raimundo Querino (1851-1923) foi um intelectual negro, fundador do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e da Escola de Belas Artes, pintor, escritor, líder abolicionista e pioneiro nos registros antropológicos da cultura africana na Bahia. Além de livros sobre desenho e artes escreveu dois clássicos para a história e a etnografia do negro brasileiro: *A Bahia de Outrora* e *A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia*. Ramos (1956) assim resume a biografia de Querino: “Nasceu a 28 de

publicado em 1918 pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia. No texto Querino conta em forma de uma saga narrada em seis capítulos a trajetória dos escravizados africanos no Brasil enfatizando a sua qualificação para o trabalho e o seu papel preponderante na formação da riqueza nacional.

Contudo, os argumentos usados por Querino precisam ser contextualizados em relação à sua época, quando o "branqueamento" do Brasil era apresentado como uma política oficial de estado, visto que o pensamento dominante era o de que a cultura negra era inferior em relação à branca.

A tese do branqueamento se impôs como uma salvação contra a “degeneração racial” consequente da miscigenação e como a esperança para um desenvolvimento econômico e étnico equivalente aos das nações brancas. Foi o propulsor da aceleração de estratégias de exclusão dos não-brancos da composição genética do Brasil. A Constituição de 1891 proibiu a imigração africana e asiática para o país e os governos federal e estaduais da Primeira República (1891-1930) e estabeleceu medidas de financiamento público para atrair e facilitar a fixação europeia. Segundo Andrews (1998) 2,5 milhões de europeus migraram para o Brasil entre 1890 e 1914, sendo 987 mil com passagens de navio pagas por subsídios do Estado. No interior destes números destaca-se a política imigrantista específica para São Paulo que entre 1888 e 1928 levou 2,1 milhões de europeus para o estado, o que representou mais

julho de 1851, na cidade de Santo Amaro, na Bahia. A sua infância foi atribulada, como aliás toda a sua vida. A epidemia de 1855, em Santo Amaro, levava-lhe os pais. Foi confiado aos cuidados de um tutor, o professor Manuel Correia Garcia, que o iniciou nas primeiras letras. Tendo apenas o curso primário Manuel Querino lançou-se à aventura, aos dezessete anos alistando-se como recruta [...]. Voltando à Bahia, começou a trabalhar nas fainas modestas de pintor e decorador. Sobrava-lhe tempo, porém, para estudar francês e português, no Colégio 25 de março e no Liceu de Artes e Ofícios, de que foi um dos fundadores. [...], matriculou-se na Escola de Belas Artes, [...]. Obteve diploma de desenhista em 1882. Seguiu depois o curso de arquitetura, com aprovações distintas. [...]. Distinguiu-se no magistério exercendo os cargos de desenho geométrico no Liceu de Artes e Ofícios e no Colégio de Órfãos de São Joaquim. [...]. Fundou os periódicos *A Província* e *O Trabalho* onde defendeu os seus ideais republicanos e abolicionistas. [...]. Bateu-se pelas causas trabalhistas e operárias, tornando-se um verdadeiro líder da sua classe, em campanhas memoráveis que o conduziram à Câmara Municipal. Ali [...] foi ele contrário às leis de exceções, às reformas injustas, descontentando aos senhores da situação, mas ao mesmo tempo ganhando as simpatias daqueles que seriam prejudicados por tais reformas, que apenas serviriam para acomodar amigos e protegidos da situação dominante. [...]; e isso custou-lhe a não-reeleição, retirando-se satisfeito para a sua obscuridade, desvanecido de que soubera cumprir seu dever. [...] . No seu modesto cargo de 3º Oficial da Secretaria da Agricultura, sofreu os mais incríveis vexames. Foi consecutivamente preterido em todas as ocasiões em que era de justiça a promoção. [...]. Secretários e chefes de serviço desinteressavam-se da sorte do negro, que iria um dia passar à história do seu país. [...]”. (apud MOURA, 2013, p. 333)

da metade do total da imigração europeia para o país inteiro no mesmo período (p. 93).

E foi nestas circunstâncias que defendia uma caracterização de *colonos* para os africanos escravizados. Exemplificando através da aptidão dos negros para o trabalho a sua contribuição ao processo civilizatório brasileiro, ele reivindicava a absorção da força de trabalho negra que foi sistematicamente substituída e marginalizada no pós-abolição.

No capítulo I - *Portugal no meado do século XVI*, caracteriza a inaptidão do povo português para uma colonização de povoamento e explica a escolha pela mão-obra africana.

Mal sucedido com o indígena que abandonara o litoral para embrenhar-se na floresta virgem, a metrópole mudou de rumo, e, a exemplo de outras nações da Europa, e, de parceria com o árabe, firmou o seu detestável predomínio no celeiro inesgotável, que fora o Continente negro, arrancou dali o braço possante do africano para impulsionar e intensificar a produção de cereais e da cana-de-açúcar e desentranhar doseio da terra o diamante e metais preciosos (QUERINO, 1918, p. 145).

No capítulo II - *Chegada do africano no Brasil, suas habilitações*, apresenta historicamente as habilidades dos africanos como consequência das invasões árabes aos territórios africanos, datadas do século VII.

Levando-se em conta o grau de cultura atingindo por esses invasores [árabes, missionários muçulmanos], com tais predicados, não resta a menor dúvida de que foram eles os introdutores dos conhecimentos indispensáveis ao modo de viver do africano nas florestas, nas planícies, nas matas, nas montanhas, vigiando os rebanhos, cultivando os campos, satisfazendo assim as necessidades mais rudimentares da vida. Acrescente-se a essa circunstância, a fundação de feitorias portuguesas em diversos pontos do Continente, e, chegar-se-á à conclusão de que o colono preto, ao ser transportado para a América, estava já aparelhado para o trabalho que o esperava aqui, como bom caçador, marinheiro, criador, extrator do sal, abundante em algumas regiões, minerador de ferro, pastor, agricultor, mercador de marfim, etc. Ao tempo do tráfico já o africano conhecia o trabalho da mineração, pois lá abundava o ouro, a prata, o chumbo, o diamante e o ferro (Ibidem, p.146).

Ao contrário das proposições correntes sobre a superioridade dos grupos brancos e sua “natural” propensão civilizatória Querino denuncia o caráter violento e desumano das invasões portuguesas.

Não contentes com escravizar o índio brasileiro, destruindo-lhe tribos e nações inteiras, como se deu no Maranhão e no Pará, como se fez no Guairá,

na zona do Sul, no século XVII, e porque o escravo indígena era mui inconstante e menos seguro, sobre ser uma propriedade muito controvertida entre os colonos e as autoridades, voltaram os colonizadores do Brasil vistas cobiçosas para as terras da África e daí retiraram a mais rica mercadoria que lhes não forneciam os silvícolas americanos (Idem).

E também apresenta uma descrição negativa do português em sua relação com a tarefa de colonizar produtivamente o território. Ao mesmo tempo chega a louvar as obrigações impostas aos escravizados por terem possibilitado a primazia da sua habilitação ao trabalho.

A idéia de riqueza fácil banira da mente do aventureiro faminto o amor do trabalho, que era considerado uma função degradante. Por mais respeitável que fosse a ocupação era ela desprezada pelos reinóis de pretensões afidalgadas. Esta circunstância, porém, favoreceu aos homens de cor nas aplicações mecânicas, e mesmo algumas liberais, cuja aprendizagem valia como um castigo infligido aos humildes, como se fora ocupação infamante. Só a estes era dado trabalhar.

No capítulo III - *Primeiras idéias de liberdade, o suicídio e a eliminação violenta dos senhorios* expõe em formato poético o desgosto com a escravidão.

A nostalgia apoderou-se dos infelizes; e o filho do deserto adusto, recordando a impetuosidade do vento, o murmúrio brando da cascata, o eco adormecido das florestas do torrão natal, angustiado pelo rigor da escravidão cruel, mortificado de pesares, uma única idéia lhe perpassava na mente, um pensamento único lhe assaltava o espírito: a idéia sacrossanta da liberdade que ele tinha gravada no íntimo de sua alma (Idem).

E as primeiras expressões de resistência dos escravizados.

Os mais impacientes atiravam-se à correnteza dos rios ou as -águas revoltas do mar, atezados por desespero sem nome, na incerteza de obter o bem perdido, sem a mais tênue miragem da esperança, sob a esmagadora persuasão de resultarem na terra amada.

Os estrangulamentos voluntários, as bebidas tóxicas e suplícios outros foram os mais prontos recursos de que lançaram mão para extinguir uma existência tão penosa. Depois; entenderam os escravizados que o senhorio era quem devera padecer morte violenta, a que se entregavam os infortunados cativos (Idem).

No capítulo IV - *Resistência coletiva, Palmares, levantes parciais*, Querino identifica uma evolução na resistência negra exemplificadas na fuga e organização de núcleos de trabalho coletivos, os quilombos. Neste capítulo equipara a situação dos africanos escravizados com a dos escravos gregos.

A Roma antiga, que tantos povos escravizou, viu um dia, estupefacta e aterrada, um Espartaco à testa de um exército de escravos. No Brasil a

escravidão também impeliu o africano a suas revoltas, e ao seu desforço. Lá foi a guerra servil com todos os seus horrores; em Palmares os elementos aí congregados não tiveram por alvo a vingança: bem ao contrário, o seu objetivo foi escapar à tirania e viver em liberdade, nas mais legítimas aspirações do homem (Idem)

E considera inclusive, a estratégia dos quilombolas de Palmares superior à dos romanos.

A devastação, de que se fizeram pioneiros os escravos romanos, inspirava terror a todos os que tinham notícias de sua aproximação. Os fundadores de Palmares não procederam de igual modo; procuraram refúgio no seio da natureza virgem e aí assentaram as bases de uma sociedade, a imitação das que dominavam na África, sua terra de origem, sociedade aliás mais adiantada do que as organizações indígenas. Não era uma conquista movida pelo ódio, mas uma afirmação legítima do desejo de viver livre, e, assim, possuíam os refugiados dos Palmares as suas leis severas contra o roubo, o homicídio, o adultério, as quais, na sua vida interna observavam com rigor. (QUERINO, 1918)

Deduzimos que sua ênfase nas capacidades de organização social dos palmarinos e sua disposição para o cumprimento das leis são contraposições, por exemplo, ao discurso racista de Raimundo Nina Rodrigues em *As raças humanas e responsabilidade penal no Brasil* (1894) que designava como “populações incivilizadas”, “espécies incapazes” os negros, índios e mestiços e com base nessa premissa reivindicava no código penal uma diferenciação da responsabilidade penal em função dos diferentes estágios evolutivos das raças no país. E dadas as desigualdades entre as raças, a igualdade dos indivíduos perante a lei se converteria em pura repressão, pois estes grupos inferiores não teriam o nível de desenvolvimento psíquico adequado para discernir seus atos. Assim, para Nina Rodrigues o mais correto seria a institucionalização e a legislação da diferença (Munanga, 2008).

No capítulo V - *As juntas para as alforrias*, são descritas as ações de arrecadação organizadas no século XIX para o resgate na forma da lei. O destaque são as capacidades dos negros para o planejamento de estratégias para liberdade em consonância com o padrão de racionalidade dominante. Nesta perspectiva, o trabalho, mesmo escravo ganhava algum sentido, na medida em que, poderia contribuir para financiar a compra de alforrias.

Extenuado por uma série de lutas constantes, cerceado por todos os meios, em suas aspirações, mas, firme, resoluto, confiante em seu ideal, o africano escravo não se desiludiu, não desesperou; tentou outro recurso, na verdade, mais conforme com o espírito de conservação - a confiança no trabalho próprio.

Ainda não existiam as caixas econômicas, pois que a primeira fundada na Bahia data de 1834, não se cogitava ainda das caixas de emancipação e das sociedades abolicionistas, antes mesmo de se tornar tão larga como depois se tornou a generosidade dos senhorios, concedendo cartas de alforria ao festejarem datas íntimas, e já havia as caixas de empréstimo, destinadas pelos africanos à conquista de sua liberdade e de seus descendentes, caixas a que se denominavam – “Junta”.

Com esse nobilíssimo intuito reuniam-se sob a chefia de um deles, o de mais respeito e confiança, e, constituíam a caixa de empréstimos. Tinha o encarregado da guarda dos dinheiros um modo particular de notações das quantias recebidas por amortização e prêmios. (QUERINO, 1918)

Finalmente, no capítulo VI - *O africano na família, seus descendentes notáveis*, é perceptível como Manuel Querino antecipou algumas das ideias que Gilberto Freyre desenvolveu em *Casa Grande e Senzala* (o livro de Querino, *A raça africana e seus costumes na Bahia*, de 1916, consta nas suas referências). A defesa da valorização da cultura negra na formação do Brasil e também a sua relação com os senhores no ambiente doméstico lembram algumas das descrições que compõem os capítulos IV e V – O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro.

Uma vez removido para o lar doméstico, o escravo negro, de natureza afetiva, e, no geral, de boa índole e com a sua fidelidade a toda a prova, a sua inteligência, embora inculta, conquistava a estima dos seus senhores pelo sincero devotamento, e sua dedicação muitas vezes até ao sacrifício.

As mães negras eram tesouro de ternura para os senhores moços no florescimento da família dos seus senhores. Desse convívio no lar, resultaram as diversas modalidades do serviço mais íntimo, surgiram então a mucama de confiança, o laçao confidente, a ama de leite carinhosa, os pajens, os guarda-costas e criados de estima.

Porém, diferente de Freyre, a positivação feita por Querino abrange uma qualificação do negro como um espírito trabalhador, cioso de sua própria família e base fundamental da nação.

Trabalhador, econômico e previdente, como era o africano escravo, qualidade que o descendente nem sempre conservou, não admitia a prole sem ocupação lícita e, sempre que lhe foi permitido, não deixou jamais de dar a filhos e netos uma profissão qualquer. Foi o trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil: foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria, etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque, como fator da civilização brasileira.

Outra dimensão antecipada por Querino, em oposição à tese da degenerescência, foi a defesa da mestiçagem fator de superioridade nacional que exemplificava com relação de notáveis descendentes de africanos. Por isso, afirmava

desnecessária a vinda de imigrantes brancos para o mercado de trabalho, pois o Brasil já tinha sido civilizado pelos africanos e, portanto, por descendência, o trabalhador nativo seria muito mais capacitado do que o estrangeiro para enfrentar os desafios da sociedade brasileira.

Do convívio e colaboração das raças na feitura deste País, procede esse elemento mestiço de todos os matizes, donde essa plêiade ilustre de homens de talento que, no geral, representaram o que há de mais seletivo nas afirmações do saber, verdadeiras glórias da nação. Sem nenhum esforço pudemos aqui citar o Visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, Eunápio Deiró, a privilegiada família dos Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Agostinho, Visconde de Inhomirim, Saldanha Marinho, Padre José Maurício, Tobias Barreto, Lino Coutinho, Francisco Glicério, Natividade Saldanha, José do Patrocínio, José Teófilo de Jesus, Damião Barbosa, Chagas, o Cabra, João da Veiga Murici e muitos outros, só para falar dos mortos. Circunstância essa que nos permite asseverar que o Brasil possui duas grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço. Tratando-se da riqueza econômica, fonte da organização nacional, ainda é o colono preto a principal figura, o fator máximo.

Com a recomposição ideológica ordenada pelo golpe institucional de 1930, outras perspectivas intelectuais também começaram a despontar. Neste período, a exacerbação do nacionalismo abriu espaço para a xenofobia que tomou vulto como um elemento central da mobilização política da classe média e culminou no movimento Integralista de cunho fascista, fundado em 1932 em São Paulo, o estado com mais imigrantes no país. Entre 1930 e 1931, o governo federal impôs restrições à imigração ao país, e ao emprego de estrangeiros no comércio e na indústria, com a justificativa da defesa do trabalhador nacional.

A realidade brasileira tornou-se ponto de discussão através do confronto entre a realidade nacional e as ideias importadas sobre ela. Uma parte considerável dos estudiosos queria decifrar o enigma brasileiro e interferir na construção de seu futuro. Discutia-se o caráter da identidade nacional e os obstáculos ao desenvolvimento do país. Neste curso, o Estado passou a investir na educação superior para a formação de quadros para o debate mais aprofundado acerca dos problemas do país e também para a chancela acadêmica das decisões do governo. O ensino dominado pela Igreja – não foi totalmente superado – mas perdeu espaços para o ensino laico. Sob a influência universitária, a história começou a aproximar-se das ciências sociais o que ampliou os estudos sobre a realidade brasileira pelos vieses econômico e social.

Algumas das tendências mais influentes do pensamento social da década de 1930 sobre a formação social do Brasil nos levam a ponderações importantes sobre as produções intelectuais posteriores e o imaginário social acerca dos negros como elemento identitário da nação, particularmente a sua inserção como trabalhadores livres.

As interpretações feitas por Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, 1933), Sergio Buarque de Hollanda (*Raízes do Brasil*, 1936) e Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil contemporâneo*, 1942) – representantes intelectuais de segmentos em disputa pela hegemonia intelectual e política – expressam concepções diferentes acerca da formação da identidade nacional. Porém, todas são elaboradas com vistas a um projeto de Brasil. Por isso são produções que apresentam uma releitura do passado, uma apreensão do presente (décadas de 1930 e 1940) e uma prospecção de futuro. Assim, existem elementos que diferenciam e aproximam esses autores em suas exposições.

Dos três autores destacamos em síntese: o elogio à mestiçagem como peculiaridade positiva do país e à colonização portuguesa, privilegiando a continuidade em relação à mudança (Freyre); a caracterização dos brasileiros como pouco afeitos a normas gerais e impessoais em função da colonização ibérica através da crítica à essa herança na cultura nacional (Hollanda); e a compreensão da evolução da economia brasileira a partir de ciclos ligados à exportação de produtos-chave, trazendo a ideia de ruptura com a ideologia colonial em uma perspectiva marxista (Prado Jr.).

No espaço de uma década foram publicadas as três obras consideradas clássicos do pensamento social brasileiro a respeito da formação nacional, que são ainda hoje os textos básicos dos cursos de ciências sociais. Elas refletem o debate, iniciado ainda na década de 1920, sobre a identidade nacional, o projeto de condução e desenvolvimento do país como nação e a integração a partir da diversidade cultural originada pela colonização e as imigrações.

Quando Freyre escreveu *Casa Grande & Senzala*, o Brasil vivia uma reconfiguração da vida política e social, com o fim da República Velha e a implantação de um projeto de desenvolvimento econômico e industrial.

O plano de modernização tinha como proposta uma identidade nacional que assumiu um sentido racial no qual elementos de origens díspares aparecem integrados. Ainda que tal projeto inflija uma crise aguda na ordem oligárquica, não ocorreu propriamente um rompimento com a organização social vigente. Mas foi colocada “em xeque a validade das interpretações do Brasil produzidas quando ela ainda era incontestável”. (Reis, 1999, p. 117).

A realidade brasileira tornou-se ponto de discussão através do confronto entre a realidade nacional e as ideias importadas para entendê-la. A maioria dos intelectuais queria decifrar o enigma brasileiro e interferir na construção de seu futuro. Discutia-se o caráter da identidade nacional e os obstáculos ao seu desenvolvimento nos moldes das potências estrangeiras.

O esforço de transformar o Brasil numa sociedade branca europeia nos trópicos fracassou. Ao fazê-lo, reabriu a questão do caminho do desenvolvimento futuro do Brasil e do caráter racial de sua identidade nacional. Em 1933, uma resposta foi oferecida pelo intelectual e teórico social Gilberto Freyre, que retomou o diálogo entre o Brasil e seus interlocutores do Atlântico Norte, mas agora em termos diferentes. Os proponentes do branqueamento tinham buscado europeizar o Brasil e torná-lo branco; Freyre, em contraste, aceitou que o Brasil não era nem branco nem europeu, e que nunca o seria. Em vez de a Europa dos trópicos, o Brasil estaria destinado a ser um novo mundo nos trópicos: um experimento exclusivamente americano no qual europeus, índios e africanos tinham se juntado para criar uma sociedade genuinamente multirracial e multicultural (ANDREWS).

Nesse sentido, *Casa Grande & Senzala* é uma obra de interpretação do Brasil, que procura demonstrar a existência de um acordo entre diferentes tipos de vivência e diferentes padrões culturais como fruto de uma solução original, brasileira. Considera que ocorreu um bem-sucedido ajustamento – através da miscigenação – para um profundo desajustamento ocasionado pela escravidão. Contudo, a recriação do passado feita por Freyre é uma revivência da cultura em que ele próprio nasceu, agrária nordestina.

Freyre faz um uso aparentemente não biológico da miscigenação para explicar o Brasil e idealizar uma identidade nacional. Para tal, desloca o eixo do debate do conceito de raça para o de cultura, procurando um distanciamento entre o biológico e o cultural. Dessa forma, interpreta como unificação as interações entre grupos sociais divergentes e arbitra um modelo de integração racial, à primeira vista, pela via da cultura.

Como consequência da mestiçagem biológica ocorreu a cultural, uma vez que as raças formadoras do povo brasileiro. [...]. As bases que sustentam o mito da democracia racial estão lastreadas, portanto, em uma dupla mestiçagem: a biológica e a cultural (SISS, 2003, p. 47).

Nesta interpretação a sociedade brasileira ultrapassa os conflitos de origem, pois o fator que prevalece na análise é a miscigenação em si, destituída das condições e dos aspectos violentos que a ocasionaram. É como se as diferentes raças formadoras sociedade brasileira simplesmente tivessem se misturado e selado acordos de convivência harmoniosos, quando comparados com a sociedade dos Estados Unidos, por exemplo. E foram sintetizadoras da crença em uma real democracia racial no país, um mito que se instalou no imaginário do pensamento nacional e que abafou as discussões sobre relações raciais e racismo em várias instâncias, principalmente no universo acadêmico.

Seria possível perceber-se, então, porque as desigualdades a que estão sujeitos os negros e os mestiços, na atualidade brasileira, são entendidas como desigualdades *sociais* e não *raciais*, pois as raças que comporiam o “mosaico étnico” nacional se entendera, porque se misturaram e, ao se misturarem, eliminaram a possibilidade da existência de uma discriminação com a variável raça. Este é o dogma central do mito da democracia racial (SISS, 2003, p. 49)

O antagonismo fundante que caracteriza a sociedade brasileira – a relação senhor/escravo – foi amortecido. Nesse sentido, o uso ideológico do “mosaico étnico” nacional – empiricamente confirmado pela composição miscigenada da sociedade – contribuiu para a expulsão da problemática racial nos debates sobre planejamento e políticas públicas.

A obra de Sergio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil* considera que a vinda do português para a colônia em busca de riquezas – com espírito aventureiro e não de trabalho – contribuiu para impedir a realização de uma identidade nacional de caráter positivo e de uma sociedade civil organizada capaz de conter as intempéries provocadas por um Estado demasiado forte e constituído por uma elite.

Para Hollanda, diferente de Freyre, era necessário um rompimento com as raízes ibéricas através de uma revolução brasileira. Uma revolução pela via da racionalização progressiva da sociedade, uma ruptura com o tradicional para a viabilização do moderno. Os indivíduos que compõem a sociedade precisariam assimilar seus direitos como cidadãos e não como beneficiários de favores. E

incorporar normas e leis na vida cotidiana como direitos e deveres e não como privilégios. Contudo, também acreditava que a *plasticidade social* e a sua própria propensão à mestiçagem foram fatores que contribuíram para a melhor adaptação do português no Brasil.

[...]. Essa modalidade do seu caráter, que os aproxima das outras nações de estirpe latina e, mais do que delas, dos muçulmanos na África, explica-se muito pelo fato de serem os portugueses, em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços (HOLLANDA, 2008, p. 53).

Porém, renega o que considera como característica personalista do povo brasileiro: a transformação de todas as relações sociais e políticas em termos pessoais e familiares.

[...]. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em via de organizar-se politicamente (HOLLANDA, 2008, p. 61).

E em relação especificamente à influência dos negros na “população em vias de se organizar politicamente”, destaca:

À influência dos negros, não apenas como negros, mas ainda, e, sobretudo, como escravos, essa população não tinha como oferecer obstáculos sérios. Uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial. Nos próprios domínios da arte e da literatura ela encontra meios de exprimir-se, principalmente a partir dos Setecentos e do rococó. O gosto do exótico, da sensualidade brejeira, do chichibéismo, dos caprichos sentimentais, parece fornecer-lhe um providencial terreno de eleição, e permite que, atravessando o oceano, vá exhibir-se em Lisboa, com os lundus e modinhas do mulato Caldas Barbosa:[..].

Sinuosa até na violência, negadora das virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, a “moral das senzalas” veio a imperar na administração, na economia e nas crenças religiosas dos homens do tempo. A própria criação do mundo teria sido entendida por eles como uma espécie de abandono, um languescimento de Deus (HOLLANDA, p. 61-62, 2008).

A obra de Caio Prado Jr., publicada em 1942, pode ser considerada um marco na mudança de perspectiva teórico-metodológica das teorias sociológica e histórica brasileiras. A partir do que ele denomina “o sentido da colonização”, há uma proposta de desvendar todos os aspectos da nossa vida econômica, política, social e cultural norteada pelo materialismo histórico.

Prado Jr. atribui ao rumo dado à colonização as mazelas da sociedade brasileira. E o conceito de modo de produção presente em sua obra está dominado pela esfera da circulação e pela amplificação da estrutura econômica como dimensão determinante de análise. Assim, suas análises estão centradas na forma particular como o país se inseriu no mercado externo desde os meados do século XVI. Uma economia colonial voltada, exclusivamente, para produção monocultora e comercialização de produtos primários, a partir de uma estrutura econômico-social assentada na grande propriedade rural e no trabalho escravo.

Diferente de Freyre, não trata de explicar a situação do país através da “raça”, do clima, da escravidão ou das características psicológicas dos colonizadores, mas de interpretá-la em função do sentido da colonização para a produção objetiva e subjetiva do país, no decorrer dos séculos. A relação de dependência com a metrópole (colonialismo) e posteriormente com os países centrais (imperialismo) originou-se na colonização e perduraria até a atualidade.

Por outro lado, em relação aos aspectos raciais presentes na obra, o texto de Prado Jr. é influenciado por Freyre ao considerar o esquema de integração das três raças formadoras do país e a mestiçagem como uma solução positiva da colonização portuguesa. Entretanto sustenta ter sido o seu fator determinante a forma particular de colonização e não a índole portuguesa pouco provida de preconceitos raciais.

[...] O que pesou muito mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país. No momento que nos ocupa, a situação era naturalmente muito mais grave. [...] O tráfico africano se mantinha, ganhava até em volume, despejando ininterruptamente na colônia contingentes maciços de populações semibárbaras. O que resultará daí não poderia deixar de ser este aglomerado incoerente e desconexo, mal amalgamado e repousando em bases precárias que é a sociedade colonial brasileira. Certas consequências serão mais salientes: assim, o baixo teor moral nela reinante, que se verifica entre outros sintomas na relaxação geral de costumes, assinalada e deplorada por todos os observadores contemporâneos, nacionais e estrangeiros. Bem como o baixo nível e ineficiência do trabalho e da produção, entregues como estavam a pretos boçais e índios apáticos. O ritmo retardado da economia colonial tem aí uma de suas principais causas (PRADO JR., 2008, p. 274).

Consideramos que as questões presentes no desenvolvimento das ideias de nação e a inclusão dos diferentes segmentos raciais como cidadãos de direitos estão intrinsecamente ligadas às noções de identidade, pertencimento e organização da

sociedade civil. Por isso, ainda que seja possível construir uma “verdadeira” visão do Brasil, ela não pode ser unívoca.

Assim, perspectiva que orienta nossas reflexões é de que as três interpretações citadas não se excluem, ainda que tenham miradas teórico-metodológicas e ideológicas diferenciadas. Portanto, não podem ser consideradas completas ou definitivas, pois nenhuma delas articulou o racismo, como uma questão fundamental das relações sociais, ou seja, como uma questão que está na base da formação da subjetividade da sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito às categorias trabalhador e cidadão. Assim, adotando um recorte diferente do usual acreditamos que as produções de pensamento social nas décadas de 1930 e 1940 não estão restritas aos clássicos citados.

Cabe aqui pontuarmos também nesse período a existência de uma intelectualidade negra como contraponto das visões hegemônicas e produtora de pensamentos sobre a identidade nacional.

A partir dos anos de 1940, começa a ganhar corpo uma potente ideologia nacional que reúne os principais elementos dessa agenda histórica de lutas: a democracia racial. [...], ainda que tal ideologia tenha sido desenvolvida por intelectuais brancos como Gilberto Freyre (1940) e Arthur Ramos (1943), ela ganhou rapidamente a adesão dos principais intelectuais negros mobilizados na luta antirracista, como aqueles ligados ao jornal Quilombo. Mais que isto, [...], tais intelectuais modificaram o sentido freyreano da democracia racial – o de uma matriz cultural híbrida em que a mestiçagem, tanto biológica, como cultural, diluía quase que naturalmente as diferenças sociais, políticas e culturais atreladas às raças humanas – para transformá-lo no ideal de igualdade política e cultural entre pessoas de cores e origens diversas, numa sociedade ainda dominada por valores estéticos inculcados pelo colonialismo português. (GUIMARÃES, 2004, p.)

Dois dos intelectuais que podemos citar nesta direção são Abdias do Nascimento²⁵ e Guerreiro Ramos²⁶.

O pensamento de Abdias do Nascimento refletia o diagnóstico do problema do negro articulado ao modo como a abolição e a transição para o trabalho livre no Brasil destituíram a população de negra de condições para uma inserção maciça no mercado de trabalho.

A base puramente romântica da campanha abolicionista, a ausência de estudos sociológicos objetivos em torno da situação e do futuro da raça e do povo brasileiro permitiram que os africanos e seus descendentes fossem

²⁵ Abdias do Nascimento (1914-2011) foi intelectual, político, poeta, teatrólogo, ator, escritor, artista plástico, professor universitário e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras. Participou da Frente Negra Brasileira nos anos 1930 e ajudou a organizar o Congresso Afro-Campineiro em 1938. Viajou por vários países da América do Sul como integrante do grupo de poetas Santa Hermandad Orquídea. Na volta ao Brasil, foi preso por resistir a agressões racistas e criou na Penitenciária de Carandiru, em 1941, o Teatro do Sentenciado. Ao sair fundou no Rio de Janeiro, em 1944, o Teatro Experimental do Negro - TEN, que rompeu a barreira de cor nos palcos brasileiros e formou a primeira geração de atores e atrizes dramáticos negros do teatro brasileiro e a criação de uma literatura dramática afro-brasileira. Organizou 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950) e a Convenção Nacional do Negro (1945-46), que propôs à Assembleia Nacional Constituinte de 1945 políticas afirmativas e a definição da discriminação racial como crime de lesa-Pátria. Assumiu em 1950 a curadoria do Museu de Arte Negra e inaugurou sua primeira exposição em 1968 no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Em 1968 durante viagem aos Estados Unidos num intercâmbio com o movimento negro norte-americano se tornou indiciado em inquéritos policial-militares no âmbito do Ato Institucional n. 5. Permaneceu 12 anos exilado e foi professor de várias universidades. No retorno ao Brasil participou da redemocratização. Fundou o PDT (Partido Democrático Trabalhista) ao lado de Leonel de Moura Brizola. Como deputado federal elaborou, em 1983, a primeira proposta de legislação instituindo políticas públicas afirmativas de igualdade racial. Continuou defendendo essa proposta, no período de 1991 a 1999, como senador. Professor Emérito da Universidade do Estado de Nova York e Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Brasília, Federal e Estadual da Bahia, do Estado do Rio de Janeiro, e Obafemi Awolowo da Nigéria. Foi oficialmente indicado ao Prêmio Nobel da Paz de 2010, em função de sua defesa dos direitos civis e humanos dos afrodescendentes no Brasil e no mundo. Fonte: <http://ipeafro.org.br/>.

²⁶ Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) foi um sociólogo e político brasileiro. Em 1942 diplomou-se em Ciências pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, e em 1943 formou-se bacharel em Direito. Assessorou o presidente Getúlio Vargas (1951-1954). Foi diretor do departamento de sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) que se destinava ao estudo, ensino e divulgação das ciências sociais, e cujos dados e categorias eram aplicados à análise da realidade brasileira. O Iseb constituiu um importante núcleo de formação da ideologia "nacional-desenvolvimentista" que impregnou o sistema político brasileiro no período entre 1954 e 1964. Guerreiro Ramos foi autor de dez livros dentre eles: *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (1957), *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963) e *A Redução Sociológica - Introdução ao Estudo da Razão Sociológica* (1965). Jornalista, colaborou em O Imparcial, da Bahia, O Diário, de Belo Horizonte, e Última Hora, O Jornal e Diário de Notícias, do Rio de Janeiro. Foi professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina, professor da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da FGV e dos cursos de sociologia e problemas econômicos e sociais do Brasil promovidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Deputado federal pelo Rio de Janeiro na legenda da Aliança Socialista Trabalhista, formada pelo PTB e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados de agosto de 1963 a abril de 1964, quando teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1. Deixou o país em 1966, radicando-se nos Estados Unidos, onde passou a lecionar na Universidade do Sul da Califórnia. Faleceu em Los Angeles, Califórnia. Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/guerreiro_ramos.

libertos do jugo escravocrata e se vissem de uma hora para outra sem casa, sem comida, e sem trabalho. Já a ninguém mais interessava o braço do negro, quando operários mais capazes aportavam em nosso mercado, escoraçados pela grave crise européia, provocada pelo surto industrial nascido após a descoberta da máquina a vapor (NASCIMENTO apud GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p.148).

Guerreiro Ramos foi de início, influenciado pelas teorias evolucionistas da época Guerreiro percebia o dito “preconceito de cor” como sendo um problema de origem econômica, cultural e educacional não propriamente racial. Desse modo, a luta dos negros deveria ser contra a sua própria desigualdade em relação aos brancos.

Por outro lado, grande número de negros brasileiros ainda não se incorporou à cultura dominante no Brasil, que é a européia de base latina. Existe uma cultura negra no Brasil com seu sincretismo religioso, seus hábitos alimentares, sua medicina de “folk”, sua arte, sua moral, etc. O mundo mental destes grupos é incompatível com o das classes dominantes. O negro brasileiro pode “branquear-se”, na medida em que se eleva economicamente e adquire os estilos comportamentais dos grupos dominantes. O “peneiramento” social do homem de cor brasileiro é realizado mais em termos de cultura e de “status” econômico, do que em termos de raça (Ramos apud Guimarães; Macedo, 2008, p. 152).

Apesar da concordância quanto a necessidade de instrumentalizar os negros para a competição na sociedade do trabalho, Abdias Nascimento divergia de Guerreiro Ramos no que considerava uma resignação presente nesta maneira de encarar a questão do negro no país.

Durante quase todo o período de após abolição, o negro rezou por essa cartilha de assistir de braços cruzados e sorriso nos lábios, à sonegação dos seus direitos de cidadão. Sua decadência atual, em grande parte, pode ser levada à conta desse comportamento contemplativo e resignado. E isso é tão verdade quando se examina o combate ao racismo no Brasil[...]. É preciso viver no seio das organizações negras para se constatar que o seu espírito de luta não é demagógico nem puramente sentimental. O que há é o aproveitamento das lições sociológicas de Gilberto Freyre e Arthur Ramos, orientando suas atitudes em bases democráticas, sem sectarismos, e longe dos ódios que isolam e separam os homens. (NASCIMENTO apud GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p. 154).

Posteriormente o reconhecimento por parte de Guerreiro da existência do preconceito de cor na sociedade brasileira (anos mais tarde, em 1981 afirmou que o Brasil era o país mais racista do mundo) motivou sua participação no Teatro Experimental do Negro (TEN) que havia sido fundado por Abdias do Nascimento em 1948.

Há cinco anos passados, o fundador do TEN me procurava para obter meu apoio à sua iniciativa e eu o despistei, como se despista

a um demagogo e a um negro ladino. Ficou, entretanto, deste encontro a curiosidade pelo movimento. Acompanhei o TEN. Várias conversas, vários encontros com o fundador do TEN. E em certo momento vi, enxerguei a pista jamais suspeitada que ele estava abrindo a vida nacional [...].

A força daquela intuição venceu as minhas resistências e até mesmo o meu escrúpulo em confundir-me com certo tipo de reivindicador contumaz (RAMOS, 1950, apud SHIOTA, 2014, p. 78).

As ações do TEN eram de caráter político, cênico, artístico, de grupoterapia. Envolviam também a promoção de novos estudos sobre as condições dos negros na sociedade e atividades políticas práticas para influenciar a opinião pública e as autoridades para a necessidade de projetos públicos para as populações negras. Segundo Guerreiro Ramos os objetivos do TEN englobavam: a formulação de categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial no Brasil; a reeducação dos 'brancos' brasileiros, libertando-os de critérios exógenos de comportamento; 'descomplexificação' dos negros e mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento, de modo que possam tirar vantagem das franquias democráticas, em funcionamento no país. (RAMOS, 1957 apud SHIOTA, 2014, p. 79).

Em paralelo às citadas iniciativas do TEN sobre a situação do negro no Brasil ocorreram nos anos de 1951 e 1952, uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil patrocinadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)²⁷. As investigações foram desenvolvidas em regiões economicamente tradicionais, como o Nordeste, e em áreas modernas localizadas no Sudeste, tendo em vista apresentar ao mundo os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época, singular e bem-sucedida, tanto interna quanto externamente. Esse programa de estudos, que ficou conhecido como Projeto UNESCO²⁸, não apenas gerou um amplo e diversificado quadro das relações

²⁷ Maio (1999) afirma a ocorrência de uma influência do movimento negro no Projeto UNESCO por meio dos impactos do Congresso do Negro Brasileiro de 1950 sobre três sociólogos participantes: Charles Wagley, Roger Bastide e Costa Pinto. E crê que citado evento “patrocinado pelo Teatro Experimental do Negro procurou mudar a natureza do projeto, atribuindo-lhe um caráter nitidamente político”.

²⁸ Em junho de 1950, a 5ª sessão da Conferência Geral da Unesco, realizada em Florença, aprovou a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil. Os resultados das pesquisas do Projeto Unesco foram publicados em: WAGLEY, Charles *et al.* **Race and class in rural Brazil**. Paris, Unesco, 1952; AZEVEDO, Thales. **Les élites de couleur dans une ville brésilienne**. Paris, Unesco, 1953; COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953; BASTIDE, Roger e

raciais no Brasil, mas também contribuiu para o surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista. (Maio, 1999).

Os estudos sobre as relações raciais no Brasil desenvolvidos a partir da Escola de Sociologia Paulista na Universidade de São Paulo receberam financiamento da UNESCO na mesma época dos estudos realizados por Charles Wagley e Marvin Harris, estes últimos inspirados na tese de que o panorama racial brasileiro seria diferente da situação nos EUA e da África do Sul, onde haviam leis de segregação racial. Os estudos provocaram uma renovação nas análises sobre a condição dos negros na sociedade brasileira. E uma contribuição teórica que se tornou uma contraposição ao paradigma da democracia racial.

Uma hipótese é de que a UNESCO foi impressionada pela ideia de que o Brasil era uma democracia racial. Numa época em que o mundo havia saído de uma guerra onde o racismo foi um componente ideológico determinante. Contudo, os resultados dos estudos contrariaram as expectativas. Os produtos das pesquisas revelaram uma realidade de preconceito racial em paridade com o preconceito de classe, o que abriu a discussão para considerações sobre o racismo como constitutivo da sociabilidade na sociedade brasileira. E sobre este aspecto Ianni faz a seguinte interrogação:

[...]: como é possível afirmar e reafirmar a democracia racial num país em que as experiências de democracia política são precárias e que a democracia social, se existe, é incipiente? Isso é minimamente uma contradição, um paradoxo num país oriundo da escravidão, autocrático, com ciclos de autoritarismos muito acentuados. (2004b, p. 15)

Em referência a estas dinâmicas históricas que a todo tempo articulam universalidades e particularidades, a leitura da realidade na perspectiva de totalidade requer uma ortodoxia – não de posições cristalizadas e deterministas – mas, uma ortodoxia do método dialético. No sentido de uma historiografia que cogite a formação da sociedade nacional nos limites impostos por uma legalidade democrática burguesa e por um capitalismo dependente, cuja superação não está na construção de uma

FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955; NOGUEIRA, Oracy. Relações raciais no município de Itapetininga, in: BASTIDE, Roger; Fernandes Florestan (orgs.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955 (Reeditada com o título de Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga pela Edusp em 1998); RIBEIRO, René. **Religião e relações raciais**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1956. (MAIO, 1999).

economia autônoma, mas na superação do próprio capitalismo, mediante a organização das classes trabalhadoras e tendo como base o *(re)conhecimento* das singularidades latino-americanas. É nesse horizonte que a literatura de Clóvis Moura, como uma interpretação do Brasil, se apresenta no campo de nossa pesquisa.

2. ALGUMAS CATEGORIAS E DESAFIOS METODOLÓGICOS

A identificação e análise da apropriação da teoria marxiana e da tradição marxista nas obras de Clóvis Moura, particularmente as mediações realizadas a partir das categorias de totalidade, modo de produção, dialética, alienação, contradição/conflito, práxis, bem como as perspectivas que possibilitaram a construção da categoria práxis negra demandam algumas problematizações sobre o método marxiano e a sua validade para pesquisas sobre a realidade brasileira.

Uma das primeiras questões que se apresenta é sobre as divergências teóricas que envolvem o(s) marxismo(s) e tem relação com diferenciações internas na produção do próprio Marx ao longo de sua vida, o acesso que os pensadores posteriores tiveram às suas obras e as necessidades objetivas destes últimos em relação à teoria social marxista para resolver os problemas do seu tempo.

Talvez porque o próprio Marx, não estivesse preocupado em ser marxista encontramos em seus escritos de diferentes épocas conceitos divergentes e até imprecisos típicos do processo de construção de um pensamento que não está preso a dogmas. Por isso a gênese de sua teoria social é alvo de controvérsias, bem como a definição de sua obra como filosofia, sociologia ou economia política. Nenhuma destas polémicas é isenta de contradições.

A divisão dos escritos de Marx em uma periodização arbitrada em “jovem” e “maduro” enseja a questão sobre quais aspectos determinam o amadurecimento de seu pensamento. O problema costuma centrar-se na transição de Marx da filosofia para a economia, à medida que as suas pesquisas para *O capital* tendem ao aprofundamento das categorias econômicas, o que supostamente teria significado que os aspectos filosóficos de Marx ficaram nos escritos de sua juventude. Esta leitura economicista, identificada como marxismo ortodoxo configurou uma cisão na teoria social, visto que os escritos do período de 1843 a 1846²⁹ que abordam filosoficamente a genericidade do ser humano, emancipação política e emancipação humana, opressão contra as mulheres, ideologia e alienação são centrais para o entendimento

²⁹ Somente Marx: Crítica da filosofia do direito de Hegel (1843); Sobre a questão judaica (1844); Manuscritos econômico-filosóficos (1844); Teses sobre Feuerbach (1845); Sobre o suicídio (1846). Escritos com Engels: A sagrada família (1845); A ideologia alemã (1845-1846).

global dos trabalhos posteriores em uma perspectiva de transformação social. Certamente pesa o fato de que alguns textos só foram difundidos ao grande público a partir dos anos 1920. No entanto, *A Ideologia alemã*, por exemplo, foi alvo de intensa luta ideológica, pois seus trechos confrontavam-se com as demandas do processo revolucionário da Rússia no pós 1917.³⁰

Posteriormente, a divulgação do marxismo passou a ocorrer no âmbito da internacionalização do Partido Comunista e do projeto político da União Soviética a partir da década de 1930, menos como teoria social e mais como manual revolucionário, por vezes subtraído da sua dimensão subversiva, a dialética, para compreensão crítica e transformação da realidade a partir da desalienação do homem, da supressão do estranhamento de si. Carentes de dialética as cartilhas de análise da sociedade enviadas pelo comitê central russo para todos os Partidos Comunistas no mundo são apropriadas como guia de interpretação das diferentes realidades nacionais.

No bojo dos desdobramentos do marxismo no mundo é importante fazer considerações sobre a relação entre a teoria social marxista e as especificidades do continente latino-americano. Um dos problemas presente desde o princípio é a

³⁰ “Saídos da obscuridade em 1921, os textos que compõem *A ideologia alemã* ainda aguardam edição definitiva. No árduo trabalho de editoração dessa obra inacabada, dotada de inúmeras lacunas e imprecisões, com algumas páginas faltando e outras tantas roídas por ratos, instalou-se desde o início uma grande controvérsia sobre sua verdadeira forma final. A polêmica girou fundamentalmente em torno do capítulo “I. Feuerbach”, deixado pelos autores como um conjunto de rascunhos e anotações esparsos. No contexto da luta ideológica da época que confrontava stalinistas e socialdemocratas, era necessário que o primeiro capítulo[...] fosse apresentado não como uma formulação incompleta, tão vigorosa quanto irregular, de uma “visão materialista do mundo”, mas como a inequívoca exposição inaugural de um novo método: “o materialismo histórico dialético”, do qual, dizia-se, dependia o futuro das massas trabalhadoras. Essa luta ideológica explica porque, em 15 de fevereiro de 1931, David Rjazanov, [...] editor da Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA) acabou preso pela polícia de Stalin e substituído por Vladimir Adoratskij, [...]. Apesar de problemática quanto a à constituição do texto, a edição de Rjazanov tinha, entre muitos méritos, o de reconhecer o caráter inacabado do manuscrito[...]. Na nota editorial dizia-se: “A primeira parte [...] não foi levada até o fim nem elaborada num todo unitário”, suas partes “não formam nenhuma unidade”, afirmação que, [...] estava em perfeita harmonia com o que o próprio Engels reconhecia já em 1888: “A seção sobre Feuerbach não está acabada. A parte que foi concluída consiste numa apresentação da concepção materialista da história que só prova o quão incompletos ainda eram, à época, nossos conhecimentos sobre a história econômica. A própria crítica da doutrina feuerbachiana padece dessa incompletude [...]” Bastante diferente, porém, era o juízo expresso [...] sob o comando de seu novo editor, Adoratskij: “[...] em nenhuma outra obra da juventude encontramos as questões fundamentais do materialismo dialético esclarecidas de forma tão completa e exaustiva”. [...]” (ENDERLE, 2007, p. 17-18).

definição da feição da revolução a partir de determinadas análises (totalizantes) das diferentes formações sociais e as estratégias e táticas políticas derivadas.

Löwy (2012, p. 9) esquematiza três períodos na história do marxismo latino-americano: 1) revolucionário (1920 -1930)³¹ – cuja expressão teórica é o peruano José Carlos Mariátegui (1895-1930) e a manifestação prática mais relevante a insurreição salvadorenha de 1932; 2) stalinista (1930-1959) – hegemonia da interpretação soviética do marxismo e da teoria da revolução por etapas; 3) novo período revolucionário após a Revolução cubana (1959) com ascensão de correntes radicais inspiradas na *Guerra de guerrilhas, um método* (1963) de Che Guevara (1928-1967).

Em todos os períodos, o que para o autor se coloca como tendência é um movimento pendular entre duas oposições. De um lado, o *excepcionalismo* indo-americano que absolutiza a cultura, a história e estrutura social da América latina chegando a rejeitar a validade do marxismo como teoria europeia em contribuir com a estratégia revolucionária, e de outro, o *eurocentrismo* com avaliações de atraso e imaturidade das ex-colônias. Sendo esta última, na opinião de Löwy (2012) a tendência que influenciou de modo decisivo o debate marxista latino-americano:

Foi o eurocentrismo, mais do que qualquer outra tendência, que devastou o marxismo latino-americano. Com este termo queremos nos referir a uma teoria que se limita a transplantar mecanicamente para a América latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX. Para cada aspecto da realidade europeia estudado por Marx e Engels – a contradição entre forças produtivas capitalistas e relações feudais de produção, o papel historicamente progressista da burguesia, a revolução democrático-burguesa contra o Estado feudal absolutista – procurou-se laboriosamente o equivalente latino-americano, transformando assim o marxismo em um leito de Procusto, sobre o qual a realidade era impiedosamente “recortada” ou “esticada” conforme as necessidades do momento. Usando esse método, a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a burguesia local considerada como progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista etc. Nessa problemática toda a especificidade da América latina foi implícita ou explicitamente negada, e o continente concebido como uma espécie de Europa tropical, com seu desenvolvimento retardado de um século, e sob o domínio do império norte-americano (p. 11).

³¹ Conforme pesquisa de Löwy (2012, p. 14), “o marxismo foi inicialmente introduzido e disseminado na América Latina por imigrantes alemães, italianos e espanhóis por volta do final do século XIX. Surgiram os primeiros partidos operários, os primeiros pensadores valeram-se das ideias marxistas e surgiu uma corrente inspirada pela II Internacional[.]”. Nestas décadas foram fundados na América Latina os primeiros Partidos Comunistas ou Socialistas (filiados à III Internacional): 1918: Argentina; 1919: México; 1920: Uruguai; 1922: Brasil, Chile; 1925: Cuba; 1928: Peru; 1930: El Salvador.

Consideramos que é a superação tanto de um particularismo hipertrofiado, como de um dogmatismo universalista que pode promover uma leitura das realidades nacionais latino-americanas em termos de unidade dialético-concreta entre as dimensões do particular e universal.

Isso significa, por exemplo, entender que a história do trabalho no Brasil e nos demais países latino-americanos foi forjada a partir das lutas dos povos negros, indígenas e mestiços, escravizados e oprimidos primeiro pela colonização e pela escravidão e, depois pelo capitalismo e pelo imperialismo. E o marxismo, se não for apropriado como um dogma, mas como fundamento teórico-metodológico para uma ação criativa e transformadora tem muito a contribuir, pois do ponto de vista das classes populares e das relações de produção “a história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita” (Moura, 1995).

2.1 Breve sistematização das categorias e suas apreensões por Moura

A dialética marxista tem origem na análise crítica da “lógica” mistificada da dialética e do conceito idealista de trabalho em Hegel. Mas, não se trata de uma crítica no sentido de recusar o conhecimento hegeliano ou meramente julgá-lo.

Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais [...] (NETTO, 2011, p. 18).

Na orientação hegeliana a dialética da negatividade como princípio motor e gerador consiste em tomar,

a autoprodução do homem como um processo, a objetivação como desobjetivação, como exteriorização e suprassunção dessa exteriorização; é que compreende a essência do *trabalho* e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque homem efetivo, como resultado de seu *próprio trabalho* (MARX, 2010, p. 123; itálicos originais).

Todavia, “ele vê somente o lado positivo do trabalho, não seu [lado] negativo. O trabalho é o *vir-à-ser para si do homem* no interior da *exteriorização* ou como *homem exteriorizado* (Ibid., p. 124; itálicos originais).

Ianni (1982) destaca que Marx encara o homem a partir de uma dupla e simultânea inserção, “no processo produtivo ao mesmo tempo que produzindo-se”. E por este prisma percebe que o trabalho humano também pode desalienar. “O pensamento pode coisificar, mas também descobrir a coisificação e apanhar outros movimentos do real. A dialética da negatividade não se resolve no processo da interpretação, mas no de transformação do real” (p. 11).

A derivação dialética materialista é pensada a partir das contradições internas dos fenômenos. O jogo dialético da passagem do abstrato ao concreto real e vice-versa parte do nível mais alto de abstração e vai procedendo concretizações progressivas no sentido da aproximação multilateral com a realidade fatural (Gorender, 2013).

No método marxiano o movimento das categorias ocorre como ato de produção real. Estas expressam aspectos fundamentais das relações dos homens entre si e com a natureza e são construídas no desenvolvimento do conhecimento e da prática social (Marx, 1983). A análise histórica das relações sociais que os homens estabelecem na produção de bens para a manutenção e reprodução da vida social é a fonte da qual são extraídas as categorias, compreendidas em duplo sentido: ontológico e reflexivo.

Elas são *ontológicas* na medida em que têm existência real, histórico-concreta: elas são formas, modos de existência do ser social, que funcionam e operam efetivamente na vida em sociedade, independentemente do conhecimento que tenham os homens a seu respeito. Quando através da reflexão, do pensamento racional, da análise teórica, os homens tomam consciência delas, conseguindo apreender a sua estrutura fundamental (a sua *essência*) a partir da visibilidade imediata que apresentam (a sua *aparência*) – quando, enfim, é possível reproduzi-las, no seu dinamismo e nas suas relações, através de meios conceituais, então elas aparecem como produto do pensamento, tomando a forma de categorias *reflexivas* (NETTO; BRAZ, p. 54, 2006, grifos dos autores).

As categorias que aparecem primeiro ao pensamento são aquelas que expressam as relações determinantes, no entanto, sempre tem como pressuposto as categorias concretas.

[...]. A mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população produzindo em determinadas condições e também certos tipos de famílias, comunidades ou Estados. O valor de troca nunca poderia existir de outro modo senão como

relação *unilateral*, abstrata de um todo vivo e concreto já dado (MARX, 1996, p. 40; itálicos originais).

É na investigação de como cada categoria está ligada a totalidade do processo produtivo historicamente determinado que ocorre o desvendamento do objeto histórico. A análise marxista mostra que ele é sempre movimento, relação social entre indivíduos, superando a aparência fetichizada de que as relações são entre coisas.

[...]. O conceito deve, pois, nascer do próprio jogo do real acompanhado pelo olhar do cientista. A mais simples categoria econômica, o valor de troca, pressupõe a população, uma população produzindo em determinadas condições, e também certos tipos de famílias, comunidades ou Estados. O erro dos lógicos formais e dos economistas é duplo. Primeiro, fazer do valor de troca uma propriedade de um objeto trocável em qualquer situação histórica, deixando de diferenciar a troca de presentes entre certas etnias indígenas, a troca de indivíduos por dinheiro num mercado de escravos e assim por diante (GIANNOTTI, 2013, p. 62).

O método marxiano tem como um dos imperativos o movimento das categorias na construção do pensamento, ou ainda, que as mesmas não são apenas estruturas lógicas constituídas pela razão de forma independente. As categorias “são elementos estruturais de complexos relativamente totais, dinâmicos, cujas inter-relações dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes” (Lukács, 1979, p. 18).

A epistemologia dialética proposta por Marx implica numa visão crítica do real, ou seja, a premissa de toda análise da realidade é a crítica. O desdobramento metodológico é que a realidade não deve ser interpretada como algo descolado do sujeito do conhecimento, para que se constitua na práxis mesma deste sujeito.

Ele desenvolve esse conhecimento lembrando que não é capaz de compreender a importância da atividade revolucionária, eu diria crítica, senão no possível prático-crítica, porque o conhecimento implica, combina, articula todo o tempo o real no pensamento. (IANNI, 2011, p. 403)

As categorias se constroem a partir de um movimento do pensamento, de um método que ao mesmo tempo em que vai articulando as relações, os processos e as estruturas que constituem o seu objeto são reflexões que conferem ao objeto uma nova realidade. São ferramentas do pensamento para construir idealmente a realidade do objeto, e incorporam uma dupla dimensão compondo tanto o pensamento, como o pensado.

A compreensão do movimento das categorias aponta para uma caracterização do método em díade: histórico sistemático e estrutural (Netto, 1990 apud Pontes, 2008, p. 65-66). A primeira é que o método necessariamente se dirige a gênese do fenômeno em estudo, de modo a tomá-lo como componente do processo histórico e não apenas como resultado. Por outro lado, pode-se refletir que esta é uma distinção que demanda que o pesquisador empreenda seus esforços intelectuais para uma historicidade crítica do fenômeno estudado, sem procurar construir analogias com outros fenômenos, o que não significa abandonar, por exemplo, os estudos comparativos, como infere Moura (1994).

Muitos dos estudos que estão sendo feitos no Brasil, segundo pensamos, não partem de uma análise estrutural do escravismo, mas de uma visão analógica mais do que comparativa, tendo como referencial-modelo o sistema escravista nos Estados Unidos via autores como Genovese e outros de sua escola. A analogia, o fato analisado a partir de uma posição já aceita como matriz científica patenteada substitui a comparação *daqui para lá*, isenta de pressupostos preestabelecidos[...], isto equivale dizer que esses julgamentos de valor implícitos na análise e conclusão do modo de produção escravista no Brasil deverão passar por uma reformulação profunda, quer teórica, quer metodológica para não continuarmos na posição de Polônio respondendo ao delírio de Hamlet (MOURA, 1994, p. 24).

A segunda caracterização é o método como estrutural, que busca captar a configuração particular do objeto na organicidade interna e nas mediações que o articulam à totalidade concreta. Isso porque a gênese não engessa a estrutura, mas participa como uma dimensão de sua explicação. Por isso, “um mesmo fenômeno, em um mesmo processo histórico, em condições históricas diversas, tem sua estrutura e, principalmente suas funções alteradas” (Netto, 1990, p. 10 apud Pontes, 2008, p.67).

São processos que remetem à principal categoria do método, a *totalidade*, que configura uma perspectiva de análise, um modo de apreender a realidade articulando as suas múltiplas determinações. É primeiramente no texto de *Miséria da Filosofia* (1847) que a categoria totalidade concatena o ser social ao modo de produção capitalista. Apesar de ser uma obra em que as categorias econômicas ainda não estão sistematizadas com em *O capital* seu texto sintetiza a série de estudos que Marx desenvolve entre 1843 e 1846 cujo desdobramento é a afirmação de que todo fenômeno social é determinado em última instância pelo modo de produção, ainda que exista uma independência entre os mais variados complexos sociais.

Para Lukács (2003), o princípio revolucionário na ciência reside no domínio da categoria totalidade.

Não é o predomínio dos motivos econômicos na interpretação da sociedade que constitui a diferença decisiva entre o marxismo e a ciência burguesa, mas sim o *ponto de vista da totalidade*. A categoria de totalidade, a dominação geral e determinante do todo sobre as partes é a essência do método que Marx assumiu a partir de Hegel e, de maneira original, transformou na base de uma ciência totalmente nova (p. 105).

Nesse sentido, qualquer fenômeno social pode ser analisado por este método, posto que toda realidade concreta constitui uma totalidade com nexos entre o fenômeno e a totalidade mais complexa, o ser social. É um referencial que abarca também o sujeito do conhecimento, pois não parte de uma totalidade abstrata, atemporal em que as partes ocupam posições fixas num todo inalterável. “[...] A totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade; e se o sujeito deseja compreender a si mesmo, ele tem de pensar o objeto como totalidade. [...]” (Lukács, 2003, p. 107).

A apreensão dialética da totalidade é dinâmica, pois pretende refletir as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis da realidade concreta. E coerente com esta perspectiva Moura (1994) defende para as particularidades latino-americanas um ponto de vista teórico que destaca, por exemplo, na dinâmica escravista brasileira, as contradições estruturais que determinaram positiva ou negativamente a dinâmica dos processos internos. Neste caso é a dicotomia entre senhores e escravos, inerente a esse modo de produção que impulsiona a dinâmica social e não as áreas de estabilidade parcial que nele existiam. E são os elementos contraditórios, nas suas linhas mais gerais e significativas, que estruturam a passagem do escravismo para o trabalho livre.

[...]. Não se pode ver cada escravo como uma unidade uniforme, destacada de cada contexto específico onde se encontrava no processo da divisão do trabalho. Quando dizemos que a contradição fundamental no regime escravista era a que existia entre senhores e escravos, isto se aplica de forma genérica e abrangente (teórica) e serve como indicador para se ficar sabendo quais as forças que impulsionam o processo de dinâmica social. Isso não exclui a existência de grupos ou segmentos escravos que se mantiveram impassíveis, estáticos, dentro dessa condição (pois ela era objetiva e independia da consciência que o escravo tinha da sua existência) sem friccioná-lo, aceitando conviver e sobreviver dentro do sistema. Nesta posição ele se integrará em um universo adaptativo, neutro, sem perspectiva do devir emergente. [...] E com isso produziam áreas de estabilidade no sistema escravista. A produção e o seu ritmo (quando foram escravos produtivos)

dependerá do tipo de comportamento desses escravos, como o nível de desgaste econômico do mesmo dependerá do comportamento do escravo não adaptado a esse tipo de disciplina do trabalho. Convém destacar, também, as diferenças culturais dos escravos provindos da África e que aqui influíram no tipo de comportamento dos seus membros. (MOURA, 2004, p. 16)

Na interpretação da dinâmica que delineou a passagem do modo de produção escravista para o trabalho livre no Brasil, a partir das suas contradições estruturais, o autor salienta particularmente as categorias *contradição* e *conflito* como as causas dessa dinâmica social e não as áreas neutras e estáticas de conciliação existentes no sistema.

[...] sempre tivemos uma posição teórica oposta à daqueles cientistas sociais que igualam o fundamental, ao secundário; o substantivo, ao adjetivo; o conjunto, ao detalhe; o objetivo, ao subjetivo e o comparativo ao analógico. Procuram assim, por questões ideológicas algumas vezes invisíveis pelo recurso da erudição de fichário, que substitui o conhecimento, demonstrar que no modo de produção escravista brasileiro a conciliação, a barganha, o acordo sobrepôs-se ao conflito e ao descontentamento; a pacificação à violência e a empatia à resistência social, política e cultural nos seus diversos níveis. Para eles, os sociólogos e historiadores que trabalham com a categoria contradição e do conflito como elemento central da dinâmica social estariam se deixando influenciar por elementos emocionais extra científicos, *ideológicos*, ou por uma visão não científica das relações senhor/escravo. No entanto, há uma série de sociólogos e historiadores trabalhando atualmente, cada um a seu modo, com o conceito de conflito (portanto, da contradição) como elementos explicador da dinâmica social (MOURA, 1994, p. 18).

Na tradição marxista inspirada no Anti-Dühring de Engels³², as contradições dialéticas se caracterizam em contraste com as oposições ou conflitos reais, pois os polos pressupõem-se mutuamente, constituindo uma oposição inclusiva.

Enquanto encararmos as coisas como inertes e inanimadas, cada uma para si, uma ao lado da outra e uma depois da outra, de fato não depararemos com contradições entre elas. Encontramos nelas certas propriedades – em parte comuns, em parte diferentes e até contraditórias entre si – mas, nesse caso, distribuídas em coisas diferentes e, portanto, não contendo nenhuma contradição em si. Na mesma medida em que esse campo de análise é suficiente chegamos a bom termo com o pensamento metafísico habitual. Porém, tudo muda completamente de figura assim que examinamos as coisas em seu movimento, em sua mudança, em sua vida, na incidência recíproca umas sobre as outras. Nesse caso, envolvemo-nos imediatamente em contradições. O próprio movimento é uma contradição; o simples movimento mecânico de um lugar para outro só pode se efetuar de tal modo que, no mesmo momento, um corpo está num lugar e simultaneamente está

³² Anti-Dühring é um livro escrito por Friedrich Engels, publicado pela primeira vez em 1878. Seu título completo "*O Senhor Eugen Dühring Revolucionário a Ciência*" tem significado irônico que remete a um escrito de Júlio César, o Anti-Catão e é uma resposta ao filósofo Eugen Dühring, que havia produzido a sua própria versão de socialismo, com a intenção de substituir o marxismo.

em outro, um corpo está no mesmo lugar e não está nele. E o contínuo pôr e a simultânea resolução dessa contradição são precisamente o movimento (ENGELS, 2015, p.151).

Esta perspectiva de contraste está associada ao tema da *unidade dos contrários*, na qual se baseia a *dialética ontológica* marxista que referencia também as análises leninistas e maoístas. Ambas estão presentes nas formulações de Moura. Para abordar a oposição entre a concepção dinâmico/radical e os esquemas gradualistas de desenvolvimento social ele faz uso das reflexões expressas por Mao Tsé Tung em *Sobre a prática e sobre a contradição* (1937).

[...] a unidade ou identidade dos aspectos contraditórios de um fenômeno objetivamente existente nunca é fixa, morta, porém apresenta-se viva, condicionada, móvel, transitória, relativa; todos os contrários em condições determinadas, transformam-se uns nos outros; e o reflexo desta situação no pensamento humano constitui a concepção materialista-dialética. Somente as classes dominantes do presente e do passado, assim como a metafísica que está a seu serviço, não consideram os contrários como dinâmicos, condicionados, móveis, que se transformam uns nos outros, mas como mortos e fixos; eles propagam constantemente essa concepção falsa e levam ao erro as massas populares a fim de prolongarem a sua dominação. (TUNG apud MOURA, 1978, p. 59)

E recorre a este trecho de Lênin de *Materialismo e empiriocriticismo* (1909) para demonstrar como a unidade e a luta dos contrários são determinantes para as coordenadas metodológicas que tenham como propósito a interpretação dos fatos sociais e as modificações estruturais que verdadeiramente caracterizem a transformação social:

[...] para se conceber amplamente todos os processos do mundo em sua “autodinâmica”, em seu desenvolvimento espontâneo, em sua verdadeira vida, é necessário conhecê-los como um todo constituído de contrários. A evolução é uma “luta” de princípios antagônicos. Há duas maneiras de conceber a evolução [...]: a evolução como redução, o acréscimo como repetição; ou então, essa mesma evolução unidade de contrários (desdobramento do *um* em princípios que se excluem e relações entre esses princípios antagônicos) (LÊNIN apud MOURA, 1978, p. 60).

A *dialética*, como categoria do método, contém um elemento prático-filosófico fundamental, pois é o movimento dialético que faculta caracterizar o ser humano como um ser livre, não livre em estado absoluto, mas um ser que pode pensar a sua práxis, que pode organizar a sua atividade. Nesse sentido,

Toda explicação dialética é histórica. Ela está comprometida com a configuração histórica que está em questão. Daí porque é equívoco, [...], usar a categoria “Estado burguês” nos países da África, da Ásia e da América Latina, de modo indiscriminado. Usar “Estado Bonapartista” nos países da

África, da Ásia e da América Latina, de modo indiscriminado. Porque “Estado Bonapartista” é uma categoria que Marx construiu refletindo sobre a história da França numa certa conjuntura. Esta categoria, “Bonapartismo”, é uma construção teórica, é explicativa, desvenda certas determinações que constituem o poder burguês, numa sociedade burguesa. Agora essa categoria não pode ser transposta e aplicada de modo ingênuo aqui ou acolá. É preciso que a pesquisa que se queira fazer sobre uma configuração histórica que parece ser Bonapartista, recrie a categoria naquela conjuntura. (IANNI, 2011, p. 406)

É um caminho que cria desafios e implica em apreender novas determinações da realidade, cujas particularidades ensejam a historicização das categorias, como por exemplo, *modo de produção*. Esta categoria é definida pela maneira como se organiza a produção, em termos da relação entre os produtores diretos e a classe exploradora. É o modo como o produto excedente é expropriado dos produtores diretos. E foi apresentada por Marx no Prefácio à Contribuição à crítica da economia política:

[...]: na produção social de sua vida, os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade – a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material determina o caráter geral do processo da vida social, política e espiritual [...]. Em um certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes, ou – o que não é senão a sua expressão jurídica – com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas e desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se convertem em obstáculos à elas. Abre-se então uma época de revolução social. (MARX, 1996, p. 52)

A dialética que movimenta os processos reside no desenvolvimento contraditório dos dois elementos: as forças produtivas e as relações de produção. Este desenvolvimento contraditório não está dado, depende de múltiplas determinações que envolvem formações estruturais, condições conjunturais e a ação consciente dos sujeitos coletivos. Contudo, a leitura mecanicista do processo de revolução, encaminhada pelo marxismo economicista que caracterizou a direção da Segunda Internacional - desconsiderou os dados da realidade que demonstravam que o modo de produção não determinava a superestrutura de forma direta, e que, portanto, a revolução não dependia de etapas pré-estabelecidas.

Como exemplo de argumento que se opõe a interpretações deste tipo podemos citar um trecho de Gianotti (1976):

[...]. Uma formação social não existe como uma coisa, sua individualidade, ao contrário, pode brotar do conflito de dois modos de produção antagônicos, como as nações dirigidas pelo estado mercantilista, ou do próprio movimento do capital que repõe formas não-capitalistas de produção. O que interessa é investigar como, em cada caso, essa síntese chega a ser feita, como a unidade de uma formação social se instaura por um processo objetivo de individualização, que só a investigação empírica pode decidir. O resto é ilusão de sociólogo que pensa o fenômeno social como coisa prontas, para ressaltar as relações causais ou funcionais entre elas. (p. 168)

A explicação que define épocas da história de acordo com um modo dominante de produção e a revolução como a substituição de um modo de produção por outro, conhecida como teoria dos estágios universalizou sem as devidas mediações com as realidades concretas uma sucessão cronológica de cinco modos de produção: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e comunismo. E foi veiculada como a interpretação correta do materialismo histórico de Marx, e incorporada como a base estratégica dos Partidos Comunistas para a organização dos processos revolucionários nos países de capitalismo periférico.

Uma interpretação oficial que se chocou com a realidade de muitas sociedades, particularmente o bloco de países latino-americanos cujas formações sociais não estavam alinhadas com as etapas históricas típicas do capitalismo ocidental. Mas que ao mesmo tempo tiveram a sua gênese social intrinsecamente articulada aos países europeus e propiciaram as condições de acumulação para o desenvolvimento do capitalismo.

Na contramão do “marxismo oficial” Moura já em 1959 no livro *Rebeliões da Senzala* interpreta a escravidão no período colonial como sendo demandada pelo mercantilismo e geneticamente articulada aos processo de acumulação primitiva e de expansão do capitalismo que se desenvolvem nos territórios das Américas e do Caribe.

[...]. À medida em que o entrelaçamento das economias nacionais criava a necessidade de um mercado universal; que novas rotas marítimas eram abertas por essas nações (impulsionadas pelas burguesias comerciais); que as populações dos diversos pontos geográficos da terra estabeleciam relações até então inéditas na história da humanidade e que, por outro lado e em consequência deste fenômeno, um punhado de países altamente desenvolvidos da Europa tomava a liderança desse comércio e por ele lutava encarnadamente, seu reflexo se fará sentir na Colônia – ela própria uma consequência desse processo de expansão – através da procura cada vez maior dos gêneros destinados a suprir um mercado que se ampliava em proporções insuspeitas.(p. 18)

Posteriormente afirma que o escravismo moderno, como modo de produção, reproduziu na sua estrutura e refletiu na sua dinâmica as leis econômicas fundamentais do modo de produção escravista antigo, sendo a mais importante a equiparação do escravo aos animais usados nos processos produtivos, como bestas e cavalos. A expansão desse escravismo nas colônias dos países europeus (Inglaterra, França, Portugal, Espanha, Holanda), cujas economias rapidamente tornaram-se centrais, teve como elemento escravizado os indivíduos do continente africano.

[..]. No entanto, a presença de escravos na Europa não configurou ali um modo de produção escravista, [...]. Por isso mesmo muitos estudiosos denominam o escravismo moderno de escravismo colonial. Como conceito para delimitar geográfica e historicamente esse novo escravismo, existente na periferia das metrópoles colonizadoras, o termo é válido, mas não quando se deseja impô-lo como um modo de produção escravista com leis econômicas específicas e próprias. No Brasil, o modo de produção escravista durou quatrocentos anos, influenciou poderosamente no *ethos* da nação e até hoje há vestígios das relações existentes naquele período, marcando as limitações do capitalismo dependente que o substituiu (MOURA, 2004, p. 149). *Grifos do autor.*

Em concomitância entendemos que em seus textos as resistências negras no interior do modo de produção escravista são abordadas como passados que são determinantes, que são constitutivos daquilo que a sociedade se tornou no presente.

[...]. Porque toda reflexão sobre a realidade social resgata o aqui, o agora e o antes e o daqui a pouco. É o pretérito imediato num longínquo. E sempre naquela acepção de que o passado não é o passado que está na cronologia. É o passado que é responsável pela constituição deste presente e este presente não é cronologia. Ele tem a ver com cronologia. Mas a cronologia é só um gancho para se conhecer o presente. (IANNI, 2011, p. 400)

Assim, Moura ao mesmo tempo em que compreende as relações raciais nos períodos colonial e do Império, desvenda como o modo escravista de produção que sustentou ambos os regimes também foi um dos elementos de desenvolvimento do sistema capitalista europeu. Daí que são:

Os conceitos históricos, historicizadas, carregados da especificidade histórica, que está em questão; agora o método dialético, em essência, não é só isso, mas em essência pode ser sintetizado nesses momentos lógicos de reflexão. Refletir dialeticamente é não progredir de modo positivista. É não refletir em termos de senso comum. É não refletir em termos religiosos. É refletir em termos científicos e filosóficos com estas peculiaridades. Então, esse método de reflexão, ou seja, esse andamento da reflexão dialética, que é caminhar da aparência à essência, da parte ao todo, do singular ao universal, isso tudo em conjunto, levando em conta o modo de constituição, a maneira pela qual se constitui a realidade. (IANNI, 2011, p. 411)

O estudo científico das relações sociais no modo de produção escravista na sua totalidade requer avaliar concretamente quais as relações mais importantes e quais as secundárias nos processos dinâmicos do período. É por este requisito metodológico que o objeto de estudo nas obras de Moura não são as condições de vida dos escravizados, mas a própria **condição de ser escravo**, de ser mercadoria, ou seja, sua coisificação institucionalizada pelo Estado, introjetada pela sociedade e naturalizada por intelectuais de diferentes matizes ideológicas.

Deste modo, entendemos o seu pensamento tratar-se conforme as palavras de Ianni, da criação de uma realidade, a partir de interpretações da própria realidade.

Porque o que está em questão, sem exagerar, é de como se cria a realidade, como se constitui a realidade e de como essa interpretação vem se desenvolvendo para a constituição do real. Constitui para a revelação das relações dos processos das escrituras, das tendências que constituem o real. Nesse sentido, a interpretação não resulta em algo que se põe fora da história, fora do objeto. Ela impregna o objeto. (IANNI, 2011, p. 403)

A propriedade do escravo, diferente do trabalhador assalariado, é absoluta, instituída pelo direito. E mesmo quando trabalhadores livres eram tratados mais coercitivamente que os escravizados, o caso era de disciplinamento por descumprimento de normas contratuais, ou seja, fora do âmbito jurídico e institucional da escravidão. Um escravo podia até possuir bens concedidos, mas o que “ele não possuía, nem podia ter era a posse do seu próprio corpo e a capacidade de trabalho de que ele estava investido” (Moura, 1994). Isso porque a legalização da posse e das transações comerciais envolvendo escravos assentava em que:

[...] a propriedade sobre o negro não lhe parece obtida por meio da instituição da escravatura como tal, e sim pelo ato comercial de compra e venda. Mas não é a venda que cria esse direito, apenas o transfere. É necessário que o direito exista antes de poder transformar-se em objeto de venda. Uma venda não pode produzi-la nem uma série de vendas, continuamente repetidas. Geraram esse direito as relações de produção. (MARX, O Capital. Liv. 3, vol. 6, p. 890 apud MOURA, 1994, p. 26)

O escravo, como todo ser humano, trazia em sua corporeidade a sua força de trabalho, mas não tinha o direito de vendê-la, pois era vendido com a mesma, como uma mercadoria. E ao mesmo tempo que continha valor em si, também potencialmente por sua força de trabalho gerava valores, como os trabalhadores livres. Porém, diferente destes últimos a sua força de trabalho não era sua mercadoria.

As críticas de Moura (1978) à sociologia conservadora evidenciam que esta sociologia ao constatar ser a realidade social contraditória inverte o sentido da descoberta e cria toda uma série de racionalizações que encobrem o conflito. Nesta direção, suas considerações se encaminham para uma sociologia que tendo a dialética como seu método é capaz de ultrapassar a mera constatação das dicotomias que conformam os processos sociais, uma sociologia da práxis.

Esta dicotomia só poderá ser compreendida se não a aceitarmos apenas nos seus valores políticos de opressores e oprimidos, mas se nos voltarmos para a anatomia da sociedade capitalista, a produção e circulação de mercadorias e a análise da *mais-valia*. É a existência da *mais-valia*, como decorrência das relações existentes na sociedade capitalista que confere à classe operária condições objetivas para ser a força social capaz de realizar as transformações no atual sistema de estratificação social (MOURA, 1978, p. 32). *Grifos do autor.*

O termo práxis, no marxismo, refere-se em geral à atividade livre, criativa e auto-criativa por meio da qual o homem como ser genérico cria e transforma o mundo humano e a si mesmo. Pela sua capacidade potencial de uma atividade específica que o diferencia dos outros seres da natureza, o homem é um ser da práxis.

Vázquez (2007, p. 109) considera que para Marx, a relação entre teoria e prática é teórica e prática; “prática, na medida em que a teoria como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente.”

Ao desmistificar a concepção hegeliana de práxis descortinando o caráter alienado do trabalho humano, a profundidade deste conteúdo se transforma em um momento do autoconhecimento, estágio de atividade da consciência, mas não o seu plano absoluto. Esta ultrapassagem caracteriza o pensamento marxista como um pensamento da práxis, pois torna-se central transcender-se tanto em um novo pensamento metafilosófico como na transformação revolucionária do mundo. São ideias encontradas nos Manuscritos econômico-filosóficos (1844), nas Teses sobre Feuerbach (1845) e na Crítica da filosofia do direito de Hegel (1843), como crítica da filosofia especulativa.

Nos Manuscritos Marx afirma o primado da práxis como forma de ultrapassar as oposições derivadas do estranhamento do homem em relação à sua condição auto-criativa:

Subjetivismo e objetivismo, espiritualismo e materialismo, atividade e sofrimento perdem a sua oposição apenas quando no estado social e, por causa disso, a sua existência enquanto tais oposições; vê-se como a própria resolução das oposições *teóricas* só é possível de um modo *prático*, só pela energia prática do homem e, por isso, a sua solução de maneira alguma é apenas uma tarefa do conhecimento, mas uma *efetiva* tarefa vital que a *filosofia* não pôde resolver, precisamente porque a tomou *apenas* como tarefa teórica. (MARX, 2010, p. 111)

Nas Teses a categoria práxis expressa o movimento teórico e prático do pensamento. Partindo de uma concepção especulativa do mundo e depois movimentando-se pelo horizonte problemático da esquerda hegeliana, Marx desemboca na filosofia da práxis. É um processo em que se alternam a crítica e a assimilação de outras teorias (crítica da filosofia de Hegel elaborada pelo jovens hegelianos e por Feuerbach; teorias dos economistas ingleses; doutrinas socialistas e comunistas utópicas) e os fatores práticos sintetizados na realidade econômica capitalista, na situação dos operários ingleses e na experiência concreta da luta política e revolucionária. (Vázquez, 2007).

Não nos daremos, naturalmente, ao trabalho de esclarecer a nossos sábios filósofos que eles não fizeram a “libertação” do “homem” avançar um único passo ao terem reduzido a filosofia, a teologia, a substância e todo esse lixo à “autoconsciência”, e ao terem libertado o “homem” da dominação dessas fraseologias, dominação que nunca o manteve escravizado. Nem lhes explicaremos que só é possível conquistar a libertação real [...] no mundo real e pelo emprego de meios reais, que a escravidão não pode ser superada sem a máquina à vapor a *Mule-Jenny*, nem a servidão sem a melhora da agricultura, e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação, e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autoconsciência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico são novamente eliminados quando se encontram suficientemente desenvolvidos. [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 29)

A posteriori o conceito marxista de práxis foi desenvolvido por Lênin como argumento contra o agnosticismo, como critério de verdade científica do marxismo e para análises concretas objetivadas para uma atividade prática, transformadora e consciente do mundo, uma práxis revolucionária.

Examinar o conceito de práxis em Lênin é ver como em sua teoria e prática se dá essa unidade. Portanto, trata-se de duas questões intimamente vinculadas entre si: a praticidade de sua teoria e a racionalidade da prática. É o próprio Lênin quem disse em um aforismo arquivado: “Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário possível”. Com isso, afirma claramente que uma prática revolucionária necessita da teoria. Mas,

inversamente, disse também em uma passagem não por acaso menos citada: “Uma teoria revolucionária correta...só se forma de maneira definitiva em estreita conexão com a experiência prática de um movimento verdadeiramente revolucionário”. Isto é, a teoria necessita da prática não só para surgir e verificar-se nela, como também para formar-se “de uma maneira definitiva” (VÁZQUEZ, 2007, p. 177).

Moura (1978) balizado também pelo pensamento de Lefebvre e Guterman em *Que és la dialectica* (1959) pensa um materialismo que “toma o critério prático num sentido muito mais amplo. A prática no sentido dialético não despreza a teoria. O conceito pode ser uma hipótese, um instrumento” (apud Moura, 1978, p. 116).

E na sequência desta reflexão estabelece uma articulação, no campo da *práxis* política, entre a alienação e o reformismo.

Mas a *práxis* política e as suas categorias teóricas são reflexas da *práxis* social global. Essas categorias trilham o caminho do desenvolvimento de uma *formação econômico social* e somente deixam de ser elementos alienadores para se transformarem em dinamizadores quando refletem a essência dessa *práxis* social, suas relações de trabalho fundamentais; somente depois de esgotar todos os seus elementos dinâmicos uma *formação econômico-social* se modifica, é substituída por outra. [...], quando a harmonia deixa de estar presente e se transforma em contradição, todos elementos gradualistas que operavam na sua estrutura como mecanismo progressistas de desenvolvimento global deixam de exercer função dinâmica transformando-se em entraves ao restabelecimento dessa harmonia em grau superior. Em outras palavras: as *reformas* passam a funcionar como válvulas de escape capazes de atenuar as tensões sociais permanentes que surgem dessa desarmonia, de acordo com os interesses materiais e sociais da classe dominantes e seus desejos e configurações subjetivas (MOURA, 1978, p. 116) Grifos do autor.

Apesar do termo ter sido utilizado na época moderna por Rousseau, a história filosófica da alienação começa com a concepção de Hegel acerca da natureza como forma auto-alienada do Espírito Absoluto em *Fenomenologia do espírito* (1807) e também em outras de suas obras. De modo geral, na filosofia hegeliana o conceito de auto-alienação aplica-se à Ideia Absoluta (Espírito Absoluto), que para ele é a única realidade. A auto-alienação e a desalienação são, a forma do Ser do Absoluto. A auto-alienação pode ser aplicada ao Espírito finito (homem) na medida em que este adquirir um conhecimento adequado da natureza e de si mesmo realizando a sua vocação para a construção do Absoluto.

Marx (2010) exalta na filosofia hegeliana a compreensão da essência do trabalho como condição da genericidade humana, a autoprodução do homem como um processo, a objetivação como a perda do objeto e como desobjetivação, como

alienação e transcendência. O acionamento do ser genérico como “um ser genérico efetivo, isto é, na condição ser humano, somente é possível porque ele efetivamente expõe todas as suas forças genéricas – [...], somente enquanto resultado da história, [...]” (p. 123).

A essência da *alienação* como categoria marxista reside em pensa-la estruturalmente como alienação do homem em relação a si mesmo, às suas possibilidades humanas, através dele próprio, pela sua própria atividade. E se a alienação é auto-alienação, a desalienação é auto-desalienação, ou apropriação consciente do que aparece como estranhamento.

Todo autoestranhamento (*Selbstentfremdung*) do homem de si e da natureza aparece na relação que ele outorga a si e à natureza para com os outros homens diferenciados de si mesmo. [...]. No mundo prático-efetivo (*praktische wirkliche Welt*) o autoestranhamento só pode aparecer através da relação prático-efetiva (*praktische wirkliche Verhältnis*) com outros homens. O meio pelo qual o estranhamento procede é [ele] mesmo um [meio] *prático*. Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação (*Entwirklichung*), para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de a sua própria atividade, ele apropria para o estranho (*Fremde*) a atividade não própria deste. (MARX, 2010, p. 87)

A análise da práxis negra como categoria no pensamento de Moura nos faz inferir que sua elaboração é simultaneamente a explicação científica de um acontecimento, de uma realidade e o resgatar dos nexos que constituem a realidade, como os efeitos das resistências negra na organização social do Brasil. Fazendo uso de técnicas de investigação empíricas como mapeamento e sistematização de dados históricos, Moura capta estas descobertas para além das aparências. Não desconsidera os dados factuais como uma dimensão do real, mas articula criticamente com outras implicações, em geral deixadas de lado por outros pesquisadores do seu tempo. É um movimento no qual,

A categoria que se constrói pela reflexão[...], ela é vista na pesquisa que se desenvolve objetivamente aqui ou lá, ela tem a ver com um fato diante do qual o pesquisador se debruça, fato que ele procura conhecer pela reflexão, desvendando relações, processos e estruturas que constituem esse fato. O concreto que se alcança é o concreto pensado. O todo da forma em que aparece no espírito, como o todo do pensamento, é um produto do cérebro pensante. Que se apropria do mundo, do único modo que lhe é possível, de um modo que difere da vocação do mundo por outras formas de reflexão,

como aparece na arte, na religião, no espírito prático. A consciência filosófica considera que o pensamento que constitui um mundo real e, por conseguinte, o mundo só é real quando é concebido. (IANNI, 2011, p. 406)

A trajetória pessoal e acadêmica de Moura perfaz um caminho de crítica epistemológica aos trabalhos de cientistas sociais tradicionais do campo denominado pensamento social brasileiro particularmente no que diz respeito ao encobrimento dos conflitos raciais e ao enquadramento da questão do negro na sociedade.

O método histórico-dialético é apropriado na sua produção de modo a constituir uma visão dinâmica e particular da formação da classe trabalhadora brasileira. A história da formação da sociedade brasileira é por demais complexa e multifacetada para ser simplesmente adaptada ao modelo de Estado-nação inventado pelos europeus em seus processos de revolução burguesa e desenvolvimento do capitalismo.

Então, se por um lado a história do negro brasileiro, após a Abolição da escravatura em 1888 é a história da sua proletarização, por outro lado, é a história do próprio processo de formação do capitalismo no Brasil. Um capitalismo baseado nas regras inerentes à lei da oferta e da procura, ou seja, fundado em razões econômicas, mas estruturalmente instituído segundo as condições ideológicas herdadas da escravatura e, por isso, construindo estratégias para preferir os negros no acesso ao trabalho, como forma de manutenção das relações de exploração gerais na sociedade.

Assim, é o negro que formará o exército de desocupados, dos sem-trabalho. Como a oferta de braços era maior que a procura, situação criada, deliberadamente com a política oficial e privada de imigração, o negro viu-se à margem das atividades produtivas. [...] Além do mais, o excesso de força de trabalho deveria exercer efeitos depressivos sobre o nível dos salários ou formas disfarçadas de remuneração. Por isso, numa fase importante da formação do capitalismo no Brasil, o pauperismo dos assalariados foi garantido pela condição anômica dos desocupados (IANNI, 1966, p.18).

O estudo científico da estrutura das relações raciais no Brasil contribuiu para desmascarar padrões ideológicos de barragem à construção de uma sociedade democrática, no entanto, para Ianni, mesmo essas importantes contribuições não estavam isentas de problemáticas metodológicas, posto que indiretamente satisfaziam necessidades práticas de alcance coletivo, como por exemplo o aumento

de conhecimentos acerca das diferentes situações de contato interétnico ou racial caracterizáveis na sociedade brasileira.

Porém, a multiplicação desses estudos e a própria complexificação da sociedade brasileira em seu processo inicial de industrialização, propiciaram, o alargamento do horizonte intelectual dos cientistas, ao ponto de reconhecerem o papel dos processos econômicos dominantes nas pesquisas sobre os grupos raciais e especialmente nas pesquisas sobre a questão do negro. “Por isso as investigações sobre as relações raciais envolvem a proletarização” (Ianni, 1966, p. 18).

Em nossa percepção os processos investigativos que derivaram na categoria práxis negra acabam sendo a forma de demonstrar o caráter conflitivo da sociedade escravista marcada pela reivindicações negras e ao mesmo tempo a caracterização da sua importância na dinâmica daquela sociedade.

[...]: as categorias não podem ser transpostas simplesmente de uma para outra sociedade. Eu mesmo fiz várias referências à África do Sul. Mas nós não podemos estudar a situação da África do Sul dentro de classes sociais. Tem que incorporar raças, cultura, além de classes. Porque é uma sociedade capitalista, mas atravessada de uma multiplicidade racial e inclusive real que torna as classes complicadas. E, às vezes as classes ficam, vamos dizer, subordinadas a outras determinações, como raça, como cultura. [...]. Eventualmente, em uma outra dimensão, quer dizer, quanto à categoria, não há dúvida que as categorias precisam ser recriadas. Agora tem o seguinte: há categoria que encontram uma ressonância muito grande numa outra realidade. E outras que encontram uma ressonância muito precária. As categorias podem ser recriadas, mas com entonações diferentes. (IANNI, 2011, p. 410-411)

O desvelamento do racismo como componente dinâmico das modernas relações sociais o coloca como questão nas sociedades capitalistas, pois adquire um significado mais abrangente, estrutural e estruturante, da ideologia de dominação. E é precisamente o entendimento do papel social, ideológico e político do racismo nas sociedades pós-coloniais que permite compreender a constante atualização de sua polimorfia de modo a organizar estratégias capazes de enfrentá-lo.

3. O CONHECIMENTO NA REFLEXÃO E AÇÃO CRÍTICAS SOBRE A REALIDADE: Contribuições da pesquisa para a formação em Serviço Social

O acervo teórico-metodológico das ciências sociais e humanas, particularmente aquele legado pela teoria social crítica é um pressuposto para desvelar a realidade social. Porém, a apropriação deste acervo, no campo das ciências sociais aplicadas, como o serviço social, deve estar em permanente articulação com as expressões concretas da realidade, de modo a potencializar a elaboração de propostas de trabalho compatíveis com a existência real dos sujeitos.

As desigualdades sociais, condensadas na questão social são vividas por um contingente majoritário de trabalhadores, desprovidos da propriedade dos meios de produção, mas providos de condições específicas e diferenciadas de raça, classe e gênero.

E no Brasil, onde as condições raciais modelam a ideologia do trabalho e a questão social, o domínio teórico-metodológico somente adquire sentido para as necessidades práticas da vida, aliado à pesquisa dos fenômenos históricos particulares (objetos do conhecimento e da ação dos assistentes sociais), que abrangem os processos coloniais, a escravidão, as resistências e lutas negras e indígenas³³ — e consubstanciado em propostas de ação nos marcos das demandas e lutas dos sujeitos coletivos e grupos sociais por seus direitos.

As obras de Moura que tratam das resistências negras, enfatizam a condição de sujeito histórico das populações negras em termos de luta de classes e transformação social. Como uma luta a ser empreendida em toda a América latina, considerando as trajetórias comuns de colonialismos e sistemas escravistas, de dominação/genocídio dos povos originários, de escravização de povos africanos para a superexploração de sua força de trabalho, e a manutenção, no período pós-colonial,

³³ Consideramos que as lutas e resistências em todos os períodos da história brasileira não se restringem às populações negras, no entanto, apesar de citarmos, não dispusemos de condições durante a pesquisa para o aprofundamento nas iniciativas dos povos indígenas. Para uma visão dos movimentos contestatórios indígenas, cf. PREZIA, Benedito. **História da resistência indígena: 500 anos de lutas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017; PANZERA, Marcos Casteli. **Breve história das lutas populares no Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

da subalternidade econômica e política aos países de capitalismo central, e que demonstram a atualidade e a relevância de suas produções.

As apreensões críticas dos processos sociais em sua totalidade vinculada à análise do movimento histórico da sociedade brasileira são estratégicas para pensar as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país. Esta é uma direção importante para a formação dos assistentes sociais no tempo presente. E são preocupações passíveis de reverberação no pensamento crítico, pois:

Se a tradição marxista fosse viável apenas para analisar o que se denominam “grandes determinações da sociedade”, não sendo capaz de elucidar a vida social cotidiana na sua historicidade, ela, de fato, não teria sentido, enquanto uma perspectiva teórico-metodológica para a explicação do processo histórico da sociedade capitalista e suas transformações. Consequentemente, a crítica seria inócua, transformando-se em mero diletantismo (IAMAMOTO, 2007, p.238).

3.1 Educação das relações raciais: estratégia de universalização do antirracismo na sociedade brasileira

O ensino formal em todos os níveis recria as atitudes correntes da sociedade, costumeiramente pouco ou nada problematizando condições das populações negras e enxergando tais aspectos como “naturais”. Por outro lado, a desnaturalização que trata as desigualdades como sociais, porém dadas em um quadro estrutural que desconsidera os indivíduos como sujeitos, também não contribui para transformação desta realidade.

A educação e seus espaços institucionais de ensino são dotados de dimensão ideológica e constituem espaços estratégicos de reprodução das relações sociais, para:

[...]. fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de um a dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (Mészáros, 2005, p. 36).

Num sistema apoiado na contradição entre trabalho e capital, que requisita a disponibilidade massiva de força de trabalho desprovida dos meios para a realização do trabalho, os espaços para a socialização intermitente dos valores da classe dominante são cruciais. Na atualidade a educação se consagrou como uma peça indispensável dos processos de acumulação de capital e por isso a inserção de conteúdos críticos da realidade, potencialmente transformadores, sofre ataques no sentido de deslegitimar a sua validade no campo do conhecimento.

Conjugada à sua dimensão ideológica temos que a educação é também uma mercadoria, e seus trabalhadores resistem às pressões e demandas do capital, particularmente no sistema público de ensino, com os cortes de recursos dos orçamentos e a ultra-precarização das relações de trabalho.

No Brasil, vivemos nas últimas três décadas a intensificação da mercantilização da educação, e da caracterização do ensino superior, como nicho de mercado, com um crescente interesse do empresariado em suas possibilidades de investimento, incrementadas por uma fetichização da escolarização, em detrimento da ampliação do acesso à educação como exercício de um direito social.

[...]. Na atual realidade de hegemonia do capital financeiro, da reestruturação produtiva e de políticas neoliberais, a educação foi alçada a artefato de primeira necessidade, a moeda de troca, no fragmentado e “flexível” mercado de trabalho. Na perspectiva da educação fetiche, o trabalho docente sucumbe aos misteriosos poderes de transformação da mercadoria. [...]. Nessa mercadoria oblitera-se o trabalho docente, o concreto (qualidade, especialização do trabalho), e o que se ressalta é o trabalho abstrato, o trabalho em geral (como qualquer outro, sua dimensão social). Assim é naturalizado o trabalho do professor com um “meio” de educar os cidadãos em geral (seres com direitos iguais perante a lei). [...] (SILVA, 2012, p. 112).

A educação fetichizada oculta a relação entre o sujeito que trabalha e seu objeto de trabalho como uma relação qualitativa, em que pela troca de experiências ambos adquirem novas qualidades. O que sobressai é a conceituação abstrata e unidimensional do professor como aquele que ensina e do aluno como aquele que aprende, desvinculados do contexto sócio-histórico e das condições objetivas em que o ensino acontece. Fica encoberto o fato de que na sociedade de classes o trabalho docente forma na realidade prática aqueles que serão os dirigentes e os dirigidos, os patrões e os empregados, e ainda que o projeto político-educacional hegemônico em

termos dos seus conteúdos e da forma de ensino é deliberadamente construído para a manutenção das relações sociais dominantes.

Em contrapartida, temos que o Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988 e legislações posteriores tem constituído um arcabouço legislativo balizado por concepções de equidade no acesso aos direitos sociais. Este processos indicam o movimento político para colocar o respeito à diversidade no âmbito das políticas públicas. Mas, embora, a conquista formal de direitos tenha validade e significado para a luta antirracista, a superação das desigualdades raciais é uma questão política ainda a ser ampliada junto aos segmentos identificados com as lutas por uma transformação social democrática.

Nesta direção, um dos desafios à implementação dos dispositivos legais para a educação das relações étnico-raciais, as leis 10.639/2003³⁴ e 11.645/2008³⁵ reside na relação entre a obrigatoriedade para o ensino básico e a sua efetivação no ensino superior, lócus de formação dos docentes de todos os níveis.

A referência legal de implementação da temática nos cursos universitários é a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004³⁶, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis e modalidades da educação. Institui ainda que o cumprimento da Resolução será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento:

As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem

³⁴ A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (inserção dos artigos 26-A, 79-A e 79-B), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", com conteúdo programático sobre a História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, natureza resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

³⁵ A Lei nº 11.645/08, de 10 de março de 2008 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

³⁶ ANEXO A - Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.

respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL, 2004).

Para tanto, os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação em todos os níveis devem providenciar 23 itens previstos no Parecer CNE/CP 3/2004³⁷, dentre os quais destacamos:

- Articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando à formação de professores para a diversidade étnico-racial;
- Inclusão, respeitada a autonomia dos estabelecimentos do Ensino Superior, nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos cursos que ministra, de Educação das Relações Étnico-Raciais, de conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra;
- Inclusão de bibliografia relativa à história e cultura afro-brasileira e africana às relações étnico-raciais, aos problemas desencadeados pelo racismo e por outras discriminações, à pedagogia antirracista nos programas de concursos públicos para admissão de professores;
- Inclusão, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis – estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino – de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, das discriminações, e ao reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana;
- Incentivo, pelos sistemas de ensino, a pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira;
- Adequação dos mecanismos de avaliação das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, tanto da educação básica quanto superior, ao disposto neste Parecer; inclusive com a inclusão nos formulários, preenchidos pelas comissões de avaliação, nos itens relativos a currículo, atendimento aos alunos, projeto pedagógico, plano institucional, de quesitos que contemplem as orientações e exigências aqui formuladas;
- Disponibilização deste parecer, na sua íntegra, para os professores de todos os níveis de ensino, responsáveis pelo ensino de diferentes disciplinas e atividades educacionais, assim como para outros profissionais interessados a fim de que possam estudar, interpretar as orientações, enriquecer, executar as determinações aqui feitas e avaliar seu próprio trabalho e resultados obtidos por seus alunos, considerando princípios e critérios apontados (BRASIL, 2004).

Uma pesquisa nacional realizada em 2009 para verificar o grau de institucionalização da lei 10.639/2003 e as práticas pedagógicas realizadas pelas escolas demonstrou que a legislação deu legitimidade a práticas já realizadas de forma isolada por vários professores. O reconhecimento legal acarretou em maior interesse

³⁷ ANEXO B - Parecer CNE/CP 3/2004.

do corpo docente na elaboração de projetos interdisciplinares para contemplar os temas, indicando que a iniciativa da implementação da educação das relações étnico-raciais relaciona-se ao comprometimento do coletivo de professores e gestores, pois “[...]: o grau de ignorância em relação à temática racial está relacionado não apenas às lacunas da formação inicial e continuada dos docentes [...] – mas, principalmente à postura pessoal e à política dos profissionais das escolas” (Oliveira, Brito, Silva apud Valentim, p. 228, 2016).

As leis 10.639/2003 e 11.645/2008 configuram ações afirmativas de caráter universalista, posto que o ensino da história, cultura e participação dos negros e indígenas objetiva dar a conhecer positivamente estes conteúdos à toda a sociedade, de modo a construir uma pedagogia que eduque a todos contra o racismo. As reservas de vagas (cotas) por sua vez, são políticas com tempo de duração, focalizadas nos grupos sociais discriminados, tem cunho de reparação, dirigidas para uma equidade no acesso que permita a materialização econômica da igualdade, como por exemplo, as cotas para estudantes negros e indígenas nos cursos de graduação e pós-graduação públicos. Analisadas articuladamente, os dois tipos de ações afirmativas podem:

[...] ser consideradas instrumentos de um processo de universalização que não criam direitos especiais, mas apenas buscam proporcionar aos grupos sociais marginalizados o acesso aos direitos que as barreiras sociais e raciais (preconceitos e discriminações) existentes na sociedade tentam impor. [...] as ações afirmativas podem ser vistas como políticas que visam à constituição material da democracia, pois são efetivamente, contribuições para a universalização daquilo que a nossa democracia formal define como acessível a todos. (NASCIMENTO; SANTOS, 2016, p. 54)

Assim, voltados para a superação do racismo, dos preconceitos e das discriminações os desafios da educação das relações étnico-raciais requerem a leitura da dimensão emancipatória da educação a partir de parâmetros concretos, ultrapassando proposições voluntaristas e discursos fatalistas.

A educação tem uma relação dialética com a sociedade, ao mesmo tempo que é impelida a readequar-se à novas requisições, também é um fator transformador. A ação educativa tem um caráter político, considerando que faz parte do processo de socialização que pode ser a criação de uma contracultura, ou a reafirmação do status quo (PAULA, p. 4, 2017).

As contradições que envolvem a educação não estão restritas à macropolítica, pois, englobam, dinamizam e se expressam nas relações interpessoais diretas, dentro

e fora da sala de aula. Portanto, a atitude reflexiva e crítica sobre as relações étnico-raciais no Brasil que se espraia propositivamente para o conhecimento dos conteúdos relacionados às contribuições dos povos indígenas, africanos e das populações afro-brasileira se materializa numa práxis cotidiana inovadora que não se restringe ao ambiente acadêmico.

Uma práxis pedagógica antirracista é, sobretudo, propositiva e pressupõe uma concepção de projeto político-pedagógico e currículo capaz de desafiar práticas etnocêntricas, homogêneas e monolíticas. A implementação da Lei 10.639/2003 surge no contexto da responsabilidade de garantir uma educação cidadã de qualidade, que abra os horizontes do aluno para as mudanças societárias em um sistema capitalista de economia globalizada, onde ainda persistem as desigualdades raciais, o preconceito racial e o racismo institucional. (VALENTIM, 2016, p. 225)

Um educação deste tipo implica em revisão de valores e mudanças de atitudes no âmbito das relações instituídas para identificar e problematizar nos projetos pedagógicos a hegemonia da branquidade³⁸ nas formações sociais colonizadas e o reconhecimento dos privilégios materiais e imateriais dos sujeitos que a detém, mesmo quando não os advogam diretamente, pois é uma ideologia que se sustenta paralelamente à ausência da história e do pensamento intelectual e político das populações negras, indígenas e não-brancas.

Significa transbordar a lógica do ensino “bancário” (FREIRE, 2005) para uma prática educativa transformadora, que respeite os saberes dos educandos, porque não se trata de reproduzir discursos, mas de decifrar a realidade. Para trabalhar

³⁸ Os termos branquidade e branquitude, em geral, referem-se à situação de privilégio que os indivíduos brancos detêm nas sociedades estruturadas pelas hierarquias raciais. Ruth Frankenberg define o conceito de branquidade em oito pontos: 1. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial; 2. A branquidade é um ‘ponto de vista’, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais; 3. A branquidade é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas”, em vez de especificamente raciais; 4. A branquidade é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe; 5. Muitas vezes, a inclusão na categoria “branca” é uma questão controversa e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteira da própria categoria; 6. Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio e subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam; 7. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis; 8. O caráter relacional e socialmente construído da branquidade não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos (FRANKENBERG, 2004, p. 312 – 313).

verdadeiramente nesta perspectiva o próprio educador precisa ser educado a ser coerente com os conteúdos que dissemina, porque “a ampliação e a diversificação das fontes legítimas de saberes e a necessária coerência entre o “saber-fazer é o saber-ser-pedagógico” (p. 11) e são incongruentes com um discurso competente e uma ação pedagógica impermeável a mudanças.

Além dos pontos observados, outra questão se refere à abordagem da temática no ensino superior que forma profissionais de outras áreas que não a Educação. Entender a promoção da educação das relações étnico-raciais como direito fundamental nos parece a principal diretriz para que a reflexão sobre a metodologia, os conteúdos e os aspectos pedagógicos para este ensino seja incorporado aos projetos de formação.

A implementação crítica da educação das relações étnico-raciais e o combate ao racismo na formação universitária ampliam as condições para trabalhar as diferenças, os conflitos e as tensões como movimentos intrínsecos das relações sociais burguesas. Por outro lado, a sua negação e/ou invisibilização são entraves à percepção de contradições que se reatualizam e perpetuam desigualdades. É a partir destas considerações iniciais que pensamos as contribuições da pesquisa para a formação em serviço social.

3.2 Os núcleos de fundamentação e as possibilidades para uma educação das relações étnico-raciais no Serviço Social

O projeto de formação profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS formalizado na Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996) expressa a necessidade da apropriação das principais matrizes do pensamento social articulada a uma base de informações histórico-críticas acerca da formação da sociedade brasileira em suas dimensões rural e urbana, bem como as múltiplas formas de desigualdades sociais e processos de exclusão econômicos, políticos e culturais e a “sua vivência e enfrentamento pelos sujeitos sociais na diversidade de sua condição de classe, gênero, raça e etnia.” (Iamamoto, 2001, p. 274).

A proposta para o currículo mínimo, a organização do ensino teórico-prático em serviço social apresenta três núcleos de fundamentação complementares, que congregam um conjunto de conhecimentos necessários, em diferentes níveis de abstração, à compreensão do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea, que não são autônomos, nem subsequentes, mas que devem expressar níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional: o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações - aqui entendida como a relação teoria-prática - que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão (ABEPSS, 1996, p. 8).

O Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da vida social,

[...], é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. [...] (ABEPSS, 1996, p. 10)

A centralidade da categoria trabalho nas relações sociais representa um avanço teórico-metodológico e ético-político em relação ao modelo estrutural-funcionalista que fundamentava anteriormente a profissão. Em nosso entendimento o debate teórico-conceitual na perspectiva crítico-dialética demanda o adensamento das articulações entre as mediações sócio-históricas particulares e as categorias centrais do modo de produção capitalista que compõem o nível da universalidade, mas cujo sentido é provido pelos componentes concretos da realidade.

O próprio movimento de pensar as mediações centrais da constituição do capitalismo no país requer dimensionar as suas particularidades. Como por exemplo, a construção da ideia de trabalhador assalariado ancorada na inferiorização do elemento nacional que durante 380 anos exerceu todas as atividades produtivas e improdutivas na condição de escravizado.

Isso significa incorporar no debate sobre os fundamentos da vida social os processos de branqueamento do trabalho, que tem como marco a segunda metade do século XIX, como condição estruturante da classe trabalhadora no Brasil. Ao passo que foram sendo implementadas legislações que promoveram a libertação progressiva dos escravizados, também foi ocorrendo a importação de europeus e a disseminação de um novo *ethos* do trabalho.

O movimento que vai paulatinamente expulsando o ex-escravo do trabalho se deu por ação das elites, mas também pela lógica capitalista que começava a se desenhar no país. Lógica que erige o trabalho em algo digno e até abençoado, desmoralizando a ideia de “trabalho de negro” e impondo a concepção de que, uma vez assalariado, todo trabalho era digno, flexibilizando os conceitos e possibilitando aos brancos exercerem profissões antes exclusivas de negros. O exercício da profissão de parteira é um bom exemplo. A partir de 1886, brancas, em sua maioria estrangeiras, com diplomas de universidades europeias, se propunham a trabalhar como parteiras e fazer exatamente aquilo que as velhas negras ou brancas quase indigentes realizavam há séculos. (JACINO, 2008, p. 107)

A realidade impõe políticas de formação profissional que problematizem as desigualdades sociais na sua dimensão racial e ao mesmo tempo, valorizem a diversidade, do ponto de vista populacional e acadêmico.

O Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira tem o debate sobre a realidade nacional como diretriz.

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996, p. 11).

Ampliar a incorporação dos estudos e pesquisas que não partem exclusivamente da chegada dos imigrantes para referenciar a formação da classe

trabalhadora brasileira³⁹. Certamente esse é um fator de adensamento em relações que já continham elementos de rebeldia e alienação, em virtude da superexploração que sustentava o sistema escravista. Um sistema que apesar de atingir diretamente os escravizados, atravessava todas as dimensões da vida social e por isso impactava, de diferentes modos e graus as relações sociais, envolvendo todos os integrantes daquela sociedade.

Na sociedade brasileira onde a escravidão era uma marca muito recente nas primeiras décadas do século XX os estudos sobre o trabalho no país são abordados, de modo corrente, em paralelo aos movimentos dos trabalhadores imigrantes europeus. Porém, quando nos aproximamos dos estudos de Mattos (2009), sobre a gênese da classe trabalhadora no Rio de Janeiro temos resultados importantes para serem absorvidos no ensino e debate da formação sócio-histórica e seus desdobramentos na consolidação do mundo do trabalho nacional, pois:

[...] numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada consciente de si sem levar em conta as lutas de classe – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas. (MATTOS, 2009, p. 55)

O resgate das trajetórias de militantes das organizações ligadas à classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro – entre às décadas finais do século XIX e o início do século XX – demonstra que a partir do compartilhamento de experiências nos espaços fabris, trabalhadores escravizados e livres partilharam também modos de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam

³⁹ Entre 1886 e 1895 a Sociedade Promotora da imigração (entidade privada) geriu o financiamento público dos imigrantes para a província de São Paulo. Em 1890 a cidade de São Paulo tinha 1,4 milhão de habitantes. E entre 1888 e 1928, 2,1 milhões de europeus entraram no estado de São Paulo. Destes, quase metade tiveram suas passagens pagas pelo governo estadual. (Andrews, 1998). Um suporte legal a esta ação foi o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, de regularização da introdução de imigrantes no Brasil, que ao longo de 40 artigos instituiu a política de incentivos financeiros e fiscais aos transportadores e empregadores e medidas protetivas básicas aos imigrantes. Transcrevemos aqui dois artigos emblemáticos nos quais o Estado brasileiro explicita o tipo racial de imigrante desejado: Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas; Art. 7º O Estado concederá ás companhias de transporte maritimo que o requererem a subvenção de 120 francos pela passagem de cada immigrante adulto que ellas trasportarem da Europa para os portos da Republica[...]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>.

tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe.

Em suas combinações, nem sempre isentas de contradições, essas tradições – de dignidade do trabalho e de luta pela liberdade – alimentaram uma geração que guerreou a escravidão de fato, mas também estendeu seu combate à “escravidão dos livres”, percebendo-se como classe trabalhadora em meio a essas lutas (MATTOS, 2008, p. 224).

A produção de uma historiografia que sistematiza o progressivo branqueamento do trabalho no pós-abolição elucida pontos importantes acerca da convergência entre as relações raciais e as desigualdades sociais nas origens da formação de classe no país. Particularmente, o historiador Petrônio Domingues no livro *Uma história não contada* (2003) reconstitui os processos pelos quais os negros na cidade de São Paulo, partícipes de uma variada gama ocupacional, foram substituídos por trabalhadores brancos e confinados ao desemprego estrutural e ao estigma da criminalização por “vadiagem”.

“Prefere-se branco.”

A observação que se vê nos anúncios cria uma onda de desocupados. Entre os sem trabalho, avulta o número de pretos. Aptos são para todo e qualquer serviço, corteses e educados, como a maioria dos escravizados de ontem. E, no entanto, vêem-se na contingência de passar por vagabundos. Negam-lhes trabalho.

Assistindo ao exercício dos grilos, onde é grande o número de negros, estava no viaduto Santa Efigênia um apolíneo [*Pretalhão*].

– Olá, “patrício”, está gostando da coisa?

– Que remédio irmão. Enquanto não encontra trabalho, “mata-se” o tempo assim...

– Que é isso! Não fale essas coisas na cidade dinâmica que é São Paulo.

– É uma verdade. Trabalho não falta. Mas não nos dão. Essa nossa cor...

– Não o entendo. Que tem a cor com o serviço...

– Espere (desdobrando um jornal vespertino, disse-nos). Leia essas coisas.

“PRECISA-SE de um chofer, para carro de câmbio, à rua tal, número tal. Prefere-se branco (Jornal Progresso, 1929, apud DOMINGUES, 2003, p. 110).

A pesquisa de Domingues nos possibilita a reflexão sobre o mercado de trabalho como um espaço definido e estruturado pelo racismo cuja materialidade é constatada atualmente nos dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua (4º trimestre de 2016) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE: as populações negras correspondem a 63,7% dos 12,3 milhões de desempregados (52,7% – pardos, 11,0% - pretos, 35,6% – brancos). Esta mesma pesquisa apontou a permanência da desigualdade salarial entre os segmentos, pois

no âmbito de uma média salarial nacional de R\$2.043, a média dos brancos é de R\$2.660, dos pardos R\$1.480 e dos pretos, R\$1.461.

Assim, recuar no tempo e resgatar aspectos pouco explorados sobre as classes sociais no Brasil oportuniza desvelar, de fato, numa perspectiva de totalidade, os fundamentos de nossa organização social. E incentivar pesquisas e investigações inovadoras sobre a história, a memória, as representações, os movimentos e as práticas dos sujeitos sociais pertencentes às populações negras nos diversos espaços ocupacionais em que estão inseridos os assistentes sociais, para apreender as particularidades da estruturação da sociedade de classes no país e os complexos processos que configuram as suas relações contemporâneas.

Nesse sentido, temos acordo com as afirmações de Almeida (2013) de que,

[...], torna-se uma exigência da práxis a análise da totalidade dos processos sócio-políticos, que produzem as desigualdades sociais, cujas contradições explicitam os limites reais da ordem burguesa que, por seu turno, impedem o exercício pleno da democracia, da liberdade, da justiça, da igualdade e da cidadania (p. 138).

O Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira indica também o estudo aprofundado das relações capitalistas de produção no país, bem como as relações do Estado burguês com as classes e frações de classes. Ou seja, tem o foco nas particularidades da emergência, desenvolvimento e expressões da questão social no Brasil e o “*entendimento do Serviço Social que tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social*” (ABEPSS, 1996, p. 13).

A relação do serviço social com a questão social como fundamento básico de sua existência é um marco da formação na atualidade, contudo, precisamos ressaltar que a compreensão das feições da questão social no país e os elementos para o seu enfrentamento não podem prescindir de uma historiografia crítica e não tradicional.

A emergência da questão social é expressão da generalização do trabalho livre e do assalariamento nas sociedades modernas europeias. Está diretamente relacionada aos desdobramentos sócio-políticos do pauperismo como expressão concreta da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações

de produção de apropriação privada do excedente produzido. Foi a partir da perspectiva efetiva de ameaça dos pauperizados à ordem burguesa que o pauperismo foi designado como “questão social” (Netto, 2001).

Na perspectiva teórica crítica a questão social não é significada como desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou como traços invariáveis da sociedade humana. Ao contrário, está ligada ao tipo de sociabilidade que é hegemônica no capitalismo, mas que acompanha as especificidades históricas das sociedades capitalistas. Neste sentido, para avançarmos no debate sobre a questão social no Brasil e a profissão – determinada por suas configurações estruturais e conjunturais – é necessário investir na elucidação concreta das relações entre as expressões particulares da questão social e as modalidades universais de exploração na sociedade capitalista, considerando a complexa totalidade dos sistemas de mediações nos quais a lei geral da acumulação capitalista se realizou no país.

Assim sendo,

[...], ainda que o universo teórico-metodológico da análise atual da “questão social” apresente um esforço teórico-metodológico em atribuir centralidade ontológica às categorias centrais da análise marxista do modo de produção capitalista, ele é insuficiente por reproduzir, mesmo involuntariamente, uma visão genérica das suas determinações. E nesse sentido, rebatendo em uma formação que, embora tenha a “questão social como elemento central, a sua análise encontra-se esvaziada dos componentes histórico-sociais da sociedade brasileira e, porque não dizer, esvaziada da realidade concreta de parte significativa da classe trabalhadora do país. (MARTINS, 2015, p. 178)

A orientação temática para a disciplina de Formação sócio-histórica do Brasil⁴⁰ menciona a relação entre a herança colonial e a criação do Estado nacional, mas pode apontar para conteúdos sobre as relações escravistas de produção e os movimentos de resistências dos trabalhadores escravizados, visto que o conhecimento acerca da construção das instituições no país, bem como da estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania requerem recuar à gênese do modo como a ordem social se consolidou. Ou seja, retroagir criticamente aos períodos anteriores à

⁴⁰ Formação sócio-histórica do Brasil: A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e Crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu ocaso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo. (ABEPSS, 1996, p. 16)

abolição para desvendar as singularidades presentes na transição do trabalho escravo para o assalariamento.

Desde o início da formação da nação brasileira essa contradição é permanente, visível e se aguça progressivamente. Por isto *fizemos a Independência conservando a escravidão e fizemos a Abolição conservando o latifúndio*. Nessas duas fases de mudança não se desarticulou aquilo que era fundamental. Conservou-se aquelas estruturas arcaicas que impediam um avanço institucional maior. E com isto, ficamos com uma lacuna, um vácuo social, político, econômico e cultural que não foi preenchido até hoje. Por isto temos ainda atrasos seculares relevantes que continuam influenciando em grandes camadas de nossa população (MOURA, 1988, p. 24). grifos do autor.

Fomos o último país do mundo a abolir a escravidão. E quando isto ocorreu, o capitalismo iniciava sua fase monopolista, fato que para Moura demandou certas determinações que incidiram sobre a forma da abolição. Os compromissos exigidos pelo capitalismo monopolista se desdobraram em soluções estruturais afinadas com as necessidades internacionais.

[...]. A Abolição conserva a estrutura latifundiário-oligárquica. Essa estrutura rigidamente hierarquizada dentro do modelo escravista era necessária para garantir uma economia baseada na exportação de produtos primários subordinada aos interesses do mercado mundial. Com isto ficou descartada a possibilidade de integração social, econômica e cultural daquelas grandes parcelas de força de trabalho liberadas que irão constituir a massa de marginalizados, saída das senzalas (MOURA, 1988, p.25).

Desse modo, a Acumulação capitalista e as desigualdades sociais⁴¹, disciplina básica recomendada no documento das Diretrizes curriculares, para tratar sobre a *“inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais”* (ABEPSS, 1996, p.17) requisita identificar, por exemplo, as estratégias de subalternização do país na transição entre os séculos XIX e XX.

Passa-se, através desse mecanismo subordinador, do escravismo para o capitalismo dependente, periférico, em face desse longo período escravista, de um lado, e, de outro, pelo estrangulamento externo do capitalismo

⁴¹ Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais: A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações socioambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários. (ABEPSS, 1996, p. 17)

monopolista que penetrou simultaneamente à decomposição do sistema escravista no Brasil. Na medida em que o escravismo se decompunha as nações dominadoras do mercado mundial passaram a aplicar capitais no Brasil, naqueles setores estrategicamente relevantes como portos, estradas-de-ferro, comunicação, bancos e outras formas de investimento. (ABEPSS, 1996, p. 25-26)

A disciplina *Acumulação capitalista e desigualdades sociais* orienta para estudos sobre a “*Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, etnicorraciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários* (ABEPSS, 1996, p. 17), o que remete ao resgate dos conteúdos sobre as resistências negras antes e depois da abolição e seu significado como lutas populares.

Marques Jr. (2013) destaca que o serviço social desde seus primórdios atuava a partir de marcadores raciais, visto que, nos inquéritos sociais realizados pela assistente social pioneira Maria Esolina Pinheiro, constava o dado cor na descrição dos “menores infratores”, demonstrando que “a profissão fazia uma avaliação de seus casos também, baseada na categoria “raça”, apenas esse não era um conceito levado para a discussão profissional enquanto elemento de sua prática” (p. 23).

Na história da profissão precisamos atentar para a existência de práticas discriminatórias que reforçam a manutenção do conservadorismo e da naturalização das diferenças como desigualdades. É nesta direção que consideramos a apreensão das relações étnico-raciais no *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*.

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e *sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social*. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o *objeto ou matéria prima* sobre a qual incide a ação transformadora; os *meios de trabalho* - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a *atividade do sujeito* direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o *produto do trabalho profissional* em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. [...] (ABEPSS, p. 12, 1996).

Este núcleo condensa a dimensão formativa que compreende os elementos constitutivos da profissão como uma especialização do trabalho do coletivo, inserida na divisão social e técnica do trabalho. Esses elementos são o percurso histórico do

Serviço Social, a sua fundamentação teórico-metodológica, o seu arcabouço técnico-operativo e os seus componentes éticos.

O significado social da profissão que começou a ser elucidado criticamente a partir do movimento que inicia na década de 1960 com a Reconceituação⁴² tem seu aprofundamento nos processos políticos do final dos anos 1970, com o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979 e ao longo dos anos 1980 e 1990 com a reforma curricular de 1982, o Código de ética de 1986, a Lei de Regulamentação da profissão, em 1993, e o Código de ética de 1993. Nesse bojo, as múltiplas determinações e expressões da questão social – como exploração do trabalho pelo capital e apropriação privada da riqueza socialmente produzida – foram incorporadas como a matéria prima da ação profissional e tornaram-se objeto também do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito do serviço social.

O serviço social passou a ser entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. O trabalho do assistente social foi interpretado como processo, no interior de processos mais amplos, que se transforma ao modificarem-se as condições e as relações sociais nas quais está inscrito.

Assim, a crise do capital que catalisa as transformações do trabalho materializadas na reestruturação produtiva, também dinamiza perversamente a reforma neoliberal do Estado com desdobramentos tanto nas políticas públicas, como nas expressões ideoculturais da sociedade e constitui um conjunto estrutural e conjuntural que delinea de forma indelével o trabalho dos assistentes sociais.

O objetivo de auto reprodução do capital é continuamente mascarado ideologicamente sob os critérios de racionalidade, eficiência, eficácia e efetividade. E de forma concomitante avançam a corrosão do trabalho em escala global, a erosão do trabalho regulado dominante no século XX e a ampliação das suas formas desprotegidas: empreendedorismo, cooperativismo e voluntariado que oscilam entre a superexploração e a auto exploração. É uma precarização estrutural da força de trabalho em geral, mas que penaliza mais fortemente os segmentos não-brancos e

⁴² Sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano ver: NETTO, J.P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

femininos. Portanto, os assistentes sociais precisam estar atentos a essas configurações para uma apreensão crítica dos processos em curso que suscite, mesmo na adversidade, a produção de novos conhecimentos acerca da realidade e da própria profissão.

Um dos princípios expressos no documento das Diretrizes é o rigor no trato teórico, histórico e metodológico da realidade e do serviço social para a compreensão dos problemas e desafios correntes no universo da produção e reprodução das relações sociais. Articulado à adoção de uma teoria social crítica que possibilite apreender a totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.

É uma formação profissional que exprime *“uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional”* (ABEPSS, 1996, p.8).

O trabalho é compreendido como a atividade central na constituição do ser social. E os profissionais inserem-se nos diversos espaços ocupacionais como trabalhadores assalariados que também precisam se perceber na vida social em que atuam. É uma percepção que não está restrita aos aspectos concretos da vida material, mas também se refere às dimensões simbólicas e culturais do exercício profissional.

O Serviço Social tem também um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo. Tem uma objetividade que não é material, mas é social. Por exemplo, quando o assistente social viabiliza o acesso a um óculo, uma prótese, está fornecendo algo que é material e tem uma utilidade. Mas o assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais, autônomas, ainda que tenham uma *objetividade social* (e não material), expressando-se sob a forma de serviços (IAMAMOTO, 2001, p. 68. grifos da autora)

Nas Diretrizes curriculares a “prática profissional” é apreendida como trabalho e o exercício profissional está inscrito em processos de trabalho com características particulares referidas aos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Partindo desta

noção, os conteúdos de *Processo de Trabalho do Serviço Social*⁴³ não dispensam o conhecimento sobre as condições específicas que incidem nos espaços, como por exemplo, as correlações de forças, a cultura organizacional, as demandas das entidades empregadoras e as condições de vida dos sujeitos que acessam os serviços ofertados. Condições de vida que além das condições econômicas incluem as suas identidades como sujeitos, os lugares (concretos e simbólicos) de onde suas falas provêm.

Para formular projetos de intervenção profissional a partir do reconhecimento das demandas dos espaços sócio-ocupacionais na perspectiva das Diretrizes curriculares algumas indagações precisam ser agregadas ao clássico perfil do usuário institucional: *Quem são e qual a cor e o gênero dos sujeitos sociais historicamente discriminados e alvo das violações de direitos? Quem são e qual a cor e o gênero dos sujeitos que mais demandam a ação profissional? Quem são e qual a cor e o gênero dos sujeitos sobre os quais as políticas de repressão e controle do Estado agem mais fortemente?*

E por fim, depois de algumas constatações caberá ao profissional refleti-las enquanto dado da realidade para elaborar como o seu trabalho e os procedimentos regulamentares e culturais das organizações podem atuar positivamente nesses processos. Porém, estas questões são mediadas pelo conjunto de valores absorvidos pelos profissionais ao longo de suas vidas, composto por suas vivências dentro e fora do ambiente universitário. Então, para que estas questões sejam incorporadas ao trabalho em sua dimensão técnico-operativa precisam ser também mediadas pelos conteúdos da disciplina *Ética Profissional*.⁴⁴

⁴³ Ementa Processo de Trabalho do Serviço Social: O trabalho como elemento fundante do ser social. Especificidade do trabalho na sociedade burguesa e a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. O trabalho profissional face as mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social. Os elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social considerando: a análise dos fenômenos e das Políticas Sociais; o estudo da dinâmica institucional; os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional; as demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a estas demandas. O assistente social como trabalhador e o produto do seu trabalho. Supervisão do processo de trabalho e o Estágio (ABEPSS, 1996, 17).

⁴⁴ Ementa Ética profissional: Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-

Nesse sentido, indagar e pesquisar sobre a origem dos fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-moral da vida social no Brasil e os seus rebatimentos na ética profissional, por exemplo, pode contribuir para que professores e estudantes revejam suas atitudes baseadas em estereótipos sobre as populações africanas escravizadas e seus descendentes. Por exemplo, a desumanização das populações negras como “descendentes de escravos”, desprovidos de subjetividade. Refletir sobre como a humanidade de homens e mulheres foi subsumida por sua condição social de escravizados e como este processo se desdobrou nas relações constituídas no pós-abolição é (re)pensar o valor dado ao contingente majoritário da população brasileira na atualidade. E também o valor que os profissionais dão à história individual e coletiva dos sujeitos que usam as políticas sociais. Essas, nos parecem são premissas para valorá-los como sujeitos de suas ações e para criar as condições de trabalhar com eles em uma perspectiva de autonomia.

[...], a naturalização do que é histórico ganha legitimidade pelo poder hegemônico e oculta a violência, as hierarquias (de poder nas relações sociais) produzidas por estereótipos cuja função é biologizar o que é social nas relações e práticas sociais. A naturalização é a mediação para a essencialização da vida social. É, por assim dizer, a perpetuação da hegemonia do capital sobre a experiência de vida dos sujeitos sociais concretos: negros (as), índios (as), população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis), crianças, idosos, pessoas com deficiência e o legado religioso não hegemônico (ALMEIDA, 2013, p. 138).

No campo das atividades indispensáveis integradoras do currículo de Serviço Social o Estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória de inserção do estudante nos espaços institucionais. Os futuros profissionais são conduzidos à análises críticas destes espaços e estas, devem contemplar no âmbito da análise institucional e das correlações de forças entre os sujeitos como estão postas as relações étnico-raciais no sentido de desvelar as contradições que materializam cotidianamente o racismo institucional.⁴⁵

filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética profissional na história do Serviço Social brasileiro. (ABEPSS, p. 18, 1996)

⁴⁵ O termo racismo institucional foi introduzido em 1967 pelos ativistas negros Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton, em *Black Power: The politics of liberation in America* e se refere às operações anônimas [ou não] de discriminação em organizações, profissões, ou até mesmo sociedades inteiras. É anônimo à medida que os indivíduos podem negar a acusação de racismo e se abster da responsabilidade. [...] se o padrão de exclusão persiste, as causas devem ser procuradas nas instituições [...] nas suposições não expressas nas quais tais organizações baseiam suas práticas e nos inquestionáveis princípios que porventura possam usar. [...] A força do racismo institucional está em capturar as maneiras pelas quais sociedades inteiras, ou seções delas, são afetadas pelo

[...] o racismo institucional possui duas dimensões interdependentes e correlacionadas: a político-programática, e a das relações interpessoais. Quanto à dimensão político-programática podemos dizer que ela compreende as ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas. A dimensão das relações interpessoais abrange as relações estabelecidas entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e trabalhadores, entre trabalhador e usuário, e entre usuário e trabalhador, sempre pautadas em atitudes discriminatórias (Amma-Psique e Negritude Quilombohoje, 2008 *apud* EURICO, 2013, p. 299).

Ao mesmo tempo em que perpassa as relações interpessoais, o racismo institucional não pode ser atribuído ao indivíduo isolado, pois se expressa na desconsideração sistemática dos preconceitos em relação às especificidades etnicorraciais, o que reitera a reprodução de práticas discriminatórias nas diversas instituições. Por outro lado, sob a justificativa de contenção da crise econômica a implantação de projetos e programas antirracistas acabam solapadas pela racionalização perversamente seletiva de recursos e operacionalização de ações cujas prioridades desconsideram o racismo como mantenedor das desigualdades.

Reconhecer e combater o racismo institucional também vincula-se ao desafio de articular profissão e realidade que está colocado em toda a formação, mas que abrange particularmente o *fazer pesquisa* abordado na *Pesquisa em Serviço Social*⁴⁶ como espaço oportuno para estimular o conhecimento ampliado dos fenômenos sociais que são objeto de trabalho dos assistentes sociais, agregando nas propostas de pesquisas os aspectos contraditórios na formulação, execução e acesso da população às políticas sociais.

O panorama de desigualdade racial que atravessa os indicadores sociais desagregados por raça/cor⁴⁷ corroboram a importância dessa abordagem nas

racismo, ou talvez por legados racistas, muito tempo depois dos indivíduos racistas terem desaparecido. O racismo residual pode não ser reconhecido, nem ser intencional, mas, se não for exposto, permanecerá (CASHMORE, 2000, p. 469-471).

⁴⁶ Ementa Pesquisa em serviço Social: Natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional (ABEPSS, 1996, p. 18).

⁴⁷ Para o detalhamento destas condições ver: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 4º trimestre. Algumas características da força de trabalho por cor ou raça, 2016; POCHMANN, M. (org.) Atlas da Exclusão Social no Brasil – Dez Anos Depois. São Paulo: Cortez, 2014; MARCONDES, M.M.; PINHEIRO, L.; QUEIROZ, C.; Queiroz, QUERINO, C. VALVERDE, D.

pesquisas em políticas públicas para a compreensão da realidade concreta e ao mesmo tempo qualificam e ampliam a dimensão investigativa do exercício profissional. É uma complexidade social que exige a percepção da diversidade étnico-racial em um nível mais profundo que a mera constatação da multiculturalidade que constitui a sociedade brasileira.

Uma ferramenta metodológica que consideramos importante para a compreensão da realidade a partir dos elementos destacados é a perspectiva de interseccionalidade⁴⁸ como articulação dinâmica das relações de poder entre raça, sexo/gênero e classe na construção social de discriminação e opressão.

Em termos teóricos e metodológicos trata-se de abordar as categorias raça, sexo\gênero e classe historicizadas em sua participação nas dinâmicas particulares das sociedades capitalistas. E de compreender que o racismo é uma relação social, sendo por isso um fenômeno provido de materialidade, historicidade e conteúdos de dominação econômica, política e cultural. Por isso, o seu combate transborda os vieses culturalistas e identitários (sem excluí-los) e articula a dimensão da luta de classes. Abordar o racismo nos processos dinâmicos de acumulação de capital é uma premissa para o seu enfrentamento político no âmbito do Estado e no nível das lutas concretas das/os trabalhadoras/es.

Nas Diretrizes, as matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas (ênfase em determinados conteúdos com prioridade para um conjunto de estudos temáticos, com

(orgs.). Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, Brasília, 2013; IPEA; UNIFEM. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 2ª edição, 2011.

⁴⁸ O termo interseccionalidade foi criado pela feminista negra Kimberlé Crenshaw em 1989. Sua origem parte de uma crítica coletiva do Feminismo negro estadunidense contra o racismo e a heteronormatividade do feminismo branco e de classe média. A autora focaliza as interseções de raça e gênero e aborda parcialmente classe e sexualidade, compreendendo que estas dimensões contribuem na estruturação das experiências das mulheres negras. A própria explica que a interseccionalidade é uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes de identidade” sem a pretensão de se configurar como uma “nova teoria globalizante da identidade”. A conceituação de Crenshaw não remete às categorias de classe, raça e sexo\gênero como estruturais e estruturantes das relações sociais. Contudo, entendemos que interseccionalidade é um conceito em construção e que constitui uma ferramenta fundamental para análises que objetivam desvelar os processos relacionais das categorias de classe, sexo/gênero e raça e os entrelaçamentos de diferenças na produção de desigualdades sociais. Para aprofundamento sobre o termo interseccionalidade ver: HENNING, C. E. “Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença”. Mediações. Revista de Ciências Sociais. Desigualdades e Interseccionalidades. v. 20, n. 2 (2015).

carga horária pré-fixada), seminários temáticos (aprofundamento de temáticas relevantes em diferentes enfoques, estímulo à problematização criativa), oficinas/laboratórios (tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes a partir de diferentes formas de linguagem), atividades complementares e outros componentes curriculares (pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho).

As matérias congregam um complexo de atividades formativas cujo sentido pedagógico está sustentado na relevância da inserção dos estudantes em ações planejadas de pesquisa e extensão. A materialização da dimensão investigativa como princípio e elemento central na formação profissional reside na construção da relação entre teoria e realidade. Nesta direção e entendendo as relações étnico-raciais como estruturais e estruturantes da vida social é imperioso inserir a temática articuladamente na formação, na condição de disciplinas específicas, mas também de conteúdos transversais⁴⁹ aos três núcleos de fundamentação, abordados no interior das disciplinas e na forma de seminários temáticos, oficinas/laboratórios, incentivo à pesquisa, atividades complementares e outros componentes curriculares.

Os currículos dos cursos de graduação e pós-graduação do serviço social ainda não expressam a diversidade da sociedade brasileira como produção histórica, cultural, social e político-econômica de diferenças⁵⁰.

⁴⁹ As temáticas transversais correspondem a questões urgentes, presentes sob várias formas na vida cotidiana, e são assim adjetivados por não pertencerem necessariamente uma disciplina específica, mas atravessarem todas, por serem pertinentes para uma compreensão global da realidade. O Ministério da Educação (ano) define como transversais os “[...] temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política” (MEC, 1997). Isso significa serem trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes. A transversalidade é uma proposta didática que acarreta discussões do ponto de vista conceitual, como por exemplo, a relação com a interdisciplinaridade, como uma abordagem epistemológica dos objetos do conhecimento. A obrigação do docente se apropriar de materiais que não são estritos das disciplinas que leciona aponta a complexidade do real e de se considerar as teias de relações entre os conteúdos nos seus aspectos contraditórios.

⁵⁰ Para informações sistematizadas sobre as disciplinas de recorte etnicorracial nos cursos de Serviço Social ver: ROCHA, R. da F. A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios. Tese. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014. A autora realizou levantamento de dados nos currículos das Unidades Acadêmicas de Serviço Social de Universidades Federais filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). No destas unidades Rocha analisou em que medida e extensão nos currículos dos cursos de Serviço Social a inserção da

A invisibilidade dessa discussão no processo de formação, bem como sua não observância na prática profissional, pode ter um preço alto: a não apreensão da realidade necessária para se conhecer quem são os sujeitos sociais atendidos pelos profissionais de Serviço Social. Em outras palavras, o silêncio também revela um posicionamento. Seria essa uma ratificação da violência racial, velada ou explícita (mas não contabilizada), mesmo que seja por omissão? (MENEZES, 2013).

Ainda que a produção sobre relações étnico-raciais no serviço social não seja expressiva em seu aspecto quantitativo, temos uma trajetória reflexiva demarcada historicamente e qualitativamente relevante em sua contribuição para a formação profissional⁵¹.

Importante ressaltar que a primeira iniciativa de publicação temática sobre relações étnico-raciais no serviço social ocorreu em 2013 com a organização do volume 13 da Revista *Libertas*, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, em homenagem à assistente social Franciane Cristina (doutoranda do curso de serviço social da Universidade Federal do Rio de Janeiro), falecida em março do mesmo ano. Nesta edição da revista todos os artigos abordam as relações raciais e as expressões do racismo no Brasil em diferentes contextos, configurando uma importante fonte de acesso às reflexões produzidas, mas também como consulta de referências para outros que queiram se apropriar da temática a partir de pontos de vista críticos. E a segunda iniciativa deste tipo ocorreu no ano de 2017 pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com a publicação da Revista *O Social em Questão* nº 39.

À parte estas serem produções positivamente singulares, desde 1989, nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais - CBAS estão registradas

temática étnico-racial estava em consonância com as diretrizes curriculares. Tendo como premissa que a partir das diretrizes curriculares o conteúdo relações étnico-raciais se insere no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, identificou através dos títulos e ementas das disciplinas curriculares, as palavras-chave relativas ou associadas à categoria “relações étnico-raciais”, constante no texto das diretrizes. Destacou então para a sua análise as seguintes palavras-chave: etnia, raça, racial, racismo, étnico, etnocentrismo, discriminação racial, negro/a, afrodescendente, afro-brasileiro/a, indígena, etnicidade, matriz africana, quilombo, quilombola, movimento negro, democracia racial, diversidade étnica e diversidade racial.

⁵¹ Sobre os detalhes desta trajetória ver MARQUES Jr., J.S. A produção do Serviço Social antes e depois de Durban. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2693/1949>.

apresentações de trabalhos sobre relações étnico-raciais e o serviço social, conforme a sistematização realizada por Marques Jr., em seu artigo *Questão racial e Serviço Social: um olhar sobre sua produção teórica antes e depois de Durban* (2013).

Em 1989, no VI CBAS o país ainda estava sob a do final da ditadura e das mobilizações populares para a participação na Assembleia Constituinte. O movimento negro articulado aos partidos progressistas contribuiu para a colocação desse debate na política. E as assistentes sociais militantes destes espaços políticos iniciaram o movimento interno de crítica ao lugar de invisibilidade historicamente reservado ao debate racial na profissão. No citado Congresso foram apresentadas duas teses e ambas articulavam a exploração de classe e o racismo: a) A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora, de Maria José Pereira, Matilde Ribeiro e Suelma Inês Alves de Deus; b) O Serviço Social e os bastidores do racismo de Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant'Ana (Marques Jr., 2013, p. 4).

Do VI CBAS em diante as apresentações sobre relações sociais A apresentação de trabalhos sobre a temática de raça/etnia tem se mantido constante, porém de quantidade reduzida se considerarmos os volumes consideráveis de trabalhos enviados para o Congresso. Entendendo o CBAS como um espaço privilegiado para a apresentação de pesquisas relacionadas ao exercício profissional é preocupante que este tema não apareça no olhar do assistente social sobre o seu trabalho.

Em 2003 a professora Elisabeth Pinto (2003) publicou o livro *O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros*. Nessa obra apresentou os resultados da pesquisa realizada para o seu trabalho de conclusão de curso em 1984. Na pesquisa Pinto entrevistou trinta usuários negros (homens e mulheres) e trinta assistentes sociais (homens e mulheres) e constatou o desconhecimento dos profissionais sobre a atuação frente às demandas relativas à questão racial. Em resposta à pergunta sobre o que tinha sido feito pelo Serviço Social quanto à questão do negro no Brasil até aquele momento, 46,7% dos entrevistados responderam que nada havia sido feito e 30% informaram que desconheciam o tema (PINTO, 2003, p.148).

(...) 63% dos assistentes sociais já passaram por situações nas quais as pessoas por elas atendidas afirmaram ter sofrido preconceito. (...) ao descreverem as situações nas quais ocorreram os preconceitos, reportavam-se sempre a fatos e situações nos quais não conseguiram ter um posicionamento técnico e politicamente adequado (PINTO, 2003, p. 149).

Outra pesquisa, conduzida pelo professor Silva Filho em 2004 com estudantes da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense investigou o nível de conhecimento dos temas: “teoria racial”, “democracia racial”, “teoria do branqueamento”, “cultura negra”, “religião afro-brasileira”, “racismo, preconceito e discriminação”. Os resultados da pesquisa apontaram para o alto grau de desconhecimento dos conteúdos sobre a questão do negro na sociedade brasileira entre os estudantes. Com apenas 14, 89% afirmando dominar os conteúdos considerados básicos para dotar os assistentes sociais na intervenção junto aos seus usuários (SILVA FILHO, 2006, p. 81).

Os dois estudos que têm entre si um significativo lapso de tempo, contêm para nós o mesmo significado, são expressões de alerta para a lacuna do tema na formação profissional.

Todavia, o empenho dos assistentes sociais que iniciaram o debate das relações étnico-raciais no serviço social anos atrás tem se materializado através de iniciativas importantes no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

Em termos de exercício profissional cabem destaque as orientações expressas particularmente em dois dos onze princípios do Código de Ética Profissional de 1993: O sexto princípio, *Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças*, e o décimo-primeiro princípio, *Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física*.

E nas ações especificamente voltadas à formação assinalamos a criação do Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de exploração/opressão de

gênero, raça/etnia, sexualidades⁵² que observa as seguintes ementas em suas ênfases:

a) Gênero: Divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico reprodução social no capitalismo; Condição social das mulheres e políticas públicas. Violência contra mulher e a Lei Maria da Penha: atualidade e desafios. Feminismo: teoria, história, debates e dilemas estratégicos na contemporaneidade. Feminismo e Serviço Social.

b) Raça/ Etnia: Estado e raça. Formação social e Divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento Social e raça/etnia. Desigualdades étnico- raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores sócio- demográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e Políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico- raciais: avanços e desafios para o projeto ético- político do serviço social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial.

c) Sexualidades: Diferentes expressões de homofobia e sexismo. Diversidade familiar e opressões associadas às sexualidades não-hegemônicas e às múltiplas expressões de feminilidade e masculinidade. Violações dos direitos sexuais no campo dos direitos humanos. Políticas públicas, gênero, sexualidade e serviço social. Movimentos sociais de enfrentamento à homofobia e ao sexismo (ABEPSS, 2013).

As ações deste GTP levaram a que em dezembro de 2014, na Assembleia da ABEPSS, realizada em Natal-RN, no XIV Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, fosse aprovada, por unanimidade, a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, conforme as seguintes orientações:

- A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal.
- A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio. Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis 10. 639/03 e 11645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação- CNE/MEC, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos.
- O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades.
- Apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, por meio de parcerias, projetos de extensão, pesquisa, entre outros.

⁵² No XV Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, realizado em 2016, na cidade de Ribeirão Preto o GTP Serviço Social, Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades passou a ser designado como GTP Serviço Social, Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades com a saída de ênfase de geração que passou a integrar outro GTP.

- A promoção de espaços de estudos e pesquisas sobre o sistema capitalista-patriarcal-racista-heterossexista e adultocêntrico. (GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, 2016)

O caminho percorrido e seus resultados demonstram que ainda temos muito o que fazer, mas por outro lado nos anima a pensar metodologias de ensino das relações étnico-raciais na formação profissional no sentido de ampliar a contribuição na formação de assistentes sociais tecnicamente qualificados e engajados na eliminação de quaisquer formas de desigualdade social e de discriminação. Mas também se configura como uma possibilidade provocadora para refletir sobre a forma do ensino da prática profissional no Serviço Social, na medida em que, na mesma direção do projeto ético-político profissional exige dos docentes a consciência dos mecanismos que originam as desigualdades que se materializam na realidade concreta do cotidiano dos assistentes sociais.

É com base nas reflexões apresentadas que entendemos as contribuições desta pesquisa para os espaços formativos do Serviço Social em sua responsabilidade ético-política de questionar a racionalidade hegemônica e produzir alternativas antirracistas a partir de saberes não dominantes.

4. CLÓVIS MOURA: Teoria e método na construção de um pensamento social marxista sobre o Brasil

Para identificarmos a apropriação da teoria e do método marxista no pensamento de Clóvis Moura analisaremos cinco obras da sua extensa produção: a primeira e a quarta edição de *Rebeliões da Senzala* (1959 e 1988); *O negro de bom escravo a mau cidadão* (1977); *A sociologia posta em questão* (1978); *A sociologia do negro brasileiro* (1988) e *Dialética radical do Brasil negro* (1994).

Em cada uma pretendemos identificar e caracterizar o tema central, os objetivos, as referências bibliográficas marxistas, a conexão entre o paradigma teórico metodológico adotado e os objetivos do texto e os métodos de pesquisa utilizados. Abordaremos o método de exposição dos temas na estrutura dos textos e a relação entre as categorias metodológicas e os objetivos.

E ao longo de cada exposição as reflexões, os questionamentos e encaminhamentos suscitados pela leitura da obra e a representação no conjunto das demais obras de Moura. Observamos como o texto estabelece diálogos com outros autores relevantes do seu tempo. Como dialoga com o campo de estudos das relações étnico-raciais. Além dos aspectos contraditórios dos argumentos usados pelo autor na obras e as contribuições inéditas ao tema abordado. Apresentamos ainda os elementos que corroboram a hipótese sobre a construção da categoria práxis negra.

4.1. Rebeliões da Senzala – os elementos socioeconômicos e estruturais das resistências negras

Na primeira edição de *Rebeliões da Senzala* (1959) o texto apresenta-se bastante dirigido pelos resultados das pesquisas históricas que realizava desde 1948 voltados para a explicação dos fatos relacionados à situação do negro no Brasil. A obra, mais descritiva do que analítica, apresenta detalhadamente as formas mais destacadas das lutas dos escravos: os quilombos, as guerrilhas e as insurreições e demonstra que ocorreram em todos países e de modo intermitente durante todo o período da escravidão. A pesquisa de base documental foi realizada em arquivos públicos, mas também nos dados coletados por pesquisadores anteriores.

As referências marxistas são ainda restritas⁵³, mas já refletem a sua preferência por autores não dogmáticos para a fundamentação metodológica como Gordon Childe no livro *Que sucedio em la história* por sua aceitação em relação à existência de uma fase comunal primitiva no período anterior à colonização. Nesta direção Moura argumenta que muitos autores soviéticos presos ao que chamou de *esquematismo nem sempre justificável* (1959, p. 13) deixaram este assunto no âmbito da economia política. Por esses motivos recorre também aos estudos de Mauro Olmeda e Maxime Rodinson. E afirma que,

O certo é que mesmo colocando-se em dúvida o valor universal dessa categoria, no caso particular dos índios brasileiros a sua economia estava enquadrada dentro de coordenadas que a colocam entre os povos que não conheciam a propriedade privada dos meios de produção nem um direito que, estratificado, garantisse esse tipo de propriedade (ibid., p. 16).

A primeira parte do livro inicia com seção de caracterização geral das condições de implantação e desenvolvimento da escravidão no Brasil, o crescimento demográfico gerado pelo desembarque sucessivo de africanos para o trabalho nos latifúndios agrários. Na segunda seção apresenta a participação do escravo nos movimentos políticos durante o período da colônia e do império. Na terceira seção os quilombos e as guerrilhas. A quarta seção trata do quilombo de Palmares. A quinta

⁵³ APÊNDICE E – Sistematização das referências marxistas e marxianas citadas em: *Rebeliões da Senzala* 1ª edição.

seção da Bahia no tempo das revoltas. A segunda parte do livro aborda as insurreições que tem início no século XIX, com destaque para a grande insurreição de 1835 na capital baiana.

A narrativa de Moura articula o desenrolar da escravidão no Brasil com os acontecimentos internacionais que demarcaram o desenvolvimento do capitalismo. A supremacia da Inglaterra no tráfico de escravos no começo do século XVIII é identificada com os processos de acumulação primitiva. Posteriormente, no século XIX as demandas dos interesses ingleses na economia foram um dos fatores de extinção do tráfico de escravos no país com a Lei Euzébio de Queiroz (1850). Também destaca as ressonâncias da revolução haitiana (1791) para as lutas no Brasil. E já aparecem neste texto algumas ideias que serão elaboradas posteriormente, como a diferenciação entre as fases da escravidão ao longo de 380 anos e o caráter heterogêneo e contraditório do movimento abolicionista.

O panorama que Moura expõe em 1959 afirma que as resistências negras em todas as suas vertentes não foram esporádicas, mas a reação dos escravizados à opressão da estrutura econômico-social da colônia e do império. A constância e seu caráter geral tipificam esses movimentos. Estão presentes as ideias, os processos históricos e os elementos empíricos que irão constituir nos seus trabalhos subsequentes a práxis negra, notadamente à medida em que ocorre o seu aprofundamento teórico-metodológico no marxismo. O percurso investigativo que está presente nas obras posteriores de Moura vai sendo a cada período aprofundado em termos de mediações entre os conteúdos históricos e as ações políticas dos sujeitos envolvidos.

Na quarta edição em 1988 Moura amplia largamente o diálogo com o marxismo⁵⁴ e beneficia o texto com um volume substancial de dados empíricos não existentes nas décadas de 1940 e 1950. Como na primeira edição as informações que substanciam as análises, além de coletadas pelo próprio são também oriundas de pesquisas de autores de diferentes interpretações sobre a história da sociedade brasileira, a história da escravidão e do pós-abolição. E ressignifica o olhar sobre a

⁵⁴ APÊNDICE F – Sistematização das referências marxistas e marxianas citadas em Rebeliões da Senzala 4ª edição.

realidade nacional, incorporando novos estudos regionais sobre a escravidão e as resistências negras.

[...] como queremos dar um caráter definitivo a esta edição, procuramos fazer algumas alterações no texto e acrescentar notas de rodapé onde nos pareceu que deveríamos dar esclarecimentos mais precisos em decorrência dos resultados de novas pesquisas sobre o tema abordado. Isso não modificará nem a sua estrutura nem as suas conclusões. Pelo contrário. Essas novas pesquisas apenas confirmaram aquilo que já havíamos dito desde a sua primeira edição, publicada em 1959 (MOURA, 1988, p. 9).

A escravidão é tratada teoricamente como uma categoria. Isso implica questionar e investigar sob quais condições sociais e históricas um negro se torna escravo. A escravidão africana é situada como escravidão moderna/colonial subordinada ao mercantilismo e à expansão do capitalismo e como tal um dos constituintes básicos da acumulação primitiva de capital.

A escravidão moderna no Brasil foi construída a partir de dois fenômenos distintos, mas convergentes: 1) o desenvolvimento e evolução das feitorias atomizadas no território em latifúndios de donatários com sistemas de estratificação social fechado e tendo a monocultura como base produtiva; 2) os interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial.

Na fase inicial da descoberta do território houve um ciclo de intercâmbio com os índios e uma posterior condição de servidão destes. Com a substituição do conceito de propriedade comunal pelo de propriedade privada – não para os habitantes terra, os produtores originais – ocorreu uma marginalização progressiva dos índios do processo produtivo, solapados por um coletivismo dirigido pelos jesuítas que distribuíam a produção e regulavam o consumo.

Sobre a escravidão indígena em contraste como a escravidão africana Moura apresenta argumentos que desfazem a ideia de que os índios foram preteridos como escravos por serem incapazes para o trabalho, mas sim pelas condições concretas de sua organização social e cultural serem incompatíveis com o tipo de organização do trabalho imposta pelos colonizadores. E também por outro motivo, a grande rentabilidade do tráfico de seres humanos da África que se impôs como negócio rentável e passou a determinar o tipo de trabalhador ideal para a colônia.

A pressão dos grupos interessados no tráfico de africanos impingiu ao Brasil e às demais colônias tropicais, os escravos negros. No século XVII, concomitante à fase histórica da acumulação primitiva que precedeu ao capitalismo, o tráfico de africanos rapidamente se converteu em uma fonte de polpidos lucros. O tráfico se desenvolveu como uma empresa tipicamente comercial e foi um fator basilar para a acumulação primitiva do capital.

A formulações de Karl Marx sobre a acumulação capitalista são os alicerces para as elaborações de Moura no texto. Assim, a origem do modo de produção capitalista não está na simples racionalização da divisão do trabalho social, mas em um processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa etc., que separou o produtor direto dos seus meios de produção e formou enormes massas de indigentes e desocupados, transformados em proletários, tendo apenas a venda de sua força de trabalho como forma de sobreviver.

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada como uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer o seu pão com o suor do seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser a sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar do seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (MARX, 2013, p. 785).

Marx expõe a contradição da história idílica construída pela economia política ao contrapor a violência da história real dos métodos de acumulação destacando o papel desempenhado pela conquista, pelo saque, pela subjugação legal e pelos assassinatos em massa. Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria, meios de produção e de subsistência ainda não estão identificados com o capital. A transformação é operada sob determinadas circunstância, que envolvem o encontro de duas espécies de possuidores de mercadorias: de um lado, os possuidores de dinheiro, meios de produção e subsistência que tem o intuito de valorizar a quantia de valor existente pela compra de força de trabalho alheia; de outro lado os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho. “Trabalhadores livres no duplo sentido

de que nem integram diretamente os meios de produção, como escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção [...]” (Marx, 2013, p. 786). É esta polarização – reproduzida em escala cada vez maior – do mercado que define as condições fundamentais da produção capitalista.

Esse processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, cria a relação capitalista de produção e transforma em capital os meios sociais de subsistência, ao mesmo tempo em que converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

A assim chamada acumulação primitiva, não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 786).

O desvendamento da origem e do funcionamento do sistema capitalista ocorre em sua totalidade, ou seja, não visualiza apenas o capital como acumulação, mas como relação social. É uma análise que compreende as mudanças conjunturais de sua forma, as permanências estruturais de sua essência e as particularidades históricas e geográficas de seu desenvolvimento.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica (ibid., p. 788).

O quadro de criação violenta do proletariado livre, a disciplina rígida que os condicionou como assalariados e a ação coercitiva do Estado elevaram o grau de exploração do trabalho e com ele a acumulação do capital. Tendo estes acontecimentos como determinantes Marx analisou a origem dos capitalistas, a partir da gênese do arrendatário. Na Inglaterra, a primeira forma de arrendatário, ainda como servo da gleba, tinha uma situação próxima do camponês, pois ganhava sementes, gado e instrumentos agrícolas e trabalhava em troca do produto global numa proporção definida em contrato com o dono da terra. Posteriormente, esta forma foi substituída pelo arrendatário típico, “que valoriza seu capital próprio por meio do

emprego de trabalhadores assalariados e paga ao *landlord*, como renda da terra, uma parte do mais produto, em dinheiro ou *in natura*” (Marx, 2013, p. 814).

[...], a revolução agrícola, que ocorre no último terço do século XV e se estende por quase todo o século XVI [...], enriqueceu o arrendatário com a mesma rapidez com que empobreceu a população rural. A usurpação das pastagens comunais etc. permite-lhe aumenta, quase sem custos, o número de suas cabeças de gado, ao mesmo tempo que o gado lhe fornece uma maior quantidade de adubo para o cultivo do solo (Marx, 2013, p. 814).

Outro elemento decisivo na constituição de uma classe de “arrendatários capitalistas”, segundo Marx foi a progressiva queda no valor dos metais nobres e, por conseguinte do dinheiro, que reduziu o nível do salário, ou seja, a margem do capital variável foi incorporada ao lucro do arrendatário. Por outro lado, ocorreu o aumento dos preços dos produtos agrícolas,

[...], inchou o capital monetário do arrendatário sem o concurso deste último, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, estava contratualmente fixada em valores monetários ultrapassados. Desse modo, ele enriquecia, a um só tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu *landlord*. Não é de admirar, pois, que a Inglaterra, no fim do século XVI, possuísse uma classe de “arrendatários capitalistas”, consideravelmente ricos para os padrões da época (ibid.).

A revolução agrícola além de favorecer o enriquecimento dos arrendatários, teve efeito sobre a indústria urbana, na medida em que forneceu massas cada vez maiores de populações rurais expropriadas tornadas proletárias e consumidoras nas cidades, o que contribuiu para a criação dos mercados internos. Um fato propulsor de lucros para arrendatários e industriais e um elemento importante da acumulação primitiva.

Em que pese o número reduzido de seus cultivadores, o solo continuava a render tanta produção quanto antes, ou ainda mais, porque a revolução nas relações de propriedade fundiária era acompanhada de métodos aperfeiçoados de cultivo, de uma maior cooperação, da concentração dos meios de produção etc., e porque não só os assalariados agrícolas foram obrigados a trabalhar com maior intensidade, mas também o campo de produção sobre o qual trabalhavam para si mesmos se contraiu cada vez mais. Com a liberação de parte da população rural, liberam-se também seus meios alimentares anteriores. Estes se transformam, agora, em elemento material do capital variável. O camponês deixado ao léu tem de adquirir de seu novo senhor, o capitalista industrial, e sob a forma de salário, o valor desses meios alimentares. O que ocorre com os meios de subsistência também ocorre com as matérias-primas agrícolas locais da indústria. Elas se convertem em elemento do capital constante (ibid., p. 816).

Em determinadas regiões da Europa a estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal, isto é, o capitalismo teve origem em uma organização social que tem uma definição geográfica precisa, europeia e particularmente inglesa. Mas é um sistema que por suas necessidades de desenvolvimento se expandiu articuladamente em nível mundial. E Marx teve uma noção bastante exata da violência com que essa expansão ocorreu nos territórios invadidos e dominados.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc. (Marx, 2013, p. 821).

A acumulação primitiva seguiu, numa sequência mais ou menos lógica entre os países com a primazia das navegações exploratórias como Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Particularmente em relação à Inglaterra, Marx salienta algumas combinações que sistemicamente organizaram seu modelo colonial, mas também a relação com as demais potências colonizadoras. Este é um dado importante nas análises de Moura sobre os desdobramentos da penetração inglesa na economia brasileira do século XIX.

Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos [da acumulação primitiva] foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para outro. A violência é a parceira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 2013, p. 821).

As sociedades coloniais foram alavancas de concentração de capital garantindo um mercado de escoamento da produção manufatureira em ascensão, além de garantir uma acumulação potenciada pelo monopólio de mercado.

Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, ao contrário, é a supremacia comercial que gera o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época. Ele era o “deus estranho” que se colocou sobre o altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa, e que, um belo dia, lançou-os por terra com um só golpe. Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade (ibid., p. 824).

A Holanda, – que invadiu o Brasil em 1620⁵⁵ – em 1648 detinha a posse quase exclusiva do comércio com as Índias Orientais e do tráfico de africanos entre o sudoeste e o nordeste europeu. “Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital.” Poderio que não se traduzia em condições melhores para os trabalhadores das metrópoles, pois, no citado ano “a massa do povo holandês já estava mais sobrecarregada de trabalho, mais empobrecida e brutalmente oprimida do que as massas populares do resto da Europa somadas” (MARX, 2013, p. 824).

O sistema colonial com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais serviu de incubadora para a implantação do sistema de crédito público, ou seja, das dívidas públicas, primeiramente na Holanda.

A dívida pública, isto é, a alienação [*Veräusserung*] do Estado – seja ele despótico, constitucional, ou republicano – imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente integra a posse coletiva dos povos modernos é... sua dívida pública. Daí que seja inteiramente coerente a doutrina moderna segundo a qual um povo se torna tanto mais rico quanto mais se endivida. O crédito público se converte no credo do capital. E ao surgir o endividamento do Estado, o pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há perdão, cede seu lugar para a falta de fé na dívida pública (MARX, 2013, p. 824)

⁵⁵ As denominadas invasões holandesas (1620-1654) foram um projeto de ocupação da Região Nordeste do Brasil pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais durante o século XVII. Concentradas na região do atual nordeste brasileiro, refletiram o quadro competitivo de relações internacionais entre os Estados europeus pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento e comércio de escravizados africanos. Ocorreu em duas frentes distantes, porém interligadas: Brasil e África. Em Rebeliões da Senzala o período de domínio holandês é abordado tendo como mote o comportamento do negro escravo durante o conflito. Moura elenca três formas típicas de atuação dos escravos durante a ocupação: “A primeira delas foi a dos cativos que – aproveitando-se da situação criada com as lutas entre luso-brasileiros e batavos – fugiram para as matas e se estabeleceram em quilombos, dos quais o mais importante e famoso foi Palmares. A segunda foi a dos que, ou por imposição dos próprios senhores ou por livre vontade, se incorporaram às tropas restauradoras que combatiam o invasor. Finalmente, a terceira foi a dos escravos que ficaram ao lado dos holandeses, contra os brasileiros e o os portugueses. Da primeira foram de comportamento o mais destacado líder foi incontestavelmente Zumbi; da segunda, Henrique Dias poderá ser apontado como o elemento mais representativo; a última terá seu elemento representativo em Calabar” (MOURA, 1988, p. 185).

A acumulação primitiva foi alavancada também pela dívida pública, que infundiu no dinheiro improdutivo uma força criadora que o transformava em capital, sem exposição aos riscos concretos do trabalho. Os credores do Estado, se valiam dos títulos da dívida que artificialmente funcionavam como dinheiro vivo. A dívida pública também impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis e a agiotagem instituindo e consolidando o jogo da bolsa e a moderna *bancocracia* em nível mundial com a implantação de um sistema internacional de crédito que possibilitou a manutenção do sistema colonial de dependência mesmo após as independências dos países.

Desde seu nascimento, os grandes bancos, condecorados com títulos nacionais, não eram mais do que sociedades de especuladores privados, que se colocavam sob a guarda dos governos e, graças aos privilégios recebido estavam em condições de emprestar dinheiro. Por isso a acumulação da dívida pública não tem indicador mais infalível do que a alta sucessiva das ações desses bancos, cujo desenvolvimento pleno data da fundação do Banco da Inglaterra (1694). Esse banco começou emprestando seu dinheiro ao governo a um juro de 8%, ao mesmo tempo que o Parlamento o autorizava a cunhar dinheiro com o mesmo capital, voltando a emprestá-lo ao público sob a forma de notas bancárias. [...]. Não demorou muito para que esse dinheiro de crédito, fabricado pelo próprio banco, se convertesse na moeda com a qual o Banco da Inglaterra tomava empréstimos ao Estado e, por conta deste último, pagava os juros da dívida pública. Não lhe bastava dar com uma mão para receber mais com a outra: o banco, enquanto recebia, continuava como credor perpétuo da nação até o último tostão adiantado. E assim ele se tornou, pouco a pouco, o receptáculo imprescindível dos tesouros metálicos do país e o centro de gravitação de todo o crédito comercial. À mesma época em que na Inglaterra deixou-se de queimar bruxas, começou-se a enforcar falsificadores de notas bancárias (MARX, 2013, p. 825).

No rastro da dívida pública está o moderno sistema tributário, que tendo como função precípua cobrir os juros e pagamentos anuais dos contratos foi desde o princípio constituído por arrecadação organizada em conveniência com os interesses dos credores. Nesta lógica, o sistema tributário se converteu num complemento crucial do sistema de empréstimos.

O regime fiscal moderno, cujo eixo é formado pelos impostos sobre os meios de subsistência mais imprescindíveis (portanto, pelo encarecimento desses meios), traz em si, portanto, o germe da progressão automática. A sobrecarga tributária não é, pois, um incidente, mas, antes, um princípio. Razão pela qual, na Holanda, onde esse sistema foi primeiramente aplicado, o grande patriota de Witt o celebrou em suas máximas como o melhor sistema para fazer do trabalhador assalariado uma pessoa submissa, frugal, aplicada e... sobrecarregada de trabalho (MARX, 2013, p. 826).

Outro aspecto que conjurou para a acumulação primitiva foi o sistema protecionista que por meio de tarifas, prêmios de exportação etc.

[...] foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais, de abreviar violentamente a transição do modo de produção antigo para o moderno (ibid., p. 826).

O processo de acumulação primitiva do capital tem como um dos elementos principais a exploração das colônias ultramarinas. Uma exploração realizada através de saques, da especulação comercial, do tráfico de escravos e monopólios mercantis que também propiciaram enormes oportunidades de enriquecimento para uma parcela da burguesia, em especial da Inglaterra.

Do século XVII ao século XIX as grandes companhias navegadoras financiadoras das empresas de tráfico negreiro, as grandes plantações nas colônias e o monopólio comercial foram o tripé onde estavam apoiadas a economia e a política das grandes metrópoles e nesse sentido, configuram elementos que constituem uma unidade contraditória e determinante na constituição da vida social das colônias.

[...]. As populações africanas passaram a ser mercadoria de exportação já que p mercado africano não existia de um lado e, ao mesmo tempo, abriam-se áreas novas de exploração que solicitavam, no trabalho das plantações, mão-de-obra barata, de vez que os exploradores locais do trabalho, embora aparentemente fossem todo-poderosos nas colônias tinham de produzir mercadoria a preço ínfimo para suprir as solicitações das metrópoles. Para isso necessitavam de mão-de-obra escrava. Como as principais nações haviam transformado o tráfico em empresa comercial supridora da mão-de-obra, os produtores das colônias tinham de estar subordinados, direta ou indiretamente, ao supridor de escravos (MOURA, 1988, p. 51).

A expansão do escravismo nos territórios colonizados foi uma das consequências "da criação de um mercado universal, a partir do entrelaçamento – com diferentes níveis de disputas – de algumas economias nacionais europeias.

O apelo à escravidão africana -que já se realizara com êxito na Europa desde tempos imemoriais – será uma solução lógica a que recorrerá o colono a fim de conseguir estabelecer nos trópicos uma sociedade para a qual o material humano autóctone era de pouca rentabilidade (embora mais barato) e o braço europeu que para aqui vinha não podia ser arrolado no status de trabalhador que interessava ao colono: o de escravo. (ibid., p. 46)

Conforme esta acepção é significativo que a Inglaterra tenha conseguido da Espanha, através do Tratado de Utrecht (Asiento de Esclavos con Inglaterra), em 1713, o privilégio de explorar o tráfico entre a África e a América espanhola por quarenta anos. Com esse acordo a Inglaterra obteve o direito de guarnecer a América

espanhola com 4.800 negros por ano, o que garantia uma cobertura oficial para os contrabandistas britânicos.

O estabelecimento da escravidão sistemática veio subverter em suas bases o regime de trabalho até então dominante na sociedade brasileira. Essa transformação se processará em todas as formas de manifestações da vida social. Demograficamente aumentou em ritmo acelerado e ininterrupto a população da Colônia; do ponto de vista sociológico cindiu a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: uma constituída pelos senhores-de-escravos, ligados economicamente em face do monopólio comercial à metrópole, outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil Colônia e era quem produzia toda riqueza social que circulava nos seus poros (MOURA, 1988, p. 47)

O massivo número de escravos que impulsionou a economia colonial esmagou quase inteiramente o trabalho livre que existia em algumas faixas da economia brasileira. Na sua totalidade a economia do Brasil colônia assentou suas bases na grande agricultura monocultora, no trabalho escravo, sob o monopólio político e comercial da metrópole portuguesa e com uma produção desvinculada do mercado interno, que,

[...]: existia como parte do mercado mundial e somente circulava fora de nossas fronteiras, afora o setor de subsistência. Aqui era imobilizada nas fontes de produção ou nos portos de embarque. O seu valor de uso ficava além das fronteiras. Por isso, mesmo o seu dinamismo só existia na medida em que essa produção era solicitada pelos mercados europeus. Outros gêneros ou produtos que não destinados à exportação para a Metrópole têm o seu plantio ou fabrico proibido através de alvarás e avisos. A plantação de tabaco será impedida. Atividades como a de ourives e outras eram perseguidas e os seus praticantes punidos. Estava, assim, constituída e estabilizada momentaneamente nossa sociedade em moldes destinados exclusivamente a produzir gêneros exportáveis – no nosso caso particular o açúcar –, apoiada socialmente nos donos de terras, os grandes latifundiários agrários (MOURA, 1988, p. 50).

Marx ao discutir a teoria moderna da colonização trata dessa contradição entre as concepções de direito e propriedade vigentes na metrópole e as colônias povoadas por imigrantes livres. Nelas o regime capitalista conflita com o produtor que, como possuidor de suas próprias condições de trabalho, pode enriquecer a si mesmo e não ao capitalista. E onde o capitalista respaldado pelo poder da metrópole elimina à força qualquer apropriação fundada no trabalho próprio. Isso porque a propriedade do dinheiro, dos meios de produção e de subsistência não faz de ninguém um capitalista. O que caracteriza essa identidade é a relação de compra da força de trabalho de outro sujeito, pois o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas

intermediada por coisas. Meios de produção e de subsistência como propriedades do produtor direto, não são capital. “Eles só se tornam capital em condições sob as quais servem simultaneamente como meios de exploração e de dominação do trabalhador. [...]” (Marx, 2013, p. 837).

Como curar então o câncer anticapitalista nas colônias? Se se quisesse transformar de um só golpe toda a terra que hoje é propriedade do povo em propriedade privada, destruir-se-ia a raiz da doença, mas também... a colônia. A proeza está em matar dois coelhos de uma só cajadada. O governo deve conferir à terra virgem, por decreto, um preço artificial, independente da lei da oferta e da demanda, que obrigue o imigrante a trabalhar como assalariado por um período maior antes que este possa ganhar dinheiro suficiente para comprar sua terra e transformar-se num camponês independente. O fundo resultante da venda das terras a um preço relativamente proibitivo para o assalariado, isto é, esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante a violação da sagrada lei da oferta e da demanda, deve ser usado pelo governo, por outro lado, para importar – numa quantidade proporcional ao crescimento do próprio fundo – pobres diabos Europa para as colônias e, assim, manter o mercado de trabalho assalariado sempre abastecido para o senhor capitalista. (MARX, 2013, p. 842).

Moura compreende o problema da escravidão na América e sua relação com a acumulação primitiva do capitalismo através de uma análise objetiva, fundamentada por um apanhado histórico que mostra as diferenças entre a escravidão clássica – decorrente da decadência da sociedade gentilícia antiga – e a escravidão moderna surgida como elemento constitutivo inicial do capitalismo.

A escravidão é tratada como categoria, situada para além de um conceito fixo no tempo, mas determinada por processos históricos nos quais os setores detentores do poder econômico nas metrópoles com o objetivo de ampliar a lucratividade passaram a aplicar seus excedentes numa empresa comercial, o tráfico negreiro, que se expandiu na mesma medida em que as colônias foram instadas à produção em larga escala para suprir esses mesmos setores dominantes.

Isto é, a escravidão moderna surgiu no momento em que o escravo não era mais um homem alienado dentro de sua própria estrutura local, mas se alienava por forças exteriores, por um conjunto exógeno de circunstâncias. Em outras palavras, a escravidão era explorada pelas metrópoles sem que, nos seus sistemas de estratificação social locais, se verificasse esse tipo de trabalho (MOURA, 1988, p. 53).

A novidade do texto de Moura em relação às historiografias clássicas da escravidão no Brasil é o significado e a importância do protesto escravo traduzido em rebeliões, insurreições urbanas e quilombos. Sua tese se contrapõe às explicações

que caracterizam estes movimentos como anticulturativos, meras expressões da dificuldade de integração dos africanos à cultura ocidental.

O destaque em *Rebeliões da Senzala* é a emergência do dinamismo interno das lutas dos escravos traduzidas como processos históricos. Sua visão da sociedade escravista não é harmônica, pois trata-se de um sistema de exploração do trabalho que está assentado no antagonismo entre senhores e escravos. Expõe criticamente a contradição social da época.

Moura se apropria do debate marxiano presente particularmente em *A ideologia alemã*. A partir desse referencial aborda a reificação da resistência escrava pelos intelectuais como expressão de uma racionalidade que oculta fatores concretos de dominação. Alinhada com a própria origem dos interesses sociais tomados como gerais, mas na verdade referenciada ao grupo dominante da sociedade. É um pensamento que relaciona a ideologia com a história e a memória, “*pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história, ou a uma abstração completa desta. A própria ideologia não é senão um dos aspectos dessa história*” (Marx; Engels, 2006, p.41).

A ideologia manifesta-se como uma mistificação da realidade ocasionada pela ideia de uma consciência autonomizada da realidade concreta. A crítica marxista põe em questão a crença de que as relações de dominação entre os homens são produtos da sua consciência e do pensamento que propõe simplesmente substituir uma consciência subjugada por uma consciência humana com limites ampliados. A transformação da consciência permitiria não apenas interpretar de modo diferente o que existe, mas transformar a existência a partir do pensamento. O problema é que tal percurso imaginativo não se propõe combater e transformar a dominação no mundo real.

A abstração que deve sim ocorrer na imaginação, como momento de um pensamento investigativo e reflexivo não pode substituir os indivíduos reais, com suas ações que ocorrem sob condições objetivas de vida, tanto aquelas já encontradas, como as que são resultado de sua própria ação. Isto porque o que os indivíduos são coincide com o que produzem – em termos objetivos e subjetivos – e com o modo como produzem.

Assim, uma produção de história desconectada da existência real dos homens e da história dos modos como produzem os seus meios de vida os aliena do conhecimento de como as relações de dominação se constituem na sociedade burguesa. As ideias, as representações e a consciência estão vinculadas à atividade concreta e ao intercâmbio material entre os homens. No entanto, a ideologia estabelece uma inversão na relação entre consciência e realidade operando nos sujeitos um estranhamento/alienação em diferentes dimensões de sua vida.

A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda ideologia humanidade e suas relações aparecem de ponta cabeça, como ocorre em uma câmara escura, tal fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma maneira pela qual a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (Marx; Engels, 2006, p. 51).

O ser humano estar alienado da natureza significa que a relação do homem com os objetos da natureza ocorre pelo estranhamento e pela necessidade de subjugação. Está alienado de si mesmo (de sua própria atividade) como a expressão da relação do trabalhador com a sua própria atividade no interior do processo de trabalho e que é vivenciada como alheia – o que traz satisfação não é a atividade em si, mas uma propriedade abstrata dela, a possibilidade de vendê-la a outrem para daí obter ganhos que podem (ou não) trazer satisfação e/ou apenas garantir a sobrevivência. Está alienado do seu “ser genérico” (do seu ser como membro do gênero humano- expressão da natureza comum que define humanidade), pois o trabalho alienado “*estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua existência espiritual, sua essência humana*”. E o ser humano está alienado do *ser humano*, dos demais seres humanos. “*Em geral, a questão de que o homem está estranhado da sua natureza genérica quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles está estranhado da essência humana*” (Marx, 2010, p. 85).

Na relação entre ideologia e alienação os pontos particulares desdobram-se em questões multidimensionais conectadas com as dimensões estruturais e superestruturais. O problema da relação entre alienação e consciência, por exemplo, não se mostra isolado do circuito de produção, mas aparece apoiado sobre a base socioeconômica e em constante interação com ela. Ao investigar as resistências negras Moura transborda o trato da alienação para além de marxismos pragmáticos.

Por este motivo alcança aspectos da formação social brasileira que constituem os nexos que explicam contradições fundantes da sociedade brasileira. Mantém a máxima de que a vida determina a consciência, porém a vida não é estática, os sujeitos movem-se nela e são movidos a partir de múltiplas determinações, cuja complexidade e dinâmica não podem ser convertidas em esquemas hierárquicos de oposição e/ou sobredeterminação.

Moura faz a crítica ao método histórico cultural como diretriz dos estudos sobre a escravidão negra no Brasil, nos anos 1930, que a transformaram em elemento suplementar à realidade. E avalia que os critérios científicos deste método introduzidos nas universidades brasileiras, particularmente pelo cientista social norte-americano Donald Pierson, tornaram-se uma verdade definitiva e invalidaram outras perspectivas metodológicas.

Pierson como pesquisador da Universidade de Chicago realizou um trabalho de campo sobre relações raciais na Bahia (1935-1937), que foi publicado sob o título de Brancos e pretos na Bahia (1942). Suas pesquisas tinham como objetivo traçar o quadro comparativo do padrão de relacionamentos entre pessoas brancas e negras no Brasil e nos Estados Unidos. Para ele – alongando para o restante do país os dados coletados na Bahia – não haveria entre os brasileiros um preconceito racial propriamente dito e embora houvesse discriminação de cor, ela estaria condicionada em grande parte pela posição social segundo um esquema de classes, onde a mobilidade seria possível e constante; não do tipo casta, em que tenderia a perpetuar segundo a origem étnica.

A sanção do costume quanto à miscigenação teria sido para Pierson o que subverteu por completo as linhas de cor originadas no sistema escravista, promovendo uma corrosão do sistema de castas e a conseqüente mobilidade social ascendente para os mestiços, típica de uma sociedade competitiva.

Assim, o que encontramos na Bahia é uma sociedade multirracial de classes. Não existe casta baseada em raça; existem classes. Estas classes estão ainda consideravelmente identificadas com a cor, é verdade; mas apesar disso, são classes e não castas. A tendência mais característica da ordem social baiana tem sido a redução gradual, mas contínua, de todas as distinções culturais e raciais, e para a fusão biológica e cultural do africano e do europeu em uma raça e cultura comuns (PIERSON, 1971, p. 358)

Moura ao contrário parte do conflito social existente no escravismo para construir sua categorização como um sistema de exploração do trabalho e demarcador de todos os processos sociais e seus desdobramentos nos períodos posteriores. Como um modo de produção em que o escravo era ele próprio uma mercadoria de propriedade privada, a quem era negada legalmente a posse dos meios de produção, o controle sobre o seu trabalho e de sua própria reprodução. E mais do que especificar relações sociais de produção concretas, avança na caracterização desse modo de produção pelas suas contradições internas.

Grande parte dos estudos que conhecemos, antes de Rebeliões da senzala, afirma monocordicamente que os movimentos antiaculturativos eram simples resultados de choques culturais. Assim, as insurreições urbanas do séc. XIX, em Salvador, eram conflitos religiosos. Os escravos e negros livres maometanos teriam se revoltado por não aceitarem a religião católica dos brancos. Palmares teria sido outro momento antiaculturativo. Os negros que se revoltaram e criaram o reduto da Serra da Barriga não fizeram isso porque não suportavam mais a situação que se encontravam, desumanizados até o último nível, mas foi um movimento de regressão, de volta aos padrões das culturas africanas, um típico exemplo de regressão tribal (MOURA, 1988, p.10).

Com isso identifica que os processos de reprodução interna do sistema continham dentro de si as forças desestabilizadoras capazes de enfraquecer esse mesmo processo de reprodução e transitar para outro. Considerando que todos os modos de produção são inevitavelmente abalados pela contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, amplia a perspectiva de análise sobre a passagem do escravismo para o trabalho livre.

A mistificação do Quilombo de Palmares como exemplo de regressão tribal e mera tentativa de volta aos padrões das culturas africanas, sem mediação com a situação concreta vivida pelos africanos escravizados no Brasil é contraposta por Moura. Esta análise resulta de sua leitura crítica das condições objetivas da realidade dos quilombolas, pois a estruturação familiar, militar e política de Palmares ainda que recriasse estruturas sociais do continente africano fazia esse movimento em função das necessidades e demandas concretas daquele tempo/espço histórico, para criar estratégias de sobrevivência e resistir às investidas repressoras particulares e do Estado colonial.

Nos anos 1930 e 1940 o método histórico cultural direcionou os estudos sobre escravidão enquanto o método histórico dialético sofreu marginalização acadêmica.

Para os pesquisadores tradicionais os diversos níveis de consciência social do escravo negro eram explicados a partir dos conceitos: acomodação, aculturação, assimilação e não pela dinâmica social que legitimava a exploração do seu trabalho no padrão da escravização. Uma posição acadêmica que durante muitos anos promoveu a reificação do conflito social em choque cultural e colocou a categoria escravidão secundarizada como pano de fundo estático.

A aculturação foi o termo criado inicialmente por antropólogos norte-americanos entendido como processo de modificação cultural de indivíduos, grupos ou povos que se adaptam a outras culturas ou dela retira traços significativos. A assimilação é o processo de tornar-se similar⁵⁶. Esse termo emerge na sociologia a partir da analogia com seu sentido biológico – a absorção de nutrientes por um organismo vivo. Com o grande afluxo de imigrantes europeus para os Estados Unidos o termo tornou-se sinônimo do processo de americanização a que esses sujeitos eram submetidos para ganhar a cidadania estadunidense.

Contudo, ocorre muitas das vezes a tendência de simplificação do processo de assimilação como um processo unitário em nível grupal, que pressupõe que a minoria irá se adequar aos modos da maioria e que a própria maioria ao os absorver, não sofrerá mudanças também. Os processos de assimilação são complexos, pois envolvem articuladamente os níveis individual e grupal e são construídos a partir de formas históricas específicas contextualizadas por aspectos políticos e econômicos. Nesse sentido, Moura aponta que a esquematização: *choque cultural – adaptação – aculturação – assimilação* para explicar os movimentos sociais dos escravizados se limitava a operações de soma e/ou subtração entre traços culturais africanos e ocidentais.

[...]. Com isto a dinâmica social praticamente desaparecia na sua concretude para dar lugar a uma explicação cômoda, na qual tudo se ajustaria, não fossem as diferenças culturais. Transferia-se assim, para o plano cultural, através dos conceitos de acomodação, adaptação, aculturação, assimilação e outros, os diversos níveis de consciência social do escravo negro e a sua

⁵⁶ [...], pode ser vista com um tipo de mudança étnica pela qual as pessoas se tornam parecidas, e contrastada com a diferenciação, por meio do qual os grupos ressaltam as suas diferenças, ao observar, por exemplo, os tabus de comida e apresentar símbolos e sinais. Membros de um grupo que se diferencia num aspecto (como os sikhs que usam turbantes) podem assimilar outro (como a língua). Ao discutir as mudanças étnicas é necessário, portanto, especificar os itens culturais particulares para poder examinar a direção em que a mudança ocorre e a velocidade com que ela ocupa o seu espaço. (CASHMORE, 2000, p. 84)

consequente rebeldia. O conflito social era substituído pelos choques culturais. E com isto a escravidão ficava apenas como um pano de fundo estático onde ele se operava. Nessa posição se postaram quase todos os que escreveram sobre a escravidão moderna no Brasil a partir de Nina Rodrigues. Foi inclusive, como decorrência dessa influência cultural que se realizaram os três congressos afro-brasileiros de 1935, 1937 e 1984. A tônica foi sempre a mesma: o estudo de duas culturas, os seus níveis de convergência ou divergência, as posições antagônicas do seu mundo religioso, da sua culinária, dos seus gostos musicais, indumentária, linguagem etc. (MOURA, 1988, p. 10)

A produção de conhecimentos sobre África e das culturas africanas no Brasil realizada pelos culturalistas do período citado sobrepôs esta dimensão da vida social às condições concretas de superexploração dos escravizados, e contra as quais lutavam. Este recurso esvaziou o sentido político da cultura afro-brasileira, pois escamoteou as condições que forjaram a produção cultural dos escravizados e seus descendentes e a sua relação de memória e reconstrução com os aspectos originários do continente africano.

Nos estudos clássicos sobre a escravidão são evidenciados por Moura a mistificação das estruturas africanas originais para explicar as situações de miséria vividas pelas famílias negras no pós-abolição e para contrapô-las a uma suposta situação mais favorável antes da abolição.

[...]: romantizou-se a *Mãe Preta*, o *Pai João*, toda aquela camada de escravos que no processo de estratificação durante o escravismo era privilegiada em relação aos escravos do eito, dos trabalhos exaustivos na agroindústria dos engenhos do Nordeste, na mineração, das charqueadas no Sul e outras formas não domésticas de trabalho, para se justificar essa harmonia. Os choques, os conflitos, as fugas e outras formas não institucionais de resistência social eram atribuídas às suas diferenças religiosas, familiares e organizacionais. O cultural substituiu, assim, o concreto e dinâmico (ibid., p. 11)

As tendências interpretativas sobre o negro, no campo e na cidade tendiam a caracteriza-lo como um ser da natureza, que não se adaptava ao modo de organização social ocidental. A própria introdução do imigrante como trabalhador assalariado foi justificada pela impossibilidade de aproveitar o negro nesta condição, pela sua inadaptação natural.

[...]. As próprias comunidades negras que existem no território brasileiro, comunidades rústicas de camponeses, eram *quistos culturais*. Os pesquisadores debruçavam-se sobre particularidades etimológicas do linguajar, a forma de construir moradias, reminiscências religiosas, musicais e folclóricas, abandonando do seu universo de análise a estrutura concreta de cada uma dessas comunidades, o nível de vida das suas populações, os

problemas da propriedade da terra, a expulsão das suas populações com a penetração do capitalismo no campo, e, finalmente, as forças sociais e econômicas que determinavam sua desagregação e posterior destruição ou dissolução.

No setor urbano verificava-se a mesma tendência interpretativa. Procurava-se ver as organizações negras, a sua articulação e a sua desarticulação como frutos de tendências culturais do negro, da sua estrutura psíquica mais emotiva do que racional, e com isto justificava-se a sua marginalização (MOURA, 1988, p. 12) (grifos do autor)

Os seus argumentos põem em que questão os padrões de análise dos processos brasileiros, como por exemplo, a posição teórica de Franz Boas que levou “a que o anti-evolucionismo [...] fosse transformado no grande assunto de quase todos os estudiosos que abordaram o problema do negro no Brasil” (ibid., p. 13).

A novidade da posição de Boas, absorvida e ressignificada por Gilberto Freyre, estava em negar os pressupostos teórico-metodológicos da antropologia evolucionista que propunha uma única linha de desenvolvimento para a humanidade em geral e o racismo dominantes até a primeira metade do século XX. Franz Boas propõe uma nova antropologia fundamentada no conceito de cultura como o mais importante para a diversidade humana, o relativismo metodológico, o método histórico e a necessidade de estudar cada cultura como uma cultura em si.

Para Moura, o determinante dos comportamentos dos negros, quer passivos ou rebeldes foi a sua situação de escravo. E do ponto de vista da classe senhorial o que determinou o comportamento despótico foi a sua posição na estrutura social, como senhores-de-escravos e não o seu cristianismo ou a sua predisposição à miscigenação.

Fugiu-se da análise do modo de produção escravista, da sua estrutura e das suas contradições. Isso produziu um atraso teórico gritante e injustificável, discutindo-se ainda, se existiu ou não um modo de produção escravista no Brasil. (ibid., p. 16)

A etnologização da história social que secundariza o conteúdo das relações de produção é na percepção de Moura uma ação ideológica, na medida em que impede o desvelamento das forças que deram dinâmica à passagem do trabalho escravo para o livre. A estratégia de tomar o entendimento da realidade pela caracterização das populações em si e não pelas condições sociais a que estão submetidas é uma ação ideológica que encobre as forças dinâmicas de uma sociedade.

Moura, ao contrário, investiga os elementos determinantes na emergência do modelo de capitalismo nacional: quais os mecanismos que detiveram a radicalização da transição do modo de produção, quais os componentes objetivos e subjetivos incrustados no processo, quais as forças sociais que atuaram nessa transformação e o nível de contribuição de cada uma, quais os principais beneficiados uma abolição sem direitos.

Nesse sentido, o *ethos* nacional do pós-abolição, dados os níveis de subordinação econômica e extra econômica das classes e segmentos, é construído a partir da reelaboração da ideologia das relações de produção escravista, na qual o racismo entra como componente do pensamento social e municia os mecanismos da classe dominante para impedir a mobilidade social das camadas marginalizadas, majoritariamente negras.

Sobre algumas das transformações no escravismo no século XIX Moura aponta como equivocados os autores que deduzem relações capitalistas entre certos grupos de escravos e os seus senhores para justificar as suas posições teóricas – a partir de análises das relações de escravidão urbanas, onde os chamados escravos de ganho foram identificados na posição de “homens quase livres”. E por outro lado, demarca a contradição entre o anacronismo do regime escravista e a modernização sem mudança social como a base das transformações dessa sociedade de transição, com instituições arcaicas,

[...], pois representavam a ordenação ideológica, jurídica e costumeira dos interesses daquelas classes que detinham o poder e simbolizavam a elite dominante, articulada através de uma série de mecanismos para preservar o tipo fundamental de propriedade da época: aquela que legitimava a posse sobre outros seres humanos (MOURA, 1988, p. 22).

Um ponto crítico desse anacronismo abordado pelo autor é a guerra do Paraguai, na qual o país terminou endividado e subordinado economicamente à Inglaterra e com o sistema escravista em crise. Nesta reflexão utiliza os termos *aparelhos e canais ideológicos de dominação* para identificar os elementos que tinham a função de legitimar o sistema escravista.

A sociedade brasileira, os intelectuais orgânicos do sistema escravista, o clero, as leis, as religiões de um modo geral, e, em decorrência, a chamada opinião pública acreditavam ser o escravismo imutável e eterno, sistema que começou com o mundo e terminaria com ele. O governo imperial era, no

particular, o órgão que – através do Estado – mantinha a situação de imobilismo social, interferindo, pela repressão todas as vezes que o escravo usando a violência (pois não havia outro canal ponderável de resistência e de proposta de mudança social), procurava influir como agente dinâmico para modificar o status quo. (ibid., p. 24)

A abolição como foi realizada teve a missão de restabelecer a harmonia entre as forças produtivas e as relações de produção pela necessidade de que a nova etapa do desenvolvimento ocorresse sem conflitos aparentes.

Por outro lado, o domínio do capital inglês nas estruturas nacionais de desenvolvimento e nas instituições correspondentes é preponderante a partir de 1850, quando o fluxo de entrada dos escravos é estancado pelo cumprimento da lei Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico humano no território nacional. E passa a existir o que Moura caracteriza como escravismo tardio que,

[...] coexiste com as instituições fundamentais do capitalismo dependente que vai substituí-lo e a sua ideologia e os seus interesses econômicos quase que não se alteram. As formas de propriedade mais relevantes continuam praticamente inalteradas. O escravo, a partir de 1888, deixa de sê-lo para ser cidadão incorporado à grande franja marginal desse tipo de capitalismo. E os níveis de privilégios das classes e camadas dominantes, dos seus mecanismos repressores, inclusive, prolongam-se através da nossa história social quase com o mesmo nível de antes da Abolição (MOURA, 1988, p. 27).

É nesse processo longo e contraditório que Moura situa a luta dos escravos e avalia o seu conteúdo social e sua relevância. Assim como a escravidão foi uma instituição nacional, a luta dos escravos é também identificada nessa dimensão.

A apreensão do significado social das lutas escravas na dinâmica da passagem do escravismo para o trabalho livre é o fundamento para a construção da categoria práxis negra, como categoria primordial naquele período para o desgaste econômico e institucional. A quilombagem⁵⁷ representava prejuízo financeiro como capital improdutivo.

⁵⁷ “Movimento histórico e social que, no Brasil, teve início no final do século XVI, idêntico à marronagem nas áreas do Caribe e outras. Caracterizou-se pela formação contínua de grupos de negros rebeldes e fugitivos, que constituíam comunidades próprias, os quilombos. A quilombagem perdurou durante todo o tempo em que existiu a escravidão no Brasil e foi um elemento de desgaste permanente do sistema escravista. [...], grandes ou pequenos espalharam-se em todo território brasileiro, preocupando as autoridades e exigindo delas, dos senhores de escravos, da Câmara e do aparelho de Estado no seu conjunto, o ônus permanente com despesas para combatê-los. [...]”. A

Rebeliões trata prioritariamente das lutas dos escravos no período do escravismo pleno e contrapõe-se, por exemplo, aos escritos como o de Fernando Henrique Cardoso de que “os escravos foram testemunhos mudos da história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo” (Cardoso apud Moura, 1988, p. 29).

O papel do negro na construção da riqueza comum integra o seu conjunto de reflexões, mas é evidenciado como sujeito contestador do sistema de produção da riqueza, a qual lhe foi (é ainda) sistematicamente negada.

Em sua concepção a suposta passividade dos escravos é um mito criado pelas classes dominantes e seus intelectuais orgânicos para justificar os critérios de subordinação no passado e no presente. Toda e qualquer reação dos escravos defluía em uma constelação de desajustes na economia escravista e tinham a potencialidade de solapar as bases materiais e as relações de trabalho escravistas.

É sobretudo nas revoltas e insurreições que se constitui uma consciência de sua condição e a negação do sistema, conforme exemplifica Moura em relação à revolução pernambucana de 1817.

[...], duas foram as formas fundamentais de participação dos escravos na revolução de 1817: a primeira como elemento que agia por ordens do seu senhor, sem consciência, portanto, da essência, do significado de sua participação; a segunda, como elemento consciente que se rebelava contra o status em que se encontrava e que engrossava as fileiras dos insurgentes sabendo que eles tinham como objetivo extinguir a escravidão. A primeira forma de participação mostra o escravo alienado, ainda ideologicamente estruturado nos quadros institucionais que vigoravam, isto é, participando sem se transformar em elemento de negação do sistema escravista, mas, pelo contrário, através de sua obediência às ordens senhoriais, dando (paradoxalmente) substância ao regime. A outra forma de participação leva o escravo a se negar como – ao transformar-se em quilombola – e se inserir como elemento de negação da ordem escravista. (MOURA, 1988, p. 89)

Os quilombos⁵⁸ são durante todo o período escravista a unidade básica de resistência dos ex-escravos. E o principal elemento de desgaste do regime servil.

quilombagem foi, pois, um movimento social permanente que lastreou todo o período escravista no Brasil, influiu poderosamente no esfacelamento da estrutura econômica da época e proporcionou a conservação da consciência étnica do negro até os nossos dias (Moura, 2013, p. 334)

⁵⁸ Para as autoridades quilombo era “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino, data de 2 de dezembro de 1740). (MOURA, 1988, p. 103); “Palavra de origem banto que durante

Ocorria onde houvesse escravidão e caracterizava uma organização da vida social e a estruturação de sistema de defesa. O quilombo constituiu-se como fato no interior político e econômico no interior da sociedade escravista como reação a um sistema de exploração do trabalho organizada pelos próprios sujeitos explorados. O quilombola como fator de redução da margem de lucros que o sistema escravista proporcionava a classe senhorial.

[...]. Desgastando as forças produtivas, quer pela ação militar, quer pelo rapto de escravos, fato que constituía, do ponto de vista econômico, uma subtração ao conjunto das forças produtivas dos senhores-de-engenho. Sua organização tinha como elemento importante as instituições tribais que os negros traziam da África e que aqui deixavam de ser meros elementos supérstites, à medida que o escravo se rebelava, tornando-se elemento de negação do sistema escravista. A hierarquia que se estabelecia nos quilombos exprimia um novo sistema de valores criado pelos rebeldes, isto é, significava que a dicotomia senhor-escravo deixava de existir para se estabelecer outra que funcionava dentro dos padrões de controle dos próprios elementos do quilombo. (MOURA, 1988, p. 104)

Em conformidade com os estudos de Edison Carneiro caracteriza as lutas dos escravos em: revolta organizada pela tomada de poder (Revolta dos Malês); insurreições armadas; quilombos. E acrescenta ainda as guerrilhas e a participação dos escravos em movimentos de independência.

As guerrilhas foram elemento complementar do quilombo, muitas vezes independente de sua estrutura. “Menos numerosa, a guerrilha tinha outros objetivos: o quilombo aglutinava elementos que fugiam e procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente.” Por isso, a organização de uma vida social baseada no desenvolvimento da agricultura e com formas de governo definidas. A guerrilha se movia intensamente atacando as estradas para roubar mantimentos e objetos não produzidos nos quilombos e seus componentes atuavam como sentinelas avançadas antecipando as lutas com as tropas de captura de escravos fugidos e os capitães-do-mato.

Em outro ponto do panorama os escravos foram reserva social e militar dos movimentos que eclodiram pela independência do país. E muitos vislumbraram com maior ou menor clareza que o desligamento da metrópole significava a extinção da escravidão e sua integração no conjunto da sociedade como homens livres, processo de anulação da estratificação social que fica incompleto pela independência política que não abole o escravismo. Moura apresenta um feixe de determinações e

elementos que condicionam segmentos específicos de lutas nas diferentes regiões, ainda que a causa motriz seja a escravidão.

Com a Independência, e a crescente insatisfação pelo malogro da liberdade, particularmente entre os escravos que lutaram, o esquema repressivo foi intensificado a partir da mobilização de vultosos recursos. Então onde havia escravos, havia policiamento e vigilância e onde a escravidão não era a forma preponderante na economia o aparelho repressor se retraía.

No período entre 1822 e 1850 adensam as insurreições urbanas e sua articulação com os quilombos de matas próximas às cidades.

[...]. Eram revoltas que não significavam um protesto passivo como os quilombolas, mas criavam áreas conflitantes mais profundas de vez que aproveitando-se do quilombola das matas, transformava-o em elemento ativo, dando com isto um conteúdo dinâmico ao movimento. Os escravos citadinos, desta forma, ao envolverem os quilombolas na sua trama, elevavam o nível de compreensão do fugitivo, inculcando-lhe na mente a necessidade de destruir os brancos, membros da classe senhorial (MOURA, 1988, p. 115).

Na segunda metade do século XIX a região sudeste ganha preponderância na economia nacional com a produção de café. O escravo negro entra tardiamente como fator determinante do dinamismo econômico de São Paulo. É apenas no século XIX que a força de trabalho escrava irá impulsionar a economia paulista. Sendo que o abastecimento desta mão-de-obra não será mais suprido pelo continente africano, mas pelas regiões do Império onde a decadência da agricultura de exportação a tornou dispensável.

Daí podermos afirmar que há uma diferença substancial nas formas de resistência dos escravos que se manifestaram antes e depois do surto cafeeiro. Na primeira fase vemos o escravo reagir isoladamente, algumas vezes de forma violenta, embora a fuga e o quilombo sejam as duas formas típicas de resistência nesse período; na segunda fase o escravo já participa do próprio processo abolicionista, compreendendo ou pelo menos *intuindo* os seus objetivos. Para que tal estado de espírito se manifestasse no elemento cativo, contribuiu a própria decomposição do trabalho escravo; o contato do cativo com colonos estrangeiros, a ligação de certas correntes abolicionistas radicais com os escravos nas fazendas e a compreensão – por parte de uma camada considerável da burguesia paulista – da necessidade de se extinguir aquele tipo de trabalho. (ibid., p. 223)

O Nordeste e Minas Gerais no século XIX estão em pleno processo de decadência econômica com o decréscimo nas taxas de rentabilidade em decorrência

do declínio da agricultura de exportação açucareira e da exaustão da produção aurífera e diamantífera. É quando a produção cafeeira em São Paulo, no Vale do Paraíba – por demanda internacional – passa a ser o motor da economia nacional, o qual exige farta força de trabalho escrava, ao mesmo tempo em que concorre como fator de declínio do sistema.

[...], a complexidade da economia cafeeira, se de um lado exigia a mão-de-obra escrava no setor da produção, pois de outra forma não se poderia realizar a empreitada, de outro lado, pelo seu dinamismo interno, criaria uma defasagem progressiva com esse tipo de trabalho, defasagem que se acentuaria com o decorrer do tempo. Isto quer dizer que o trabalho escravo já era uma solução anacrônica para o problema da mão-de-obra na cafeicultura. Ele só foi aceito por imposição do regime global que existia no país e que tinha o trabalho escravo como solução permanente para a produção, pois estava subordinado à economia colonial da qual éramos a parte passiva. Desta forma, o escravo boçal [originário da África] não terá participação importante, mesmo porque àquela altura, o tráfico já estava extinto (MOURA, 1988, p. 223).

Com o fim do tráfico o escravo tornou-se mercadoria cara, porém “muitos capitais disponíveis e que foram empregados no comércio negreiro serão investidos na compra de fazendas de café” (Moura, 1988, p. 224). A economia cafeeira dinamiza tanto a agricultura escravista pelas suas forças internas, mas também promove a circulação e aplicação de capitais externos, configurando a fazenda de café como o emprego mais seguro e remunerador de capital na época.

Em 1872, negros e mulatos constituíam 62% da população de São Paulo. É o escravo das lavouras paulistas que carrega todo o peso do trabalho e garante o pleno desenvolvimento da economia. Esta evolução sustenta a contraditória posição de muitos republicanos, donos de fazendas, em manterem-se contra a abolição. Isso porque “o escravo negro chegou para a província num momento de pleno florescimento das suas forças produtivas, entrando como injeção dinamizadora quando outras áreas dos antigos *coronéis* estavam em franca decomposição” (ibid., p. 225)

No entanto, à medida em que o trabalho escravo entra em crise em São Paulo e as forças produtivas da economia paulista forçam uma solução para a contradição emergente amplia-se em diversos setores da sociedade uma posição crítica em

relação à escravidão. Pesa também o fato da abolição já ter sido realizada na maioria das ex-colônias.

[...]. Essa nova ideologia que se formava em algumas camadas da sociedade paulista ganhava cada dia áreas maiores de influência, aprofundava-se mais, deixava de ser um raciocínio *subversivo* para ser aceito como argumento *normal* dentro do conjunto de ideias em debate. A necessidade da modificação do escravismo *racionalizava* o abolicionismo em São Paulo. Era a cobertura de que os escravos das fazendas necessitavam para prosseguirem nas suas revoltas, nas suas fugas continuadas, agora já com o respaldo de grande parte da opinião pública e da imprensa (MOURA, 1988, p. 237). grifos do autor

Em 1888 a substituição da escravidão pelo trabalho livre já era fato na maioria dos países do mundo. E no Brasil, os 38 anos entre a extinção do tráfico e a abolição converteram-se por um lado, numa agonia lenta para os escravizados, e por outro, na organização estratégica de uma transição que conservasse a estratificação ainda que em outra ordenação social. Ao mesmo tempo, o trabalho livre passou a ser projetado com outra razão social, numa perspectiva positiva que,

[...]; forcejava por ganhar novas posições no mercado de trabalho existente e criava, embora quase instintivamente, a sua ideologia e a sua *práxis*. Daí o fato de muitos homens livres, na fase final da escravidão, terem participado do movimento abolicionista e orientado diretamente a ação dos escravos (ibid., p. 239).

Os fatos apresentados só adquirem sentido quando postos em perspectiva no interior de processos dinâmicos, como componentes de uma totalidade, a sociedade escravista e particularmente como conteúdo da dicotomia básica na qual foram construídos, qual seja, a exploração do trabalho escravo como sustentação da sociedade colonial.

As revoltas dos escravos formaram um dos termos de antinomia dessa sociedade, mas como elemento dinâmico, visto que tais ações contribuíram para minar as suas bases econômicas.

O dinamismo da sociedade brasileira, visto do ângulo do *devir*, teve a grande contribuição do quilombola, dos escravos que se marginalizavam do processo produtivo e se incorporavam às forças negativas do sistema. [...]. O quilombola era o elemento que, como sujeito do próprio regime escravocrata, negava-o material e socialmente, solapando o tipo de trabalho que existia e dinamizava a estratificação social existente. Ao fazer isso, sem conscientização embora, criava as premissas para a projeção de um regime novo no qual o trabalho seria exercido pelo homem livre e que não era mais

simples mercadoria, mas vendedor de uma: sua força de trabalho (MOURA, 1988, p. 269).

A própria condição de escravizado já trazia em si contradição que criava a possibilidade da revolta. E quando se concretizava em fuga e aquilombamento gerava novas formas de assimetria social na realidade, pois retardava concretamente um processo de produção no qual era considerado uma peça. Ou seja, impulsionava a sociedade no seu sentido global para novas formas de convivência. E como reflexo de suas atividades rebeldes, defluíam “outras formas de comportamento “divergente” em camadas diversas que, por seu turno influíam para que os escravos ainda passivos se transformassem em elemento dinâmico, passando de escravo a quilombola” (Moura, 1988, p. 270). O quilombola onerava o trabalho escravo no seu conjunto e o destituía de legitimidade ao organizar e desenvolver formas de vida social baseadas em outros modos de produção.

O ponto nevrálgico na compreensão dessa interdependência dialética reside em tomarmos o quilombola como ativo e dinâmico. É esta forma de apreensão do processo social que promove a reviravolta do pensamento clássico sobre os negros na escravidão. Rebate os ensaios de história e sociologia que abordam a dicotomia escravo-senhor de forma invertida, onde o escravo passivo que construía com seu trabalho a riqueza do senhor é apresentado como padrão de normalidade e glorificado por sua contribuição à formação da nação. E ao mesmo tempo ocultavam o escravo rebelde, quilombola ou insurreto, ou o destituía suas qualidades dinâmicas transformando-o em figura folclórica, elemento morto ou negativo, distante dos acontecimentos reais.

Porque o escravo que tem sido apresentado até aqui como elemento positivo da sociedade escravista brasileira é exatamente aquele que, conformado psicologicamente com a sua situação, aceitava as formas tradicionais de trabalho que lhe eram impostas. [Que] contribuía poderosamente para que, no sentido global, o trabalho escravo fosse apresentado como forma de produção capaz de atender às solicitações da sociedade brasileira eternamente. (ibid., p. 270). (colchetes nossos).

Para Moura o que está em questão é:

[...] captar, dentro de um método sociológico dinâmico e não acadêmico, o sentido global de um processo: a passagem da escravidão para o trabalho livre. Nesse processo é que afirmamos ter o quilombola desempenhado papel importante, não tanto pelas suas intenções ou atitudes ideológicas, mas pelo desgaste econômico e assimetria social que produzia. (ibid., p. 270)

Os desajustes provocados pela resistência escrava produziram-se em cadeia, durante todo o período escravista criando a noção de serem os escravos indesejáveis como máquinas de trabalho e pela abertura de bolsões negativos na economia. Nesse sentido, o aparato de controle social montado para manter os escravos mobilizava recursos econômicos públicos e privados, além do próprio escravo fugido contabilizado como capital perdido. Tais fatores influíam negativamente na produção total a ser exportada e na margem de lucros individuais da classe senhorial.

Moura considera que mesmo que num determinado momento da formação social a escravidão tenha sido inevitável não deve-se esquecer que são as contradições que determinam a transformação das sociedades. Por isso, os movimentos de escravos rebeldes também contribuem com as contradições que advém de outras causas e tem origem em outras camadas, para a substituição de um regime de trabalho por outro.

“Quer no seu sentido econômico, quer na sua significação social, o escravo fugido era um elemento de negação da ordem estabelecida” (Moura, 1988, p. 271). Isso significa que mesmo a campanha abolicionista conduzida através de instituições legais, não negava o sistema, nem preconizava uma sublevação social. Ao contrário, se empenhavam numa alforria institucional, numa substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, refletiam outras contradições da sociedade, e eram impelidas à participação no processo por motivos diversos daqueles que moviam os escravos. Nesses termos, para o quilombola, a luta não era por alforria, mas por liberdade.

A forma de agir do quilombola, com um universo de comportamento oposto à instituição servil, criou uma dicotomia entre ele e o escravo passivo. Dicotomia permeável nos seus diversos níveis, pois em determinado momento o escravo tradicional se transformava em quilombola e algumas vezes o antigo quilombola voltava à passividade depois de capturado. O processo antinômico da sociedade escravista brasileira no seu sentido global gerou uma série de dicotomias complementares, sendo uma delas a que passou a existir dentro da própria casta dos escravos e que foi apropriada pelo pensamento social apenas numa direção.

[...]. Daí toda essa simbologia que até hoje é usada de glorificação do trabalho escravo no Brasil, que vai desde a literatura da Mãe Preta, da mucama que

se entregava ao senhor, dos moleques que apanhavam alegremente do *sinhozinho*[...] (MOURA, 1988, p. 272) grifos do autor.

Os estudos sociológicos que afirmam a contribuição do escravo ao desenvolvimento da sociedade exclusivamente pelo seu trabalho conformado e cumprem um papel ideológico que encobre os processos sociais, criando estereótipos funcionais aos interesses conservadores.

[...] Uma parte desses elementos escravos, mesmo sem conscientização do processo e sem possibilidade de autoconsciência social era já *para si*, criava barreiras defensivas ao sistema, organizava-se contra o mesmo. Outra parte dos escravos, no entanto, vivia ainda prostrada sob o complexo escravista, não tinha óptica para ver sequer sua situação imediata, o que o levaria à rebelião, era ainda componente de uma *classe em si*, simples objeto do fato histórico. Enquanto os componentes da primeira categoria compunham a parte dinâmica da escravidão – por negação ao regime – no sentido de a transformar em organização superior de trabalho, extinguindo-a, a outra compunha a parte que consolidava aquele regime de trabalho. O *devoir* social e histórico estava, portanto, perspectivado intuitiva e fragmentariamente, mas de qualquer forma, *intuído*, pelo quilombola. (ibid.) grifos do autor.

Moura qualifica de escravo intuído os sujeitos que embora de modo fragmentado, possuíam uma noção de sua situação e projetavam em termos de diferença a relação entre eles e os senhores. Esse conhecimento totalmente articulado à realidade, segundo o autor tem a conotação que Georg Lukács dá ao termo *intuição*, “a entrada brusca na consciência de um processo de reflexão até então *subconsciente*” (Lukács [Existencialismo ou marxismo], p. 51 apud Moura, 1988, p. 272) e está referido como práxis revolucionária de negação do sistema vigente (p. 274)

Toda esta constelação sociológica de negação ao regime escravista, se não foi determinada, pelo menos teve a contribuição *ativa* do escravo rebelde. A rebeldia era, portanto, uma categoria sociológica dinâmica dentro daquele tipo de sociedade e servia não apenas para equacionar, mas dinamizar a sociedade. (Ibid.)

Moura encerra ponderando sobre a articulação entre a metodologia e a necessidade de estudos nos quais os pesquisadores atuem como sujeitos no processo de transformação em contraposição aos academicismos que colaboram com a manutenção da ordem vigente, com a seguinte citação de Marx:

[...] a questão de saber se o pensamento pode conduzir a uma verdade objetiva não é uma questão técnica, mas prática. É na prática que o homem precisa comprovar a verdade, isto é, a realidade e a força, o interior do seu

pensamento. A discussão sobre a realidade ou irrealidade do pensamento, isolada da prática, é uma questão puramente escolástica (MARX, K. Teses Sobre Feuerbach. 1845).

Consideramos que esta edição definitiva de *Rebeliões da Senzala* demonstra o aprofundamento teórico-metodológico construído na produção de seus livros. No lapso de tempo entre as duas edições que analisamos publicou obras que visivelmente ampliam os conteúdos empíricos e incidem sobre os métodos de exposição na sua estrutura: *Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha* (1964) que identifica no conjunto da obra de Cunha a sua vinculação ao pensamento conservador e racista do século XIX também fornece os materiais que condensam no capítulo 9 - O escravo negro e o sertão a influência cultural e étnica dos negros no sertão do leste, nordeste e norte do Brasil. Em *O preconceito de cor na literatura de cordel* (1976) analisou 25 folhetos de cordel, estabelecendo categorias de análises descritivas e sistematizando questões de conteúdo desses materiais. Esse estudo demonstrou como o preconceito de cor não ficou restrito a elite branca, mas também adentrou no imaginário das classes populares que reproduziam os estereótipos do negro como inferior, servindo para configurar a complexidade do racismo no âmbito da sociedade brasileira.

As reflexões epistemológicas de *A sociologia posta em questão* (1978) aparecem ao longo da quarta edição de *Rebeliões*, particularmente no princípio metodológico que sustenta todo o texto, a constatação da realidade como contraditória e também no explícito compromisso com uma sociologia crítica voltada aos interesses populares.

Moura se coloca como um marxista clássico, pois não estende conjecturas sobre os significados particulares das ações revoltosas para os sujeitos implicados, mas extrai delas o seu significado geral das ações, consideradas em sua totalidade. Contudo, a mediação entre sujeito e estrutura, a práxis, o diferencia de um marxismo estruturalista. Nas rebeliões descritas, os quilombolas, guerrilheiros insurretos são afirmados em sua condição de sujeitos coletivos e históricos.

Em *o Negro, de bom escravo a mau cidadão?* (1977) apresenta como a axiologia sociológica tradicional inverte os valores da realidade ocultando o significado

das resistências negras na América Latina com ênfase para Revolução Haitiana (1791) e sua reverberação nas resistências ocorridas no Brasil.

Na década de 1980, Moura intensifica a sua produção teórica em torno da temática do negro, publicando um conjunto de livros que subsidiarão a ampliação de *Rebeliões da senzala e formação do conjunto do seu pensamento marxista sobre o Brasil: A Sociologia do Negro Brasileiro quilombos e a rebelião negra (1981); Brasil: as raízes do protesto negro (1983); A imprensa negra (1984); Quilombos: resistência ao escravismo (1987); Sociologia do negro brasileiro (1988).*

4.2 O NEGRO: de bom escravo a mau cidadão? O racismo como estratégia de imobilismo social

O livro é composto por três partes escritas em momentos diversos e com objetivos diferentes.

A primeira parte deriva de duas exposições em eventos voltados para o público geral - Uma trajetória: da escravidão à marginalização tematiza a contradição entre bom/mau escravo e bom/mau cidadão que determina as feições do problema social no Brasil.

A segunda parte, que segundo Moura “se prende a uma abordagem historicista mais direta” foi escrita como comunicação ao Colóquio sobre Negritude e América Latina, realizado em 1974 na cidade de Dakar, no Senegal - O negro na emancipação da América Latina expressa a participação dos negros nas lutas de independência da América Latina, - com destaque para a Revolução Haitiana -, a marginalização dos negros no interior destas sociedades e apresenta também uma visão panorâmica dos processos de transição da escravidão para o capitalismo dependente em todo continente. Como acréscimo ao trabalho apresentado também compõe esta parte - O negro nas lutas de emancipação do Brasil.

E a terceira parte é uma comunicação não apresentada no Simpósio sobre a Imagem do Negro na Sociedade Brasileira, realizado pelo Centro de Estudo Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia, em 1974 - O negro como grupo específico ou diferenciado em uma sociedade competitiva no qual o autor constrói um esquema metodológico como proposta dialética para o estudo grupos negros no Brasil.

Na interlocução com as referências marxistas e marxianas⁵⁹ observamos a ampliação desses diálogos, particularmente os debates sobre metodologia histórica e sistemas globais, no objetivo de abordar a trajetória do negro do escravismo à atualidade interpretando a sequência de barragens diretas e indiretas, institucionais ou não que compõem o sistema estrutural de manutenção de sua marginalização. E que ao mesmo tempo são componentes estruturantes que atuam na manutenção de todo o quadro de estratificação social, ou seja, que atravessam os diferentes estratos e classes sociais.

Nesse sentido, é um problema em curso, cuja solução só poderá surgir dentro de uma nova ordenação social provocada por uma práxis social dinâmica e não das tentativas de integração em uma sociedade competitiva, baseando-se nos postulados falsamente democráticos que escamoteiam o racismo que ocorre na realidade. É uma solução entrevista por Moura em termos de devir, como um processo em curso, que requer apreender as mudanças pelas quais passam as coisas, nos processos de se tornarem algo diferente.

Moura parte do seguinte dilema axiológico: *o negro brasileiro foi ótimo escravo e atualmente é péssimo cidadão*. E questiona qual a função sociológica de tal afirmação. Quais as causas sociais, econômicas e culturais para a criação e perpetuação deste estereótipo? Interpela a construção da narrativa que caracteriza o escravo como bom colaborador braçal na construção das riquezas do país.

Não seria bom aquele escravo que, embora esmagado pelo sistema que o alienava, tinha elementos de análise capazes de leva-lo a uma posição de negação, embora no nível de revolta meramente pessoal ou grupal, e, assim, criava as condições para que o escravismo pudesse ser analisado criticamente? (MOURA, 1977, p. 18).

⁵⁹ APÊNDICE G. Sistematização das referências marxistas citadas em O negro: de bom escravo a mau cidadão?

Destaca ainda a naturalização da ideia de liberdade atrelada à alforria ou à uma lei – assimilação das normas – o direito à liberdade é assim subordinado ao direito de propriedade, que só poderia ser anulado pelo Estado e nunca pelos próprios escravizados.

Não será, porém, *bom cidadão* o negro que não aceita a discriminação racial, o seu confinamento nas favelas, mocambos e alagados, as restrições que são feitas à sua cor no mercado de trabalho e em muitas instituições, e procura, de uma forma ou de outra, encontrar saída para o impasse através da sua participação em movimentos projetivos? (ibid., p. 19).

Em sua argumentação rechaça esta visão natural de uma realidade social que expressa a racionalização do branco, das classes dominantes.

O negro marginalizado, por isto, é visto através de racionalizações como *sujo*, incapaz de disputar com o branco a liderança da sociedade nos seus diversos níveis. Fazem uma ligação reificada, para usarmos a terminologia lukacsiana, entre a etnia negra e a situação de pobreza, exploração e delinquência a que seus elementos marginalizados pela sociedade capitalista chegaram, especialmente nas grandes cidades. A partir daí conclui-se que se ele se encontra presentemente marginalizado e em situação inferior ao branco, isto se deve fundamentalmente à sua própria incapacidade e não às barragens de peneiramento que lhe foram impostas (MOURA, 1977, p.19).

Moura descreve em nota o que categoriza como branco:

[...]. O *branco por autodefinição*, portanto, representa uma visão simbólica que as classes dominantes têm delas mesmas, reflexa da visão deformada de si e dos demais segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira. Escolhendo como padrão ideal para espelhar-se a cor branca, em decorrência do fato de sermos um país de visão reflexa, em consequência da nossa posição estruturalmente dependentes e situacionalmente periférica como nação, essas classes querem se igualar pela cor, à dos antigos colonizadores ou à dos países que lideram atualmente o neocolonialismo, a fim de se nivelarem àqueles que nos exploram. Desta forma, ao tempo em que se afastam das classes exploradas, unem-se ideologicamente vêm como causa do nosso atraso o fato de sermos um país de maioria negra e mestiça. Como vemos, o conceito de *branco* em todo o percurso do presente trabalho, parte do critério de que ele possui, no Brasil, uma grande margem de conotações, variando de acordo com a condição social, cultural ou política de cada um. É mais uma categoria sociológica que antropológica e reflete mais a nossa posição de subordinação visual aos padrões das nações que nos exploram do que uma visão autoconsciente da nossa composição étnica (MOURA, 1977, nota 4, p. 20).

Sobre as condições de marginalização dos ex-escravos abre uma discordância metodológica com Octavio Ianni.

Quando nos referimos a *ex-escravos* não o fazemos apenas no plano em que o faz Octavio Ianni (Raças e Classes Sociais no Brasil, Rio de Janeiro, 1972, p. 50) que vê no termo a permanência no liberto de elementos psíquicos e

sociais do escravo antigo. Tal interpretação, embora funcione em termos estáticos e parciais de análise, foge a uma configuração dialética e totalizadora, pois, acreditamos, o *ex-escravo* é aquele elemento que inicialmente e de forma racionalizada, *era visto* pela sociedade global, especialmente no mercado de trabalho, como incapacitado para exercer uma série de atividades que eram resguardadas para o trabalhador branco, especialmente imigrante no caso de São Paulo. Desta forma, quando nos referimos a *ex-escravo* temos em vista uma definição mais abrangente que engloba tanto aquelas limitações subjetivas, destacadas muito bem por Octavio Ianni, – o trauma da escravidão – decorrentes da herança que o negro adquiriu do cativo, como a contrapartida, vinda de *fora para dentro*, ou seja, a imagem que a sociedade competitiva tinha dele e que era, *antes de mais nada*, a de um incapaz para o trabalho qualificado no mercado livre. Insistimos no assunto porque ver-se no conceito de *ex-escravo* apenas uma parte da realidade, sem se completar com a outra, que é para nós a mais importante, leva-nos a entender deformadamente toda a evolução social posterior dos negros e pardos no Brasil, atribuindo-se unilateralmente a esta defasagem interior do *ex-escravo* a situação atual dos seus descendentes. Parece-nos muito mais importante no processo, a visão que as classes dominantes tinham do egresso das senzalas, conceituando-o, já, através da mediação ideológica de valores formados no bojo da sociedade competitiva. Essa ideologia determinava a sua marginalização muito mais do que uma suposta herança escravista em nível psicológico que o autobarrava. (MOURA, 1977, nota 5, p. 20-21)

Tanto os negros contestadores, como os marginalizados são considerados maus cidadãos. Os primeiros porque não aceitam manter-se na condição de passivos nos processos de transformação social e os demais porque mesmo aliados das estruturas e instituições, são uma constante ameaça, por seu grande contingente numérico e por isso demandam vigilância e instrumentos coercitivos.

[...] *ruindade e bondade* são conceitos criados por uma classe social que detém condições de estabelecer o que é *bom* e o que é *mau* de acordo com os valores e ideias dominantes. São valores já estabelecidos e que se chocam com os emergentes na sociedade, pois, nem sempre, ou melhor, quase nunca, aquilo que é *bom* para os estratos que se situam no cume da pirâmide, coincide com o que é *bom* para aqueles que se encontram na sua base. Por outro lado, o conceito de moral e a formalização de uma ética são também condicionados pelo tipo de estrutura social existente que lhe imprime o *ethos* fundamental e dominante. (MOURA, 1977, p.29)

Sobre o deslocamento do negro como força de trabalho central do sistema produtivo afirma que por ser o *ex-escravo* considerado excedente no novo campo de oportunidades que se abria, não houve nenhuma política de readaptação, integração e assimilação dele ao sistema que se criava. Pelo contrário, quando surgiu o trabalho assalariado no Brasil, como forma de produção, o *ex-escravo*, que até antes da Abolição se encontrava no seu centro, recebeu, imediatamente, o impacto oriundo da

concorrência de outra corrente populacional que vinha para o Brasil vender sua força de trabalho: o imigrante⁶⁰.

A partir de 1850 há um decréscimo da mão de obra escrava no conjunto da economia nacional passando de 2.500.00 para 723.419 em 1887. Por outro lado, em 1882 o número de indivíduos desocupados era 2.822.583 e somava quase o dobro de trabalhadores livres contabilizados em 1.433.170.

Essa grande população desocupada era exatamente aquela que estava saindo das senzalas e não tinha condições de se incorporar ao processo de trabalho novo. O número de desocupados, por isto, somava quase o dobro dos trabalhadores livres. Era, portanto, uma substituição a curto prazo que se estava fazendo no conjunto da economia brasileira não apenas nas suas relações de produção, nas do próprio trabalhador. A massa de mão-de-obra nova, após a Abolição, não cresceu em consequência do aumento vegetativo líquido da nossa população, fato que poderia fazer com que, a longo prazo, mesmo passando-se por uma crise de qualidade da mão-de-obra, houvesse possibilidades de uma dinâmica integrativa capaz de aproveitar o ex-escravo na categoria de trabalhador livre. Não foi, assim, porém, que se deu no Brasil a passagem da escravidão para o trabalho livre, mas através da injeção maciça da mão-de-obra alienígena, fato que veio desequilibrar o ritmo da absorção do ex-escravo na economia de modelo capitalista, alijando-o praticamente de participar em igualdade de condições com aqueles que vinham de fora (MOURA, 1977, p. 31).

Os negros não ficaram de fora mercado de trabalho devido aos resquícios com o sistema anterior, mas em função da forma e das necessidades de organização do novo sistema.

A abolição da escravatura no Brasil liberou um enorme contingente de mão-de-obra escrava que no modo colonial de produção capitalista funcionava no próprio centro do sistema. Este contingente integrou-se apenas parcialmente na nova fase de desenvolvimento do capitalismo agrário, baseado, depois da abolição, na instalação de relações capitalistas no próprio mercado de trabalho; os escravos foram substituídos por trabalhadores livres, imigrantes, e não encontraram colocação regular no mercado de trabalho, passando, pois, a existir à sua margem, porém, *em consequência do desenvolvimento capitalista* e não como preexistentes a ele; entretanto, a massa disponível de ex-escravos e libertos pesou fortemente na determinação dos salários dos trabalhadores livres, forçando-os para baixo, apesar da melhor qualificação e da relativa escassez de trabalhadores livres imigrantes (CARDOSO apud MOURA, 1977, nota 2, p. 32).

Apesar das diferenças regionais Moura observa uma constante no processo histórico social: o lançamento compulsório dos negros nos últimos estratos da

⁶⁰ No período de 1827 a 1899 somente para o trabalho no estado de São Paulo foram 940.684 imigrantes. (AZEVEDO, 1941 apud MOURA, p. 32). Sobre estudos sobre a imigração em substituição ao trabalho escravo ver ANDREWS, G.R. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988). Bauru -SP: EDUSC, 1998.

sociedade, integrado em uma *economia de miséria* ou marginalizado. Isso porque o racismo estrutural na sociedade competitiva opera com elementos de barragem disfarçados de exigências meritocráticas que apenas um grupo reservado consegue atender.

No entanto, quando o negro se capacita tecnicamente para profissões tidas como superiores o preconceito de cor é manifestado e encobre a disputa no mesmo mercado de trabalho, por cargos e empregos ocupados por elementos brancos, o que cria pensamentos e comportamentos racistas no segmento ameaçado.

[...]. Essa consciência social reificada, que nasce do próprio processo contraditório através do qual a mercadoria é produzida e a força de trabalho vendida na sociedade capitalista, fixa-se e exerce uma função que, aparentemente, nasce de forma *natural*, isto é, como se ela fosse uma decorrência de verdades inquestionáveis e eternas, capazes de direcionar o pensamento e o comportamento social de forma definitiva. Por isto mesmo, no plano do pensamento dominante na sociedade competitiva, caracteriza-se por um aspecto fundamental: não é questionável. [...] (MOURA, 1977, p. 52).

Nesta obra Moura reafirma a contraposição às reinterpretações da escravidão que reforçam a mitologia do *bom senhor* realizadas Donald Pierson (Preconceito Racial segundo o estudo de Situações Raciais) e Marvin Harris (Padrões Raciais nas Américas, cap. O mito do senhor bondoso) apontando que as racionalizações deste tipo que apresentam os escravocratas no Brasil como benevolentes colaboraram na caracterização da escravidão no país como mais suave e propícia para a instalação de uma democracia racial⁶¹.

É, em última análise, uma tese justificatória da escravidão e de apelo indireto para que sejam conservados os seus remanescentes entre nós. Toda a obra de Gilberto Freyre é uma exaltação à escravidão, aos seus valores, ao

⁶¹ A respeito desse argumento Moura cita Thomas Skidmore: “Sabemos que a população escrava norte-americana cresceu a uma taxa relativamente alta durante o século XIX. Os censos nos mostram que uma taxa média de crescimento de 23% por década entre 1830 a 1860. Uma vez que o tráfico de escravos terminou nos Estados Unidos em 1808, o aumento só pode ser explicado por um crescimento vegetativo líquido da população escrava existente. No Brasil, entretanto, a tendência era oposta. Embora não se disponha de estatísticas seguras, parece que a grande queda da população após a extinção do tráfico negreiro em 1850 foi causada tanto por alforrias quanto pelo decréscimo natural (excesso de mortes sobre nascimentos). Tal fenômeno parece ter sido comum nas economias escravagistas que continuavam a depender do tráfico de escravos. Philip Curtin em seu recente estudo *Atlantic Slave Trade* nota que “como tendência geral, quanto maior a proporção de nativos africanos numa população escrava, menor sua taxa de crescimento natural – ou, como era mais frequente, menor sua taxa de decréscimo natural”. Assim o grande contingente de escravos brasileiros começou a diminuir rapidamente quando o comércio de escravos terminou em 1850” (1977, p. 76).

senhor-de-engenho e uma glorificação do escravo passivo, dócil, masoquista. (ibid., p.74)

Esse quadro suavizado também serviu para construir uma imagem negativa dos escravos que se insurgiam. Realizava uma inversão da realidade social para então interpretá-la conforme os critérios da classe dominante.

A escravidão brasileira foi tão brutal, desumana e violenta como todos os tipos de escravidão. O senhor, com a mão-de-obra baratíssima produzida pelo escravo, não sentia necessidade de mudar o *status quo*. O sistema escravista também o envolvia ideologicamente, travando-lhe a capacidade de raciocinar em termos do *devoir*. Como diz muito bem K. Mannehein [Ideologia e Utopia, 1929] “a mentalidade conservadora, como tal, não tem utopia. Idealmente está, por sua própria estrutura em perfeita harmonia com a realidade que, temporariamente, ela domina. Carece de todos esses reflexos e iluminações do processo histórico que provém de um impulso progressivo (MOURA, 1977, p. 82).

Os estudos sobre a participação do negro na emancipação da América Latina também são realizados a partir da dialética. Isso porque Moura parte de um conceito dinâmico radical da categoria emancipação, que é abordada como um processo social, cultural, econômico e político em curso, imanente.

[..]. Por isto todos os movimentos sociais ou quaisquer outros objetivos que visem, através de formas organizacionais e manifestações autoconscientes, ou apenas contestadoras, modificar ou transformar o sistema de estratificação social existente, no sentido de livrar-se dos restos de relações coloniais, representam atitudes e/ou realizações válidas. Assim como também consideramos válidos aqueles movimentos ou atitudes que – mesmo abortados – representaram em determinados momentos e áreas da América Latina a extrapolação das contradições entre a necessidade de libertação das forças produtivas em desenvolvimentos e os entraves que a ela se opõem as forças – sociais, jurídicas e militares – do *establishment* colonial (MOURA, 1977, p. 90).

São movimentos que impulsionam o *devoir* social no interior de estruturas tradicionais na direção de transformação das relações sociais. E o negro nos processos contraditórios e complexos que são as lutas por emancipação,

[...], atuou e continua atuando como força social dinâmica e muitas vezes radical na América latina. Ontem, visando modificar o sistema colonial escravista e atualmente procurando destruir os entraves, obstáculos e limitações da situação de dependência em que se encontramos seus respectivos países. Procura abrir o leque das alternativas no rumo da emancipação continental, única forma que vê para solucionar o seu problema que é cumulativo: como negro, que tem de lutar contra o preconceito de cor, e como pobre, que tem de lutar contra a proletarização, a miséria e a marginalização. (ibid., p. 91)

O debate de Moura sobre a América latina baseia-se nos elementos que conferem unidade aos processos históricos ocorridos nos países: a pobreza, a concentração de riqueza, a situação de dependência econômica e os contínuos esforços dos países desenvolvidos em mantê-los nesta situação. Citando como exceção apenas Cuba.

Há, portanto, na América latina, um processo social contraditório em fase de agudização, motivo pelo qual aquelas camadas que se encontram marginalizadas – como é o caso do negro na sua imensa maioria – tentam aderir, ativa ou apenas subjetivamente às forças do *devir* e participam ao lado dos grupos sociais que desejam reformular radical ou parcialmente as relações existentes. Esses segmentos negros marginalizados, por seu turno, muitos deles não tendo consciência global da situação em que se encontram, organizaram-se no passado em instituições ou grupos, de várias tendências, cada um deles expressando, na sua configuração ideológica e na sua trajetória social, o maior ou menor grau de conscientização que haviam alcançado seus membros. (ibid., p. 92-93)

A respeito dos lucros do tráfico triangular, durante a vigência do comércio de africanos baseia-se nas pesquisas de Eric Williams⁶² em *Capitalismo e Escravidão* (1944). E seus excedentes contribuíram para acelerar o processo de acumulação capitalista, particularmente na Inglaterra e desenvolver a indústria.

[...], em Bristol [...] em uma viagem feliz, os lucros sobre a carga de aproximadamente 270 escravos alcançavam sete a oito mil libras independentemente dos lucros obtidos com o marfim. No mesmo ano, o lucro líquido de uma carga medíocre, que chegou em condições deficientes, foi de 5.700 libras. Não eram raros, em Liverpool, lucros de cem por cento e uma só viagem deu um lucro líquido de pelo menos trezentos por cento. O *Lively*, equipado em 1737 com um carregamento de 1.307 libras, regressou a Liverpool com produtos coloniais e letras de câmbio num total de 3.080 libras, sem incluir os carregamentos de algodão e açúcar a receber mais tarde. O *Ann*, outro barco de Liverpool, partiu em 1751 com apetrechos e carregamento num valor de 1.604 libras; no total a viagem produziu 3.287 libras de lucro líquido. Uma segunda viagem em 1753 produziu 8.000 libras sobre uma carga e apetrechos num total de 3.153 libras (WILLIAMS apud MOURA, 1977, p. 94-95).

O tráfico é apresentado através dos dados de Williams como um dos fatores proeminentes na origem e estruturação do capitalismo, diferente das conclusões de Max Weber, em *História Econômica Geral* (1961). Moura, em conformidade com Frederico Heller (*História da Economia*, 1943), afirma que a posição de Weber decorre da suposição de incompatibilidade essencial entre transações econômicas de

⁶² Eric Williams (1911 - 1981) nasceu em Trinidad e Tobago e graduou-se em história na Universidade de Oxford, onde defendeu a tese de doutorado que inspirou a redação de *Capitalismo e escravidão*. Um dos mais importantes e influentes historiadores da escravidão moderna e do tráfico atlântico, passou depois à vida pública e foi primeiro-ministro de seu país natal.

princípios predatórios, e os rendimentos desses métodos, e por compreender a situação do século XVIII sob o prisma do século XX, com regras modernas da economia.

Weber, como sempre, confunde a forma com a essência dos fenômenos, daí negar valor à participação do tráfico negreiro no desenvolvimento do capitalismo. Isto porque ele via mais o lado organizacional do sistema e procurava caracterizá-lo através da sua *racionalidade* (do ponto de vista weberiano) e não como um processo objetivo imanente. Por isto escreve que “a escravidão a partir do século XVIII significa muito pouco para a organização econômica europeia; foi em troca, um fato transcendental para a acumulação de riquezas dentro da Europa. Criou um grande número de financistas, porém somente em pequena escala contribuiu para desenvolver a forma industrial de exportação e a organização capitalista”. Compare-se esta afirmativa com os fatos apresentados por Eric Williams para se ver até que ponto Weber confundia o desenvolvimento no seu sentido imanente e dinâmico com as técnicas necessárias para a execução de um objetivo através de uma racionalidade introjetada no analista por esta própria realidade social (MOURA, 1977, p. 96).

As condições do período escravista em toda América Latina articulados aos processos de independência situaram as manifestações dos escravos como um protesto negro latino-americano, uma práxis dinâmico/radical dos negros.

Durante a escravidão, a grande massa negro-escrava já se manifestava contra o instituto que a oprimia também em faixa própria, participando, posteriormente, de movimentos que surgiram no sentido de dinamizar o sistema de estratificação existente. Em todos os países latino-americanos os escravizados se rebelavam e fugiam, configurando um *protesto negro* latino-americano. Porém, este protesto negro ficou “adstrito a uma faixa política muito limitada e os mecanismos seletivos que existiam e atuaram no desenrolar do próprio processo independentista colocaram-no, quase sempre, na área da subalternidade (MOURA, 1977, p. 107).

Assim,

[...], o negro escravo, somente se reencontra como *ser*, como homem, quando tem condições de negar-se como “*coisa possuída*”, deixa de ser instrumento de uso e, mesmo sem elementos capazes de dar-lhe uma visão cognitiva suficiente para colocá-lo na posição de ser plenamente autoconsciente, leva-o a se reencontrar com o próprio corpo, através de uma práxis que nega o estatuto que o desumaniza. Isso somente poderá ser compreendido através de uma postura metodológica dialética [...] (p. 119-120).

E conforme Marx:

[...] sob a forma dos valores das mercadorias todos os trabalhos se expressam como *trabalho humano* igual e por isto como *equivalente* [...]. O segredo da expressão do valor, a *igualdade e equiparação de valor de todos os trabalhos* enquanto são e pelo fato de serem todos eles, *trabalho humano* em geral, só poderia ser descoberto a partir do momento em que a *ideia da*

igualdade humana possuísse já a firmeza de um preconceito popular. E para isto era necessário chegar-se a uma sociedade como a atual em que a *forma-mercadoria* é a forma geral de que se revestem os produtos do trabalho, em que, portanto, a relação preponderante é a relação de uns homens com os outros *como possuidores de mercadorias* (MARX, O capital, Vol. 1, p. 67 apud MOURA, 1977, p. 120). grifos do autor

Então,

[...], o comportamento das populações negras na América latina, escravos ou livres, não se caracterizou por aquela extrema passividade que alguns historiadores e sociólogos acadêmicos costumam destacar. Pelo contrário. Formaram uma força social dinâmica e que ajudou a modificar, de diversas formas, o *status quo* das regiões que habitavam, transformando-as de colônias em nações. Por outro lado, [...], a participação dessas grandes massas negras, no transcurso do processo que culminou com a independência dos diversos países da América latina, não teve, como que foram criados após a independência, deixando-os como camada marginalizada. (MOURA, 1977, p. 128)

No Brasil, a visão de Joaquim Nabuco estimava que:

A emancipação há de ser feita entre nós por uma lei que tenha os requisitos externos e internos de todas as outras. É assim no Parlamento e não nas fazendas ou quilombos do Interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder uma causa da liberdade. Em semelhante luta a violência, o crime, o desencadeamento de ódios acalentados só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e o voto da humanidade toda (apud MOURA, 1977, p. 130).

Ao contrário da perspectiva moderada de Nabuco os dados históricos registram que a massa escrava todas as vezes que conseguiu usou a violência contra os senhores para livrar-se. Os mecanismos de resistência escrava se manifestaram de várias formas: fuga, quilombos, insurreições, suicídios, assassinatos dos senhores e suas famílias etc.

Nesta obra escrita e publicada durante a ditadura, Moura avança na concepção do praxismo que configura o *protesto negro*. As manifestações ainda na condição de escravos, mesmo terminando em derrota, configuram-se como experiências concretas em que os negros têm a oportunidade de negarem-se como coisa possuída, de se perceberem donos de seus próprios corpos e de se tornarem cada vez mais conscientes do caráter desumano do sistema escravista. As resistências são entendidas em seu conjunto como a *“práxis que nega o estatuto que desumaniza”*. E seus sentidos reflexivo e prático certamente se estendem a desumanidade que

imperava no período, o que torna o texto também um ato corajoso e de militância pela democracia.

4.3 A SOCIOLOGIA POSTA EM QUESTÃO – por uma sociologia da práxis para a produção do conhecimento

O livro publicado em 1978 também durante a ditadura é composto por sete capítulos e um apêndice – “Uma análise sociológica do conceito de história”. Tem como objetivo a crítica das tendências conservadoras e gradualistas da sociologia universitária, além da antropologia (“anti-evolucionismo a-histórico” de Franz Boas e o conceito de “primitivo” como pré-lógico de Lucien Lévy-Bruhl) e da economia nacional-desenvolvimentista. Particularmente as suas tendências à negação do conflito nos processos sociais.

Na diferenciação entre as abordagens da sociologia acadêmica e da sociologia da práxis, Moura recorre a várias referências marxistas⁶³, expressivamente os textos de Engels (Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana, Orígenes de la familia, de la propiedad privada y del Estado), Marx (Crítica de la filosofía del Estado de Hegel), Lênin (O Estado e a Revolução) e Lefebvre (O marxismo). E ainda Kechekian (Historia de las ideas políticas) e Mao Tse Tung (A propósito de la práctica/em torno a la contradicción).

Para Moura a sociologia “transformou-se em uma ideologia que faz parte dos mecanismos reguladores e controladores da sociedade”. Com o esgotamento do “combustível revolucionário” a burguesia encontrou na sociologia a forma estratégica de manter-se no poder (Moura, 1978, p. 9).

A história da sociologia ocorre articulada ao complexo ideológico que racionaliza o sistema capitalista e se desdobra em mecanismo equilibrador das suas contradições, produzindo conhecimentos que agem como soluções parciais para o conflito social.

⁶³ APÊNDICE H. Sistematização das referências marxianas e marxistas citadas em: A sociologia posta em questão.

As grandes transformações da sociedade impulsionadas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, entre os séculos XVII e XIX, lançam desafios explicativos e também a necessidade de anular a contradição entre as relações sociais e o avanço tecnológico. Demandam a construção de instrumentos de produção de conhecimentos capazes de conduzir a sociedade. Contudo, a racionalização desses novos aspectos da realidade tem como premissa naturalizada os próprios valores emergentes dos processos em curso. “[...]. Este é o grande problema do conhecimento moderno e o desafio que as ciências sociais acadêmicas não podem aceitar” (Moura, 1978, p.23).

Esses são alguns dos elementos que fundamentam as críticas do autor à sociologia classificada como acadêmica e sua perspectiva de ajustamento que define a dinâmica do antagonismo entre as classes como patológica.

A *sociologia acadêmica*, reconhecida como científica é caracterizada por uma sistemática gradualista, cuja produção do conhecimento está limitada aos quadros da sociedade capitalista. A titulação de ciência é um predicado, cujo sentido está relacionado à criação de códigos de linguagem inacessíveis aos sujeitos externos à academia.

[...], a especialização cada dia mais extremada e que pesquisa profundamente detalhes cada vez menores de uma realidade social inquestionavelmente irrelevante; a sua pretensa imparcialidade; o empirismo e a sua falta de visão histórica colocam-na como um instrumento altamente valioso, sofisticado e inatacável no sentido de impedir a radicalização das soluções dos problemas sociais. (ibid., p. 10)

O formalismo e o empirismo são os polos da contradição metodológica na qual a sociologia está mergulhada. A impossibilidade de “interpretar em termos de *devoir* o processo antinômico, contraditório, que caracteriza o desenvolvimento do seu próprio objeto de investigação”. (ibid., p. 25)

Moura também salienta a forma contraditória que a sociologia de *ethos* liberal, assume nos países de terceiro mundo, na medida em que esta sociologia é revestida de uma dimensão contestatória, por advogar valores liberais. A ligação estrutural entre a sociologia acadêmica e a sociedade capitalista retira da primeira a sua capacidade de ser ciência, para ser uma técnica de racionalização das contradições do segundo. E mesmo a exacerbação do autoritarismo não provoca a crítica de seus intelectuais.

À primeira vista parece que – assim como aconteceu na Alemanha nazista, a sociologia, no seu bojo conceptual, na sua própria essência é antitotalitária. O que somente é verdade em parte. Se fizermos uma análise mais aprofunda do assunto, iremos ver que somente uma corrente da sociologia acadêmica é contestadora nesses momentos. Os sociólogos teóricos, aqueles que tentam estabelecer esquemas de interpretação da dinâmica global – mesmo gradualista – quase sempre de formação humanista e liberal, muitas vezes sentem-se chocados com a estupidez e a irracionalidade das estruturas de poder totalitárias. [...]. É o caso de José Medina Echavarría, em relação ao governo de Franco na Espanha, ou de Karl Mannheim em relação a Hitler na Alemanha. Isto, no entanto não se verifica em função da posição *científica* (neutra) dos seus seguidores, mas, pelo contrário, vem demonstrar que esta pretensa neutralidade é apenas aparente. Por outro lado, a recíproca também é verdadeira: há sociólogos que, acobertados pelo mito dessa imparcialidade e respaldados pelo manto inconsútil do empirismo servem a qualquer tipo de governo. (MOURA, 1978, p. 11)

Em seu texto radicaliza o sentido do que é ciência, reiterando que fazer ciência é não se furtar das contradições da sociedade.

Acontece que as ciências sociais ou são revolucionárias ou não são. Isto porque as leis objetivas da sociedade são revolucionárias. Desta forma, mesmo a consciência crítica da sociologia acadêmica é anticientífica. Há uma disritmia entre o processo emergente e as suas categorias, entre o devir eminentemente dinâmico e as soluções gradualistas que ela apresenta. [...], de um lado, o desenvolvimento se processa dinamicamente, e, de outro, a sociologia acadêmica se atrasa em refleti-lo conceptualmente para elaborar uma *práxis* correspondente, criam-se as premissas teóricas para a alienação que a caracteriza. (ibid., p. 12)

A ciência para Moura dinâmico/radical, reflexa às leis imanentes da realidade concreta (a própria continuidade dos processos históricos em oposição ao *fim da história*), que descortina modelos superadores do atual modo de produção.

Há, portanto, um impasse que nos parece insolúvel se esperarmos essa transformação a partir de uma dinâmica crítica e radical da própria sociologia acadêmica e por ela executada. Esse impasse gera a necessidade de uma anti-sociologia capaz de produzir esta ruptura, superando o dogmatismo acadêmico e apresentando, na sua proposta, não apenas uma nova conceituação, mas também, novas normas de ação. Desta forma a anti-sociologia seria a negação hegeliana que se apresenta como científica, ou, em última instância, a sociologia de uma *práxis* revolucionária. (ibid., p. 20)

Significa que,

[...], estamos vivendo em um mundo onde as mudanças se processam em ritmo não igualado até hoje em nenhuma época da história. Instituições, *status* nacionais, correlações políticas internacionais deixaram de ser coisas pétreas para se transformarem em segmentos quase fluídos e que, por isto mesmo, exigem do sociólogo, se ele deseja que a sociologia seja uma ciência do *devir* e da *práxis* e não mera extrapolação ideológica do regime vigente, um domínio seguro da dialética. (ibid., p. 27)

A sociologia da práxis procura fazer dos elementos empíricos captados uma análise e síntese global. Assim, “para a análise das formas econômicas não servem o microscópio ou os reativos químicos. O único meio de que dispomos neste terreno é a capacidade de abstração”. (Marx apud Moura, 1978, p. 29). E a abstração é desde o começo dirigida pelo método dialético. Não se trata de negar o empirismo, a coleta dos dados, mas de não cair em um *empirismo sem consequências*.

A sociedade – no qual o cientista social também está incluído – não é uma unidade estática formada por partes que se ajustam. Fazer da realidade social objeto de estudo implica compreender a antinomia básica e as decorrentes. Para daí estudar essas contradições estruturais e analisar as tendências que atuam e se impõem como necessidades.

Isto, porém não esgota o assunto nem resolve a problemática epistemológica, mas apenas abre perspectivas para que as antinomias emergentes sejam conhecidas. Mas, o processo antinômico não é um simples choque de forças iguais, de fragmentos sem significados, mas esses choques espalham as contradições básicas que dão sentido ao processo do *devir*. São classes, estamentos, grupos, camadas e frações de classes que ao viverem e conviverem tem de estabelecer relações, algumas vezes estáveis e outras vezes antagônicas. Além disto, esses grupos humanos estão ligados entre si pelo processo de produção dos bens materiais. E cada classe tem uma posição definida em relação à posse dos meios de produção. Esta diferença no chamado espaço social entre as classes e camadas é que confere conteúdo antinômico ao processo social (MOURA, 1978, p. 30).

Para Marx,

Que é uma sociedade em qualquer de suas formas? O resultado da ação recíproca dos homens. São os homens livres de escolher para si esta ou aquela forma? De modo algum. Dado um estado particular de desenvolvimento das forças produtivas do homem, tem-se uma forma particular de comércio e de consumo, tem-se uma estrutura social correspondente, uma correspondente organização da família, das ordens, das classes; numa palavra, uma sociedade civil correlativa. Suponhamos uma sociedade civil determinada, teremos então, certas condições políticas que não representam senão a expressão oficial da sociedade civil [...]. Além disso, cumpre acrescentar que os homens não são livres de escolher suas *forças produtivas* que constituem a base da sua história, pois toda força produtiva é uma força adquirida, resultado de uma atividade anterior (apud MOURA, 1978, p. 30).

Isso significa também que,

[...] as forças produtivas são a consequência da energia humana prática, mas essa energia está por sua vez condicionada pelas circunstâncias em que se encontram os homens, graças às forças produtivas já obtidas, à forma social existente anteriormente, à atividade dos indivíduos, as quais não são devidas

ao esforço criador dos homens da atualidade, mas apresentam o resultado da geração precedente. (Ibid.)

Moura enfatiza a dialética como método da sociologia da práxis, na qual os esquemas empíricos de mudanças tópicos são substituídos por uma visão global do processo social concreto. E é na atividade prática e na vivência das contradições que as relações sociais adquirem conteúdo, pois,

[...], estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. (MARX apud MOURA, 1978, p. 31)

A sociologia da práxis compreende a contradição e a dicotomia para além dos valores políticos de opressores e oprimidos, pois volta-se para “a anatomia da sociedade capitalista, a produção e circulação de mercadoria e a análise da *mais-valia*. É a existência da *mais-valia* como decorrência das relações existentes na sociedade capitalista que confere à classe operária condições objetivas para ser a força social capaz de realizar as transformações radicais no atual sistema de estratificação social. O fulcro central das contradições da sociedade capitalista, ou seja, o fundamento do antagonismo básico que move os processos sociais é desvendado a partir de uma análise baseada na teoria do valor.

Moura dialoga com dois autores marxistas Oskar Lange e William Ash para construir suas reflexões sobre a distinção entre trabalho e força de trabalho confirmar que, sob determinadas condições históricas, o valor criado pelo trabalho ultrapassa o valor dos produtos necessários para a reprodução da força de trabalho. Apesar do total do salário ser determinado pelo valor dos produtos, há um excedente do valor produzido pelo trabalhador além do seu salário que constitui a *mais-valia* de que se apropriam os capitalistas, donos dos meios de produção.

[...] Na sociedade burguesa o sobreproduto converte-se em mais-valia sob a influência da lei do valor. A massa de mais-valia produzida pela população reparte-se entre os capitalistas, na proporção do capital que possuem, o que produz certas divergências entre os preços das mercadorias e o seu valor (preço de produção). (LANGE apud MOURA, 1978, p. 33)

E conforme Ash:

O capitalismo [...] não pode modificar-se, ao menos que a lei econômica básica da apropriação da mais-valia se tenha modificado; e qualquer afirmação de que ele está se transformando em alguma outra coisa, enquanto

essa lei estiver em operação, é simplesmente jogo de palavras. (apud MOURA, 1978, p. 33)

É esse mecanismo de desenvolvimento do capitalismo o centro das análises. As demais dicotomias são suplementares à esta e o estudo de Moura não as converte em elementos centrais. A contradição fundamental condiciona todas as outras.

Se não aceitarmos este postulado nuclear jamais poderemos fazer sociologia da práxis. Na melhor das hipóteses poderemos realizar trabalhos parciais sobre o método dialético e as contradições suplementares, caindo-se num neo-hegelianismo que parece presente em muitos trabalhos de pretensos marxistas que, à título de combaterem o dogmatismo, elidem ou colocam em plano irrelevante este postulado fundamental na análise da sociedade capitalista contemporânea. (MOURA, 1978, p. 33-34)

E mais adiante enfatiza a articulação do método dialético à teoria materialista para proceder a radicalização do conhecimento, sua concretização em práxis.

[...]. A simples aceitação, constatação e conceituação do processo de desenvolvimento da sociedade de forma contraditória não quer dizer que se tenha optado por aquela posição crítica que, a partir da análise da produção da mercadoria nos leva a compreender o antagonismo fundamental entre as classes fundamentais do atual modo de produção. Esta verificação é feita não apenas por questão de ser a classe operária oprimida ou pela sua situação de pobreza (nesse caso o lumpemproletariado seria a camada mais revolucionária da sociedade capitalista) mas pela contradição objetiva, concreta no processo de produção da mercadoria. (ibid., p. 34)

E indica uma cogitação importante com o aporte de Paul Baran⁶⁴ sobre a questão da tecnificação e racionalização das ciências sociais.

[...], em determinado momento do desenvolvimento do capitalismo o racional passa a ser irracional: a técnica e as ciências são mantidas, estimuladas e desenvolvidas *para quê?* O *para quê?* é que demonstra como no atual estágio do capitalismo não há mais lugar para a razão. A razão está com aqueles que, pelo próprio sistema de compressão social, não possuem os elementos materiais para desenvolvê-la. Por exemplo, um camponês latino-americano que, ao invés da enxada e da *meia* deseja um trato, um pedaço de terra e sementes selecionadas é mais *racional* do que um químico que, no seu absenteísmo científico, financiado por um governo, descobre novas fórmulas capazes de envenenar colheitas e produzir distúrbios nas pessoas que usam produtos que foram criados pelo trabalho humano. (p. 35-36)

Um dos desafios postos por Moura à teoria do conhecimento é a possibilidade de conhecer a realidade sem ter a consciência da subordinação às ideias dominantes. É uma problemática epistemológica e metodológica, na medida em que as categorias sociológicas estão inseridas em uma estrutura social, que se refere:

⁶⁴ BARAN, P. A. Marxismo e psicanálise. In: Estudos sociais. Rio de Janeiro: Abril. V. III, nº 12, 1962.

[...] a um determinado tipo de estrutura, de inter-relações e de posições de homens, grupo e classes no regime de produção dos bens materiais. E todas essas estruturas, por sua vez, organizam um tipo de Estado e governo, e finalmente, organizam os elementos materiais que manterão o regime político a que corresponde cada estrutura. Desta forma a Sociologia não estaria condicionada apenas pelas limitações impostas cognitivamente pelo seu grau de desenvolvimento, mas ligada também ao seu regime político, ao seu Estado, ao seu governo e não poderia ser jamais uma ciência pura, de vez que o seu papel, a sua posição e, sobretudo, a sua função a transformariam em uma *ideologia das classes dominantes*. Daí o impasse que se verificou na sociologia do conhecimento que não compreendia uma ciência *com* ideologia, mas contrapunha os dois conceitos. (ibid., p. 38-39)

Nesse sentido, a produção do conhecimento nunca é neutra. Não existe uma ciência pura, isenta de aspectos ideológicos. E mesmo esta idealização tem como ensejo uma ideologia que contrapõe uma realidade pura (verdadeira) versus uma realidade impura (não verdadeira). Contraposição que expressa a desvinculação da práxis como condição de neutralidade.

Como o praxismo dá uma base objetiva, concreta e científica para a compreensão e transformação da realidade social ao invés de constelar-se como mais um esquema lógico de pensamento abstrato e especulativo, é claro que ele se choca com o pensamento manheimiano. Porque, chegando-se a este impasse cabe uma opção, nunca uma conciliação: ou a sociologia do conhecimento julga a Sociologia da Práxis ou a Sociologia da Práxis julga a sociologia do conhecimento. (p. 40)

O conhecimento sociológico como manifestação das contradições existentes na sociedade, que se propõe uma visão isenta de maniqueísmos é próprio do processo de produção que privilegia determinada classe como polo de conhecimento, fazendo coincidir a sua ideologia com a visão de cientificidade desse conhecimento. Noutra via, a neutralidade como objetivo científico reflete a ilusão idealista da classe improdutiva, pois:

[...] o dinheiro, ao invés de ser apenas uma medida de equivalência dos valores criados por um trabalho humano comum, parece na realidade ter criado esse trabalho. Uma abstração passa, assim, a ser apresentada como a fonte real de todo o valor. [...] O dinheiro e a especulação abstrata que é seu reflexo ideológico, ao invés de serem reconhecidos como subprodutos de um sistema de troca de mercadorias, passam a ser considerados como seus esteios e, como tal, invocados em defesa do sistema. As dificuldades que surgem das contradições na base material da sociedade podem ser “anuladas pela compra” ou pela racionalização. (ASH⁶⁵ apud MOURA, p. 41)

Assim,

⁶⁵ ASH, W. *Marxismo e moral*. Rio de Janeiro, 1965. p. 163.

As formas de consciência social são, portanto, condicionadas pelo regime social. Isto, porém, não significa que todas essas formas de consciência se alienem pelo fato de serem reflexos dos interesses de uma classe. Pelo contrário. A diversificação que existe nas sociedades divididas em classes, especialmente na sociedade capitalista, faz com que a ideologia daquelas classes que já se esgotaram como produtoras e ao mesmo tempo detêm o poder político seja caracterizada por uma visão parada, metafísica, alienada do processo social contraditório; por outro lado, aquelas classes e camadas que se encontram em processo de desenvolvimento procuram explicação em termos de transformação, de mudança, de *devir*. Como a sociedade não é parada há mais elementos de conhecimento na visão, no ethos das segundas que, ligadas à produção, se identificam com o problema de transformação através da *práxis*. (MOURA, 1978, p. 42)

Para a sociologia acadêmica a barreira teórica da neutralidade é como um capuz mágico que impede o confronto. Não há propriamente um desconhecimento da realidade, mas a decisão política de manter a ciência neutra.

No entanto, para a sociologia da *práxis*, também como posição política, a neutralidade não é o objetivo sociológico, mas a superação da contradição, o que em termos metodológicos implica ultrapassar a descrição pura dos fatos para articulá-los dinamicamente aos processos em curso. Isso porque as limitações metodológicas (objetivismo científico) que obrigam abordagens microscópicas da realidade são também ferramentas ideológica de conservação da estrutura social.

Outra crítica levantada por Moura no texto é aos *neomarxistas de cátedra* como chama àqueles professores que divulgam um *marxismo desdentado*, retirando do seu conteúdo o componente revolucionário, ou seja, a sua medula dinâmico/radical. E cuja tendência é uma sociologia aplicada a criação de soluções reformistas nos marcos das relações de produção capitalistas.

A transformação das classes que se encontram na base da pirâmide social em simples *objetos* sobre os quais se debruçam, leva-os a uma posição ideológica e metodológica inteiramente voltada e dirigida no sentido de controlá-los em função do regime político existente, das suas instituições. São preparados em série cientistas profissionais que oferecem a sua força de trabalho também como mercadoria no mercado capitalista, entrando como elementos manipulados ideologicamente e preparados metodologicamente para a grande aventura de travar o progresso social no seu nível dinâmico/radical. (ibid., p. 44)

A formação de uma elite acadêmica adestrada “nas técnicas de controle e no domínio da análise de fatos isolados e processos parciais faz parte do sistema de defesa do regime atual” e manutenção do *controle social*. (ibid., p. 13)

À medida que as ciências sociais abandonavam a possibilidade de apresentar uma visão globalizadora do processo social, fragmentavam-se em um número crescente de disciplinas: Sociologia, Etnografia, Etnologia, Ecologia humana, Antropologia cultural, Antropologia social, Psicologia social... Os trabalhos que se seguiram refletem esta fragmentação progressiva; os professores acadêmicos comprazem-se cada vez mais frequentemente, em simples análises interdisciplinares, em estudo sobre metodologia de pesquisa, abandonando as análises totalizadoras (MOURA, 1978, p. 46).

Nesta lógica de produção acadêmica repleta de métodos burocráticos o desdobramento é a neutralização das contradições da formação econômico-social. Especialmente quando se trata da produção de conhecimento relacionada aos países cuja trajetória pós-colonial manteve-se dependente das economias centrais. Um exemplo o privilegiamento dos estudos sobre o “primitivo” em detrimento da proletarianização das sociedades pós-coloniais, na Antropologia cultural. Com este deslocamento, os elementos materiais das culturas e suas conexões sociais foi bastante aproveitado para o expansionismo racional do imperialismo. Ao mesmo tempo essa escolha de objeto deixava de fora todo o esmagamento social que as nações colonizadoras impunham a essas sociedades.

Conjecturou-se que essas culturas, integradas cada uma em um todo fechado, supriam o “primitivo” de valores e pautas de conduta tão arraigadas que, ao tentar civiliza-los corria-se o risco de degradá-los. Apresentando como paradigma do que afirmavam a degradação de inúmeras culturas nativas ao entrarem em contato com os “civilizados”, esses cientistas sociais esqueceram-se de explicar o conteúdo, a essência dessas relações entre os povos coloniais e os metropolitanos, isto é, a exploração a que foram submetidos. Daí partiam para a concepção segundo a qual qualquer mudança no mundo material e mental desses povos devia ser feita cautelosamente, através de planos criados por instituições das metrópoles colonizadoras. Desta forma, apresentava-se como desejável, com o endosso da ciência, a permanência desses povos nos níveis de desenvolvimento em que se encontravam. (ibid., p. 47)

Os antropólogos culturais espelhavam nos seus estudos o que as relações entre as metrópoles e as colônias tinham de antagônicas.

[...]. As diversas teorias que surgiam – como o difusionismo – visavam a negar o desenvolvimento interno dessas culturas, criaram uma constelação ideológica através da qual esses povos eram analisados a partir dos padrões e valores das nações dominadoras. Finalmente o conceito de pré-logismo do chamado homem primitivo criado por Lucien Lévy-Bruhl fechou esse círculo ideológico e levou a que se considerassem os povos ágrafos como incapazes, de forma inapelável, de se civilizarem. Considerando as funções mentais dos membros das civilizações inferiores como diferentes não apenas em grau, mas em natureza, sendo as mesmas refratárias e impermeáveis à experiência e à razão e essencialmente religiosas, esses estudiosos estabeleceram uma barreira intransponível, uma divisão estanque entre os povos dominados e os povos dominadores. Substituindo o já desmoralizado

slogan de “raças inferiores”, passou-se a considerar que uma mentalidade *pré-lógica* do “primitivo” impedia-o de passar da economia natural que fazia parte da sua respectiva cultura para uma economia monetária (lógica) levada pelos ocidentais (MOURA, 1978, p. 50).

Em relação a invalidação deste conceito cita um aforismo criado por povos africanos: *“quando os missionários chegaram tinham a Bíblia e nós tínhamos as terras; agora eles têm as terras e nós temos a Bíblia”*. (Ibid.)

A modelagem do mundo à imagem burguesa, conforme expresso no Manifesto comunista definiu a inferiorização de determinados segmentos da humanidade e demarcou as nações colonizadoras como as mais aptas a explorar grandes áreas do planeta de acordo com os interesses de seus capitalistas nacionais.

Não foi por acaso, portanto, que o “primitivo” foi tão procurado, pesquisado, interpretado e analisado pelos antropólogos sociais. A imposição de soluções *culturalistas* era, portanto, um desvio que [...] preenchia o vazio ideológico da contradição metrópole/colônia do ponto de vista dos interesses dos colonizadores e do neocolonialismo. A crise do neocolonialismo, por seu turno e a transformação de regiões africanas outrora dependentes em nações em processo de desenvolvimento irão transformando esse método de abordagem em coisa do passado, sem nenhuma função dentro das novas relações políticas e sociais (MOURA, 1978, p. 53).

Moura considera que,

As diversas alternativas metodológicas que as ciências sociais acadêmicas apresentam para os problemas globais, sua diversificação que vai do empirismo às soluções culturalistas e irracionistas, guardam, portanto, relação de subordinação com o regime do qual são uma constelação ideológica atuante. É evidente que não se trata de um reflexo mecânico e simplista, mas os seus modelos fundamentais são uma consequência do acervo de ideias que as classes dominantes sedimentaram e desenvolveram para dar cobertura, lastrear ideologicamente o regime. [...]. (ibid., p. 53).

A análise histórica da formação econômico-social é o modelo básico para responder sobre as transformações da realidade. Significa que,

[...] serve para delimitar o grau de desenvolvimento, a complexidade, o ritmo de crescimento de uma determinada sociedade, o conteúdo do seu sistema de estratificação, a divisão do trabalho social e suas formas, pois, de uma maneira genérica, ele tipifica todo o regime econômico mais a superestrutura correspondente. (ibid., p. 55)

Na exposição do método de análise, Moura afirma a historicização para compreensão da passagem de um modo de produção para outro. Sendo este um

processo que obedece a leis objetivas, que se desenvolvem em uma determinada formação econômico-social e “são substituídas por outras que correspondem à essência de outra formação” (MOURA, 1978, p. 55).

[...] as leis de todas as *formações econômico-sociais*, [...], têm a sua historicidade e, somente atuam em cada uma dessas formações. Mas, se estes modelos globalizadores dentro da perspectiva de análise verdadeiramente científica, apresentam-se [...] como categorias *típicas*, isto não equivale dizer que sejam frutos de raciocínios lógico/apriorísticos. Pelo contrário. As análises dos sociólogos da práxis somente terão validade se partirem da anatomia da realidade social estudada. Fora disto serão esquemas aplicáveis a qualquer época e a qualquer lugar e por isto mesmo incapazes de dar explicação aos *processos* antinômico do devir emergente, suas contradições particulares, perspectivas e direções. [...] (ibid., p. 56).

O ponto é determinar a partir dos critérios objetivos de análise o que determinante e o que é secundário na produção do conhecimento sobre a realidade.

O modelo de formação econômico-social além de não ser meramente constatativo expressa o relacionamento social hierarquizado historicamente e ao mesmo tempo dá os elementos fundamentais que tipificam cada uma dessas fases, desbastando-os do que é simples detalhe irrelevante e estabelecendo critérios objetivos de análise, ou seja: o nexos causal de cada uma. Em outras palavras: abre perspectivas para que a *práxis* social – através da ação política – atue naquilo que é fundamental e dá sentido ao processo e não sobre o acessório e tópico”. (p. 57)

O conceito de formação econômico-social abordado é apresentado por Moura a partir da concepção leninista⁶⁶:

[...] até agora os sociólogos distinguem com dificuldade, na complicada rede dos fenômenos sociais, os fenômenos importantes dos menos importantes (esta é a raiz do subjetivismo em sociologia) e não sabiam encontrar um critério objetivo par essa diferenciação. O materialismo proporcionou um critério completamente objetivo, ao destacar as “relações de produção” como a estrutura da sociedade, permitindo que se aplique a essas relações o critério científico geral da repetição, cuja aplicação na sociologia negavam os subjetivistas. (p. 57)

A análise da infraestrutura da sociedade em determinado estágio do seu desenvolvimento não significa estagnar a sociedade em quadros. Isso porque a realidade ao mesmo tempo em que não é o fluir ininterrupto preconizado pelas correntes evolucionistas do século XIX, caracteriza-se por um devir através de contradições que são a sua própria dinâmica.

⁶⁶ LÊNIN, V.I. *Obras escogidas*. (4 tomos). 1º tomo. México: D.F., 1941. p. 75.

[...]. Porque a contradição, na concepção praxista, é o núcleo nodal do progresso, pois da sua superação, da modificação dos seus elementos imanentes e sua transformação em uma realidade qualitativamente distinta da que a precedeu depende do conteúdo da modificação que se efetua. Uma visão liberal do mundo que tem um conceito do *processus* como simples fluir é assim substituída por uma visão dialética e revolucionária. O progresso social na sua aceção revolucionária – e a palavra revolução vai aqui na sua configuração mais lata e não no seu aspecto meramente insurrecional – é portanto, uma decorrência dos elementos objetivos que se chocam no interior de cada processo e percorrem toda a sua extensão, superando-o em uma nova realidade mais complexa e elevada. (MOURA, 1978, p. 58-59)

Na oposição entre a teoria gradualista e a concepção dinâmico/radical, Moura lança mão das ideias de Mao Tsé Tung⁶⁷:

[...], a unidade ou identidade dos aspectos contraditórios de um fenômeno objetivamente existente nunca é fixa, morta, porém apresenta-se viva, condicionada, móvel, transitória, relativa; todos os contrários em condições determinadas transformam-se uns nos outros; e o reflexo desta situação no pensamento humano constitui a concepção materialista-dialética. Somente as classes dominantes do presente e do passado, assim como a metafísica que está a seu serviço, não consideram os contrários como dinâmicos, condicionados, móveis, que se transformam uns nos outros, mas como mortos e fixos; eles propagam constantemente esta concepção falsa e leva ao erro as massas populares a fim de prolongarem a sua dominação. (apud MOURA, 1978, p. 59)

A mobilidade e transitoriedade da unidade e identidade dos contrários não desfazem a contradição básica. Estas são as coordenadas metodológicas para traçar os elementos de interpretação da realidade e as modificações estruturais que caracterizam as transformações sociais.

[...] para se conceber amplamente todos processos do mundo em sua “autodinâmica”, em seu desenvolvimento espontâneo, em sua verdadeira vida, é necessário conhecê-los como um todo constituído de contrários. A evolução é uma “luta” de princípios antagônicos. Há duas maneiras de conceber a evolução (digamos duas possibilidades, ou então, dois aspectos dados pela História): a evolução como redução, o acréscimo como repetição; ou então, essa mesma evolução como unidade de contrários (desdobramentos do *um* em princípios que se excluem e relações entre esses princípios antagônicos). (MOURA, 1978, p. 60)

Na sociologia da práxis a análise de determinada formação econômico-social, ou de seus aspectos fundamentais considera que no seu bojo estão uma série infindável de contradições (múltiplas determinações) que criam novos planos de realidade. Sendo necessário captar em cada situação particular o dinamismo das

⁶⁷ TUNG, M.T. A proposito de la practica/En torno a la contradicción. Chile, s/d., p. 83.

contradições, sem perder de vista a articulação com a dimensão universal dos processos.

[...] a contradição é um princípio universal que atual em todos os aspectos da realidade social, mas em contrapartida, devemos analisar particularizadamente o caráter específico de cada contradição e o lugar do antagonismo em uma série de contradições. (MOURA, 1978, p. 61)

E nesse sentido,

A passagem de um modo de produção para outro, de uma formação econômico-social para outra não é assim, um simples fluir, [...], mas um cadinho de contradições, de choques, de mudanças que correspondem, no fundamental, ao grau de contradição existente entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção. (ibid.)

Na abordagem de Moura, o modelo de análise não se petrifica num dogmatismo e ao mesmo tempo não se dilui em ecletismo, pois a estrutura conceitual da sociologia da práxis tem a dialética como base e não o dogmatismo.

Para toda *práxis* científica há necessidade de um conhecimento não apenas dos processos e problemas sociais do momento, mas da cadeia total da qual eles são um elo. Por isto, o modelo [...], hierarquiza os acontecimentos partindo das relações que se estabelecem antes de passarem pelo cérebro dos homens. Esta posição materialista, ou seja, a análise do relacionamento social sem nenhum julgamento de valor antecipado, deve ser o princípio diretor e a metodologia permanente para qualquer estudo sociológico que não deseje apenas procurar justificar os pontos de vista do analista ou de sua classe, mas estabelecer à base de um processo de redução e síntese, as relações sociais às de produção e estas últimas ao nível das forças produtivas. [...]. (ibid., p. 62)

A formação econômico-social é definida como um conjunto de relações sociais determinadas historicamente e em ligação com as forças produtivas. As relações sociais envolvem todo o conjunto de estratificação social e seus valores, bem como as suas formas de pensamento espontâneas e as ideologias elaboradas. Este todo superestrutural tem como elemento constitutivo básico a conexão estrutural entre o caráter (e desenvolvimento) das forças produtivas e sua mediação com as relações de produção correspondentes. As partes constituintes da formação econômico-social – seus segmentos econômicos, políticas e culturais – nascem, se desenvolvem e desaparecem na forma de relações contraditórias e antagônicas. E,

[...] muitas vezes, ou melhor, na maioria das vezes o conceito de determinado tipo de formação não existe na sua pureza: relações antigas, concepções correspondentes a outro estágio persistem, exercem influência sem que isto

invalide o fundamental que tipifica o modelo em confronto com os demais. (ibid., p. 65)

Partir do critério de análise materialista, para estudar, o período anterior ao capitalismo – no caso brasileiro, o escravismo – requer estudar “o desconhecido pelo conhecido e não o conhecido pelo desconhecido, [...]”. (MOURA, 1978, p.65), para não incorrer em um pensamento analógico tipicamente idealista. É uma posição teórico-metodológica que diferencia a práxis sociológica do academicismo.

A ação política deve, portanto, ser um reflexo do conhecimento empírico da realidade social, mas não de forma contemplativa ou simplesmente pragmática, mas dialética e conseqüentemente, dinâmica na sua essência. O conhecimento das leis sociológicas dá ao homem o poder de intervir conscientemente no processo social, elevando o grau desse conhecimento à medida que atua. [...]. (ibid., p. 66)

Moura destaca, a partir da leitura de *As leis sociológicas e ação de massas*, do sociólogo Pierre Naville⁶⁸, três tipos de leis que atuam nas estruturas sociais. A) leis de funcionamento a longo prazo: abrange os movimentos demográficos, a propriedade, a estrutura da família, segmentos de caráter lento, cujos processos de transformação requerem um agir consciente; B) leis de funcionamento a médio prazo: decorrentes de planificações formuladas em função do conhecimento do Estado e da sociedade; C) leis de funcionamento a curto prazo, que concernem à ação dos partidos, de caráter econômico e social imediatista, correspondem, em geral, a aspectos transitórios e tem sua eficácia limitada pela temporalidade. (ibid., p. 66-67)

A *práxis* social, portanto, desse ser dirigida pelo conhecimento das leis do desenvolvimento social, desde as suas formas mais simples e transitórias até as que expressam contradições mais radicais na estrutura social, como os movimentos revolucionários. Daí a coincidência que deve existir – embora nem sempre isto aconteça – entre os agrupamentos políticos que se orientam por uma teoria dinâmico/radical e a visão científica global do desenvolvimento

⁶⁸ Pierre Naville (1903 – 1993) foi sociólogo e escritor surrealista francês. Era membro proeminente do grupo de investigadores surrealistas. Politicamente, foi comunista e depois com a stalinização do partido tornou-se trotskista, pertencia ao Parti Socialiste Unifié (PSU). Em 1926 juntou-se ao Partido Comunista Francês (PCF), onde publicou a revista "Clarté". Fez parte da delegação que visitou Leon Trotsky em Moscou, em 1927. No retorno à França transformou "Clarté" em tribuna da oposição de esquerda no PCF através do jornal La Lutte de classe (A Luta de Classe) e publicou o Testamento de Lênin sem o conhecimento de Stalin. Estas publicações o levaram à exclusão do PCF em 1928 por "desvios". Após a exclusão dos trotskistas, reunidos no Grupo Bolchevique-Lêninista da Seção Francesa da Internacional Operária em 1935, Naville participou da criação do Parti Ouvrier Internationaliste (POI, Partido Operário Internacionalista) em 1936 e aderiu à Quarta Internacional. Em 1939 rompeu com o grupo ao não aceitar a fusão do POI no Parti Socialiste Ouvrier et Paysan (PSOP, Partido Socialista Operário e Camponês) de Marceau Pivert.

da sociedade. Porque o não conhecimento multifacético da realidade social e do seu ritmo de desenvolvimento, de dinamismo interno, e, especialmente, a falta de conhecimento das contradições que atuam em cada processo específico pode levar esses grupos e partidos a um afastamento progressivo da coincidência práxis/conhecimento, descambando na alienação. Esses grupos e partidos, ao se isolarem da realidade, ao procurarem dar explicações subjetivistas e algumas vezes coincidentes apenas com os seus desejos, criam barreiras à uma ação política e social eficaz. [...] (MOURA, 1978, p. 67).

“O conhecimento e a ação, daí para novas formulações teóricas” (id.). Este é para Moura o método fundamental da sociologia da práxis. Um pensamento cuja articulação entre conhecimento e prática está embasada pela realidade e é composta por uma totalidade social contraditória.

[...]: não se trata de uma *sociedade* abstratamente concebida, mas de uma sociedade determinada, dilacerada por antagonismo. Nas sociedade divididas em classes toda ação social ponderável, relevante, tem um conteúdo específico que a situa como reflexo dos interesses de uma das classes em luta no espaço social. Muitas vezes, por um processo de interação sutil nos diversos níveis que compõem a sociedade, estão camuflados ou se refletem indiretamente; projetam-se através de diversas formas; aparecem algumas vezes de forma direta, nos momentos de tensão social, ou no plano das ideias através de um *objetivismo científico* altamente refinado, quando os conflitos latentes ainda não se agudizaram. A luta de classes que se verifica na sociedade capitalista, por exemplo, penetra todos os níveis da sua estrutura. Por isto mesmo, os diversos planos elaborados pelos cientistas sociais acadêmicos são travados pelas limitações do *tipo de poder político* que existe nos seus respectivos países. Planos educacionais, de produção regional, de integração de minorias, de progresso tecnológico, natureza, racionalização e aperfeiçoamento do trabalho, finalmente todo o conjunto daquilo que representa a *práxis* da sociologia acadêmica, em termos de ciência aplicada, tende, por isto, a cobrir áreas que necessitam modernizar, racionalizar o modo capitalista de produção (MOURA, 1978, p. 68).

Moura apresenta dois tipos colidentes de *práxis*: uma dinâmico radical que age considerando o caráter contraditório da sociedade e por isso tem a possibilidade de impulsionar os processos conflitivos e a segunda, gradualista, cujas limitações metodológicas restringem uma visão global dos processos e tendem a impedir ou retardar movimentos de transformação radical, insistindo em produzir “mudanças sociais” controladas, preferencialmente executadas por técnicos habilitados.

Assim, as ciências sociais estariam condicionadas, específica e basicamente pelo nível técnico e profissional de cada pesquisa, trabalho de equipe ou inquérito. O nível e o poder da irracionalidade das estruturas dominantes são esquecidos ou pelo menos subestimados. O trabalho cumulativo dessas atividades seria suficiente para direcionar e dinamizar a mudança social. (ibid., p. 69)

Esta perspectiva é considerada por Moura como estritamente tecnicista. E o cientista social que pensa estar contribuindo para mudança e transformação gradual de algum aspecto da sociedade, está de fato, oferecendo elementos de controle social aos estratos dominantes de uma sociedade monopólica. Os problemas estruturais continuam inalterados.

[...] todos esses trabalhos, realizados sob o patrocínio ou institucionalizados pela estrutura, à medida que analisam segmentos de problemas ou aspectos parciais e fragmentários de fatos ou processos da realidade social estão abrindo leques cognitivos para que os grupos estratos dominantes dessas estruturas tenham possibilidade de ação mais efetiva naquelas áreas onde as contradições estão a exigir a substituição de métodos de direção patriarcais por métodos burocráticos refinados, a substituição de formas tradicionais de liderança e controle por outras racionalizadas. Em outras palavras: aquilo que chamam formalmente de mudança social institucionalizada nada mais é do que a introdução de maneiras e técnicas diferentes e superiores de permanência dos valores tradicionais da estrutura. (MOURA, 1978, p. 70)

Outra ponderação importante realizada no texto está relacionada com as teorias desenvolvimentistas e a sociologia como seu instrumento de difusão. Moura aponta neste bojo, problemas sociais históricos da América latina foram transformados em assuntos burocráticos passíveis de resoluções técnicas. Uma nítida estratégia de neutralização das contradições sociais concomitante à aplicação de planificações econômicas favoráveis aos interesses de agentes externos. Assim,

[...], problemas sociais como a reforma agrária passam a ser estudados como sendo meramente burocráticos, com solução administrativa; devem ser – por isto mesmo – solucionados não de acordo com o grau de tensão a que chegaram as contradições sociais, mas de acordo com os interesses do desenvolvimento capitalista. Criou-se assim, um tipo de *desenvolvimento promovido* capaz de levar as classes detentoras do poder nesses países a esquematizar, planificar, dirigir, controlar e direcionar o conflito fundamental. (ibid., p. 76)

O desenvolvimentismo congregou diferentes perspectivas teóricas – do marxismo a fenomenologia – porém, em termos metodológicos o consenso era de um gradualismo dirigido em direção aos países de capitalismo central em estágio superior de evolução econômica e social.

[...]. Esse gradualismo faz com que a problemática sociológica seja estudada tendo-se como paradigma e modelo aqueles países. Temos assim, como modelo a ser alcançado o capitalismo avançado: daí a terapêutica ser procurar pôr nos trilhos gradualistas a realidade social dos países subdesenvolvidos para que ela se desenvolva e chegue até os modelos capitalistas sem transbordamentos radicais. [...]. (ibid., p. 77)

Esse quadro tem raízes na forma de desenvolvimento do capitalismo industrial nos países subdesenvolvidos, cuja característica de dependência abre uma série de diferenciações negativas em relação às nações dominantes.

Nesse sentido,

[...], estabelece-se uma contradição real – embora não fundamental – que é interpretada em seguida por esses cientistas sociais. Essa interpretação gradualista e conciliadora cria o acervo teórico do *desenvolvimentismo*. Assim, a burguesia industrial e algumas camadas a ela aderidas procuram sair do impasse – já que não podem entrar em choque frontal com o imperialismo – através de uma terceira posição. Essas teorias desenvolvimentistas ficam assim de permeio, como dobradiças amortecedoras, entre as posições completamente alienadas, reflexas da dominação imperialista (empirismo empresarial e irracionalismo) e as teorias revolucionárias que se formam à medida que a contradição básica se aguça e aprofunda. Assim, o acervo teórico desenvolvimentista que progride na área do chamado Terceiro Mundo tende a refletir, cada vez mais, a contradição que existe entre as nações neocolonialistas e as que estão tentando entrar na esteira do desenvolvimento capitalista. [...]. Por outro lado, a *modernização* acompanhada de posições políticas *desenvolvimentistas*, ao fazer avançar as forças produtivas e ao conservar as antigas relações de produção, aguça ainda mais a contradição básica, cria novas áreas de fricção, faz com que nasçam galáxias de desajustes em todos os níveis de interação social; em outras palavras: leva a que as forças dinâmico/radicais existentes e que são o reflexo dessa contradição, contem com novos elementos objetivos – do ponto de vista econômico e social – embora o processo de conscientização não se verifique por simples automatismo, pois há uma série de mecanismo mediadores nesse aspecto. (MOURA, 1978, p. 79)

O esquema clássico do desenvolvimentismo sintetiza uma conceituação tipológica e etapista para a economia, em: colonial, subdesenvolvida e desenvolvida. No entanto, esse esquema não aponta o conteúdo da dinâmica que efetuará as mudanças, ou seja, as forças sociais que irão pô-las em curso e as classes que darão a direção política ao processo.

E para mostrar outro ângulo do problema, que submete o direcionamento dos modelos econômicos às estruturas de poder, traz a seguinte citação de Octavio Ianni⁶⁹:

[...] o que parece tornar difícil e às vezes impossível as reformas é o fato de que os segmentos mais modernos das sociedades latino-americanas não detêm a soma de poder político necessário para encaminhar e realizar as inovações. Há um descompasso entre o estado das relações de trabalho, o modo de organização social da propriedade, o estilo de dominação e as

⁶⁹ IANNI, O. Economia e sociedade na América latina. In: Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. nº 9-10, p. 109.

tendências emergentes das forças produtivas. Há possibilidades abertas à expansão do capital que não podem ser realizadas devido ao caráter dos padrões de relações sociais dominantes. Em consequência, as tendências sociais mais modernas e criadoras não encontram vias adequadas de manifestação nem podem formulá-las. As sociedades que estiveram organizadas – durante séculos – para produzir o mercado externo, desbaratando parte dos excedentes econômicos produzidos, não contam com as instituições e técnicas adequadas à capitalização e diferenciação do capital. Por isso, as tendências inovadoras esbarram em obstáculos rígidos que não se alteram pelo jogo político de cúpula. Sequer a estrutura de poder vigente possibilita a concretização do jogo democrático. (apud MOURA, p. 91)

As impressões que partem da realidade social imediata podem criar condições para a compreensão fragmentada dos fatos cotidianos, mas não é a simples captação empírica que cria o conhecimento sociológico. A produção de conhecimento em sociologia está subordinada as leis objetivas que regem o desenvolvimento social, portanto,

[...]. A relação entre o ser social e a consciência social estabelece o nexo causal do conhecimento de todos os fatos, processos e fenômenos que se observam na vida social. Da compreensão de que o ser social é o fundamental e a consciência social a sua consequência, nasce a possibilidade do conhecimento científico para o sociólogo. (MOURA, 1978, p. 93)

O problema do conhecimento sociológico reside em criar a unidade entre as relações do homem (sujeito humano coletivo) com a Natureza e com os outros homens em termos de classe. Uma ultrapassagem do *senso comum* que expressa as relações sociais como a síntese lógica e histórica dos processos produtivos. Ou ainda, uma *práxis social* na sua unidade dialética, fundamentada teoricamente e enriquecida “no próprio processo de procurar analisar e interpretar, mas especialmente transformar a realidade através da ação. (ibid., p. 97)

A autoconsciência emergente (conhecimento) não é um processo espontâneo que surge por automatismo na classe operária (como classe em si),

[...], mas se conjuga e subordina ao domínio das categorias teóricas por parte do analista, do cientista social dinâmico/radical. Após isto é que essas – elas, sim reflexas da realidade social analisada – são *injetadas* naquela classe social cujos interesses objetivos aquelas conclusões expressam no nível subjetivo (de consciência) porque coincidem com o processo de desenvolvimento social; porque há coincidência entre a posição do proletariado como classe e a autoconsciência social global. (ibid., p. 98)

A sociologia da práxis é *de classe*, pois engloba os interesses fundamentais de uma classe e ao mesmo tempo é *científica*, porque os interesses dessa classe coincidem com o processo objetivo do desenvolvimento social. O processo objetivo do desenvolvimento social é impulsionado pelas forças ativas da sociedade, que à princípio parecem sem sentido. Mas, ao serem interpretadas pelo método apropriado são compreendidas em suas ações, tendências e efeitos. E podem então ser dominadas para a consecução dos objetivos de transformação social.

[...], o processo de tomada de auto-consciência social – ou seja, o conhecimento das leis sociológicas gerais – leva a que os homens possam atuar sobre a sociedade de modo prático. O conhecimento das leis objetivas que regem a realidade social permite que seja possível ao homem dirigir a sociedade de acordo com elas. [...]. Daí a possibilidade de os homens poderem dominar as leis sociológicas gerais (e não aboli-las como se poderá pensar enganosamente) em termos de leis de funcionamento a prazo médio ou curto, [...], ou seja, através da planificação da sociedade de acordo com as mesmas. [...]. (MOURA, 1978, p. 100)

E recorre a Engels, para evidenciar que a autoconsciência não pode surgir espontaneamente na classe que tem o papel histórico revolucionário por um ato de vontade e sim, pela consciência de sua posição objetiva no sistema de estratificação social de transformar a social.

[...], pela primeira vez (o homem) começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz. As causas sociais postas por ele em ação principiam a produzir acentuada e crescentemente os efeitos desejados. A humanidade passa do mundo da necessidade para o reino da liberdade. É a missão histórica do proletariado moderno. É a realização deste fato que libertará o mundo. O socialismo científico – expressão teórica do movimento proletário – é chamado a investigar as condições históricas deste fato, e com elas, o seu caráter, infundindo destarte, na classe hoje oprimida, e que é obrigada a lutar por sua emancipação e pela do mundo, a consciência das condições e do caráter da própria luta. (ENGELS apud MOURA, 1978, p. 100)

A categoria práxis dinâmico/radical como categoria sociológica, trata-se da “atuação política que emerge como decorrência de necessidades sociais maduras e indeclináveis por julgamentos de valor que são apenas racionalizações que coonestam a atual ordem social” (Moura, 1978, p. 101).

Moura, como Lefebvre, distingue o marxismo como uma sociologia científica com consequências políticas. Uma concepção de mundo que participa ativamente nos processos de aquisição de consciência de classe *para si*.

[...] o marxismo aparece como uma expressão da vida social prática, no seu conjunto, no seu movimento histórico, com os seus problemas e as suas contradições, incluindo, pois, a possibilidade de *superar* a atual estrutura. As proposições concernentes à ação política, ligam-se de modo franco e racional às proposições gerais. Trata-se de teoremas políticos subordinados a um conhecimento racional da realidade social, logo uma ciência. [...]. (apud MOURA, p. 107)

A luta de classes é parte constitutiva da sociedade e o Estado como órgão da classe dominante usa todo o seu aparato coercitivo e consensual para reprimir e barrar os conflitos decorrentes do antagonismo básico. Daí que “a violência política que parte das classes em *devir* é a parteira de toda nova sociedade.” E cabe aos sociólogos estudar o sentido e o conteúdo dessa violência e as organizações que a dinamizam. (Moura, 1978, p. 109)

As organizações políticas dinâmico/radicais são aquelas que podem apresentar uma visão global e, por isto, direcional os rasgos fundamentais de uma nova ordenação social, que ao superar a atual, solucionará ao mesmo tempo esses problemas. O cientista social tem de ser, portanto, um político no seu sentido essencial. Político porque somente através da *práxis* política age experimentalmente como sociólogo e é através dessa *práxis* que ele testa as teorias sociais. (ibid., p. 110)

A *práxis* política como sociologia aplicada desempenha um papel determinante na emergência da nova ordem social em processo. No entanto, Moura atenta para o fato de que no materialismo o critério prático tem um sentido mais amplo do que o mero pragmatismo.

[...], a *práxis* política e as suas categorias teóricas são reflexas da *práxis* social global. Essas categorias trilham o caminho do desenvolvimento de uma *formação econômico-social* e somente deixam de ser elementos alienadores para se transformarem em dinamizadores quando refletem a essência dessa *práxis* social, suas relações de trabalho fundamentais; somente depois de esgotar todos os seus elementos dinâmicos uma *formação econômico-social* se modifica, é substituída por outra. Enquanto ela não se esgota, ou seja, quando a harmonia entre as forças produtivas e as relações de produção presidem o seu desenvolvimento, ela avança no sentido de uma maior complexidade econômica e riqueza social. Mas, quando a harmonia deixa de estar presente e se transforma em contradição, todos os elementos gradualistas que operavam na sua estrutura como mecanismos progressistas do desenvolvimento global deixam de exercer função dinâmica transformando-se em entraves ao restabelecimento dessa harmonia em grau superior. Em outras palavras: as *reformas* passam a funcionar como válvulas de escape capazes de atenuar as tensões permanentes que surgem dessa desarmonia, de acordo com os interesses materiais e sociais da classe dominante e seus desejos e configurações subjetivas. (MOURA, 1978, p. 116)

A posição epistemológica fundamental é a *práxis* humana como objeto de estudo sociológico é dinâmica. “A própria metodologia somente será válida se o

estudioso partir desta constatação inicial”, e a história é um processo, que se realiza no tempo através de contradições e por isso mesmo está sujeita à causalidade. (MOURA, 1978, p. 124)

Neste sentido, o historiador tem que fazer uma opção:

[...]: ou há de fato um processo histórico objetivo, sujeito a leis, e desta maneira o estudioso pode inferir conclusões para a aplicação empírica e sua coordenação a longo prazo, ou tem de aceitar a contingência (o acaso, as individualidades polarizadoras, as ideias motoras etc.) como os elementos que dão conteúdo ao processo histórico e aí o contingente deixará de sê-lo, pois se negará como contingência para ser o fator básico da História. Neste caso, a História se realizaria através de explosões imprevisíveis. Passaria a ser um conglomerado de fatos atomizados, desligados uns dos outros, de vez que cada um esgotaria os seus efeitos e ressonâncias em si mesmos e não no seu encadeamento diacrônico. E a História desapareceria como ciência. (ibid., p. 125)

Em termos de método, a questão é descobrir o sentido objetivo, a essência dinâmica dos acontecimentos passados e suas implicações no presente. Não se trata, de uma racionalização de eventos que ocorreram no tempo sem nenhum sentido entre si.

[...]. Isto porque uma ideologia não é apenas um conjunto erudito, fechado, estabelecido por cima dos fatos, mas a própria relação que produz, de uma forma ou de outra, uma série de ideias explicadoras da dinâmica que a natureza e a sociedade onde o sujeito cognitivo está engastado proporciona. Desta forma, não há pensamento sem um suporte ideológico. O que existe é que muitas vezes a captação imediata, através das sensações, do mundo exterior produz um conjunto fragmentário, contraditório e confuso das ideias e de reações nela baseadas que, à primeira vista, parece surgir espontaneamente, de forma automática e por simples reflexo imediato (ibid., p. 126-127).

Em seu raciocínio Moura infere que a história tem uma dimensão diacrônica, que,

[...], implica na constatação de um processo e que esse processo do homem *sido e a-ser* é o escopo, o objetivo da história. Mas como pode o historiador – [...] – saber se a análise que procedeu dos elementos de que dispõe implica em *conhecimento* desse processo? Ora, para que haja uma coincidência ou um processo aproximativo entre o fato objetivo, histórico e a interpretação que lhe dá o estudioso, necessita-se de um instrumental de análise que consiga captar, na sua essência, através de categorias, esse processo. Um método autoconsciente de análise histórica. O método deverá refletir, portanto, na sua essência os elementos que constituem o vínculo dos diversos fatos e processos históricos no seu desenvolvimento contraditório e o pensamento do historiador (ibid., p. 127).

A História contém elementos valorativos, que se prendem a um esquema de raciocínio alinhado à dimensão concreta da vida social.

É verdade que o Homem confere *valores* aos objetos, fatos e fenômenos. Isto, porém, não quer dizer que esses objetos, fatos e fenômenos só passaram a ter conteúdo, essência, após tê-la recebido de fora para dentro, injetada pelo analista que lhe conferiu determinado *valor*. Não. O inverso é que é verdadeiro. Os objetos, fatos e fenômenos possuem propriedades que lhe são inerentes, atributos que lhes são específicos. Ao descobrir essas propriedades e esses atributos inerentes aos objetos, fatos e fenômenos é que o ser raciocinante confere *valor* aos mesmos (MOURA, 1978, p. 128).

Eis a alienação que afasta o homem de conhecer um fato, ao atribuir-lhe previamente um valor.

Os *valores*, portanto, são conceitos que se interpõem entre o mundo objetivo e o grau de conhecimento que um grupo social ou classe possui do mesmo. Daí eles não serem fixos porque o *conhecimento*, ao penetrar cada vez mais na essência de cada fenômeno específico modifica-os. Em outras palavras: os *valores* são representações objetivas de um determinado grau a que chegou o processo de conhecimento. A prática ao influir sobre o mundo exterior e ao exigir a conceituação abstrata desse processo dialético emergente atua sobre os *valores* existentes e ao mesmo tempo os transforma. A *práxis* é, portanto, o elemento que testa os *valores* e ao mesmo tempo modifica-os reaproximando-os cada vez mais da sua essência (ibid., p. 128).

Contudo,

[...] a *práxis* social é contraditória. Determinados grupos sociais, classes ou estamentos atuam com um objetivo; outros procuram objetivos diferentes e muitas vezes conflitantes. Desta forma, a História reflete nas suas categorias e no seu embasamento lógico esse processo dicotômico. [...] os *valores* são divergentes ou antagônicos. Esse antagonismo manifesta-se em teorias que são frutos do processo contraditório através do qual a História se realiza (ibid., p. 128).

A sociologia posta em questão demarca uma inflexão na obra de Moura, pois ao mesmo tempo em que remete à suas concepções anteriores fundamenta o uso das categorias marxistas nos trabalhos seguintes. A reflexão sobre valor e categoria, por exemplo, porque, os conceitos, as categorias trabalhadas pela ciência histórica são abstrações criadas pelo pensamento humano, são instrumentais analíticos. E tem eficiência prática não quando são arbitrariamente estabelecidas, mas quando captam o nexos aproximativo mais concreto entre o conhecimento histórico de determinada época e a realidade.

4.4 Sociologia do Negro Brasileiro – a práxis negra e a dinâmica dos movimentos negros no pós-abolição

Na década de 1980, Moura se aproxima de setores do Movimento Negro, sobretudo o Movimento Negro Unificado (MNU)⁷⁰ e neste período publica *Quilombos e a rebelião negra* (1981); *Brasil: as raízes do protesto negro* (1983); *A imprensa negra* (1984); *Quilombos: resistência ao escravismo* (1987).

Sociologia do negro brasileiro (1988a) sintetiza de forma bastante acessível os estudos de Moura sobre a situação e as perspectivas do problema do negro no Brasil. Na primeira parte Teorias à procura de uma prática são apresentados criticamente diversas abordagens tradicionais sobre a situação do negro: o caráter reflexo dos estudos sobre o negro que repetem imagens estereotipadas, as teorias de sincretismo, assimilação, acomodação, aculturação, miscigenação e democracia racial. E apresenta duas categorizações para análise das relações raciais numa sociedade de classes: grupos específicos e grupos diferenciados.

Na segunda parte: A dinâmica negra e o racismo branco resgata as resistências negras nos diferentes contextos sócio-históricos salientando o caráter dinâmico desta inserção do negro na sociedade brasileira tanto no período da escravidão, como na sociedade de classes.

Moura discute a solução do problema racial e social brasileiro em dois níveis: teórico e metodológico (histórico dialético). A partir de uma crítica epistemológica aos trabalhos de cientistas tradicionais sobre a situação do negro na sociedade brasileira aborda a ciência social como ferramenta da prática social. Neste sentido evoca que o

⁷⁰ Em 1978 a morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, sob tortura, em uma delegacia de polícia e o impedimento do acesso de quatro atletas negros a um clube em São Paulo suscitaram a convocação e realização de ato público contra o racismo, a discriminação racial e a opressão policial, no dia 07 de julho nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Este ato marcou o lançamento do Movimento Unificado Contra Discriminação Racial (MUCDR) que posteriormente foi organizado em nível nacional como Movimento Negro Unificado (MNU). Para mais informações sobre o MNU: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco zero, 1982; HANCHARD, M. G. Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001; PEREIRA, A. M.; SILVA, J. da (orgs.). O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. PEREIRA, A. A. O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

enfoque de alguns autores contemporâneos está estruturando uma *sociologia do e para o negro no Brasil* diferente dos períodos anteriores cujo mote era uma sociologia sobre o negro brasileiro.

[...], não quero que exista uma sociologia negra no Brasil, mas que os cientistas sociais tenham uma visão que enfoque os problemas étnicos do Brasil a partir do negro, porque, até agora, com poucas exceções, o que se vê é uma ciência social que procura abordar o problema através de uma pseudo-imparcialidade científica que significa apenas, um desprezo olímpico pelos valores humanos que estão imbricados na problemática que estudam. Não observam que os seus conceitos teoricamente corretos (dentro da estrutura conceitual da sociologia acadêmica) coloca-os de fora do problema, não penetram na sua essência, são anódinos, inúteis, desnecessários à solução do problema social e racial do negro e por isto mesmo são frutos de uma ciência sem práxis e que se esgota na ressonância que o autor desses trabalhos obtém no circuito acadêmico do qual faz parte (MOURA, 1988a, p. 10-11).

Coloca a análise do problema do negro como conflito em uma sociedade competitiva, de modo a fazer a ponte com as questões estruturais.

[...]. O problema do negro tem especificidades, particularidades e um nível de problemática muito mais profundo do que o do trabalhador branco. Mas, por outro lado, está a ele ligado porque não se poderá resolver o problema do negro, a sua discriminação, o preconceito contra ele, finalmente o racismo brasileiro, sem atentarmos que esse racismo não é epifenomênico, mas tem causas econômicas, sociais, históricas e ideológicas que alimentam seu dinamismo atual. Um negro diretor de uma multinacional é sociologicamente um *branco*. Terá de conservar a discriminação contra o negro na divisão do trabalho interno da empresa, terá de executar suas normas racistas, e com isto, deixar de pensar como negro explorado e discriminado e reproduzir no seu comportamento empresarial aquilo que um executivo branco faria. (ibid., p. 10)

A referências marxistas⁷¹ subsidiam a problematização da escravidão tendo como fundamento a categoria trabalho e o método histórico-dialético para compor uma visão diacrônica e dinâmica, o que possibilita no texto o cruzamento das lutas dos escravos com as da classe operária a partir da segunda metade do século XIX, na fase do escravismo tardio.

Este *gueto invisível* que faz do negro brasileiro ser apenas elemento consentido pela população *branca*, rica e dominante – cujas elaborações são também absorvidas pelo restante da população – é que deverá ser rompido se o Brasil não quiser

⁷¹ APÊNDICE I – Referências marxistas e marxianas citadas em: Sociologia do negro brasileiro.

continuar sendo uma nação inconclusa, como é até hoje, isto porque teima em rejeitar, como parte do seu *ser social*, a parcela mais importante para a sua construção.

O pensamento social encontra-se subordinado a uma estrutura dependente de tal forma que os conceitos utilizados acabam por fundamentar análises inferiorizadas de sua própria sociedade. E conforme Guerreiro Ramos citado por Moura,

À luz da sociologia científica, a sociologia do negro no Brasil é, ela mesma, um problema, um engano a desfazer, o que só poderá ser conseguido através de um trabalho de crítica e autocrítica. Sem crítica e autocrítica, aliás, não pode haver ciência. O espírito científico não se coaduna com a intolerância, não se coloca jamais em posição de sistemática irredutibilidade, mas, ao contrário, está sempre aberto, sempre disposto a rever posturas, no sentido de corrigi-las, naquilo em que se revelarem inadequadas à percepção exata dos fatos. A nossa sociologia do negro é, em larga margem, uma pseudomorfose, isto é uma visão carente de suportes existenciais genuínos, que oprime e dificulta mesmo a emergência, ou a indução da teoria objetiva dos fatos da vida nacional. (1988a, p. 20).

Por sua visão dialética do problema racial brasileiro o escravo é situado como ser socialmente inscrito numa determinada estrutura de opressão e não como simples componente de uma cultura diferente daquela dominante.

O que caracteriza fundamentalmente esse período da nossa história social é a luta do escravo contra o aparelho de Estado. E é, por um lado, exatamente este eixo contraditório e decisório para a mudança social que é subestimado pela maioria dos sociólogos e historiadores do Brasil, os quais se comprazem em descrever detalhes, em pesquisar minudências, exotismos, encontrar analogias, fugindo desta forma, à tentativa de se analisar de maneira abrangente e científica as características, os graus de importância social, econômica, cultural e política dessas lutas. Toda uma literatura de acomodação sobrepõe-se aos poucos cientistas sociais que abordam essa dicotomia básica, restituindo, com isto, ao negro escravo a sua postura de agente social dinâmico, não por haver criado a *riqueza comum*, mas exatamente pelo contrário: por haver criado mecanismos de resistência e negação ao tipo de sociedade na qual o criador dessa riqueza era alienado de todo o produto elaborado (MOURA, 1988a, p.22).

Aqui a categoria negação é ampliada em sua potencialidade de subverter a concepção de formação social e histórica que inclui o negro “positivamente” como a mão-de-obra que desenvolveu a nação. A importância do negro para o país foi justamente a sua negação do trabalho, como trabalho escravo.

Uma das estratégias de subversão histórica do papel dos escravizados foi a montagem do que Moura classifica como *aparelho ideológico de dominação* da sociedade escravista responsável pela criação de um pensamento racista que

consiste na caracterização do negro apartada de sua dimensão humana. Pensamento que se enraizou solidamente no imaginário de intelectuais e da sociedade em geral, mesmo com o fim da escravidão, conforme, por exemplo, a percepção de Oliveira Vianna sobre a formação social brasileira.

[...] a nossa civilização é obra exclusiva do homem branco. O negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor. Um e outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora da raça branca. (VIANNA apud MOURA, 1988a, p. 23)

A produção intelectual hegemônica, particularmente dos últimos anos do Império e nos anos 1910 e 1920 é caudatária de uma estrutura despótica e racista do Estado escravista e posteriormente, com a República, da manutenção da estrutura latifundiária.

Por estas razões sociais toda uma primeira geração romântica é uma geração cooptada pelo aparelho ideológico e burocrático do sistema escravista representado pelos diversos escalões do poder, terminado no Imperador. Gonçalves de Magalhães, introdutor oficialmente do romantismo poético, vai ser diplomata na Itália[...], Joaquim Manuel de Macedo será preceptor da família imperial; Gonçalves Dias vive pesquisando na Europa às expensas de D. Pedro II durante muitos anos; Manoel Antônio de Almeida com pouco mais de vinte anos é nomeado administrador da Tipografia Nacional[...], e José de Alencar, o maior ficcionista romântico (indigenista), será Ministro da Justiça em gabinete do Império. Toda essa ligação orgânica com o sistema irá determinar ou condicionar em graus maiores ou menores, o conteúdo dessa produção (MOURA, 1988a, p. 28).

A literatura orgânica ao sistema integra sua superestrutura ideológica como argamassa cultural que atravessa o período escravista e adentra na sociedade de capitalismo dependente de sua origem até a atualidade. Como exceção nos 1920 as obras de Lima Barreto que ressignificam o negro como ser humano na sua individualidade. E apenas a partir dos anos 1930 Moura identifica um avanço no imaginário dos escritores brasileiros em relação ao negro. Contudo, considera que,

[...] a dívida dos nossos intelectuais e romancistas em particular, para com o negro ainda não foi resgatada. A consciência crítica dos nossos intelectuais em relação ao problema étnico do Brasil em geral, e do negro, no particular, ainda não se cristalizou em nível de uma reformulação das categorias ideológicas e estéticas com as quais manipulam a sua imaginação. Ainda são muito europeus, *brancos*, o que vale dizer colonizados. (ibid., p. 29)

No âmbito das formulações teóricas sobre as relações raciais no país, Moura destaca as pesquisas do projeto Unesco⁷², como um novo ciclo de enfoques, que possibilitou a contestação das explicações a partir dos conceitos de acomodação, assimilação e aculturação e por desdobramentos a própria ideia de democracia racial. Isso porque, os resultados constataram, “que o brasileiro é altamente preconceituoso e o mito da *democracia racial* é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível das relações interétnicas.” (Moura, 1988a, p. 30).

Ficou comprovado cientificamente, e com o financiamento de um órgão internacional que a falsa democracia racial funcionava ao mesmo tempo como barragem à mobilidade social da população negra e como inibidor de reivindicações contra o racismo. A divulgação dos seus resultados provocou a necessidade de uma reordenação teórica e metodológica por parte de alguns cientistas sociais⁷³.

[...]. Desse momento de reflexão surgem várias entidades negras de reivindicação, não apenas pesquisando dentro de simples parâmetros acadêmicos, mas complementando-os com uma práxis atuante, levantando questões, analisando fatos, expondo e questionando problemas, e, finalmente, organizando o negro, através dessa reflexão crítica, para que os problemas étnicos sejam solucionados. É uma convergência tentada entre as categorias científicas e a práxis que vem caracterizar a última fase dos estudos sobre o negro. O negro como ser pensante e intelectual atuante articula uma ideologia na qual unem-se a ciência e a consciência. (ibid., p. 31)

Esta convergência entre as categorias científicas (conhecimento teórico) e a práxis (prática política) é o que alinhava as ideias presentes em Sociologia do negro brasileiro. A posição crítica aciona um processo de radical negação em relação ao que foi produzido sobre o negro como objeto ao mesmo tempo que incorpora a sua

⁷²A Escola Paulista de Sociologia e o desenvolvimento dos estudos do Projeto UNESCO no Brasil: Costa Pinto e o negro no Rio de Janeiro; Oracy Nogueira e o preconceito de marca; Florestan Fernandes e Roger Bastide: as relações raciais entre brancos e negros em São Paulo; Florestan Fernandes: revolução burguesa e relações étnico-raciais no Brasil

⁷³ Moura destaca particularmente as produções de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Emília Viotti da Costa, L.A. Costa Pinto, Clóvis Moura, Jacob Gorender, Lana Lage da Gama Lima, Luís Luna, Décio Freitas, Oracy Nogueira, Joel Rufino dos Santos, Carlos A. Hasenbalg, como intelectuais cuja preocupação não estava restrita ao tema na sua dimensão acadêmica, mas também com os problemas étnicos emergentes da sociedade brasileira e os possíveis conflitos raciais daí decorrentes, se apropriando de forma concomitante de uma revisão do passado escravista e do presente racial, social e cultural das populações negras do Brasil. (p. 31)

atuação como sujeito ativo no processo de produção do conhecimento e na transformação da realidade.

Podemos supor, por isto, dois caminhos diferentes que surgirão a partir da encruzilhada atual. Um se desenvolverá à proporção que a luta dos negros e demais segmentos, grupos e/ou classes interessados na reformulação radical da sociedade brasileira se dinamizarem política, social e cientificamente. Do outro lado, continuará a posição acadêmica, cada vez mais distanciada da prática, sofisticada e anódina. (ibid., p. 32)

Os estudos sobre as relações étnico-raciais no Brasil são insuficientes se apenas considerarem conceitos importados. Quaisquer estudos sobre os processos interativos entre diferentes grupos étnicos precisam considerar a posição estrutural que ocupam, caso contrário haverá uma compreensão parcial do problema, acarretada pelo vácuo reflexivo sobre as relações de poder envolvidas.

A problemática teórica para Moura reside em situar o modo de produção no qual os contatos sociais ocorrem para então captar os processos particulares da dinâmica social. Nesse sentido empreende uma reflexão epistemológica crítica sobre a antropologia colonialista (etnologia) e os conceitos de sincretismo, acomodação e aculturação, especialmente quando aplicados em uma sociedade poliétnica e dividida em classes com interesses antagônicos.

A revisão desses conceitos tão caros a uma certa ciência social colonizadora, usada pelo colonizado, remete-nos à própria origem da antropologia e à sua função inicial de municionadora do sistema colonial, à atividade prática que exerceu no sentido de *racionalizar* o colonialismo e à necessidade de uma reavaliação crítica do seu significado no conjunto das ciências sociais. A sua posição eurocêntrica e umbilicalmente ligada à expansão do sistema colonial deixou, como não podia deixar de ser, uma herança ideológica que permeia e se manifesta em uma série de conceitos básicos, até hoje usados pelos antropólogos em nível significativo. (MOURA, 1988a, p. 35)

O sincretismo trata da assimilação dos referenciais culturais de uma sociedade definida como superior pela sociedade tida como inferior. É uma perspectiva que não vê o sentido inverso, além de atribuir hierarquias de superioridade e inferioridade aos diferentes elementos culturais, como, por exemplo, a religião. O critério de análise é valorativo, mas costuma se reivindicar como neutro.

O critério crítico de análise considera que “em determinado contexto social concreto [existem] religiões dominadoras e dominadas”. A construção social do

conceito de sincretismo ao incluir um julgamento de valor entre as religiões como superiores e inferiores reproduz a estrutura social de dominadores e dominados.

O sincrético[...], somente é analisado a partir da *inferioridade* das religiões do dominado, razão pela qual a ótica analítica sempre parte daquilo que se incorporou ao espaço religioso do dominado, porém nunca, ou quase nunca, daquilo que o dominado incorporou e modificou no espaço do dominador (ibid., p. 40).

Essa inversão do caminho sincrético leva a questionamentos sobre a validade teórica do conceito de assimilação.

Como vemos, há uma axiologia implícita, subjacente, nesta forma de analisar-se o contato entre os dois universos religiosos: religiões africanas e afro-brasileira e cristãs, especialmente católica. A assimilação seguirá apenas um caminho, não havendo possibilidade de um processo inverso? A esta possibilidade reage institucionalmente a religião dominadora, criando sanções contra essa contaminação à sua “pureza” (MOURA, 1988a, p. 40).

Segundo Moura, a convergência sincrônica das variadas formações teóricas é no sentido de concluir que “depois de um período de acomodação (período de resistência, portanto, pois a *acomodação* pressupõe a consciência pelo menos parcial do conflito) o processo deverá desembocar fatalmente na *assimilação*” (p. 41). Assim, centra a análise na conotação política do conceito de assimilação, como componente ideológico de uma política assimilacionista imposta pelos processos civilizatórios a que foram submetidas as populações subordinadas. E ressalta a articulação entre cultura, economia e política nos termos de Amílcar Cabral⁷⁴:

É, por exemplo, o caso da pretensa teoria da assimilação progressiva das populações nativas, que não passa de tentativa, mais ou menos violenta, de negar a cultura do povo em questão. O nítido fracasso desta “teoria”, posta em prática por algumas potências coloniais, entre as quais Portugal, é a prova mais evidente de sua inviabilidade, senão mesmo do seu caráter desumano [...]. Estes fatos dão bem a medida do drama do domínio estrangeiro perante a realidade cultural do povo dominado. Demonstram igualmente a íntima ligação, de dependência e reciprocidade, que existe entre o *fato cultural* e o *fato econômico* (político) no comportamento das sociedades humanas [...]. O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no fato de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. Fruto da história de um povo, a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes. (CABRAL apud MOURA, 1988a, p. 42)

⁷⁴ CABRAL, Amílcar. A arma da teoria. In: _____. Obras escolhidas. Lisboa: Seara Nova, 1978. 2 v.v.1, p. 223.

Para Moura a religião do escravizador, no caso concreto analisado, o catolicismo, era parte do mecanismo de dominação instituído, no nível ideológico, mas também como partícipe estrutural no sistema escravista.

Na esteira dos processos de sincretismo e assimilação há também um esvaziamento do caráter dinâmico (político e econômico) da cultura subordinada no sentido de remeter a sua resistência como não assimilação.

[...]. Tomando-se como perspectiva de análise uma visão alienada do problema, a conclusão que tira é de que, de fato, essas religiões fetichistas existentes, devem ser incorporadas às civilizadas e os seus membros ou grupos não assimilados, transformados em *quistos exóticos*, em *reservas* religiosas que não mais representam os padrões da cultura que foi e está sendo elaborada: a *cultura nacional*. Folclorizam-se, então, esses cultos religiosos não assimilados e eles são apresentados e/ou estudados como representantes de religiões enlatadas, resquícios do passado, fósseis religiosos sem nenhuma função dinâmica no presente. (MOURA, 1988a, p. 43)

O conceito de aculturação costuma ser utilizado para explicar de forma abrangente o contato entre as culturas transmissoras de “civilização” e os povos dominados, apesar das limitações científicas do seu uso. Trata-se de uma manipulação conceitual criada para explicar de modo abrangente,

[...] as formas de contato permanente e as transformações de comportamento entre a população negra dominante (antes da Abolição, escrava; depois, marginalizada) e os grupos representativos da cultura dominante do ponto de vista econômico, social e, por extensão, cultural. (ibid., p. 45)

No processo de aculturação os mecanismos de dominação persistem na definição do que ou quem é superior ou inferior. E no caso do Brasil foi (é) bastante funcional para a construção de uma identidade nacional cuja formação sócio-histórica estaria baseada numa suposta incorporação democrática dos elementos de três diferentes culturas (africana, indígena e portuguesa).

Toda manipulação cultural objetivava a demonstrar como nesse contato cultural os povos dominados sofriam a influência dos dominadores e disto resultaria uma síntese na qual os dominados também transmitiriam parte dos seus padrões à dominadora que os incorporaria à sua estrutura cultural básica. Com isto, os povos *aculturados* seriam beneficiados. Era como se não houvesse contradições sociais estruturais que dificultassem e/ou impedissem que os padrões culturais de etnias ou povo dominado fossem institucionalizados pela sociedade dominadora. Isto é, que religião, indumentária, culinária, organização familiar deixassem de ser vistas como padrões pertencentes a minorias ou grupos dominados e passassem à posição de padrões dominantes. (ibid., p. 45)

O que ocorre é o contrário, pois o catolicismo e o protestantismo são as religiões dominantes. A indumentária que prevalece é a ocidental-europeia. A culinária africana é veiculada como *cozinha típica* ou *exótica*. E a organização familiar considerada válida é a família nuclear e não a família extensa.

O culturalismo exclui a historicidade do contato, não retratando, por isto, a situação histórico-estrutural em que cada cultura se encontra nesse processo. Desta forma não se pode destacar o conteúdo social do processo e não se consegue visualizar cientificamente quais são aquelas forças que proporcionam a dinâmica social e que, ao nosso ver, não têm nada a ver com os mecanismos do contato entre culturas. Para nós esse dinamismo não está nesse contato horizontal de traços e complexos de culturas, mas na posição vertical que os membros de cada cultura ocupam na estrutura social, ou seja, no sistema de propriedade. (ibid., p. 46)

Na perspectiva teórico-metodológica crítica não cabe o uso do conceito de aculturação para conhecer os mecanismos impulsionadores da dinâmica social, pois não tem validade como categoria histórica capaz de transformação estrutural da posição dos membros da cultura subalternizada.

[...]. Isto porque a estrutura social tem mecanismos diferentes daqueles que atuam no plano cultural. No caso específico do Brasil queremos dizer que enquanto se realizou intensa e continuamente o processo de aculturação, pouco se modificou no nível econômico, social e político a situação do negro portador das culturas africanas (MOURA, 1988a, p. 47).

Ou seja,

[...]: a aculturação não modifica as relações sociais e conseqüentemente as instituições fundamentais de uma estrutura social. Não modifica as relações de produção. No que diz respeito à sociedade brasileira, no seu relacionamento interétnico, podemos dizer que há um processo constante daquilo que se poderá chamar aculturação. Uma interação que leva a que muitos traços das culturas africanas e afro-brasileira realizem uma trajetória permanente de contato com a cultura dominante, aparecendo isto como uma realidade no cotidiano do brasileiro. No entanto, do ponto de vista histórico-estrutural, a nossa sociedade passou apenas por dois períodos básicos que foram: a) até 1888 uma sociedade escravista; b) de 1889 até hoje uma sociedade de capitalismo dependente (p. 47).

Tornar absoluto o processo aculturativo como dínamo da sociedade brasileira desemboca segundo Moura, diretamente na ideia de *democracia racial*.

Uma branca dançando em uma escola de samba com um negro não seria símbolo dessa democracia tão apregoada, via canais de aculturação? Nada mais lógico dentro desta ótica de análise da realidade. No entanto, socialmente, esses dois membros da escola de samba estão inseridos em uma escala de valores e de realidade social bem diferentes e em espaços sociais imensamente distantes. Simbolicamente, contudo, eles são

projetados como elementos que comprovam como, através da aculturação, chegamos a diluir os níveis de conflitos sociais existentes (p. 48).

Moura balizado pelo materialismo histórico-dialético afirma a irreabilidade da diluição dos níveis de conflito na sociedade brasileira,

A realidade demonstra o contrário. O modo de produção que existe no Brasil é o capitalismo dependente. As relações de produção determinam, em última instância, a estrutura básica da nossa sociedade, alocam no espaço social diversas classes e frações de classes que, por seu turno, são dinamizadas de acordo com o nível da luta de classes. (p.48)

Assim, a aceitação tácita da aculturação como explicação para a formação sócio-histórica brasileira atua como um reforço ideológico para “neutralizar a radicalização da população negra, de um lado, e de outro, mostrar-nos internacionalmente como a maior democracia racial do mundo” (MOURA, 1988a, p. 40).

Para Moura a premissa de compreensão do racismo na realidade brasileira está em visualizar a relação histórica entre negros e brancos, como um processo de choques entre duas classes, primeiro durante o escravismo na condição de senhores e escravos e no pós- Abolição, entre as classes dominantes e os segmentos negros marginalizados.

[...]. Geneticamente, as situações estruturais com níveis antagônicos determinam um comportamento repressivo dos dominadores, e em contrapartida, um comportamento defensivo e/ou ofensivo do dominado. Se, no plano da ordenação social, os senhores de escravos criaram uma ordem rigidamente dividida e hierarquizada em senhores e escravos, do ponto de vista do escravo há a organização de movimentos para desordenarem a estrutura, única forma de readquirirem a sua condição humana, do ponto de vista político, social e existencial. E um dos elementos aproveitados é exatamente a religião, que tem, a partir daí um significado religioso específico, mas também, um papel social e cultural dos mais relevantes nesse processo (MOURA, 1988a, p. 53).

Por esse motivo, as tentativas de desarticulação da unidade entre o mundo religioso do negro e a rebeldia do escravo. É o antagonismo emergente que gera o julgamento de inferiorização das religiões e de outros padrões das culturas africanas. Pois, à medida que o sistema escravista sentia os impactos provocados pelas resistências dos escravos, elaborava medidas coercitivas ou não para se resguardar.

Na sequência da passagem da escravidão para a mão-de-obra livre, o aparelho de dominação remanipula as ideologias de controle e as instituições de repressão dando-lhes uma funcionalidade dinâmica e instrumental.

Saímos então da mitologia do bom senhor e de toda a sua escala de simbolização do passado para a *democracia racial* atual, estabelecida pelas classes dominantes que substituíram a classe senhorial. Com isto, refina-se o aparelho, há uma remanipulação de certos valores secundários no julgamento do ex-escravo e do negro de um modo geral e, em nível de ideologia, as religiões afro-brasileiras passam a ser vistas como manifestação do passado escravista ou de grupos marginais que não tiveram condições de compreender o *progresso* e que, por esta razão, deverão ser apenas toleradas diante da nova realidade social cuja mudança elas não captaram por incapacidade de compreenderem o ritmo do progresso da mesma forma como não compreenderam as sutilezas do cristianismo. (ibid., p. 56)

A realidade conflitante é superposta pelas ideologias da assimilação, da aculturação e do embranquecimento que criam as condições de alienação sobre as relações raciais no país e na qual estão imersos de diferentes modos e níveis negros, brancos e a sociedade em geral.

Enquanto existirem classes em luta, o dominador procurará sempre, através do seu aparelho de dominação, destruir os pólos de resistência econômica, social, cultural e política dos dominados. No particular no Brasil, o trabalho dos candomblés, durante a escravidão e imediatamente após a Abolição, sempre foi visto como foco de perigo social e racial, criando-se, por isto, inúmeros estereótipos justificatórios contra o seu funcionamento. Como corolário de tudo isto, ao mesmo tempo em que essas estruturas dominantes montam todo um aparelho de peneiramento étnico, apregoam, através de seus órgãos de comunicação, que somos uma democracia racial, isto é, nos aproximam cada vez mais de uma religião dominante e de um modelo de homem que se aproximaria, também, cada vez mais, do branco europeu. E com isto a ideologia do colonizador sairia vitoriosa. (MOURA, 1988a, p. 56-57)

E na visão de Moura sobre as religiões em geral,

Somente em uma sociedade não-competitiva, as religiões, como superestruturas, terão possibilidades de se desenvolverem sem servirem de instrumento de dominação social, política e cultural. Todas elas, então, terão possibilidades iguais, não havendo, por isto, religiões superiores ou inferiores (dominadoras e dominadas), mas grupos organizacionais religiosos que praticarão em liberdade e pé de igualdade os seus cultos, cada um ocupando o seu próprio espaço na explicação sobrenatural do mundo, sem reproduzirem, na competição religiosa entre eles, a competição e os níveis de sujeição e dominação que a sociedade capitalista cria na terra. Com isto irão desaparecendo lentamente das sociedades por falta de função e necessidade para os homens. (ibid., p. 57)

A negação da identidade étnica pela afirmação da democracia racial é justificada por uma articulação ideológica positiva entre miscigenação e relações raciais e sociais democráticas. Com este procedimento a mobilidade vertical massiva das populações negras é travada por uma estrutura que tem o racismo como ordenador. São mecanismos ideológicos de barragem que utilizam o discurso da democracia racial, ao mesmo tempo em que, reforçam a dicotomia étnica a partir de

uma escala de valores cuja gradação é positivada na medida em que se aproxima do tipo branco e negativado na aproximação com o tipo negro⁷⁵.

A identidade e a consciência étnicas são, assim, penosamente escamoteadas pela grande maioria dos brasileiros ao se auto-analisarem, procurando sempre elementos de identificação com os símbolos étnicos da camada branca dominante. (ibid., p. 62)

[...], a nossa realidade étnica, ao contrário do que se diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade (MOURA, 1988a, p. 62).

Desse modo,

[...], a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificadores, usados pelos próprios não-brancos negros especialmente, que procuram esquecer ou substituir a concreta realidade por uma dolorosa e enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível dos símbolos criados pelo dominador (MOURA, 1988a, p. 64).

Moura ressalta algumas particularidades significativas da formação das classes sociais no Brasil, como a naturalização da substituição do negro por imigrantes justificada por uma não adaptação dos ex-escravizados ao modelo de trabalho assalariado. Essa naturalização teve como base a crença, por parte de alguns sociólogos de que acabada a escravidão, automaticamente os ex-escravizados iriam formar o proletariado das cidades, sendo linearmente absorvidos às novas classes. Contudo, o que ocorreu foi o contrário e,

[...], tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo, a imprensa anarquista que então circulava não refletia nenhuma simpatia ou desejo de união com os negros, mas, pelo contrário, chegava mesmo a estampar artigos nos quais era visível o preconceito racial. Como vemos, se, de um lado, os negros egressos das senzalas não eram incorporados a esse proletariado nascente, por automatismo, mas iriam compor a sua franja marginal, de outro, do ponto de vista ideológico, surgia, já como componente do comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de bargagem social apoiados no preconceito de cor. E esse racismo larvar passou a exercer um papel selecionador dentro do próprio proletariado. O negro e outras camadas não brancas não foram assim incorporados a esse proletariado incipiente,

⁷⁵ Como ilustrativo Moura se remete ao Censo demográfico de 1980 realizado pelo IBGE, no qual foram coletadas 136 cores. O autor também reporta os estudos de Marvin Harris que encontrou 492 diferentes termos de identificação racial no Brasil. Cf. HARRIS, M. Referencial ambiguity in the calculus of brazilian racial identity. In: NORMAN, E.; WHITTEN & SWED, J.F. (ed.) Afro-american antropology. New York: The Free Press, 1970. p. 75-86.

mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo dependente que substituiu o escravismo. (ibid., p. 65)

A solução teórica encontrada pelos cientistas sociais para a contradição foi recorrer a uma etnologização da história excluindo do seu universo de análise a estrutura rigidamente hierarquizada na qual os negros foram libertos. O desdobramento é uma escamoteação da realidade social e do sistema de valores discriminatórios, historicamente montados para conservação do sistema.

Neste processo complexo e ao mesmo tempo contraditório da passagem da escravidão para o trabalho livre, o negro é logrado socialmente e apresentado, sistematicamente, como sendo incapaz de trabalhar como assalariado. No entanto, durante o escravismo, o negro atuava satisfatória e eficientemente no setor manufatureiro e artesanal (ibid., p. 65).

Sobretudo no século XIX, com a crescente urbanização os escravos trabalhavam em diversas atividades artesanais e manufatureiras. Em São Paulo, por exemplo, dinamizavam a produção em diversificados ofícios que posteriormente foram ocupados pelos trabalhadores imigrantes⁷⁶.

Desse fato decorre que a homogeneização do trabalho escravo e a sua abordagem apenas no setor agrário escondem uma realidade urbana cujos dados demonstram tanto a diversidade laborativa dos escravizados, como a política de embranquecimento do trabalho formal no país.

Toda essa força de trabalho escrava, relativamente diversificada, integrada e estruturada em um sistema de produção, desarticulou-se, portanto, com a decomposição do modo de produção escravista: ou se marginaliza, ou se deteriora de forma parcial ou absoluta com a morte de grande parte dos escravos. Esses ourives, alfaiates, pedreiros, marceneiros, tanoeiros, metalúrgicos etc., ao tentarem se reordenar na sociedade capitalista emergente, são por um processo de peneiramento constante e estrategicamente bem manipulado, considerados como mão-de-obra não aproveitável e marginalizados. Surge, concomitantemente, o mito da incapacidade do negro para o trabalho, e, com isto, ao tempo em que se proclama a existência de uma democracia racial, apregoa-se, por um outro lado, a impossibilidade de se aproveitar esse enorme contingente de escravos. O preconceito de cor é assim dinamizado no contexto capitalista, os elementos não-brancos passam a ser estereotipados como indolentes, cachaceiros, não persistentes no trabalho e, em contrapartida, por extensão, apresenta-se o trabalhador branco como o modelo perseverante, honesto, de hábitos morigerados e tendências à poupança e à estabilidade no emprego. Elege-se o modelo branco como sendo o do trabalhador ideal e apela-se para uma política migratória sistemática e subvencionada, alegando-se a necessidade de se dinamizar a nossa economia através da importação de um

⁷⁶ Para ilustrar, Moura recorre aos dados do recenseamento de 1872, em São Paulo, sistematizados por Emília Viotti da Costa, em *Da senzala à colônia* (1966).

trabalhador superior do ponto de vista racial e cultural e capaz de suprir, com sua mão-de-obra, as necessidades da sociedade brasileira em expansão. [...] (MOURA, 1988a, p. 69).

A estrutura ocupacional no pós-Abolição é mediada pelos processos de diferenciação econômica da sociedade e pela diversificação da divisão do trabalho. Acompanhados por mecanismos reguladores do mercado de trabalho.

Em determinada fase da nossa história econômica houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Mas através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e os seus descendentes diretos predominassem. Tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, *nobre*, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não qualificado, braçal, *sujo* e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a abolição (ibid., p. 72).

O preconceito em relação aos negros no mercado de trabalho competitivo foi mantido, de acordo com Moura, por um conjunto de mecanismos ideológicos, inconscientes para a maioria e se reflete na inserção desigual que negros e brancos tem na estrutura ocupacional.

Na sua análise dos aspectos que conformam a ideologia do racismo no pós-Abolição Moura constata que para muitos militantes da campanha abolicionista eram também imigrantista e acreditavam que o caminho de progresso para Brasil era ser *branco e capitalista*. O movimento, nesse sentido, entende que extinção da escravidão não resolve o problema do desenvolvimento da nação. O que se coloca também em pauta é como melhorar a composição social do país, visto que os negros seriam inferiores, não apenas por suas próprias condições genéticas, mas por supostamente terem se embrutecido durante a escravização.

O auge do pensamento racista no Brasil (1880 a 1920) é também o período de expansionismo da economia cafeeira, o que contribuiu nas justificativas ideológicas de adensamento da importação de mão-de-obra branca europeia.

Desta dupla realidade (a expansão econômica da área cafeeira e a formação racista das elites brasileira) podemos ver que o que aconteceu não foi simplesmente uma ocupação de espaços de trabalho vazios por um imigrante que os vinha ocupar, mas sim a troca de um tipo de trabalhador por outro que era marginalizado antes de haver um plano para sua integração na nova fase de expansão. A ideologia racista atuou como mecanismo que, se não determinou, influenciou de forma quase absoluta nesse processo. Remanipulam-se dois estereótipos de barragem contra a integração do negro no mercado

de trabalho. Um refere-se ao seu passado: como escravo dócil. Outro ao seu presente: a sua ociosidade (MOURA, 1988a, p. 81).

E destaca que mesmo intelectuais respeitados, como Celso Furtado⁷⁷ não escaparam desta visão estereotipada sobre a massa trabalhadora nacional:

Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação lhe é praticamente estranha. Demais, seu *rudimentar desenvolvimento mental* limita extremamente suas “necessidades”. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação do seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência pelo escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio. [...] Podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia mais atrativo “comprar” o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente “para viver”. Dessa forma, uma das consequências diretas da Abolição, nas regiões em mais rápido desenvolvimento, foi reduzir-se o grau de utilização da força de trabalho [...]. Cabe tão somente lembrar que o *reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a Abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país* (FURTADO apud MOURA, 1988a, p. 82).

A escolha política do Estado brasileiro pela imigração foi justificada como única saída diante do suposto quadro de incapacidade dos trabalhadores negros. Outro argumento que usa o número relativamente pequeno de escravos libertados em 13 de maio de 1888 (cerca de setecentos mil) para corroborar a importação de trabalhadores oculta os milhares de ex-escravizados que já faziam parte da faixa de desocupados, pois a entrada de imigrantes foi adensada a partir de 1850 com a proibição do tráfico.

Com isto apagar-se-ia artificialmente do mapa demográfico nacional e do seu potencial de trabalho a grande parcela disponível de mão-de-obra que antecedia à Abolição. Em 1882 tínhamos nas províncias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro para 1.443.170 trabalhadores livres e 656.540 escravos, uma massa de desocupados de 2.822.583. Essa era a realidade no processo de decomposição do sistema escravista: tínhamos, portanto, uma população trabalhadora sem ocupação maior do que o total de imigrantes que chegaram ao Brasil de 1851 a 1900 [2.092. 847]. Mas tudo isso era posto de lado, sob a alegação do “ócio” nacional (MOURA, 1988a, p. 83).

Uma convergência de interesses ideológicos (branqueamento da nação) e econômicos (das empresas imigrantista) e políticos (manutenção das relações institucionais de poder) contribuíram para a construção do imaginário de superioridade

⁷⁷ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959. p. 166.

do trabalhador europeu sobre a força de trabalho nacional. Todavia, essa visão distorcia a realidade de que,

[...]. A qualidade do imigrante não era tão uniformemente superior como se propalava. Eles foram impostos muitas vezes sob restrição, inclusive dos fazendeiros. No que tange à população italiana, especialmente do Sul, as suas condições sociais e culturais não eram aquelas de superioridade comumente apresentadas. (p.87)

Moura apresenta alguns aspectos sobre as origens dos imigrantes italianos conforme pesquisa de José Arthur Rios⁷⁸, que não confirmam uma superioridade técnica que justificasse sua prioridade como força de trabalho no Brasil.

Os métodos de cultivo remontam, em sua maioria, ao Império Romano. O arado era primitivo, combinado, às vezes, com a *zappa*, espécie de enxada. O adubo praticamente desconhecido, o que forçava os camponeses a deixar porções de terra em pousio se não quisessem vê-las rapidamente esgotadas. As sementes eram mal escolhidas. Os cascos de bois faziam a debulha das espigas e o vento separava o joio do trigo. (RIOS apud MOURA, 1988a, p. 87-88)

Outro fator importante a ser considerado são os interesses do capitalismo mercantil no período do escravismo tardio, pois a imigração em massa subvencionada pelo Estado promoveu uma dinamização de empresas mercantis de recrutamento e transporte de trabalhadores do Velho Mundo. E conforme a sistematização de Verena Stolke⁷⁹:

Após 1884, em vez de coagir os trabalhadores diretamente o Estado procurou obter mão-de-obra barata e disciplinada para as fazendas, inundando o mercado de trabalhadores com imigrantes subvencionados. Em 1886, o governo provincial havia encontrado uma forma eficaz de fornecer subsídio integral aos imigrantes e o resultado foi praticamente imediato. Em maio de 1887, entre 60.000 e 70.000 imigrantes, agora predominantemente italianos, já haviam sido assentados nos estabelecimentos de São Paulo. Essa cifra excede a estimativa de 50.000 escravos que estavam sendo empregados nas fazendas cafeeiras paulistas em 1885. (STOLKE apud MOURA, 1988a, p. 91)

Moura a partir das reflexões sobre as resistências negras no período escravista e no pós- Abolição apresenta duas categorizações: grupos *específicos* e grupos *diferenciados*.

[...], para chegarmos às categorias de grupos *específicos* e *diferenciados*, através dos quais desenvolveremos o nosso esquema metodológico,

⁷⁸ RIOS, J.A. *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1959. p. 12.

⁷⁹ STOLKE, V. *Cafeicultura – homens, mulheres e capital (1850-1981)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 40.

começaremos no nível teórico, a manipular com dois termos da dialética materialista, derivados do conceito de classe social: os termos classe *em si* e *para si*. (p. 109)

Essa possibilidade de analisar a classe desde a sua formação e emergência,

[...], quando ela é apenas objeto na estrutura social, até a fase mais plena de sua afirmação na sociedade, quando adquire consciência de que existe e somente em confronto e fricção com outras que se comprimem no espaço social pode reconhecer-se como *específica*, isto é, com objetivos próprios e independentes. (p. 110)

Ao reconhecer-se como *específica* uma classe cria valores parciais próprios para a manutenção dessa especificidade e elaboração de uma ideologia dinamizadora de seus movimentos no interior da sociedade.

Assim como a classe fundamental em desenvolvimento cria uma ideologia abrangente e dinâmica, os demais segmentos ou grupos sociais que se encontram na mesma posição de antagonismo em relação à infraestrutura também criam valores com os quais se resguardam parcialmente do sistema tradicional que os oprime. Formam-se em consequência, grupos específicos de resistência que, dentro de uma sociedade contraditória e conflitante, procura, nos diversos níveis e de diversas maneiras, organizar-se para sobreviver e garantir-se contra o processo de compressão e peneiramento econômico, social e cultural que as classes dominantes lhes impõem. (p. 110)

Por outra via ocorreu que,

No Brasil, desde o início da escravidão que os negros africanos, transformados em escravos, começaram a organizar-se para sobreviverem e manterem os seus padrões tribais e culturas que a escravidão tentava destruir permanentemente. Desde os navios negreiros que eles aproveitando-se das organizações iniciáticas na África em grande número, procuravam reencontrar a sua condição humana. Mas o sistema escravista, como um todo compacto e fechado, não permitia que o escravo adquirisse consciência da sua situação social, fato que o impedia de formular uma ideologia capaz de desaliená-lo completamente. Por isto mesmo, começa a organizar grupos tópicos de diversos conteúdos para reencontrar-se como ser. (p. 111)

Moura afirma que os grupos sociais negros corresponderam às instituições paralelas e antagônicas à ideologia dominante. Sendo o *associativismo negro* uma tendência demandada por sua própria condição na sociedade e que perpetuou mesmo após a escravidão. Esta forma de defesa criou anteparos sociais, primeiro contra a brutalidade do cativo e depois para sobreviver à marginalização. Nesses termos, o ajuntamento negro é uma resistência política ao individualismo subjacente ao sistema.

[...]. Esses *grupos específicos* pontilharam toda a trajetória da existência do negro brasileiro. Querer negar isto, a título de justificar-se a escravidão brasileira como “benigna” [...] e a atual situação do negro como de integrado

na sociedade de capitalismo dependente atual, é querer-se escamotear a realidade social, através de sofismas já bastante desmascarados. (p. 112)

Identifica como principais tipos de *grupos específicos* negros no período escravista: lazer, religiosos, sociais, econômicos, de resistência armada, musicais, culturais, intercruzados exemplificados em quilombos, clubes conspirativos, candomblés, batuques, irmandades religiosas, festas de reis do Congo, caixas de alforrias, cantos, grupos de capoeira etc. Com a Abolição os negros mantiveram uma dinâmica organizacional representada em: confrarias religiosas, associações recreativas, culturais e esportivas, centros de religiões afro-brasileiras ou populares, candomblés, terreiros de macumba, xangôs, centros de umbanda/quimbanda, pajelanças, escolas de samba, grupos teatrais ou políticos (Frente Negra, Comitê Democrático Afro-Brasileiro, Teatro Experimental do Negro, Teatro Popular Brasileiro) e os diversos órgãos da imprensa negra, especialmente em São Paulo.

Sobre as explicações analógicas que tendem a criar uma relação direta entre o problema do negro no Brasil e as origens africanas Moura tem acordo com Costa Pinto⁸⁰ em sua afirmação de que,

[...]. Acontece assim que, muitas vezes, os produtos das relações de raças – tudo isto que se estuda no capítulo da aculturação, assimilação, acomodação etc. – desempenham dentro da configuração total muito mais uma função de mascarar a natureza real das relações concretas de que historicamente resultam. Inadvertido disto é que o bom senso de muitos desconcerta-se vendo apresentado como “acomodação”, o que é fruto evidente de uma situação de conflito. (COSTA PINTO apud MOURA, 1988a, p. 114)

Neste sentido, enfatiza um esquema metodológico inclusivo dos fatos e processo relevantes da situação racial no Brasil,

[...], tomando o *social* como fundamental e o *cultural* como condicionado e decorrente [o que], levaria inevitavelmente a investigar problemas como a marginalização do negro, o seu comportamento nas favelas, mocambos, cortiços e alagados; a situação dos grupos negros em relação às possibilidades de mobilidade social vertical massiva; as ideologias *brancas* e formas de barragem contra eles; sua situação diante da sociedade inclusiva a partir do fim da escravidão; o aproveitamento de traços culturais africanos como elementos funcionais para que o negro não caísse em estado de anomia total; os movimentos de fricção de diversos grupos negros pauperizados, que procuram abrir o leque das oportunidades na sociedade chamada branca, e outros assuntos relevantes, ficam adstritos a pesquisas e microanálises formais, de detalhes do seu mundo religioso, separado do contexto social em que eles se manifestaram e/ou manifestam. (p. 115)

⁸⁰ COSTA PINTO, L.A. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo: Nacional, 1953. p. 33.

Na continuidade da exposição do seu esquema metodológico Moura analisa o conteúdo, trajetória, limitações e ciclo evolutivo dos *grupos específicos* e dos *grupos diferenciados*, bem como a perda total ou parcial dos seus elementos de dinamismo intragrupal, quando absorvidos ou adaptados à sociedade global.

Para construir as categorias de grupos *específicos* e *diferenciados* Moura remonta ao escravismo, onde os grupos sociais *específicos* negros foram criados pelos escravos durante todo o transcurso do regime. Contudo,

Um *grupo diferenciado*, numa sociedade de classes, é uma unidade organizacional que, por uma constelação de racionalizações é diferenciado por outros. Constitui um grupo que por uma determinada *marca*, é visto pela sociedade competitiva. O *grupo diferenciado* é identificado. O *grupo específico* se identifica. (p. 117)

No aspecto metodológico Moura insiste que o cientista social fuja de estereótipos generalizadores e interpretações simplistas. E que labore com a realidade concreta.

[...], o estudioso deverá ter a máxima cautela para não determinar antecipadamente onde se pode enquadrar um grupo ou segmento, mas deve antes, recolher todo o material possível e disponível para, em seguida, fazer o levantamento sistemático dos elementos empíricos à sua disposição para – somente à partir daí – ver o grau de aproximação do mesmo com o modelo de um grupo *diferenciado* ou *específico*. Essa dicotomia metodológica poderá ser, por sua vez, subdividida, de acordo com o grau de *especificidade* ou *diferenciação* de cada grupo em: a) parcial; b) total. (p. 119)

Moura se refere a uma dicotomia metodológica entre as categorias grupos *diferenciados* e *específicos*, mas atenta para o seu carácter dialético e para o fato de que,

Ela somente existe (pelo menos com o sentido de rejeição de um dos grupos) em uma sociedade de classes e como unidade contraditória de uma realidade conflitante. Isto é o que explica porque os negros e mestiços pobres no Brasil – englobados genericamente pelas classes dominantes como *negros* – continuam se organizando em grupos específicos para resistirem às forças desintegrativas que atuam contra eles. (p. 120)

Os problemas de pesquisa levantados por Moura a partir de uma abordagem histórico-dialética das relações raciais remetem no particular ao negro e no quadro geral sobre as especificidades da classe trabalhadora brasileira. Ou ainda como pensar a categoria classe no Brasil a partir das singularidades da formação nacional

num contexto de expansão universal do capital e de sua transição para uma forma monopolista?

A questão da formação da classe no país está imbricada com o resgate e a significação do praxismo negro. E como tema de investigação sua fragmentação só poderá ser ultrapassada com a inclusão de fatos históricos que revelem o poder e capacidade de organização e agrupamento do segmento negro e seu potencial dinâmico no interior dos processos sociais.

4.5 Dialética Radical do Brasil Negro - Uma interpretação sociológica para a transformação das relações raciais e sociais

É no contexto das reformas neoliberais no país que Moura escreve esta obra síntese de seu pensamento. Nela estão presentes categorias de análise e referências marxistas⁸¹ recorrentes em seus trabalhos, porém, nota-se que o seu estudo minucioso da formação brasileira eleva as reflexões para um rico grau teórico-metodológico, pela forma como maneja a multiplicidade de determinações que envolvem esta realidade. Mas também orienta para uma ação prático-política, na medida em que representa a própria dialética radical das relações sociais no Brasil.

O texto sistematiza o modo de produção escravista no Brasil, em uma perspectiva de totalidade e caracterizado em duas fases distintas nos seus aspectos demográfico, social, econômico e cultural: escravismo pleno e escravismo tardio.

A primeira fase ascendente corresponde ao escravismo pleno de 1555 a 1850 (com a extinção do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queiroz que promove o estrangulamento da dinâmica demográfica). Estrutura o modo de produção escravista e configura o comportamento das duas classes fundamentais: senhores e escravos. *“Isto levará a que as demais camadas, segmentos ou grupos, direta ou indiretamente,*

⁸¹ APÊNDICE J – Referências marxistas e marxianas citadas em: Dialética radical do Brasil negro.

também tenham a sua conduta e seleção de valores subordinados a essa dicotomia básica” (Moura, 1994, p.15)

A segunda fase descendente vai de 1850 a 1888 e refere-se ao escravismo tardio. São dois períodos que se articulam, reestruturam e se desarticulam de acordo com suas dinâmicas específicas.

Na passagem do escravismo para o trabalho livre as contradições estruturais são as determinantes. A diferenciação ocupacional na composição da classe escrava e a heterogeneidade dos campos de trabalho refletem-se na sua conduta e em relação a sua condição social.

[...]. Não se pode ver cada escravo como uma unidade uniforme, destacada de cada contexto específico onde se encontrava no processo da divisão do trabalho. Quando dizemos que a contradição fundamental no regime escravista era a que existia entre senhores e escravos, isto se aplica de forma genérica e abrangente (teórica) e serve como indicador para se ficar sabendo quais as forças que impulsionaram o processo de dinâmica social. Isso não exclui a existência de grupos ou segmentos escravos que se mantiveram impassíveis, estáticos dentro dessa contradição (MOURA, 1994, p. 16).

No texto, estabelece uma crítica à tendência de intelectuais neoliberais em subestimar o conflito, analisar o escravo como ente abstrato e “dar mérito à acomodação [...]” vendo nisso uma estratégia de convivência pela via do consenso, questionando as ideias sobre negociação entre escravos e senhores.

[...] o escravo não era uma simples máquina (*coisa*) como queriam os seus senhores e certos sociólogos afirmam, com o que estamos de acordo. Mas para essa corrente de cientistas sociais neoliberais a *interioridade humana* do escravo não se manifestava através de revoltas ou atitudes divergentes, mas de acomodação. Com esta visão o escravismo se estabilizaria as contradições ficariam semi-anuladas por para-choques sociais num contexto de senhores e escravos estável ou relativamente estável e cheio de espaços neutros, nos quais os escravos poderiam viver com relativa estabilidade e os senhores com relativa segurança. Essas relações adaptativas e neutralizadoras das contradições inerentes ao sistema, atuariam assim, como um mecanismo moderador e gerador de uma psicologia de empatia que caracterizaria a essência do sistema. (ibid., p. 17)

A negociação para o escravo significava sempre desistir de suas condições humanas, por “*melhores condições de escravidão*”. Essa explicação baseada na generalização de um comportamento negociado costuma ser usada para explicar as particularidades do escravismo brasileiro, especialmente quando comparado ao dos Estados Unidos.

[...]. Que algum tipo de relacionamento alternativo entre escravos e senhores existiu ninguém põe em dúvida, mas, se ele fosse típico e determinante da dinâmica entre as classes jamais o escravismo entraria em crise e seria substituído por outro modo de produção, pelo menos no prazo em que foi. Teria de ficar esperando as contradições externas para destruí-lo e isto não aconteceu, embora fatores exógenos também tenham contribuído perifericamente na sua última fase (MOURA, 1994, p.18).

O conflito é a categoria fundamental de análise e interpretação do escravismo no Brasil, como contradição estrutural. A conciliação, de caráter eventual é secundária e conjuntural. Assim, as causas da dinâmica social de um modo de produção e os mecanismos que o fizeram ser substituído por outro devem ser investigados nas contradições e conflitos e não nas áreas neutras e estáticas de conciliação do sistema. Do contrário, os detalhes passam a explicar o conjunto.

O eixo da dinâmica social desse período para pelo comportamento do escravo rebelde ou desquite e as medidas das autoridades para impedi-lo. Isto não quer dizer que todo escravo fosse um quilombola ou fugitivo. Em qualquer sociedade dividida em classes a consciência dos seus antagonismos não atinge a totalidade dos seus membros, nem seria isso possível. Quando voltamos a repetir que a dinâmica desse tipo de sociedade passa pelo antagonismo entre escravos e senhores queremos assinalar que toda a máquina ideológica, administrativa e militar estava montada objetivando manter o *equilíbrio social* e ele somente seria possível se houvesse uma estrutura de contenção capaz de mantê-la equilibrada. (MOURA, 1994, p. 20)

O estudo científico das relações sociais estabelecidas em um modo de produção na sua totalidade requer que sejam destacadas as relações mais importantes em comparação àquelas secundárias, para explicação dos mecanismos da dinâmica do escravismo. O “agente motor está justamente no oposto da harmonia e da cooperação, nas contradições que uma parte da classe produtora do valor se abstém dessa produção” (MOURA, 1994, p. 21).

Evidentemente são encontradas áreas nas quais as relações de frações de classes são pacíficas, neutras e até coloquiais. Elas possibilitam que o modo de produção possa funcionar e estabelecer um espaço no qual o trabalho possa ser realizado sem choques e com isso se justifique a sua existência no campo da segurança social e produtividade. Se todos os escravos fossem rebeldes o modo de produção escravista não teria existência, porque a produção seria impossível socialmente e um modo de produção só se justifica exatamente pela produção nele contida. (ibid.)

O fator de mudança e transformação social não é a inércia, como faz parecer a racionalização das relações escravistas efetuada por cientistas sociais que simplificam os processos contraditórios e as fases de um sistema que durou mais de trezentos anos e foi demarcado por significativas diferenças regionais.

O escravo é classe produtora de valor e por isso tem a potencialidade da negação do sistema de produção. O que é levado a fato pela sua parcela rebelde. “Ora, se todos os escravos fossem disciplinados, fizessem acordos, aceitassem a cultura da escravidão segundo os critérios de concessão do senhor, então como diria Marx, a história pararia.” (MOURA, 1994, p. 21)

Moura justifica a periodização temporal do escravismo em pleno (1550 – 1850) e tardio (1850 – 1888), pelo fato de que mesmo sem uma modificação estrutural nas relações de produção escravistas registra-se, a partir do final do primeiro período, modificações tangenciais e regionais importantes. São alterações relacionadas a composição de grupos e segmentos, o papel das camadas intermediárias livres e as resistências dos escravos como elementos que demarcam o nascimento, apogeu, decadência e decomposição desse modo de produção no Brasil.

O dinamismo da sociedade escravista exigia uma racionalidade interna para a manutenção de sua funcionalidade econômica, social e política através da elaboração e difusão de justificativas ideológicas. “Acontece que a racionalidade desse modo de produção não é a mesma do capitalismo, isto porque as leis econômicas que regem o funcionamento dos dois sistemas são específicas de cada um” (MOURA, 1994, p. 22).

Senhores e escravos compõem uma unidade, a totalidade sobre a qual se projeta a racionalidade do sistema. Assim, não se trata de analisar os comportamentos bons ou maus de seus agentes principais, mas de atentar, por um lado, para os valores sociais e instrumentos materiais mantenedores do equilíbrio do sistema (coerção extra-econômica, diferenciadas formas de opressão⁸²) e por outro, os fatores extralegais de desequilíbrio dessa racionalidade (resistências ativas e passivas contra a escravidão⁸³).

A dinâmica social do escravismo não está perceptível apenas nas relações fatuais, nos detalhes isolados, mas nas fricções que ocorrem em diversos níveis e

⁸² Castigos físicos variados, tronco, gargalheira, anjinho, açoite, prostituição forçada, desarticulação familiar, estupro, torturas, cristianização compulsória etc.

⁸³ Desobediências diversas, malandragem, assassinato de senhores e feitores, fuga individual e coletiva, guerrilha nas estradas, roubo, aquilombamento, insurreição urbana, suicídio, infanticídio do recém-nascido, abortos provocados, participação em movimentos rebeldes etc.

impulsiona o sistema internamente criando as condições objetivas e subjetivas para sua superação.

Muitos dos estudos, no entanto, partem de uma visão analógica mais do que comparativa do escravismo brasileiro em relação ao sistema ocorrido nos Estados Unidos.

[...]. A analogia, o fato analisado a partir de uma posição já aceita como matriz científica patenteada substitui a comparação *daqui para lá*, isenta de pressupostos estabelecidos [...] isto equivale dizer que esses julgamentos de valor implícitos na análise e conclusão do modo de produção escravista no Brasil deverão passar por uma reformulação profunda, quer teórica, quer metodológica para não continuarmos na posição de Polônio respondendo ao delírio de Hamlet.

Dentre as críticas presentes na Dialética Radical do Brasil Negro está a subordinação ideológica (que tem o eurocentrismo e o imperialismo como parâmetros) que influencia teoricamente as ciências sociais e humanas dos países do terceiro mundo. Um circuito fechado de pensamento difundido pelas instituições acadêmicas das nações hegemônicas e apropriado pelos cientistas que tomam como objetivo encontrar correspondências entre as realidades das matrizes e a realidade brasileira.

No bojo de resultados de pesquisa analógicos está, por exemplo, na discussão da última fase da escravidão no Brasil a referência ao escravo de ganho como sendo metade escravo, metade livre. Não avaliam como preponderante a condição do ser escravo, prendem-se à parcialidade da sua atividade e sua condição total na sociedade escravista.

A caracterização essencial do ser escravo não é a forma como ele é tratado pelos senhores, ou o tipo/condições em que realiza o trabalho. É não dispor livremente do seu corpo para atuar como agente produtor.

O trabalho assalariado, mesmo nas piores condições, mesmo que a mercadoria produzida não lhe pertença, ao imprimir nela o seu trabalho, criando valor, participa do mercado ao gastar o seu salário. “[...]. Já o escravo circulava como mercadoria, idêntica àquela a qual ele próprio produzia. E é nesse nível de relações econômicas que o escravo é socialmente *coisificado*” (MOURA, 1994, p. 25).

[...]. O seu trabalho não era recompensado e os alimentos que recebia, assim como as roupas, não eram pagamento, mas material suficiente para a manutenção da máquina e coloca-la em situação operacional. O escravo, por isto, podia até possuir alguns bens concedidos pelo senhor. O que ele não possuía nem podia ter era a posse do seu próprio corpo e a capacidade de trabalho que ele estava investido. (ibid.)

[...], para o traficante, o escravo é apenas mercadoria viva em estoque e como tal, todo o seu fluir é custo de manutenção quantificável pelo valor dos meios de subsistência. Em condições estáveis de mercado, deve desembaraçar-se dela. O senhor definitivo, ao contrário, deve utilizá-la imediatamente, a fim de que reproduza o capital investido e sua própria manutenção, trabalhando o resto do tempo gratuitamente. (SIMÕES apud MOURA, 1994, p. 26)

Avançando nesta direção Moura traz a seguinte citação de Marx,

[...], a propriedade sobre o negro não lhe parece obtida por meio da instituição da escravatura como tal, e sim pelo ato comercial de compra e venda. Mas não é a venda que cria esse direito, apenas o transfere. É necessário que o direito exista antes de poder transformar-se em objeto de venda. Uma venda não pode produzi-la nem uma série de venda, continuamente repetidas. Geraram esse direito as relações de produção. (apud MOURA, 1994, p. 26)

O que legaliza a posse do escravo são as relações de produção, pois “a propriedade sobre o escravo é absoluta. Se ele trabalha de *ganho* em atividade na qual há uma relação monetária ele (escravo) é *exterior* a essa transação, embora a realize materialmente”. Então, mesmo estando em local diferenciado na divisão do trabalho, continuam escravos como os outros.

O escravo não possui o corpo como livre instrumento de sua vontade. A subordinação absoluta a que está submetido advém-lhe da expropriação de qualquer propriedade. Expropriado dos meios de produção, não se torna livre proprietário natural de si mesmo para vender sua força em troca de salário [...]. Mas a propriedade de si mesmo é um atributo que impede ao expropriados, no modo de produção capitalista tornarem-se escravos. No escravagismo a expropriação torna o trabalhador escravo; no modo capitalista torna-o livre. (SIMÕES apud MOURA, 1994, p. 27)

A qualidade das relações entre o produtor de valor e o detentor dos meios de produção se inserem no quadro das relações escravistas, como uma das suas variáveis. Mas as condições favoráveis ou não em que ocorrem, não as destituem do seu caráter de exploração.

O fundamental é a essência alienada do trabalho no escravismo e não a divisão interna do mesmo, que é estabelecida pelo senhor e por isso dá ao trabalho o caráter de absurdo, de inutilidade. Porque as relações sociais concretas que são estabelecidas preponderam sobre os produtos.

[...], em qualquer parte da divisão do trabalho onde o trabalhador estiver exercendo o seu serviço como escravo a alienação o envolve. A *coisificação social* do escravo continua completa. Podem ter havido casos isolados onde o senhor não tenha usado esse direito, [...]. Mas o seu direito, em abstrato, continuava existindo, não o usando por não necessitá-lo ou não querê-lo. [...]. (MOURA, 1994, p. 30)

O escravismo pleno abrange todo o período colonial, o reinado de D. João VI, o império de D. Pedro I e D. Pedro II, no qual é estruturado e dinamizado o modo de produção escravista no Brasil e são engendradas “as características que determinarão o comportamento básico das duas classes fundamentais da sua estrutura social: senhores e escravos.” (ibid., p. 35)

Os demais segmentos, grupos, instituições, autoridades e mesmo parcelas de trabalhadores livres estavam, direta ou indiretamente, a ele subordinados. Na área dos trabalhadores livres produtores de uma economia de subsistência e ainda maquinistas, ferreiros, artesãos e outras categorias não qualificadas, todos estavam ligados por laços de subordinação, diretos ou indiretos, aos senhores de terras, os quais permitiam também a existência de rendeiros e pequenos plantadores sem voz ativa nos negócios da Colônia. (MOURA, 1994, p. 36)

Havia forte centralização administrativa subordinada à metrópole. O sistema de governo que tinha controle sob as áreas administrativa, fiscal e jurídica empreendeu a construção de um aparato de contenção das revoltas de negros e índios. A produção para exportação era monopolizada pelo Conselho Ultramarino. O direito era aplicado a partir dos códigos do Reino – Ordenações do Reino eram a lei na colônia. Essa rígida estrutura administrativa, judiciária e política funcionou sem grandes alterações até 1850.

A grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo são a base estrutural sobre a qual valores e comportamentos da formação sócio-histórica brasileira serão construídos. Articuladamente constituem-se tanto os elementos de alienação, mas também de rebeldia e os mecanismos de repressão, coerção e consenso.

Na relação entre o escravismo colonial e o capitalismo mercantil Moura destaca que o modo escravista de produção era o suporte fundamental que configurava as bases estruturais das relações sociais, uma unidade econômica que sobrevivia *com e para* o mercado mundial,

[...], mas por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar o seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista. Um era dependente do outro

e se completavam. Daí muitas confusões teóricas ao interpretar-se esse período, quando se procura estender as leis econômicas do capitalismo, especialmente do capitalismo mercantil à estrutura e à dinâmica da sociedade existente na época. (ibid., p. 38)

O determinante são as relações de produção fundamentais e a forma de trabalho que demandava um fluxo permanente de compra da mercadoria viva propulsora do sistema: o escravo.

[...] somente a escravidão era a forma de trabalho adequada ao sistema colonial porque somente ela, através da exploração econômica e extra-econômica do trabalhador, com um nível de coerção social despótico e constante, poderia extrair o volume de produção que fizesse com que esse empreendimento fosse compensador. O montante de investimentos e a sustentação de uma camada improdutiva (inclusive escrava) levava a que somente com o trabalho escravo houvesse a possibilidade de lucros compensadores, quer para o vendedor, quer para o comprador. (MOURA, 1994, p. 39)

Isso porque,

Se quase toda a produção ia para o mercado externo, por outro lado o senhor era obrigado a investir na compra do escravo africano [...] para onde derivava grande parte dos seus lucros. Se calcularmos que cerca de 10 milhões de africanos entraram no Brasil via tráfico internacional, no período que vai do início do século XVI ao meado do século XIX [...], podemos imaginar, aproximadamente as proporções das despesas que eles tiveram com esse tipo de investimento inicial oneroso e de curta duração, se levarmos em conta que a vida útil de um escravo era de sete a dez anos, sem incluirmos entre os riscos possíveis as constantes fugas individuais, a formação de quilombos, as guerrilhas nas estradas, os suicídios e as insurreições urbanas. (ibid.)

Moura parte da categoria divisão do trabalho para explicar a estratificação social no interior das relações escravistas. Os diversos estratos ocupacionais dos escravos, bastante diversificados, se articulavam internamente, contudo, esse *“movimento interno, provocado pela mobilidade social vertical e/ou horizontal, é estancado nos limites da sua fronteira de classe”*. (ibid., p. 43)

[...] uma parte da população escrava executava trabalhos que não produziam *valor* e estavam incluídos na parte da população que, direta ou indiretamente, era sustentada pela parcela de escravos produtivos. Essa estratificação produzirá também uma hierarquia dentro dos quadros da escravidão e influirá, por seu turno, no comportamento do escravo e nas suas atitudes de aceitação ou não da sua situação. A maior presença pessoal do senhor com os escravos domésticos, se de um lado aliviava esse setor de trabalhos mais pesados e duros, submetia-os, por outro lado a uma vigilância direta maior. Quanto aos escravos do eito, a vigilância e os mecanismos de coerção exercidos por feitores, com a ausência dos donos, levava a que quase sempre os castigos chegassem a níveis muito mais severos e desumanos, o que levava muitas vezes à morte o cativo torturado. De qualquer forma, nos dois setores, os escravos estavam sujeitos à exploração econômica e extra-

econômica. No caso da mulher escrava esse nível de exploração extrapolava para o seu uso sexual por parte do senhor ou prepostos, fato que se desdobrava no seu engravidamento e multiplicação do plantel na base do princípio do *partur sequitur ventre*. (ibid.)

Uma das características fundamentais desse modo de produção era a existência do escravo como produtor-mercadoria e produtor de mercadoria. Isso porque o sistema regulador da produção das colônias era também o responsável pelo suprimento de escravos, formando um circuito fechado (produção – distribuição – circulação – consumo) que subordinava as economias coloniais na sua totalidade (MOURA, 1994, p. 44).

A partir de 1808 com a vinda de D. João VI e toda a corte portuguesa para o Brasil o escravismo se consolida tendo como suporte uma série de mudanças na sociedade. A abertura dos portos amplia as condições para o comércio internacional, ainda que com mecanismos limitadores de ação dos produtores nacionais. “O processo de desenvolvimento interno desse período irá acontecer superestruturalmente preservando-se a forma fundamental de trabalho que continua a produzir todo o valor dessa economia”. (ibid., p. 46). A sociedade que se forma tem a marca de um *liberalismo escravista*⁸⁴,

[...] isto é, o seu discurso liberal ia até os limites das relações existentes e a sociedade civil brasileira continuava não admitindo a população escrava nos seus quadros institucionais. Por isto mesmo todas aquelas benfeitorias, que favoreceram e urbanizaram o Rio de Janeiro e outras regiões, foram feitas pelo trabalho escravo. (p. 46)

Eventos como a transformação do Brasil em sede do Reino e mesmo a proclamação da independência não alteraram a estrutura social e econômica. Ampliaram a reposição de escravos⁸⁵ e diversificaram a produção de matérias-primas para o mercado externo.

Mesmo os movimentos contestadores que surgiram – no plano ideológico, portanto – antes ou depois da Independência, como a revolução pernambucana de 1817, a Confederação do Equador de 1824, a Sabinada de 1837, não colocaram nos seus programas políticos a abolição da escravidão. E não podia ser de outra forma. O escravismo satisfazia econômica e socialmente e ninguém pensava ou articulava um movimento que objetivasse substituí-lo por outro meio de trabalho. (p. 46)

⁸⁴ Sobre este aspecto ver. COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

⁸⁵ Em 1798 os escravizados no Brasil eram 1.582.000 (49% da população) e em 1818 totalizavam 1.932.000 (52, 5% da população) (p. 47)

O período em que escravismo progressivamente entra em crise, denominado por Caio Prado Jr., de *O império escravocrata e a aurora burguesa (1850-1889)* é definido por Moura como escravismo tardio, fase de constituição da burguesia nacional evidenciada como:

[...], auxiliar, condicionada, dependente, apêndice e colaboradora dos interesses dos compradores, vendedores ou investidores da nova Metrópole: a Inglaterra. Os seus espaços econômicos, sociais e culturais já estavam tomados, as iniciativas pioneiras e acumuladoras de capitais já haviam sido ocupadas e funcionavam independentemente da sua liderança. Passou, a partir daí, a ser uma burguesia subalterna, que desempenharia funções caudatárias, porém jamais assumiria o seu papel social e político de transformadora de uma nova etapa histórica da nossa sociedade através de uma proposta de nova ordenação social. (MOURA, 1994, p. 47)

Moura atenta para o que afirma como *modernização sem mudança*, a ocorrência em determinada sociedade de “um progresso econômico, tecnológico, cultural e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infra-estrutura.” (ibid., p. 52)

Isso porque,

[...], se de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, do outro lado, as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. Todo o suporte fundamental da sociedade fica, desta forma, em desarmonia com o desenvolvimento da outra parte que se *modernizou*. Cria-se uma contradição na estrutura que começa a produzir choques e conflitos como reflexos e reduções dessa diferença. Essas contradições e/ou desestruturações manifestam-se das mais variadas formas, quer na área do trabalho, onde elas são mais agudas, quer no nível ideológico, gerando ideias em grupos e organizações que passam a reproduzir o que tem de *moderno*, isto é, a ciência e a tecnologia avançadas. Mas por outro lado, ao serem aplicadas essa ciência e essa tecnologia irão servir aos detentores do poder, às suas instituições e elites executoras desse poder, que representam o passado e criam níveis de resistência à mudança social. Em outras palavras, o *moderno* passa a servir ao *arcaico*. Isto poderá ser feito de várias formas em cada caso concreto: ou por uma ruptura radical, ou por uma série de reformas parciais, dependendo do potencial objetivo das classes que compõem essa sociedade em conflito e/ou conciliação. (id.)

No Brasil ocorre uma modernização injetada por novos recursos tecnológicos e científicos aplicados em um país ainda escravista. Além de um cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em uma estrutura escravista. Ou seja, relações

capitalistas emergentes dinamizadas por capitais externos (com preponderância do capital inglês⁸⁶) que passam a dirigir setores estratégicos da economia.

A particularidade dessa relação entre o moderno e o arcaico é para Moura a linha central de análise do escravismo tardio nos conflitos emergentes e na forma ajustada com o capital monopolista como a Abolição foi realizada. A modernização do escravismo significou, ao mesmo tempo, a sua própria decomposição e a criação das condições de dependência do capitalismo nacional. A tese de Moura é que a longevidade da escravidão no Brasil foi um impeditivo ao desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente.

O longo período de duração da escravidão no Brasil, que somente terminará já na época da formação do imperialismo, garroteou a possibilidade do desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente, fazendo-nos uma nação subalternizada economicamente às forças do capitalismo internacional, com todas as implicações políticas que isto determina. Ao lado desses investimentos ocuparem os espaços dinâmicos da nossa economia, ela foi acompanhada por um processo de subalternização também política e cultural nos colocando sempre como devedores e culturalmente dominados pelas nações do centro que comandavam o mercado capitalista mundial (MOURA, 1994, p. 53-54).

De 1850 em diante ocorre um deslocamento do polo de dinamização da economia escravista o que provoca uma alteração no fluxo de investimentos ingleses, do Nordeste para o Sudeste, especialmente para São Paulo e Rio de Janeiro.

Essa situação de alienação da nossa economia se realizava ainda com o trabalho escravo em pleno funcionamento e que também, entrará como um componente das barreiras que uma burguesia fraca e nascente pudesse se desenvolver de forma autônoma. Esse escravismo tardio tinha como uma de suas características a violenta alta dos preços da mão-de-obra escrava e do valor do próprio escravo que subira substancialmente a partir da proibição do tráfico internacional em 1850. (ibid., p. 60-61)

O processo de decomposição do sistema escravista e a transição para o trabalho livre no Brasil tem, conforme Moura, cinco medidas modulares: a tarifa Alves Branco (1844), a Lei da Terra (1850), a Lei Eusébio de Queiroz (1850), a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a política imigrantista.

⁸⁶ Em fins de 1880 havia no Brasil 11 companhias inglesas de estradas de ferro e em 1890 já eram 25. No setor bancário, o London and Brazilian Bank, com um capital de um milhão e meio de libras esterlinas, abriu em 1863 no Rio de Janeiro, com filiais em Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. Havia também firmas britânicas de navegação que monopolizaram a exportação do café. Casas importadoras etc. (p. 55-56)

A tarifa Alves Branco tinha como objetivo aumentar a arrecadação alfandegária e a renda do tesouro nacional através de medidas protecionista aos produtos da incipiente indústria nacional.

Alves Branco previa uma arrecadação de 18 mil contos por anos com a tarifação dos e proclama os benefícios da ação para a industrialização do país: “Um povo sem manufatura fica sempre na dependência dos outros povos, por conseguinte sem poder fazer transações vantajosas, nem avançar um só passo na carreira de sua riqueza.” (apud Moura, p. 69)

Era como se estivéssemos em uma sociedade de economia livre. Não se computava a realidade de sermos uma sociedade escravista e, por isto mesmo, para conseguirmos ser uma sociedade industrial teríamos de abolir o trabalho escravo. Nisto a tarifa é omissa. O aceno à industrialização não levava em consideração o fato de termos uma grande massa de trabalhadores ainda considerada *coisa* e por isto incapaz de poder participar desse modelo de modernização e uma superestrutura jurídica e política que legalizava o *status quo*, brechando qualquer possibilidade de mudança nesse sentido. Haviam duas sociedades no Brasil para os reformuladores da nossa sociedade. O *arcaico* que não era elementos de cogitação de modificações e por isto deveria ser ignorado. E um projeto *moderno* que não considerava esse mundo e poderia modernizar o Brasil descartando o lado *arcaico* como parte do nosso *ser social*. O modelo de industrialização nos quadros do escravismo era mais uma proposta ideológica de se modernizar o Brasil sem se considerar nossa realidade estrutural. Com isto mantinha-se uma sociedade arcaica idealizando-se uma dinâmica impossível de ser conseguida dentro do modo de produção escravista no que ele tinha de fundamental (MOURA, 1994, p. 69).

A Lei nº 601, de 1850⁸⁷ foi um mecanismo regulador e controlador do acesso à terra no sentido de preservar os interesses dos senhores fundiários, pois a terra deixou de ser patrimônio do Estado para tornar-se mercadoria. Para Moura o significado

⁸⁷ A chamada Lei da Terra (1850), conforme Costa (1987) citada por Moura (1994, p. 70) significou uma transformação na configuração do Estado e os conceitos de público e privado: “No começo da colonização a terra era vista como parte do patrimônio do rei. A fim de adquirir um lote de terra, tinha-se que solicitar uma doação pessoal. A decisão do rei para concessão do privilégio era baseada na avaliação do pretendente, o que implicava considerar seu *status social*, as suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à Coroa. Desta forma, a aquisição de terras, apesar de regulamentada pela lei, derivava do *arbitrium* real e não de um direito inerente ao pretendente. Por volta do século XIX o conceito foi modificado. A terra tornou-se domínio público, patrimônio público, patrimônio da nação. [...] a única maneira de se adquirir terra era comprando-a do governo, o qual atuaria como mediador entre o domínio público e o provável proprietário. A relação pessoal que anteriormente existia entre o rei e o pretendente transformou-se numa relação impessoal entre o Estado e o pretendente. Em vez de uma dívida pessoal concedida pelo rei segundo as qualidades pessoais do indivíduo, a terra podia ser obtida por qualquer pessoa com capital suficiente. Quando a terra era uma doação real, o rei tinha o direito de impor certas condições, regulamentando o seu uso e a sua ocupação e limitando o tamanho do lote e o número de doação recebida por pessoa. Quando a terra tornou-se uma mercadoria adquirida por indivíduos, as decisões concernentes à sua utilização passaram a ser tomadas por esses mesmos.”

sociológico dessa passagem de poder decisório sobre a terra foi afastar o poder público do dever social de doar aos ex-escravos à medida que fossem libertados, “[...] parcelas de terras às quais tinham direito “por serviços prestados” e nas quais pudessem integrar-se como proprietários [...]” (MOURA, 1994, p. 71).

A Lei de Terra constituiu parte do caráter inconclusivo do processo abolicionista e criou as premissas da marginalização social das populações negras. Para além do seu caráter formal firmou uma posição política de cunho liberal e racista à aquisição de terras no país. Por um lado, ao impossibilitar uma abolição “radical que incluísse a doação pelo Estado de parcelas de gleba aos libertos, e, de outro, estimular o imigrante que via, a partir daí a possibilidade de transformar-se em pequeno proprietário, aqui chegando” (ibid., p. 71).

A política programada para uma manobra de *branqueamento* no seu nível ideológico nada tem a ver com o favorecimento à integração das populações brasileiras compostas por negros, mulatos, mamelucos e não brancos em geral. Com essa montagem seletora e discriminatória no agrário, essas populações ficam nos espaços marginais da estrutura agrária. Ela é montada, pelo contrário, para que a corrente migratória tenha possibilidades concretas de conseguir ser proprietária no Brasil. Finalmente, resguarda-se o latifúndio escravista de ver aprovada no Parlamento uma lei que doe terras do Estado aos escravos libertados após a Abolição. [...]. Depois disto a Abolição poderia vir sem nenhum susto ou trauma para as classes senhoriais. Tudo ficou sob controle (MOURA, 1994, p. 78-79).

O escravismo tardio tem como condição distintiva a concomitância, e o entrecruzamento das relações escravistas decadentes com relações capitalistas subordinadas ao capital monopolista. No entanto,

[...] essas relações capitalistas, naquilo que elas têm de mais importante e significativo, não surgem quase nunca da nossa acumulação interna, mas, foram injetadas de fora, implantadas por todo o complexo subordinador que atuava dinamicamente no polo externo, condicionando-nos econômica, social e culturalmente. Era um transplante vindo do centro para a periferia, sem contrapartida. Pelo contrário, éramos o receptor e o centro injetor de tudo aquilo que entendíamos por *modernização* no sentido do modelo capitalista. Com isto, há alterações significativas no comportamento da classe senhorial e dos segmentos a ela subordinados ou influenciados e dos escravos por extensão. (p. 83)

Em um contexto de revisão ideológica na sociedade, com o espraiamento de valores liberais, após a Guerra do Paraguai foram criadas as primeiras leis de proteção ao escravo: Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885), Lei que extinguiu a pena do açoite (1886), Lei que proibia a venda separada de escravos casados

(1869). Desse ponto em diante o escravo no escravismo pleno atuou como condutor político independente contra o estatuto da escravidão, começa a ser visto através de uma ótica liberal.

Outro fato relevante é que as grandes lutas radicais e violentas da resistência escrava do século XVII à primeira metade do século XIX refluem em função de diferentes aspectos. A composição étnica e numérica dos escravos sofre alterações. Os escravos já não eram mais originários da África, mas nascidos cativos no Brasil. E com a Lei Eusébio de Queiros a sua demografia tendeu à redução.

[...] diversificados mais intensamente na divisão do trabalho, se urbanizam em cidades como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, trabalhando de *ganho* ou de aluguel. Sofrem, também a influência do papel das leis protetoras que passam a funcionar após a Guerra do Paraguai, acontecimento que, por seu turno, também dará aos ex-escravos que de lá voltaram, uma visão mais nítida da cidadania, visão que eles transferirão aos cativos que ficaram na produção. Tudo isto acompanhado de uma série de transformações sociais como a abertura de estradas de ferro, portos (aos quais muitos se engajarão como trabalhadores), além dos ecos da campanha abolicionista (MOURA, 1994, p. 83).

Mesmo com tantas transformações e próximo ao final do século XIX, o que não se altera é a condição do escravo como capital fixo do processo produtivo nacional. A situação fundamental permanece, com modificações periféricas e secundárias nas táticas de controle e racionalização do seu trabalho. Na dimensão econômica, no entanto, ocorrem mudanças substantivas.

[...]. Superpostas às relações de produção escravistas implantam-se do exterior, relações dependentes. O capital monopolista internacional – fundamentalmente inglês – cria um complexo cerrado e dinâmico de dominação naquilo que a econômica brasileira deveria dinamizar se tivesse forças econômicas internas (acumulação) de efetuar essas mudanças qualitativa a fim de sair do escravismo e entrar na senda do desenvolvimento capitalista autônomo. (ibid., p. 84)

O conflito com o Paraguai⁸⁸ teve efeito de genocídio para os negros. A situação financeira do Império que já era problemática pelo endividamento com a Inglaterra, se complica com os gastos com a guerra. Durante o seu transcurso, as relações

⁸⁸ De modo paradoxal, a propaganda de guerra afirmava-se libertadora do povo paraguaio, cujo país já havia bolido a escravidão de seu território. Ao responder uma proposta de rendição, diz o general Estigarribia: *Vossas senhorias mostram tanto zelo em dar liberdade à nação paraguaia, segundo suas próprias expressões, por que não começaram Vossas Excelências pela libertação dos infelizes negros do Brasil, que formam a maior parte de sua população e que gemem sob a mais dura e terrível escravidão para enriquecer e manter na ociosidade algumas poucas centenas de grandes do Império?* (p.96)

escravistas sofrem abalos que desarticulam significativamente a dinâmica social e realinham as forças sociais no escravismo tardio.

As consequências da Guerra do Paraguai foram terríveis para os negros. Os mais fortes, em uma seleção que os tirou do eito para a guerra, morreram lutando. Os negros mortos somaram de 60 a 100 mil – há estimativas que informam até 140 mil. Isso na frente de batalha, no Paraguai. Cotejando-se, porém estimativas militares brasileiras – Caxias inclusive – à margem da historiografia oficial, dos observadores estrangeiros, dos próprios aliados argentinos, chega-se com relativa segurança em torno de 90 mil negros mortos na Guerra do Paraguai. Na guerra em si, porque outros milhares morreram de cólera durante a fase de treinamento, de disenteria, de maus-tratos nos seus transportes. (CHIAVENATTO apud MOURA, 1994, p. 95)

Na análise Moura assinala dois problemas centrais que preocupavam a classe dominante na transição para o trabalho livre: a mão-de-obra e a terra.

A mão-de-obra negra, em consequência de um trabalho ideológico planejado tanto pelas elites dirigentes como pelos políticos e empresários imigrantistas, interessados na vinda do trabalhador estrangeiro que lhes daria lucros, era vista como incapaz de suprir as necessidades de trabalho exigidas pela economia cafeeira. Por outro lado, o problema da terra, sempre sincronizado ao problema do poder, era visto como fundamental. Conservar-se a terra na posse dos mesmos proprietários e dificultar-se a sua aquisição por parte dos outros grupos, que poderiam dividir o poder com ele, era uma questão a ser resolvida antes das modificações das relações de trabalho esperadas, especialmente no campo. E isto foi feito com a Lei 601 de 1850. (MOURA, 1994, p. 99)

A partir da conjugação de interesses internos (bloco de poder escravista) e externos (imperialismo inglês) foi construída a política institucional para a passagem do escravismo ao trabalho livre no Brasil, uma transição sem perspectiva de mudanças sociais que alterassem significativamente a estratificação social.

Assim como economicamente o escravismo se desfazia, desaparecia também no nível ideológico, e o pensamento liberal, que tinha embutido no seu ideário o trabalho livre, permeava os cérebros também de alguns grupos escravos. Como se pode ver, a transição se realiza na sua totalidade e não apenas em alguns níveis. (ibid., p. 102)

A ideologia do racismo foi desenvolvida no plano político consolidando um imaginário negativo sobre os trabalhadores não-brancos definidos como incapazes de enfrentar os desafios do novo tipo de organização do trabalho, como trabalho assalariado. Isso porque,

[...] o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária desse processo, ficando como borra sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus

instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação. (MOURA, 1994, p. 103)

As pesquisas de Moura confirmam que,

Uma sociedade poliétnica, multicultural não é sinônimo de democracia. O problema de uma nação-país ou área que se formaram após a expansão do sistema colonial e teve como componente demográfico membros de diversas etnias na composição de sua estrutura sócio-racial, ou seja, a população nativa, a dominadora-colonizadora e aquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado, os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador e a ideologia justificatória que essa estrutura de dominação produziu (p. 130-131).

O significado sociológico implícito nesse sistema classificatório é que nas sociedades poliétnicas, nascidas do sistema colonial, especialmente no caso brasileiro, há uma concordância embora não codificada entre o étnico e o social. Há uma estrutura social na qual se ordenam hierarquicamente, através de níveis de pressão e controle variáveis, e com diferenças irrelevantes ou pouco significativas, os membros das etnias na estrutura de estratificação social das mesmas.

O sistema classificatório de barragem e seleção étnica⁸⁹, para Moura (teve dois estágios, o primeiro no sistema escravista e o segundo a partir do pós-abolição. (1994, p. 151).

Tornar-se liberto não era o mesmo que tornar-se livre. Desta distinção encarregava-se a sociedade escravista de modo a perpetuar no ex-escravo as marcas de sua antiga condição servil. Mas os estigmas iam muito além do aspecto jurídico, determinando mesmo as próprias condições de vida do liberto. (OLIVEIRA apud MOURA, 1994, p. 152)

Durante o escravismo, as barreiras jurídicas e simbólicas impunham limitações estruturais aos escravos e também aos libertos. Os escravos só podiam almejar alguma mobilidade com fugas, quilombagem e insurreições. Através desses

⁸⁹ Moura (1994) esquematiza um sistema de valores etnicorraciais construído ao longo do período escravista, cuja escala varia do superior para o inferior: Branco – o idealtipo étnico = superior; Mulato – tipo intermediário resultante do cruzamento do negro com o branco = inferior ao branco; Mameluco – tipo intermediário resultante do cruzamento do índio com o branco = valor simbólico idealizado pela literatura do século XIX; Cafuso – tipo intermediário resultante do cruzamento do índio com o negro = igualado ao valor do negro; Pardo – tipo indeterminado = socialmente qualificado pelo status social; Índio – tipo etnicamente folclorizado = tutelado social e politicamente; Negro – negação do idealtipo étnico = inferior. (p. 154)

movimentos radicais eles conquistavam a liberdade, ou de alforrias quando o escravo já estava velho ou incapacitado para o trabalho.

O segmento negro liberto, formado em sua maioria étnica por miscigenados, identificados como mulatos, era preterido em vários cargos administrativos e militares. E acabavam lutando por reivindicações específicas do seu *status* de cidadão, com o objetivo de inserção em cargos públicos e profissões liberais, em detrimento de exigir o fim da escravidão.

Esse seccionamento ideológico da população não-branca, que setoriza as suas reivindicações, que vem desde o estímulo às diferenças tribais aproveitadas e estimuladas pelos colonizadores, até a rejeição ou indiferença dos mulatos livres de se incorporarem à luta pela abolição, defendendo nos seus jornais somente reivindicações específicas do seu segmento étnico é também reflexo de uma tática da classe senhorial e dos seus aparelhos de dominação ideológica no sentido de dividir e neutralizar a unidade de toda essa população não-branca, nas suas diversas gradações de miscigenação e de hierarquização social. Essa visão competitiva dentro dos diversos segmentos não-brancos é uma manipulação antiga que vem desde o Conde dos Arcos em relação aos batuques. (MOURA, 1994, p. 153)

O segundo momento da estratégia de barragem foi acionado após o 13 de maio de 1888,

[...]. Com o princípio de *todos são iguais perante a Lei* os mecanismos de barragem étnica se refinaram, sofisticaram-se e ficaram invisíveis, tem-se a impressão de que o seu achatamento social, econômico e cultural é uma decorrência das suas próprias insuficiências individuais ou grupais. Essa deformação da sua personalidade que uma consequência do comportamento patológico das elites racistas termina segregando-o em um gueto invisível. Todos esses elementos fizeram da sociedade brasileira, no nível das relações raciais, especialmente entre negros e brancos, uma sociedade neurótica e reprodutora de uma paranoia social, quer entre os brancos, quer entre os negros. (ibid., p. 153)

Sobre a relação entre relações raciais e classes sociais no Brasil Moura tem acordo com o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira⁹⁰,

Acreditar que a *questão racial* do negro, por exemplo, se reduza a um problema de classe social, é simplificá-la demasiadamente com o risco de obscurecer a inteligibilidade das relações entre negros e brancos e a cair no truísmo, segundo o qual a estrutura de classes condiciona de algum modo o estigma étnico ou racial. Achar, por outro lado que a especificidade da situação do negro – ou de uma minoria qualquer – seja de tal ordem que dispense a consideração comparativa de outros casos de relações interétnicas, é empobrecer injustificadamente o campo de referência empírica e, por suposto, as possibilidades de construção de modelos mais

⁹⁰ OLIVEIRA, R.C. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.

abrangentes e de elaboração de teorias de maior alcance [...]. (apud MOURA, 1994, p. 155).

Nesse sentido, Moura problematiza sobre as condições para criar e desenvolver uma contra-ideologia de afirmação a partir da identidade étnica:

Aqui devemos dizer que entendemos por identidade étnica um nível de consciência individual ou grupo das suas origens ancestrais capaz de determinar a aceitação, reconhecimento e sua auto-afirmação social e cultural a partir desse nível de consciência alcançado. A partir daí o agente conscientizado passa a contrapor-se aos outros indivíduos, grupos ou segmentos que veem na etnia a que pertence uma *marca inferiorizadora*. Essa identidade possui uma dinâmica sócio cultural capaz de determinar a organização de grupos ou segmentos dispostos a conservar e desenvolver os seus valores e padrões étnicos entrando em fricção com os grupos etnocêntricos que os marcaram. Mas, numa sociedade poliétnica e ao mesmo tempo organizada em classes e estratos com elementos de diversas etnias em posições diferentes e mesmo antagônicas, essa identidade pode adquirir diversos níveis desde a agressividade até a diluição no *corpus* da cultura ou da sociedade abrangente (MOURA, 1994, p. 156).

Porque,

[...]. O Negro foi obrigado a disputar sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto. (p. 160)

As culturas africanas transformaram-se no Brasil em uma cultura de resistência, por isso na perspectiva de Moura a abordagem da cultura ultrapassa os limites de uma etnografia cuja preocupação era descrever exaustivamente as diferentes origens étnicas de onde provinham os negros.

Os africanos ao chegarem no Brasil trouxeram hábitos e costumes diferentes que se manifestaram dinamicamente. E se por um lado, as diferenças culturais demonstravam que não eram selvagens, por outro, geravam obstáculos à sua organização e unificação.

Isto levou a que eles procurassem criar uma *língua geral*, capaz de fazê-los serem entendidos mutuamente. Essa estratégia do escravo africano permitiu a elaboração no processo do trabalho (empiricamente), de um código de linguagem abrangente e capaz de fazer com que os membros dos grupos étnicos os quais

falavam línguas diferentes passassem a se entender na condição de escravos.

(MOURA, 1994, p. 178)

[...]. Desta forma, os próprios escravos, embora sem terem consciência do significado social dos seus atos, procuravam autopreservar-se e neste sentido elaboravam diversas estratégias que serviam como mecanismo defensivos contra a ordem escravista e os seus mecanismos de contenção social. Para nós, a criação de uma língua comum, o *idioma das senzalas* e a preservação das suas religiões através de nichos de resistência, usando muitas vezes uma tática ambivalente que era confundida como *cristianização*, foram os dois fatores culturais mais relevantes dentro do contexto da escravidão e que possibilitaram a resistência social do negro escravo e do livre até os nossos dias. O primeiro partiu de uma *mudança* no seu falar, evoluindo do fragmentado das diversas línguas para o geral, o *dialeto das senzalas*. O segundo foi um movimento *conservador* (de conservação cultural), isto é através de táticas de acomodação procurou conservar a sua identidade étnica via mundo religioso. (MOURA, 1994, p. 180)

Desse modo, o dialeto das senzalas e a preservação das religiões africanas surgiram inicialmente como elementos de resistência cultural, desdobrando-se em patamares de apoio à resistência social.

Foi uma luta secular, verificada através de uma dialética dramática durante quatrocentos anos e que até hoje perdura, em outro nível, com uma dinâmica de fricção interétnica e com níveis de consciência social já bem mais delimitados pelo menos na faixa de uma população negra de classe média urbana. Isso não implica dizer que durante a escravidão a luta não tivesse sido dramática. Pelo contrário: foi um corpo a corpo social e étnico que deu o perfil do escravismo brasileiro. O processo corrosivo dessa luta desgastou o oprimido e discriminado mais do que o opressor e discriminador, e, no particular, a história do negro brasileiro é um pontilhado de derrotas e é por isso que nunca o discurso oficial da história abriu espaços para ele. Há mártires-heróis negros, mas não há heróis vencedores negros. E essa sequência de reveses também atingiu o negro, o seu comportamento, sua perspectiva de vida individual, levando-o muitas vezes a interiorizar os valores dos brancos como tática de auto-afirmação e de autodefesa, vendo-se de forma invertida no espelho quando se contempla. (ibid., p. 180-181)

As culturas africanas e afro-brasileiras passaram a ter função de resistência e preservação da existência em contexto social adverso, “onde estavam engastados como produtores, mas por outro lado, como seres, isto é, elementos que poderiam se transformar em agentes sociais coletivos e dinâmicos. (ibid., p. 183)

No período da escravidão, o negro transformou não apenas as suas religiões, mas todos os padrões de suas culturas em uma cultura de resistência social. Uma resistência que escapa aos seus próprios agentes, uma função de se resguardar contra a estrutura de dominação social. Dessa forma, o sincretismo [...] não foi a incorporação do mundo religioso do negro à religião dominante, mas, pelo contrário, uma forma sutil de camuflar internamente os seus deuses para preservá-los da imposição da religião católica. Contra esse sentido, foi elaborada uma literatura especializada em demonstrar que as religiões africanas seriam inferiores e as religiões afro-brasileira definidas

como sincréticas. Ou seja, a dominação cultural acompanhou a dominação social e econômica. (MOURA, 1994, p.181)

No pós-abolição um dos mais expressivos elementos de resistência foi a imprensa negra paulista que circulou entre os anos de 1915 a 1963. Os mais significativos jornais foram *A voz da raça* e *O clarim da alvorada*. Espaços de exposição da intelectualidade negra da época e das expressões culturais das comunidades negras. Contudo, tais expressões são caracterizadas como subcultura, cultura marginal.

[...]. Por que não entra no circuito ideológico do pensamento dominante, nem acompanha a sua semântica. A própria desarticulação da linguagem, comparada aos escritos de linguagem tradicional, não é estudada como parte de um *ethos* novo, através do qual os negros se manifestam, e que não merece ser analisado gramaticalmente, mas como elemento de uma linguagem ajustada a toda uma vivência social, histórica e étnica do negro (p. 185-186)

A imprensa negra dentro de sua estrutura própria de expressão é parte da cultura brasileira, sendo esta pluricultural. No entanto, seus códigos de linguagem não são validados como literatura. O monopólio da cultura no Brasil é o monopólio do saber.

[...]. O espaço literário no Brasil é também um espaço de privilégio. E não vai abrir mão desse espaço de privilégio para os negros, os quais produzem a sua literatura artesanal, vendida de mão em mão, como antigamente se passava de mão em mão as mensagens dos quilombolas (p.186-187).

A análise do que é literatura ocorre a partir de parâmetros que não são neutros, portanto a questão do valor literário das produções é um ponto de questionamento:

[...]. Quando os negros escrevem de forma diferente, essa forma diferente passa a ser a forma inferior porque eles, os críticos não aceitam uma literatura que exprima a diversidade cultural e étnica do país. Aí está um problema para ser discutido. Por que o Juó Bananere, que escreve numa linguagem dialetal italiana é considerado autor de uma obra de arte literária e quando os negros escrevem dentro de uma estrutura diferente da tradicional lusitana, nós achamos que eles não sabem escrever, eles precisam aprender a língua do colonizador? (p.187).

Moura discute a importância sociológica da linguagem e aponta a necessidade de analisar o seu papel em cada sociedade específica e as transformações sofridas durante a ação dos grupos em contato e/ou conflitantes entre si.

[...] numa sociedade dividida em classes, camadas, estamentos e grupos, organizada através de uma norma particular de família, de religião, de

propriedade e cultura a linguagem diferencia-se internamente como elemento de expressão dentro da mesma estrutura morfológica em razão das necessidades de comunicação entre esses grupos diferenciados social, econômica e culturalmente (ibid., p. 196).

O negro urbano emergente levanta novos aspectos da questão racial. Em São Paulo, por exemplo, por uma série de mecanismos discriminadores – capitaneados pelo preconceito racial – ele foi empurrado para a periferia do sistema em termos sociais, culturais e econômicos.

O preconceito racial ao lado do processo de marginalização imposto ao negro, são dois elementos determinadores do seu comportamento. Determinam as suas formas de organização e o seu comportamento individual” (ibid., p. 212).

Por outro lado, Moura analisa que a ideologia de classe permeia as relações entre os negros de condições sociais diferentes. A posição no espaço social interfere no enfrentamento ao racismo de forma unificada. O negro que introjeta os valores burgueses, “Faz-se notar em ribalta, isto é, pela sua imagem e não pelo seu ser. E perde o conteúdo sociologicamente radical de sua práxis agressiva” (ibid., p. 215).

O problema racial brasileiro, no particular do negro, como todos os problemas das sociedades divididas em classes, passa pelo problema das classes sociais e suas respectivas lutas e a ele estão subordinados, total ou parcialmente, consciente ou inconscientemente. A avaliação dos níveis de subordinação em cada caso e momento específico dependem da análise concreta de cada um. (ibid., p. 233)

Porque,

O problema do negro faz parte, pois, do problema nacional e dele não se desliga pelas suas particularidades, mas, pelo contrário, essas particularidades e especificidades devem ser incorporadas ao processo de transformação política, social e cultural da nação brasileira. Porque o problema do negro não é apenas do racismo existente contra ele, como pretendem alguns segmentos da comunidade negra, mas é um problema que passa pela sua integração social, econômica e cultural e psicológica ao seio da nação e à sua desmarginalização como cidadão. [...] Por exemplo, durante a passagem do centenário da Abolição muitos trabalhos foram publicados, alguns de protesto radical sobre o seu significado, no entanto nenhum movimento foi feito pelas entidades negras no sentido de se democratizar a sociedade brasileira – étnica, social e economicamente – através da exigência *política* da fragmentação da grande propriedade fundiária, o que integraria milhões de negros hoje marginalizados em face da altíssima concentração da propriedade fundiária entre nós. Isto porque se etnicamente ele é negro, socialmente é *bóia fria*, sem-terra, rendeiro, assalariado agrícola, agregado, em outras palavras faz parte da massa subalternizada e discriminada pela estrutura arcaica da nossa sociedade no setor agrário, cujas linhagens de proprietários nos remontam, em muitos casos aos senhores de escravos. (ibid., p. 234)

Esta obra de Clóvis Moura vista no conjunto com as anteriores nos abre um leque bastante amplo e significativo para aprofundar estudos sobre a realidade brasileira contemporânea. Apresenta categorias de análise que ainda não foram sistematicamente estudadas e ainda que o tempo e a conjuntura tenham desfocado alguns argumentos, a base teórico-metodológica crítica de suas proposições continua atual e necessária. Pois é o que estrutura a práxis negra como uma categoria de análise social ao mesmo tempo que constitui elemento estratégico.

A práxis negra como categoria no pensamento de Moura é simultaneamente a explicação científica de um acontecimento, de uma realidade e o resgatar dos nexos que constituem esta realidade e neste sentido investigar e analisar os efeitos das resistências negras na organização social do Brasil é também resgatar a nossa verve resistente como elemento identitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os intelectuais racistas do fim do século XIX e começo do XX estimavam que em torno de 2015 o Brasil estaria livre da “mancha negra”. Sobrevivemos à escravidão, temos sobrevivido à exclusão, sobreviveremos aos periódicos genocídios. Somos “uma pretalhada inextinguível”, como disse, em desespero, Monteiro Lobato. Viveremos!

Sueli Carneiro

Em relação aos objetivos consideramos que a pesquisa identificou o método dialético e a teoria marxista nas obras de Clovis Moura com uma apropriação que não sai do campo epistemológico ocidental, mas rompe com o paradigma eurocêntrico como modelo de análise do desenvolvimento social e econômico do Brasil. Neste sentido, seu pensamento está nitidamente inscrito no debate sobre cientificidade, marxismo e teoria do conhecimento, porém esta vinculação não é limitadora de sua criatividade teórica e nem o impediu de tratar as expressões subjetivas das relações sociais, especialmente a inter-relação entre história, ideologia e práxis.

Algo que pode ser observado no livro *As injustiças de Clio – o negro na historiografia brasileira* (1990) que traz já no título a crítica que será desenvolvida, pois Clio era a musa grega da história e da criatividade, aquela que divulga e celebra as realizações, fiadora das relações políticas entre homens e nações. No texto são analisadas as maneiras como o negro é descrito na historiografia brasileira, através das obras autores que se dedicaram ao estudo da realidade nacional Frei Vicente do Salvador, Rocha Pita, Southey, Abreu e Lima, Varnhagen, Armitage, Handelmann, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, e todas, com exceção de Abreu e Lima são repletas de discriminações contra os negros, com algumas fazendo a defesa aberta do racismo, e apesar:

das diversas posições em que estão esses historiadores se situam, uma coisa lhes é comum: a visão de que os negros, índios e mestiços em geral são elementos bárbaros, pagãos, gentios sem capacidade civilizadora, e os brancos, detentores das estruturas de poder, aqueles elementos que impulsionaram a nossa sociedade em direção à civilização. (MOURA, 1990, p. 12)

Moura parte da reflexão sobre a função epistemológica da história no universo do conhecimento humano para afirmar a sua condição de ciência, “que procura captar a ação dos homens (em sociedade) no tempo e no espaço [que] tem de generalizar os rasgos essenciais dessa ação, estabelecer coordenadas para sua continuação no futuro” (1990, p. 16). Porém, para fazer história científica a premissa é “a aceitação de uma continuidade dos fatos no tempo, entrelaçados e subordinados, e, ao mesmo tempo, sem se aceitar que essas concatenações que lhes são inerentes não são obras do acaso, mas decorrem de uma causação específica [...]” (Ibid.).

A premissa metodológica explicitada por Moura, não é a única. As diversas escolas e tendências de análises históricas fazem parte da realidade e representam fatos, problemas e fenômenos. Cabe aos historiadores interpretar a raiz social das ideias.

[...]. A história, assim no seu sentido mais abrangente é uma ciência que procura a autoconsciência do *ser histórico*, mas produz, concomitantemente no seu bojo uma série de correntes que, ao invés de serem conceptualmente autoafirmação científica tipificam elementos de *alienação* de uma parte da sociedade que a história estuda. Assim, o historiador ou tem *Weltanschauung* [visão de mundo] dinâmica e dinamizadora ou não poderá analisar a ação dos homens no passado e especialmente no presente, a não ser de forma alienada (ibidem, p.18).

O sistema de valores dos historiadores analisados em *As injustiças de Clío* os direciona para uma concepção invertida dos processos históricos que se desdobra nas distorções acadêmicas dos sujeitos e dos fatos históricos.

[...] os *valores* são representações de um determinado grau a que chegou o processo de conhecimento. A prática ao influir sobre o mundo exterior e ao exigir a conceituação abstrata desse processo dialético emergente, atua sobre os valores existentes e ao mesmo tempo os transforma. A *práxis* é, portanto, o elemento que testa os valores e ao mesmo tempo modifica-os, reaproximando-os cada vez mais da essência. (idem, p. 23)

Esta reflexão permanece atual para abordamos o problema da representação das populações negras nos dias de hoje, quando temos legislações que inserem no ensino em todos os níveis a educação das relações étnico-raciais, história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e a participação das populações negras e indígenas na formação social brasileira. Porque, de modo concomitante observamos o avanço de concepções conservadoras e reacionárias de sociedade que alicerçadas

em uma pretensa neutralidade pretendem manter (e retroagir) valores e estruturas baseadas no racismo.

A filósofa Sueli Carneiro⁹¹ alerta para os supostos antirracismos que se afirmam pela negação do racismo existente e com a intenção de nublar as contradições raciais recorrem a velhas ideologias a serviço das novas estratégias de retorno ao passado.

Os avanços alcançados, principalmente no reconhecimento da problemática da desigualdade racial, ensejam a atual reação conservadora que busca com monumental aparato deter esse processo e, sobretudo, restabelecer os velhos mitos que nos levaram a situação atual. São “neogilbertofreyreanos” que entram em ação em um novo tipo de ativismo sobre a questão racial. Na guerra contra as medidas de promoção da igualdade de oportunidades, segundo a raça ou a cor vale tudo: diz a revista *Veja* [2007] que, “após a abolição da escravatura, em 1988, nunca houve barreiras institucionais aos negros no país. O racismo não conta com o aval de nenhum órgão público. Pelo contrário, as eventuais manifestações racistas são punidas na letra da lei.” Alguém reconhece que é do Brasil que a revista fala? (CARNEIRO, 2011, p. 40)

A recorrência à negação do racismo costuma ser ancorado nas visões clássicas de história que detêm a primazia do discurso. Então, o recurso aos intelectuais, que tal como Clóvis Moura, desenvolvem uma visão crítica da formação sócio-histórica do Brasil articulada ao reconhecimento da interseção com as relações étnico-raciais para os debates sobre participação política e democracia são fundamentais para entender as lógicas inscritas na ação dos sujeitos dessa história e assim desenvolver outros paradigmas de análise que abarquem a complexidade social em que nos encontramos na atualidade.

A expansão da premissa teórica marxista fundamental, o conflito de classes como categoria analítica da sociedade escravista propiciou o reconhecimento da luta escrava e sua importância histórica. Porém, o resgate e a sistematização dessas resistências se configuram como basilares para a compreensão da dinâmica da sociedade brasileira nos dias de hoje. Isso porque esse pensamento não está reduzido aos estudos de um segmento apartado da sociedade em geral. Ao contrário,

⁹¹ Sueli Carneiro é filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro, fundadora do Geledés — Instituto da Mulher Negra. Autora dos livros: *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2011) e *Mulher negra: Política governamental e a mulher* (1985), com Thereza Santos e Albertina de Oliveira Costa.

trata-se da análise dos mecanismos que vincaram a sociedade brasileira em seus aspectos mais fundamentais e persistentes.

As rebeliões negras formataram um dos termos de antinomia desta sociedade, contra a qual todo um violento aparato repressivo ideológico, jurídico e policial foi montado no período escravista e permanece na atualidade. Na contemporaneidade os negros continuam sendo o segmento prioritário sobre o qual incidem ações policiais com morte⁹². Os territórios periféricos com maior contingente de moradores negros, além de serem os que apresentam os menores índices de desenvolvimento humano, também são os que mais sofrem incursões violentas da polícia. O que se verifica, por exemplo na fala do ex-secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, justificando a dificuldade das incursões nas favelas da zona sul da cidade.

[...] é difícil a polícia ali entrar, porque um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na [favela da] Coreia, no complexo do Alemão [nas zonas Oeste e Norte, respectivamente], é outra [...]. Uma ação policial em Copacabana tem repercussão muito grande, porque as favelas e os comandos estão a metros das janelas da classe média. (Entrevista do secretário de segurança pública Jose Mariano Beltrame apud CARNEIRO, 2011, p. 133)

Neste sentido, podemos afirmar que o fim da escravidão não proporcionou para as populações negras, particularmente aquelas moradoras de territórios de favela e comunidades pauperizadas as garantias de um “estado democrático de direito”, especialmente o direito à inviolabilidade das suas casas e sobretudo de seus corpos.

Lélia Gonzalez⁹³ nos fala justamente de como as condições de existência material das comunidades negras remetem a condicionamentos que têm que ser desmascarados, pois:

⁹² Conforme as análises publicadas no Atlas da Violência 2017, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. No Rio de Janeiro os negros respondem por 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais. Em todas as Unidades da Federação, com exceção do Paraná, os negros com idade entre 12 e 29 anos apresentavam mais risco de exposição à violência que os brancos na mesma faixa etária. Enquanto a mortalidade de não-negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4% entre 2005 e 2015, entre as mulheres negras o índice subiu 22%. Assim, “De fato, ao se analisar a evolução das taxas de homicídios considerando se o indivíduo era negro ou não, entre 2005 e 2015, verificamos dois cenários completamente distintos. Enquanto, neste período, houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%. Ou seja, não apenas temos um triste legado histórico de discriminação pela cor da pele do indivíduo, mas, do ponto de vista da violência letal, temos uma ferida aberta que veio se agravando nos últimos anos.” (p. 31)

⁹³ *Lélia Gonzalez (1935 - 1994) foi intelectual, política, professora. Seus escritos, simultaneamente permeados pelos cenários da ditadura política e da emergência dos movimentos sociais revelam suas

[...] Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretção da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão. (p. 232)

Em 2018 se completam 130 anos de abolição e os indicadores sociais continuam mostrando a desigualdade no acesso à bens e serviços públicos, bem como a notória desvalorização do patrimônio cultural africano, afro-brasileiro e indígena e a violência sistemática contra esses sujeitos, desmistificando quaisquer ideias sobre a existência de uma real democracia racial no país.

Em contrapartida, a crise econômica, de dimensões globais, agrava o quadro historicamente vivenciado pelas populações negras, de desigualdades econômicas e sociais.

Prevaecem, no Brasil, de maneira densa, as ideias de mestiçagem e democracia racial, em contraposição às ideias de identidade negra forjadas pelos movimentos negros, cujos projetos em disputa têm permeado as arenas de luta no campo social e político. Neste cenário, algumas conquistas dos movimentos negros são garantidas através da implantação de políticas de ações afirmativas para a população negra na educação (educação básica, ensino fundamental, médio e superior), no mercado de trabalho, na política de saúde etc., em consonância aos preceitos constitucionais e dentro dos

múltiplas inserções e a sua constante preocupação em articular as lutas mais amplas da sociedade com a demanda específica dos negros e, em especial das mulheres negras. Escreveu os livros Lugar de Negro (1982) com Carlos Hasenbalg e Festas Populares no Brasil (1987), premiado na Feira de Frankfurt. As demais referências de sua produção papers, comunicações, seminários, panfletos político-sociais. Concorreu a deputada federal (1982, PT) e deputada estadual (1986, PDT) sendo eleita primeira suplente em ambos os cargos. Foi diretora do Planetário da Gávea (1987-1989). Graduada em História e Filosofia aprofundou estudos nas áreas da Antropologia, da Sociologia, da Literatura, da Psicanálise, da teoria da Estética, da Cultura Brasileira, Ciência, Cultura e História africanas. Foi professora de Ensino Médio no Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (UERJ) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU); do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ); do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras; do Olodum (Salvador). Participou da primeira composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), de 1985 a 1989.

limites jurídicos normativos do Estado de Direito. Longe da garantia de atendimento às suas necessidades mínimas, a população negra é o segmento populacional que ocupa, maciçamente, a base da pirâmide social, e sua presença no topo é quase inexistente (ALMEIDA, 2014, p.132).

No Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os negros (somatório de pretos e pardos) no Brasil corresponderam a 96,7 milhões de indivíduos – 50,7% dos residentes.

Com uma população estimada em 204,9 milhões de pessoas, de acordo com dados da PNAD 2015 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), 45,22% dos brasileiros se declaram como brancos, 45,06% como pardos, 8,86% como pretos, 0,47% como amarelos e 0,38% como indígenas.

Este aumento progressivo verificado desde a primeira metade do século XX e intensificado no período de 2003- 2014 se deve, sobretudo à ampliação do número de indivíduos que se reconhecem como pretos ou pardos.

Contudo, o fato censitário não significa que os acessos às políticas públicas e as condições de vida ocorram qualitativamente na mesma proporção. As populações negras continuam apresentando os níveis mais altos de pobreza associados ao menor acesso aos serviços básicos de saúde e saneamento ambiental. Em vista disso concordamos que, “[...], o racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente” (ALMEIDA, 2016, p. 23).

Portanto, a luta antirracista demanda um enfrentamento ideológico que tem como mote a identificação do Brasil como um país institucionalmente racista. Isso significa ultrapassar paradigmas conservadores, cujo discurso centrado na igualdade de oportunidades e no mérito individual procura refutar os dados da realidade e reduzir recursos públicos para intervenções de combate às desigualdades raciais.

Este momento, pela sua criticidade política e econômica caracterizada por uma feroz retroação dos parques direitos adquiridos com a Constituição de 1988 é oportuno para concretizar ações que pautem as relações étnico-raciais e o antirracismo nos espaços políticos.

E promover a reflexão crítica de toda a sociedade sobre significado de uma lei que aboliu juridicamente a escravidão, mas permitiu a manutenção de relações de trabalho em bases escravistas quando não instituiu nenhuma proteção social para os ex-escravizados, “para que possa voltar-se sobre si mesma e reconhecer nas suas contradições internas as profundas desigualdades raciais que a caracterizam” (Gonzalez, 1988, p. 12).

A sociedade brasileira em nenhum momento foi habitada por “homens cordiais”. Muito menos dentro de um sistema que promovia uma ideia de desumanização dos escravizados para justificar a sua mercadorização e conseqüente exploração do seu trabalho. A desumanização do escravizado foi uma ideologia bem montada para fins práticos. Até porque *ser escravo* era uma condição jurídica, respaldada pelo Estado e pela Igreja católica, que apenas podia ser revogada pela alforria concedida pelo senhor.

No Brasil do presente a expansão da ideia de propriedade das coisas às pessoas não existe mais como um sistema legalizado, mas sua forma simbólica persiste na ultra precarização dos contratos de trabalho, que condiciona os trabalhadores numa obediência desmesurada aos patrões, submetidos a condições desumanas por receio da perda do emprego. Inclusive trabalhar sem receber passa a ser encarado como uma alternativa melhor que o desemprego.

É nas condições de precarização mais extremas que encontramos majoritariamente o segmento feminino negro, o que nos impele para uma reflexão que necessariamente incorpora o gênero e mais precisamente a situação inferiorizada da mulher negra na sociedade capitalista.

No caso das mulheres negras precisamos nos remeter ao fato de que na sucessão do escravismo para o capitalismo a racionalização sobre elas foi reinterpretada com vistas a formação de mecanismos de barragem social. Na sociedade escravocrata, as escravizadas serviam como instrumento de trabalho e objeto de uso sexual. Os filhos nascidos das relações com os senhores brancos eram também escravos. Posteriormente, a exploração sexual foi apresentada como prova de democracia racial.

A miscigenação, dentro dos quadros da sociedade escravista, tão louvada por esses estudiosos, nada mais foi do que a mais desbragada exploração sexual da mulher escrava [...]. Esse intercuro sexual que muitos sociólogos apresentam como virtude do colonizador, que desta forma, se teria mostrado democrata e compreensivo é outro mito que precisa ser desmontado nas suas diversas partes e desmistificado [...]. (MOURA, 1977, p. 57)

As bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres no mundo contemporâneo têm como fundamento o patriarcado capitalista, que constitui um alicerce comum para o encaminhamento das lutas feministas, mas esta dimensão sozinha não alcança a totalidade das mulheres atingidas por essa discriminação.

Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, desencadeou todo um debate público em que surgiu a tematização de questões totalmente novas – sexualidade, violência, direitos reprodutivos etc. – que se revelaram articulados as relações tradicionais de submissão. Ao propor a discussão sobre sexualidade, o feminismo estimulou a conquista de espaços por parte de homossexuais de ambos os sexos, discriminados pela sua orientação sexual. O extremismo estabelecido pelo feminismo fez irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças a sua produção teórica e a sua ação como movimento, o mundo não foi mais o mesmo (GONZALEZ, 1988, p. 13).

A reflexão sobre a categoria trabalho foi ampliada com a aquisição do feminismo, pois o trabalho doméstico (massa de trabalho realizada gratuitamente pelas mulheres sob a justificativa de sua propensão natural para cuidar da família) passou a ser analisado como atividade e questionado em termos de opressão, com o mesmo peso do trabalho profissional.

Movimento similar ocorreu em relação a família como entidade natural o que fez emergir sua percepção como lugar de exercício de um trabalho que tem implicações na dinâmica de produção e reprodução das relações sociais da sociedade capitalista. E no âmbito das ciências sociais ocorreu também um questionamento à primazia do trabalho produtivo e da figura do trabalhador masculino, qualificado e branco nos estudos sobre o trabalho na sociedade.

Contudo, mesmo com as contribuições fundamentais do feminismo para o debate das discriminações, por exemplo, no campo da sexualidade, a mesma articulação não ocorreu em relação às discriminações raciais. Gonzalez (1988) aponta que geralmente os textos e a prática feminista “esquecem” a questão racial ou fazem

referências formais, caracterizando-se como um racismo por omissão, cujas raízes estão em uma visão de mundo eurocêntrica da realidade.

[...] o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas. [...] (p. 14).

Refletindo sobre as condições do feminismo negro nos Estados Unidos bell hooks⁹⁴ (2015) nos aponta questões importantes para refletirmos sobre a mistificação consciente das divisões sociais entre mulheres como um fato que caracteriza grande parte da expressão feminista, inclusive no Brasil. Isso por que o discurso feminista hegemonizado pelas mulheres brancas não aborda a sua própria condição no interior de uma supremacia branca, ou seja, a sua condição racial e de classe relativamente privilegiada dentro de um Estado racista, sexista e capitalista.

A autora chama a atenção para a homogeneização da condição social das mulheres nos textos de feministas como Betty Friedan (*A mística feminina*) que advogam por uma igualdade a partir de sua condição e necessidades de classe média, que anseiam por “*algo mais do que marido, filhos e casa*”. Essa generalização do que oprime as mulheres exclui um número expressivo de mulheres sem homem, sem filhos, sem casa, mulheres não brancas e brancas pobres cujos empregos precários e subalternos não estavam no rol do “*algo mais*”.

As opressões enfrentadas pelas mulheres da classe média não são menos significativas do que das demais, porém foram transformadas em uma condição comum para todas, o que não corresponde à realidade. Enquanto para as mulheres descritas por Friedan a libertação do trabalho doméstico correspondia à liberdade do

⁹⁴ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, professora e escritora norte-americana nascida em 1952, no Kentucky – EUA. O apelido escolhido para assinar suas obras é uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. A grafia proposital em letras minúsculas é justificada em frase da própria bell: “o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu”.

trabalho assalariado fora de casa, para as mulheres pobres o trabalho assalariado representava a outra ponta da jornada acumulada com o trabalho de casa.

A perspectiva unidimensional da realidade das mulheres ainda se coloca como característica do movimento feminista e das suas produções intelectuais, pois raramente as mulheres que dominam este discurso questionam se as suas ideias sobre a realidade se aplicam às experiências de vida das mulheres como coletivo. E também não se colocam a reponsabilidade de que suas reflexões sobre gênero abranjam a articulação estrutural entre as relações raciais e de classe, especialmente nos países que passaram por séculos de experiências de escravidão, onde a estruturação das relações foi perpassada pela extrema violência contra as mulheres dos povos originários, africanas escravizadas e suas descendentes.

As sociedades capitalistas se caracterizam por uma destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, ao mesmo tempo em que recobre as funções ditas masculinas (políticas, religiosas, militares etc.) com fortes valores sociais e preponderância na manutenção da organização social. As mulheres enfrentam então uma dupla espoliação, como classe trabalhadora privada dos meios de produção e como gênero oprimido nas relações familiares e sociais, o que configura a contestação da sociedade patriarcal como estratégica para oposição ao capitalismo. Porém, a formas de subordinação das mulheres não estão restritas ao conflito de classes.

Como grupo, as mulheres negras ocupam uma posição incomum nas sociedades contemporâneas, pois além de estarem coletivamente na base da estrutura social sofrem o fardo triplo da exploração e opressão machista, racista e classista. É uma condição exemplificada da seguinte forma:

Os homens negros são vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas são vitimadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras\opressoras de pessoas negras. Como desdobramentos negativos temos que o sexismo masculino negro prejudica a luta para erradicar o racismo, assim como o racismo feminino branco prejudica a luta feminina. Isso porque enquanto continuam definindo a libertação tendo como parâmetro a igualdade social com os homens brancos da classe dominante, esses grupos colaboram para a manutenção da exploração e opressão continuada de outros, o que significa a manutenção da opressão em sua totalidade. (hooks, 2015, p.)

As condições de classe e raça criam uma diversidade de experiências que são determinantes no modo como o sexismo será uma força opressiva na vida das mulheres. A experiência de classe envolve a relação com os meios de produção e as experiências (determinadas pela classe) que produzem e reproduzem a forma como pensamos e agimos, o que reafirma que a luta de classes é indissolúvel das lutas contra o racismo e sexismo.

O capitalismo como modo de produção dominante na sociedade contemporânea é produção não apenas dos meios materiais de vida, mas também das relações sociais, em que tudo passa a ser controlado pela lógica de valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humanos vitais. A produção e o consumo supérfluos, a corrosão e precarização do trabalho, o desemprego estrutural e a destruição da natureza em escala global, imperiosos para a expansão do capital, são interpretados como efeitos colaterais cuja caráter destrutivo e incontrolável são justificados pela expectativa de futuras benesses do desenvolvimento.

No pós 2ª guerra mundial, especialmente a partir dos anos 1960 o sistema global do capital depois de vivenciar a era dos ciclos e das chamadas ondas longas de prosperidade adentra uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada pela continuidade de efeitos depressivos. A crise se mostra longa, sistêmica e estrutural e demarca a falência dos principais sistemas estatais de controle e regulação do capital no século XX exemplificados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e pelo Estado de Bem-Estar instituído em algumas sociedades capitalistas centrais (ANTUNES, 2009).

A crise contemporânea é estrutural por ser uma crise na própria realização do valor – expressa nas crescentes quedas das taxas de lucro –, por isso na atualidade o capital não pode se desenvolver sem recorrer a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Ou seja, é cada vez menos considerado o valor concreto das mercadorias para suprir as necessidades humanas, que cada vez mais se subordinam à esfera da lucratividade. Em decorrência as reformas, os ajustes econômicos e a redução das políticas sociais aprofundam essa subordinação.

Uma mercadoria medicamento, por exemplo, necessária para a manutenção da vida, pode ter seu valor de uso realizado imediatamente, ou jamais ser acessada por quem dela necessita, sem deixar de ter sua utilidade essencial para o capital.

O objetivo de auto reprodução do capital é continuamente mascarado ideologicamente sob os critérios de racionalidade, eficiência, eficácia e efetividade. E de forma concomitante avançam a corrosão do trabalho em escala global, a erosão do trabalho regulado dominante no século XX e a ampliação das suas formas desprotegidas: empreendedorismo, cooperativismo e voluntariado que oscilam entre a superexploração e a auto exploração. É uma precarização estrutural da força de trabalho, mas que penaliza mais fortemente os segmentos não-brancos e femininos.

A crise econômica e política é veiculada como uma “crise de confiança do mercado” no gerenciamento das contas do Estado cuja saída prioritária é a prerrogativa do ente privado na execução dos gastos públicos, ou seja, a gestão mais direta possível do fundo público pelo mercado. A solução da crise econômica é socializar as perdas do capital sobre a classe trabalhadora como um todo, seja pela via de redução dos salários diretos e/ou pelo contingenciamento dos salários indiretos, atingido mais largamente as populações negras, que são a maioria dos que demandam e acessam políticas públicas como garantia de sobrevivência.

Na contemporaneidade, o neoliberalismo como forma imperante de racionalidade impele para uma organização dos recursos que reduz significativamente o financiamento das políticas públicas de Estado para as populações pobres, que são majoritariamente negras. Como resposta à crise financeira são executados ajustes fiscais em relação aos gastos do Estado com políticas públicas, justificadas como medidas de contenção da crise, mas que se configuram na realidade em condicionamentos ideológicos da classe trabalhadora, no sentido de desestimular qualquer luta por direitos. Na proporção em que as reais necessidades sociais não são prioritárias, o que se descarta em verdade são as existências daqueles que não tem condições para acessar as mercadorias e bens. Na escala social hierárquica e racista as vidas de extensas populações negras e não brancas são reduzidas à percentuais de gastos que precisam ser diminuídos.

É através desses processos que o conservadorismo moderno é impulsionado em contexto de crise estrutural do capital. E sendo fruto do período da emergência da burguesia como classe protagonista, este conservadorismo reveste-se ora de apego ao tradicionalismo, ora de adesão ao tecnicismo e à neutralidade, porém sempre tendo como base a manutenção e universalização das relações de troca e da mercadoria como mediadora por excelência das relações sociais e o lucro como o motor da sociedade.

As categorias típicas do racionalismo capitalista como o individualismo, a concorrência e a meritocracia são reelaboradas para exaltar formas de vida que já foram historicamente dominantes, mas que reatualizadas são consideradas válidas para a organização da sociedade atual. Os modos de vida do passado são resgatados e propostos como interpretações do presente.

Através desse mecanismo, o pensamento conservador deixa de se contrapor ao capitalismo. Aquela tensão referida – entre noções e ideias oriundas do passado, mas intencional e racionalmente ressuscitadas como ideologicamente válidas para responder às necessidades de explicação da própria sociedade capitalista – permite que ele seja articulado às intenções básicas da burguesia, isto é, seja uma forma de agir e de pensar a sociedade a partir da perspectiva dessa classe. Martins analisando a ambiguidade presente no pensamento conservador, sustenta que racionalismo e conservadorismo são duas maneiras de viver e de ver a sociedade, portanto dois pensamentos, integrados a um *único estilo de pensamento*, que exprime um modo de vida: o da sociedade capitalista (Iamamoto, 1992, p.26) Grifos da autora.

O racismo é uma forma de compreensão do modo de funcionamento da sociedade e um dos agentes expressivos na manutenção das relações de exploração de classe. Refere-se à estrutura da sociedade tendo significado material na vida dos sujeitos, mas também atua na produção de suas subjetividades. Isso significa que a reprodução das condições de desigualdades raciais ocorre em todos os contextos da vida social.

O funcionamento racional da sociedade capitalista é racista e sua continuidade demanda a naturalização da violência contra as populações negras e a perpetuação de assimetrias de gênero combinadas com valores morais tidos como pilares da ordem social. O fortalecimento do pensamento conservador em todas as instâncias da vida. A manutenção da propriedade privada, os fundamentalismos religiosos, o reforço das hierarquias tradicionais na família e a ênfase nacionalista para a

cooperação com as decisões do Estado são alguns exemplos. Para a implementação de cada uma das soluções racionais da crise há correspondentes valores morais que são reforçados. Por conseguinte, a ofensiva do pensamento conservador em tempos de crise não é coincidência, mas uma necessidade estratégica de conjugar aspectos econômicos, políticos e culturais na direção mais favorável ao capital.

E para finalizar esta tese e continuar nossas pesquisas cremos que precisamos voltar ao começo, no significado do título escolhido. Dizer que o contrário de casa grande não é a senzala, mas o quilombo, não significa nem começar uma nova dicotomia, nem desconhecer que a luta quilombola é forjada nas senzalas. É de lá que saem os primeiros quilombolas. É também do trabalho mais alienado e super explorado que saem os combatentes mais aguerridos. Mas não saem todos. E os que ficam são tão perigosos quanto os primeiros, porque carregam em si o germe da rebeldia. Por isso, a permanente vigilância das classes dominantes na manutenção das subalternidades em todos os campos da vida social.

Foi a memória da revolta que Moura pesquisou, sistematizou e divulgou como um disparador da rebeldia potencial que todos nós trabalhadores explorados carregamos. Uma rebeldia negra, uma práxis forjada por mais de quinhentos anos de violência e opressão. Não exclusivamente por homens e mulheres de pele preta, mas tendo como fundamento a resistência negra original de fuga e aquilombamento da qual também participaram os indígenas e os brancos pauperizados.

E Gonzalez (1984) nos traz duas noções importantes para caracterizar o significado da opção política de Moura: consciência e memória.

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. [...]. E, no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala. (GONZALEZ, 1984, p. 226)

O jogo dialético entre consciência e memória configura uma disputa permanente pela primazia da verdade histórica. No caso brasileiro uma verdade que tem a suavização da escravidão, o apassivamento dos escravizados e democracia racial como discursos dominantes.

A brutalidade do modo de produção escravista foi o chão, a base concreta para a idealização da fuga, do movimento teleológico de planejar uma vida em liberdade. É esta ação de não se deixar morrer na senzala que configura a noção de práxis desenvolvida por Moura como práxis negra, uma categoria construída historicamente para apreender a formação da sociedade brasileira e as possibilidades de emancipação que se encontram nela, como uma memória capaz de promover a consciência.

Nesta direção, é importante que destaquemos o contexto sócio-histórico no qual se constitui o movimento negro contemporâneo, a ditadura instituída instaurada em 1964. No período, a agudização da crise econômica se refletiu no acirramento do racismo e na opressão violenta às classes trabalhadoras. Mas também contribuiu para uma retomada crítica da luta antirracista no Brasil a partir dos anos 1970⁹⁵. Conforme Pereira (2013) , os integrantes das diversas organizações, “de uma maneira geral, experimentaram a partir das décadas de 1960 e 1970 um processo de conscientização em relação à sua própria negritude e em relação à existência do racismo” (p 244).

Em 1978 a morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, sob tortura, em uma delegacia de polícia e o impedimento do acesso de quatro atletas negros a um clube em São Paulo suscitaram a convocação e realização de ato público contra o racismo, a discriminação racial e a opressão policial, no dia 07 de julho nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo⁹⁶. Este ato marcou o lançamento do Movimento

⁹⁵ Algumas entidades formadas ao longo da década de 1970: Grupo Palmares (RS, 1971); Centro de Cultura e Arte Negra (SP, 1972); Núcleo Cultural Afro-brasileiro (BA, 1976); Sociedade de Intercâmbio Brasil África (RJ, 1974); Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (RJ, 1975). Cabe destacar que o fato das organizações conterem “pesquisa” e “cultura” nos seus nomes, mesmo não sendo estritamente culturais devia-se aos impedimentos legais da época para o registro de entidades de cunho racial. Segundo o Decreto-lei nº 510, de 20 de março de 1969, para a preservação da segurança nacional estavam considerados ilegais eventos e publicações com conteúdos raciais por “incitar ao ódio ou à discriminação racial”. (PEREIRA, 2013, p. 218)

⁹⁶ Sobre a realização do ato, as autoridades do regime militar produziram a seguinte nota: “Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial”, integrado por vários grupos, cujos objetivos principais anunciados são: denunciar, permanentemente, todo tipo de racismo e organizar a comunidade negra. Embora não seja, ainda, um ‘movimento de massa’, os dados disponíveis

Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) que posteriormente foi organizado em nível nacional como Movimento Negro Unificado (MNU).

Em 1985, a transição para o governo civil ocorreu indiretamente e barrou as possibilidades de ascensão de um governo não alinhado com os interesses do capital, que já sofria em nível mundial uma crise que demandava alterações significativas no modo de exploração do trabalho. No país, as primeiras ofensivas neoliberais foram enunciadas ao final do governo Sarney (1985 – 1990), como reações do capital às garantias de cidadania aprovadas na Constituição Federal de 1988.

Porém, a ideologia de “enxugamento” do Estado ganhou força realmente com a posse de Fernando Collor de Melo (1990 - 1992). Em seu mandato teve início o processo de privatização das estatais e o mercado passou a agente organizador, ao mesmo tempo em que os trabalhadores como classe tiveram seus direitos progressivamente retirados. Com o impedimento da continuidade de Collor na presidência, e a posse do vice-presidente Itamar Franco (1992-1994) ocorreu uma desaceleração da implantação das reformas do Estado.

Posteriormente, a eleição de Fernando Henrique Cardoso - FHC (que havia sido ministro da Fazenda no curto governo de Itamar Franco) estabeleceu entre os anos de 1995 a 2002 uma extensa aplicação do receituário neoliberal no Brasil, especialmente a partir de substanciais alterações nas vinculações de trabalho, que influenciaram as relações entre as classes e destas com o Estado e remanejaram perversamente grandes contingentes de trabalhadores para situações de terceirização e precarização estruturais.

O ano de 1995 é marcado como o primeiro ano de implementação das reformas neoliberais no país, mas também pela realização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida pelo Movimento Negro Brasileiro, em 20 de novembro, em Brasília, como projeto dos movimentos negros de levar a

caracterizam a existência de uma campanha para estimular antagonismos raciais no País e que, paralelamente, revela tendências ideológicas de esquerda. Convém assinalar que a presença no Brasil de Abdias do Nascimento, professor em Nova Iorque, conhecido racista negro, ligado aos movimentos de libertação na África, contribuiu, por certo, para a instalação do já citado ‘Movimento Unificado’”. Arquivo Ernesto Geisel, documento disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

discussão da questão racial brasileira, cada vez mais, para o âmbito de atuação do Estado. A Marcha que contou com a presença de mais de trinta mil participantes conseguiu que as lideranças dos movimentos negros fossem recebidas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) para exigir através do documento Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial a implementação de ações de combate ao racismo e políticas públicas valorativas e afirmativas para a população negra. Outro movimento importante, ainda durante o governo de FHC, impulsionado pela pressão dos movimentos sociais negros, foi a adesão do país aos protocolos instituídos na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas em Durban, no ano de 2001.

A partir de 2003 com a eleição de Luis Inácio “Lula” da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores e ao longo dos últimos doze anos, pelo menos, as questões relativas à igualdade racial ocuparam algum espaço na agenda pública nacional, o que possibilitou a promulgação das leis 10.639/2003 (que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira), 11.645/2008 (que inclui no currículo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas), o Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009). E ainda que críticas pertinentes tenham que ser feitas sobre o formato do enfrentamento ao racismo institucional, também é fato que ocorreu a institucionalização de algumas das demandas dos movimentos sociais negros por parte do Estado. Porém, a partir de 31 de agosto de 2016 com a aprovação do impedimento do mandato da presidente Dilma Rousseff, sem evidência de crime de responsabilidade, o contexto para o desenvolvimento de quaisquer políticas de caráter afirmativo, para se somar às políticas universais existentes tornou-se muito mais desfavorável. Carneiro (2016) considera que se coloca como desafio às novas gerações,

[...] um novo tipo de racismo, despido das etiquetas que governavam as relações raciais quando ditadas pelo mito da democracia racial tendo por tônica a hipocrisia e a dissimulação. Nesse contexto, o pacto racial predizia não haver racismo no Brasil, que éramos todos iguais e que nós, negros, deveríamos fazer de conta que acreditávamos nisso. Esse tempo passou, e o que temos atualmente é um racismo que se torna cada vez mais direto, explícito e violento, sem mediações, nem medo de dizer seu nome [...] (p. 20).

Neste cenário é preciso revitalizar os marcos que adensaram politicamente a luta antirracista no país, ou seja, refazer criticamente os percursos de fortalecimento dos movimentos sociais negros como sujeitos coletivos e históricos.

Em suas reflexões acerca da necessidade de novas formas organizativas que confirmam alguma organicidade e direção política às lutas contemporâneas da classe trabalhadora Mattos (2014, p. 191) pondera que “[...] reorganizar em meio ao refluxo é sempre mais penoso”. Porém, este é o nosso desafio contemporâneo de questionar as racionalidades vigentes e investir na construção coletiva e democrática de alternativas a partir de saberes não dominantes.

No Brasil o racismo não é um fator que matiza a questão social, nem é simplesmente uma das suas expressões. Por esse motivo, acreditamos que nossos estudos irão somar-se aos esforços de intelectuais militantes históricos que lutam pela politização do enfrentamento ao racismo como questão estrutural e estruturante das relações sociais na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Proposta de diretrizes para o curso de Serviço Social, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acessado em 25 de agosto de 2017.

_____. Temporalis. Suplemento. Ano 3, novembro de 2002. Brasília: ABEPSS, 2002.

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, M. da S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. In: Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nº. 34, v. 12. Rio de Janeiro, 2014. p. 131-154.

_____. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

_____. Mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC, Rio de Janeiro. 2011.

ALMEIDA, S. L. de. Apresentação. Dossiê: Marxismo e questão racial. São Paulo: Boitempo, 2016.

AMARO, S. A questão racial na assistência social: um debate emergente. In Serviço Social e Sociedade, nº 81. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ANDREWS, G. R. **América Afro-latina: o final do século XX**. In: Estudos Afro-asiáticos, nº 25. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, 1993. p. 7-24.

_____. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. In: Estud. av. vol.11 n.30, São Paulo, 1997.

_____. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

ANTUNES, R. A substância da crise. In: MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

BARBOSA, A. de F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BARCELOS, L. C. Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica. Afro-Ásia, nº 17, 1996. p. 187-210.

BEHRING, E.; IAMAMOTO, M. V. (orgs.). **Pensamento de Octavio Ianni**: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf. Acessado em 15/10/2017.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acessado em 06 de setembro de 2017.

_____. Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 05 de junho de 2015.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. Entrevista. Margem Esquerda. Revista da Boitempo, n. 27, outubro, out., p. 11-22. São Paulo: Boitempo, 2016.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

COSTA, E. V. da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difel, 1966.

COSTA PINTO, L. A. **O negro no Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Nacional, 1953.

CRENSHAW, K. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso: em 12 set. 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, P. J. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. In: Tempo (UFF), vol. 23, 2007.

_____. Um balanço dos últimos estudos sobre a escravidão e as relações raciais no Brasil - entrevista com Clóvis Moura. Ethnos Brasil, v. 4, p. 10-16, 2006.

_____. A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). Tese de doutorado em história. FFLCH-USP, 2005.

_____. **Uma História não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: SENAC, 2004.

ENDERLE, R. Sobre a tradução. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F.; BASTIDE, R. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.

_____. **Significado do protesto negro**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, Vol. 33. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. 2ª edição revista, São Paulo: Global, 2007

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”, volume I. 5ª edição, São Paulo: Globo, 2008.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar de uma nova era, volume II. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, M.V.N. “Raça” e Classe no Pensamento Social Brasileiro: uma abordagem sobre a obra de Clóvis Moura. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciência Sociais. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2013.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, V. (org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307 – 338.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 31ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GIANOTTI, J.A. Considerações sobre o método. In: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política; Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 59-76.

_____. Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. In: Estudos CEBRAP 17, 1976. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/bibliotecavirtual/arquivos/notas_sobre_a_categoria_f.pdf. Acessado em: 10/10/2017.

GOMES, Flavio dos Santos. **Negros e política**: (1888-1937). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984, p. 223-244. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Por um feminismo Afro-latino-americano. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em 20/03/2017.

_____; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco zero, 1982.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política; Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 15-38.

_____. A escravidão negra e suas influências na sociedade brasileira. In: AZEVEDO, Francisca (org.). **Raízes da América Latina**. Francisca Azevedo. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, A.S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

_____. Preconceito de cor e racismo no Brasil. Rev. Antropol. 2004, vol.47, n. 1, p. 943.

_____. Como trabalhar com raça em sociologia. In: Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 29, nº. 1. p. 93 – 107. 2003.

_____. **Intelectuais negros e modernidade no Brasil**. 2002. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Intelectuais%20negros%20e%20modernidade%20no%20Brasil.pdf>.

_____; MACEDO, M. **Diário Trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940**. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 1, pp. 143-182.

HANCHARD, M. G. **Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice; IUPERJ, 1988.

HASENBALG, C. A. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora; IUPERJ, 1992.

HENNING, C. E. “Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença”. *Mediações*. Revista de Ciências Sociais. Desigualdades e Interseccionalidades. v. 20, n. 2 (2015). Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/22900/pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

hooks, b. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp.193-210. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2017.

KONRAD, D.A. **Dez anos sem Clóvis Moura - na senzala a resistência, no quilombo a liberdade: a obra de Clóvis Moura**. In: SANTOS, J.R.Q; DUTRA, M.R.P. (Org.). **Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007. p. 115-133.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O serviço social na cena contemporânea**. In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IANNI, O. A construção da categoria. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, abril 2011, p. 397-416. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917/7480>. Acesso em 25/01/2017.

_____. **Pensamento social no Brasil.** São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil. Entrevista. Estudos Avançados, vol.18 nº. 50. São Paulo Jan./Abril, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103_40142004000100002. Acessado em 05 de dezembro de 2007.

_____. A Dialética das Relações Raciais, 2003. Digitalizado. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br>. Acessado em 05 de dezembro de 2007.

_____. A questão social. In: São Paulo em Perspectiva, 5 (1) p.p. 2-10, janeiro/março, 1991.

_____. Materialismo histórico e questão racial. In: Estudos Afro-asiáticos, nº 12, 1986.

_____. **Dialética e capitalismo.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.

_____. **Escravidão e racismo.** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **As metamorfoses do escravo.** Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 2ªed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBGE. Características Étnico-raciais da População: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. In: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2011.

_____. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010. Digitalizado. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2010/SIS_2010.pdf. Acessado em 25 de novembro de 2011.

_____. Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios (Resultados do universo). In: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/>

populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf. Acesso em 25/04/2013.

_____. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Algumas características da força de trabalho por cor ou raça. 4º trimestre de 2016. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf. Acessado em 10 de setembro de 2017.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

JACINO, R. **O branqueamento do trabalho**. São Paulo: Nefertiti, 2008.

JAIME, P.; LIMA, A. Entrevista com o Prof. Kabengele Munanga. In: Revista de Antropologia de Antropologia. São Paulo: USP, 2013, v. 56, nº 1. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/download/64518/67166>. Acessado em 16/10/2017.

LOWY, M. **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3. ed., ampliada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do ser social**. Livraria Editora de Ciências Humanas, 1978.

_____. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

MACHADO, E. A. Pensamento Social Brasileiro: algumas notas. In: GONÇALVES, M. A. R. (org.). **Educação, Cultura e Literatura Afro-brasileira**: contribuições para a discussão da questão racial na escola. Rio de Janeiro: Quartet; NEAB SEMPRE NEGRO, 2007.

MAIO, M. C.; SANTOS, R.V. O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. In: RBCS, vol. 14, nº 41, 1999.

MARQUES Jr., J. S. Questão racial e Serviço Social: um olhar sobre sua produção teórica antes e depois de Durban. In: Libertas, volume 13, nº 1. Juiz de Fora: PPGSS; UFJF, 2013.

_____. Serviço Social e questão racial: um balanço da produção teórica no Pós-Durban. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 2007.

MARTINS, T.C.S. "Questão social" e questão étnico-racial: pistas para o debate na formação profissional. In: GONÇALVES, M. da C.V. [et al]. (orgs.). **Serviço Social no debate cotidiano**: fundamentos, formação e exercício da profissão. Sergipe: UFS, 2015.

MARX, K. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para a crítica da economia política**. Introdução. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo. Martins Fontes, 1983.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____; _____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Global, 1981. p. 24-25.

MATTOS, M. B. **Escravidados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

_____. Trajetória entre fronteira: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. In: Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

_____; VEGA, R. (orgs.). **Trabalhadores e ditaduras**: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____; GOLDMACHER, M.; TERRA, P.C. (orgs.). **Faces do trabalho**: escravizados e livres. Rio de Janeiro: EdUFF, 2010.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. Parâmetros curriculares nacionais, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acessado em 10/11/2017.

MENEZES, F. C. de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. In: Libertas. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. nº 1, volume 13. Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2687/1943>. Acessado em 02 de abril de 2015.

MESQUITA, É. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, vol. 25, n.3, 2003. 557-577.

_____. **Clóvis Moura**: uma visão crítica da história social brasileira. Campinas: IFCH/UNICAMP (Dissertação de mestrado em Sociologia), 2002.;

MÉZSÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. de. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: Rev. Katálysis. Florianópolis v. 10 n. esp. 2007. p. 37-45.

MINAYO, M.C.de S. (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Zumbi, 1959.

_____. **O negro, de bom escravo à mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

_____. **A sociologia posta em questão**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. **Rebeliões da senzala**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988a.

_____. **As injustiças de Clio** – o negro na historiografia brasileira. Oficina de livros, Belo Horizonte, 1990.

_____. **Dialética radical do Brasil negro**. Anita: São Paulo, 1994.

_____. A dinâmica político-ideológica do racismo no novo contexto internacional. In: São Paulo em Perspectiva, 8(3), 1994a. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n03/v08n03_10.pdf. Acessado em 14/03/2016.

_____. O racismo como arma ideológica de dominação, 1994b. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/233955-8>. Acessado em 14/03/2016

_____. A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita. Entrevista. In: Princípios. Revista teórica, política e de informação. Maio-Julho, 1995. Disponível em: <https://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/>. Acessado em 16/04/2016.

_____. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. 1. ed, 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2013.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Cadernos PENESB nº 5, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb%205%20%20Texto%20Kabenquele%20Munanga.pdf>. Acessado em 14/03/2016.

_____. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, A. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, A. do; SANTOS A. P. dos. Núcleos de Estudos Afro-brasileiros em instituições de Educação básica e profissional: experiências na FAETEC e no Degase. In: MARQUES; E.P.S.; SILVA, W.S. (orgs.). **Educação, relações étnico-raciais e resistência**: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. Assis-SP: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: *Temporalis*, ano 2, n.º 3. Brasília: ABEPSS: 2001.

_____; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco**: estudo das relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

OLIVEIRA, F. N. de. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. OLIVEIRA, F. N. Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. *Plural* (São Paulo. Online), v. 18, n. 1, p. 45-64, Jan. 2011.

_____. **Clóvis Moura**: trajetória intelectual, práxis e resistência negra. Salvador: EDUNEB, 2016.

ORITZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIXÃO, M. J. de P. **500 anos de solidão**: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. Curitiba: Appris, 2013.

_____. **A lenda da modernidade encantada**: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação. Curitiba: CRV, 2014.

_____. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A; LPP/UERJ. 2003.

PAIXÃO, M. et al. (Org.). **Relatório anual das desigualdades raciais**. 2009-2010. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Garamond. 2010. Disponível em: http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/relatorios%20pdf/Relat%C3%B3rio_2009-2010. Acesso em: 12 out. 2015.

PAULA, A. B. de. Construindo discursos que constroem sujeitos? Um debate sobre a contribuição da Lei 10.639/2003 na luta antirracista. In: O social em questão. Ano 20, n. 37 - jan.-abr./2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1&inford=519&sid=52. Acessado em 06 de setembro de 2017.

PEREIRA, A. M.; SILVA, J. da (orgs.). **O Movimento Negro Brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PEREIRA, A. A. **O mundo negro**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PIERSON, D. **Branco e pretos na Bahia**. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

PINTO, E. A. **O serviço Social e a questão étnico-racial** (um estudo de sua relação com usuários negros). São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 11^o reimpressão da 23^a edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

PONTES, R.N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

QUERINO, M. O colono preto como fator da civilização brasileira. Imprensa Oficial do Estado da Bahia. 1918. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20815>. Acesso em 20 de junho de 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tonico/2s2012/Texto_1.pdf. Acessado em 03/04/2015.

_____. Na América Latina a precarização e a flexibilização do trabalho foram muito mais longe que nos países 'centrais'. Entrevista. Disponível em: <http://historiaemprojetos.blogspot.com.br/2008/10/entrevista-com-o-sociologo-peruano-anbal.html>. Acessado em 15/07/2016.

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Revista Movimento da União Nacional dos Estudantes (RMUNE). Memória Entrevista com Clóvis Moura (1981). Disponível em: <http://www.circulopalmarino.org.br/2010/11/memoria-entrevista-com-clovis-moura-1981/>. Acessado em 01/11/2014.

RIBEIRO, M. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. In Serviço Social e Sociedade, nº 79. São Paulo: Cortez, 2004.

ROCHA, R. F. A Questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, nº 99. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social da UFRJ. 2014. Mime.

ROSEVICS, L. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, G.; ROSEVICS, L. (org.). **Diálogos internacionais**: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

RUY, J.C. Clóvis Moura investigava o passado histórico para compreender melhor as lutas do presente. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 32

SALGUEIRO, M. A. A. (org.) **A República e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SANTOS, I. A. dos. **O movimento negro e o Estado (1983-1987)**: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo. São Paulo: CONE; Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2006.

SHIOTA, R.R. Guerreiro Ramos e a questão racial no Brasil. In: Temáticas, Campinas, 22, (43): 73-102, fev./jun. 2014.

SILVA, M.E.P. da. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

SILVA FILHO, J. B. **O Serviço Social e a questão do Negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

SISS, A. **Afro-brasileiros, cotas e ações afirmativas**: Razões Históricas. São Paulo: Quartet, 2003.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPTIZER, L. **Vidas de entremeio**. Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental (1780-1945). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

TERCEIRA INTERNACIONAL COMUNISTA. Teses Acerca do Movimento Revolucionário nos Países Coloniais e Semi-Coloniais. Sexto Congresso da Internacional Comunista.1 de setembro de 1928. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm. Acessado em 01 de outubro de 2017.

VALENTIM, S. dos S. NEAB/CEFET-MG – Práxis pedagógica antirracista: aproximações e diálogo com professores. In: MARQUES; E.P.S.; SILVA, W.S. (orgs.).

Educação, relações étnico-raciais e resistência: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. Assis-SP: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

VÁZQUEZ, A.S. **Filosofia da práxis.** Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, C.S. Clóvis Moura e a fundação do IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 9, n. 22, p. 349-368, jun. 2017. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/252>. Acesso em: 25 jul. 2017.

WARE, V. (org.). **Branquidade:** identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ANÁLISE

- A) **Identificação e caracterização da obra:** tema central; objetivo; identificação das referências bibliográficas marxistas; identificação do paradigma teórico-metodológico e conexão com os objetivos da obra; identificação do método de pesquisa e do método de exposição na estrutura e dinâmica da obra (descrição do movimento do real); identificação das categorias metodológicas; pertinência das categorias aos objetivos da obra; instrumentos e técnicas de pesquisa utilizados pelo autor.
- B) **Contribuição da obra para o estudo:** reflexões, questionamentos e encaminhamentos suscitados pela leitura da obra; o que a obra representa na trajetória do autor; a obra dialoga com as outras selecionadas para análise; como estabelece diálogos com outros autores relevantes do seu tempo; como dialoga com o campo de estudos das relações raciais; como apresenta elementos que confirmam ou não a hipótese sobre a construção da categoria práxis negra; aspectos contraditórios e/ou anacrônicos dos argumentos usados pelo autor na obra; quais as contribuições inéditas ao tema abordado.
- C) **Síntese analítica:** considerações a partir do referencial teórico da pesquisa e dos dados coletados; verificação crítica dos objetivos e hipóteses propostos.

APÊNDICE B – SISTEMATIZAÇÃO DE PRODUÇÕES SOBRE CLÓVIS MOURA

Todas as referências estão disponíveis em <http://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/>, com exceção da que está indicada*.

DISSERTAÇÕES		
Autor(a)	Título	Local/Ano
SOUZA, G.O. de	Rebeliões da Senzala: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro	UFRRJ, 2013
*FERREIRA, M.V.N.	“Raça” e classe no pensamento social brasileiro: uma abordagem sobre a obra de Clóvis Moura	UFAL, 2013
OLIVEIRA, F.N. de.	Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra	UFF, 2009
MESQUITA, É.	Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira	UNICAMP, 2002
ARTIGOS		
Autor(a)	Título	Ano
BUONICORE, A	O pensamento radical de Clóvis Moura	2015
ANDRADE, J. M.V. de	Clovis Moura, engajamento, escrita e crítica literária	2014
TOKARSKI, C.R.; LIMA, D. L.; QUEIROZ, I.P. de; PROHMANN, M	O sujeito negro e a educação tecnológica: potencialidades a partir de aproximações conceituais de Clovis Moura e Andrew Feenberg	2014

Autor(a)	Título	Local/Ano
OLIVEIRA, D. de.	Uma análise marxista das relações raciais	2014
MAESTRI, M.	Dez anos sem Clóvis Moura	2013
MONTEIRO, W.	Clóvis Moura e sua visão sobre o negro na dinâmica da luta de classes no Brasil	2012
ANDRADE, J. M.V. de.	Cidadania e questões raciais na produção intelectual de Clóvis Moura, na segunda metade do século XX	2011
OLIVEIRA, F.N. de.	Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura	2011
SOUZA, G.O. de.	Clóvis Moura e o livro Rebeliões da Senzala: um breve panorama sobre o debate da resistência escrava	2010
RIBEIRO, C.C. R.	Considerações iniciais sobre a produção histórico-sociológica de Clóvis Moura	2008
MOLINA, T. dos S.	Clóvis Moura. Vida intelectual e Arquivo Pessoal	2008
RUY, J.C.	Um intelectual marxista indignado e generoso	2004
MAESTRI, M.	Brasil: a visão germinal de Clóvis Moura	2004

Autor(a)	Título	Local/Ano
PEREIRA, J.B.B.	O último legado de Clóvis Moura	2004
MESQUITA, É.	Clóvis Moura (1925-2003)	2004
RUY, J.C.	Clóvis Moura investigava o passado histórico para compreender melhor as lutas do presente	2004
MESQUITA, É.	Clóvis Moura e a sociologia da práxis	2003
FARIAS, M.	Pensamento social e relações raciais no Brasil: convergências e divergências nas obras de Clovis Moura e Octavio Ianni	s.d.
FARIAS, M.	Classe e raça no pensamento de Clóvis Moura	s.d.
RESENHAS		
Autor(a)	Título	Ano
SILVA, D.R.	Clóvis Moura e a Sua Rebelião. Resenha de Rebeliões da Senzala	2015
RUY, J.C.	Um clássico sobre a luta de classes no Brasil	s.d.

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO		
Auto(a)	Título	Ano
PACHECO, D.R.	Clóvis Moura e Florestan Fernandes: O protesto escravo na derrocada do sistema escravista nas obras Rebeliões da senzala e Brancos e negros em São Paulo	2015

APÊNDICE C – SISTEMATIZAÇÃO DE LIVROS PUBLICADOS POR CLÓVIS MOURA

Fonte: OLIVEIRA, F.N. Clovis Moura e a sociologia da práxis negra. Dissertação. Anexos. Currículo Clóvis Moura. UFF, 2009.

LIVROS PUBLICADOS		
Título	Ano	Editora
Rebeliões da Senzala	1959	Zumbi
Espantalho na Feira	1962	Fulgor
Argila da Memória	1962	Fulgor
Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha	1964	Civilização Brasileira
Âncora no Planalto	1964	Brasil
Rebeliões da Senzala (2ª Edição aumentada)	1972	Conquista
O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel	1976	Resenha Universitária
Sociologia de la Práxis	1977	Siglo XXI (México)
O Negro: de bom escravo a mau cidadão?	1977	Conquista
Manequins Corcundas	1978	Parma
A Sociologia Posta em Questão	1978	Ciências Humanas
Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro	1979	Brasil
Rebeliões da Senzala (3ª Edição)	1981	Ciências Humanas
Os Quilombos e a Rebelião Negra	1981	Brasiliense
Os Quilombos e a Rebelião Negra (2ª edição)	1981	Brasiliense
Argila da Memória (2ª Edição)	1982	Corisco
Os Quilombos e a Rebelião Negra (3ª edição)	1983	Brasiliense
Brasil: Raízes do Protesto Negro	1983	Global
O Negro no Mercado de Trabalho	1986	Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra
História de João da Silva	1986	Corisco
Devoremos a esfinge antes que ela nos decifre	1987	Separata da Revista Princípios, n. 40

Sociologia do Negro Brasileiro	1988	Ática
Rebeliões da Senzala (4ª edição ampliada)	1988	Mercado Aberto
Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio	1988	Separata de Estudos Econômicos–USP, número especial
Rapporti Schvisti em Brasile um secolo doppo l'Abolicione	1988	Separata do Movimento Operário e Socialista, n. 2, Roma
História do Negro Brasileiro	1989	Ática
As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira	1989	Oficina de Livros
Dialética Radical do Brasil Negro	1994	Anita
Flauta de Argila	1995	Fundação Mons. Chaves – Teresina;
A República de Palmares e o seu significado sócio-político	1995	Assembleia Legislativa de São Paulo
Bahia de Todos os Homens	1997	BDA
Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos	2000	Expressão Popular
Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil	2001	EDUFAL
Dicionário da escravidão negra no Brasil	2013	EDUSP

APÊNDICE D – SISTEMATIZAÇÃO DE ARTIGOS PUBLICADOS POR CLÓVIS MOURA

ARTIGOS PUBLICADOS EM REVISTAS E PERIÓDICOS (Excluídos os artigos literários). Fonte: OLIVEIRA, F.N. Clovis Moura e a sociologia da práxis negra. Dissertação. Anexos. Currículo Clóvis Moura. UFF, 2009.

ARTIGOS		
Título	Ano	Revista/Periódico
No Cinquentenário de Os Sertões	1952	Fundamentos, nº 28
Euclides da Cunha e a Realidade Nacional	1954	Fundamentos, nº 38
A Situação do Brasil como Nação Soberana	1955	Fundamentos, nº 40
A Independência: fruto de lutas populares	1955	Notícias de Hoje 07/09/1955
A Grande Insurreição dos Escravos Baianos	1958	Revista Brasiliense, nº 16
Nota sobre o Negro no Sertão	1959	Revista Brasiliense, nº 24
Congresso Brasileiro de Sociologia	1962	Revista Brasiliense, nº 41
Uma Abordagem Sociológica do Conceito de História	1968	Revista Academia Piauiense de Letras
Achega para uma Biografia de Tiradentes	1970	Boletim Bibliográfico da Biblioteconomia Mário de Andrade, nº 27
Revoltas de Escravos em São Paulo	1970	Revista do Arquivo Municipal (SP), vol. CLXXXI
Gama Rosa: precursor da Sociologia no Brasil	1972	Boletim da Biblioteconomia Mário de Andrade, nº 29
Sobre a Sociologia do Trabalho	1973	A Folha 28/11/1973
Role Du noir dans l'emancipation de l'Amerique Latine	1974	Le Soleil (Arts & Lettres), nº 1222

Da Falácia da Sociologia e da Necessidade de uma Anti-Sociologia	1974	Jornal de Debates Abril
Negritude: uma solução, nunca um dilema	1974	Jornal de Debates s.d.
Portugal Lusotropicalismo	1974	Jornal de Debates Junho
O Precursor do Abolicionismo: Zumbi	1974	Jornal de Debates Maio
Uma Reunião de Alto Gabarito Científico: colóquio sobre negritude e América Latina	1974	A Tribuna 17/02/1974
O Direito de ser Homem e a Coragem de Reclamá-lo	1974	Jornal de Debates Agosto
A Tragédia Camponesa de Canudos	1976	Movimento
O Negro após a Abolição	1977	Revista de História e Arte, Belo Horizonte, nº 10
Mascarados de Brancos	1977	Movimento Abril
Os Combatentes Traídos	1977	Movimento
O Diálogo da História e os Historiadores do Diálogo	1977	Movimento Janeiro
Um Crítico Social do Século XIX	1977	Jornal do Comércio de Recife 24/07/1977
Noventa Anos da Abolição	1977	Movimento Junho
Inconfidência Mineira: uma utopia republicana	1977	Movimento Abril
A Ciência não está no Mundo da Lua	1977	Movimento Julho
Calabar: a traição da história	1978	Movimento Setembro
A Emergência Ideológica do Negro Urbano	1978	Capoeira Agosto

Climate of Terror	1979	Index, London, Vol. 81/nº 4
Os grandes racionalizadores da dominação política	1979	Leia Livros Setembro
O jornalismo como elemento equilibrador na obra de Euclides da Cunha	1979	Jornal de Piracicaba Agosto
João Cândido entra na história	1980	Correio das Artes de João Pessoa
Mimbó	1984	D. O. Leitura
O Racista Casamento à Brasileira	1984	Folha de São Paulo 23/12/1984
Preconceito Racial Aumenta Desemprego	1984	Jornal do Grande ABC 12/03/1984
O Negro busca sua Verdadeira Face	1984	Folha de São Paulo 18/03/1984
O Regresso à Mãe África	1985	Folha de São Paulo 21/01/1985
Corrupção sustentava Tráfico	1985	Folha de São Paulo 21/01/1985
O Racismo na Sociedade Brasileira	1985	Tribuna Operária 18/11/1985
Será que Negro vota em Negro?	1986	Diário do Grande ABC 02/02/1986
O Negro Urbano Emergente: novos aspectos da questão racial	1987	D. O. Leitura Maio
A Negritude Reinterpretada	1987	Diário do Grande ABC – 15/03/1987
Lima Barreto e a Militância Literária	1987	Princípios, nº 2
Estratégia do Imobilismo Social contra o Negro no Brasil	1988	Revista São Paulo em Perspectiva –Vol. II –Abril/Junho
Cent' Anni dall'abolizione della Schiavitù	1988	Brasile – Revista Latinoamérica, nº 29 – Roma

Trajectoria da Abolição em São Paulo	1988	Revista do Arquivo Nacional–Vol. 3, n. 1
Cem Anos da Abolição do Escravismo no Brasil	1988	Princípios, nº. 15
Luta em São Paulo. Uma luta diferente	1988	Jornal da Tarde 14/05/1988
Quilombagem e Abolicionismo: divergências e convergências	1988	D. O. Leitura 06/01/1988
É Chegada a Hora de Refletir	1988	Diário Popular 13/05/1988
Rapporti Schiavisti in Brasile um secolo dopo L'Abolizionell	1988	Movimento Operário Socialista– nº. 2 – Roma
A Réplica de... e o Vento Levou	1989	Jornal do Brasil–RJ –18/02/1989
Uma Utopia Anticolonialista	1989	Voz da Unidade –número especial – Abril

**APÊNDICE E – SISTEMATIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS MARXIANAS E MARXISTAS CITADAS EM REBELIÕES
DA SENZALA 1ª ED.**

Rebeliões da Senzala 1ª EDIÇÃO – 1959		
I - Trabalhos sobre a caracterização da sociedade colonial brasileira, metodologia histórica e sistemas globais		
Autor	Referência	Ano publicação
CHILDE, G.	Que sucedió em la Historia	s.d.
OLMEDA, M.	Sociedades precapitalistas: introducción a las sociedades preclásistas	s.d.
RODINSON, M.	L'étude des sociétés "primitives" a la lumière de L'ouvrage d'Engels	1956
MARX, K.; ENGELS, F.	O manifesto comunista	s.d.
EFIMOV, A.; FREIBERG, N.	História da época do capitalismo industrial	1945
GHIOLDI, R.	Gilberto Freyre, um passo atrás no Pensamento Brasileiro	s.d.
MARX, K.; ENGELS, F.	La guerra civil em los Estados Unidos	s.d.
QUEIROZ, M. V. de	Uma garganta e alguns níqueis: história de Silva Jardim, o herói da propaganda republicana	1947
PEREIRA, A.	Interpretações	1944
PRADO Jr. C.	História Econômica do Brasil	1949
MORAIS, E. de	A escravidão africana no Brasil: (das origens à extinção)	1933
PEREIRA, A.	Lutas operárias que antecederam a fundação do Partido Comunista do Brasil	1952

DIAS, E.	Lutas operárias no estado de São Paulo	1954
LINHARES, H.	As greves operárias no Brasil durante o primeiro quartel do século XX	1958
II- Trabalhos sobre interpretações e história da sociedade brasileira; Trabalhos regionais sobre a escravidão		
CARNEIRO, E.	O Quilombo dos Palmares	1947
PRADO Jr, C.	Evolução Política do Brasil	1947
CARNEIRO, E.	Antologia do Negro Brasileiro	1950

**APÊNDICE F – SISTEMATIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS MARXIANAS E MARXISTAS CITADAS EM REBELIÕES DA
SENZALA 4ª ED.**

Rebeliões da Senzala 4ª EDIÇÃO – 1988		
I - Trabalhos teóricos sobre metodologia histórica e sistemas globais.		
Autor	Referência	Ano publicação
Academia de Ciência da URSS	Manual de economia política	1960
Academia de Ciência da URSS	Materialismo dialético	1965
AZEVEDO, T. de.	Ensaio de antropologia social	s.d.
ASTRADA, C.	Humanismo y dialéctica de la libertad	1960
BOTTOMORE, T. B. e RUBEL, M.	Sociologia e filosofia de Karl Marx	1964
BLOCH, Leon.	Luchas sociales en la Antigua Roma; El origen de las classes y las relaciones económicas.	1946
COLLINGWOOD, R.G.	A ideia de História	s.d.
COSTA PINTO, L. A.	Sociologia e desenvolvimento.	1963
EFIMOV, A e FREIBERG, N.	História da época do capitalismo industrial	1945
ENGELS, F.	Anti-Düring.	1945
ENGELS, F.	Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofia clásica alemana	1946
ENGELS, F.	Origen de la familia, de la propiedad privada y del Estado	s.d.
ENGELS, F.	As guerras camponesas na Alemanha.	1946
FERNANDES, F.	Sociologia numa era de revolução social.	1963
FERNANDES, F.	Ensaio de sociologia geral e aplicada	1960
GRAMSCI, A.	Concepção dialética da História	1966
JASJACHIJ, F.	La cognoscibilidad del mundo	s.d.
JOJA, A.	A lógica dialética	1965

KOUCINIEN, O.V. et al.	Fundamentos do marxismo-lêninismo	1962
LABRIOL, A.	Ensaio sobre o materialismo histórico	s.d.
LEFEBVRE, H e GUTERMAN, N.	Que es la dialéctica	1959
LÊNIN, V.I.	Materialismo e empiriocriticismo	1946
LUKACS, G.	Existencialismo ou marxismo?	1967
MARX, K.	O trabalho assalariado e capital	1954
MARX, K.	El Capital	s.d.
MARX, K.	Salário, preço e lucro	1963
MARX, K. e ENGELS, F.	A sagrada família	s.d.
MARX, K. e ENGELS, F.	A ideologia Alemã	1953
NIZAN, P. I.	Trechos escolhidos de Karl Marx sobre filosofia	1946
PIETRE, A.	Marx et Marxisme	1956
PLEJANOV, J.	Questiones fundamentales del Marxismo.	s.d.
PRADO Jr., C.	Dialética do conhecimento	1955
SODRÉ, N. W.	A ideologia do colonialismo	1961
TUNG, M. T.	A propósito de la práctica	s.d.
II- Trabalhos sobre interpretações e história da sociedade brasileira		
Autor	Referência	Ano
BONFIM, M.	O Brasil	1940
BONFIM, M.	O Brasil nação	1931
CHACON, V.	História das ideias socialistas no Brasil	1965
CRUZ COSTA, J.	Contribuição à história das ideias no Brasil	1956
PRADO Jr, C.	História Econômica do Brasil	1949
PRADO Jr, C.	Formação do Brasil Contemporâneo	1957
PRADO Jr, C.	Evolução Política do Brasil e outros ensaios	1957

SANTOS, J.R et ali	História Nova do Brasil	s.d.
SODRÉ, N. W.	Formação da sociedade brasileira	1944
SODRÉ, N. W.	Formação histórica do Brasil	s.d.
SODRÉ, N. W.	Panorama do Segundo Império	1939
SODRÉ, N. W.	História militar do Brasil	1965
SODRÉ, N. W.	História da imprensa no Brasil	1966
III- Trabalho sobre história da escravidão e o progresso negro.		
Autor	Referência	Ano
CARNEIRO, E.	O Quilombo dos Palmares	1947
COSTA PINTO, L. A.	O Negro no Rio de Janeiro	1953
FERNANDES, F.	A integração do negro na sociedade de classe	1965
FERNANDES, F.	Mudanças sociais no Brasil	1960
IANNI, O.	As metamorfoses do escravo	1962
MORAES, E.	A escravidão africana no Brasil	1933
MORAES, E.	A Campanha Abolicionista	1924
IV - Trabalhos regionais ou de fases da história que se relacionam com a escravidão		
Autor	Referência	Ano
CARNEIRO, E.	A insurreição praieira	1960
PEREIRA, A.	Interpretações	1944

**APÊNDICE G – SISTEMATIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS MARXIANAS E MARXISTAS CITADAS EM O NEGRO DE BOM
ESCRAVO À MAU CIDADÃO?**

O Negro de Bom Escravo a Mau Cidadão		
I - Trabalhos teóricos sobre metodologia histórica e sistemas globais		
Autor	Livro	Ano publicação
ARAUJO, H.	A Dialética nas Ciências Sociais	1972
BURKARIN, N.	Tratado de Materialismo Histórico	1970
BONFIM, MANUEL	A América Latina	1965
BERNAL, J. D.	Historia Social de la Ciencia	1964
BALANDIER, G.	Entretien sur les problemes actuelles de la sociologie	1967
CANDIDO, A.	Os parceiros do Rio Bonito	1937
CARNEIRO, E.	Negros Bantus	1937
CARNEIRO, E.	Candomblés da Bahia	1961
CARNEIRO, E.	A Sabedoria Popular	1957
CARNEIRO, E.	Cultos Africanos no Brasil	1972
CARNEIRO, E.	Folgedos Tradicionais	1974
CARNEIRO, E.	Antologia do Negro Brasileiro	SD
CARNEIRO, E.	Ladinos e Crioulos	1964
COSTA PINTO, L.A.	O Negro no Rio de Janeiro	1953
COSTA PINTO, L.A.	Sociologia e Desenvolvimento	1963
DESANTI, D.	Quel Langage Parleront-ils Demain	1970
DEPESTRE, R.	Passaporte para o Haiti	1955
FERNANDES, F.	Mudanças Sociais no Brasil	1960

FERNANDES, F.	O Negro no Mundo dos Brancos	1972
FERNANDES, F.	Imigração e Relações raciais	1960
FERNANDES, F.	A integração dos Negros nas Sociedades de Classes	1965
FERNANDES, F.	Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento	1968
FREITAS, D. DE	Palmares a Guerra dos Escravos	1973
FERRAZ, A. COUTO	Volta à África	1939
FERRAZ, A. COUTO	Traços da Influência da Água na Paisagem Social do Nordeste e do Recôncavo	1939
FERRAZ, A. COUTO	O Escravo Negro na Revolução da Independência da Bahia	1939
FOULQUIÉ, P.	A Dialectica	1966
GODELIER, M.	El Modo de Producción Asiático	1966
GUIMARÃES, A. P.	Quatro Séculos de Latifundio	1964
GENOVESE, E. D.	Economia Política de la Escravitud	1970
GENOVESE, E. D.	Esclavitud y Capitalismo	1971
GUILLANT, L. DE	Réflexions sur Une Condition de Travail Particuliérent Pénible	1967
HAVERMANN, R.	Dialética Sem Dogma	1967
HOBBSAWN, E.J.	Bandidos	1975
HOBBSAWN, E.J.	Rebeldes Primitivos	1970
HOBBSAWN, E.J.	Las Revoluciones Burguesas	1971
IANNI, O.	As Metamorfoses do Escravo	1962
IANNI, O.	Sociologia e Sociedade no Brasil	1975
IANNI, O.	Raças e Classes sociais no Brasil	1972
IANNI, O.	Escravidão e Historia	1975
LIGHTFOOT, C. M.	O Poder Negro em Revolta	1969
LEFEBVRE, H.	Introdução a Modernidade	1969
LEFEBVRE, H.	Sociologia de Marx	1968
LEFEBVRE, H.	Que es la Dialectica	1959

LABRIOLA, ANTONIO	Ensaio sobre o Materialismo Histórico	SD
MARX, K.	El Capital	SD
MACHADO, D.	Os fundamentos Econômicos do Regionalismo	1945
MORAES, E.	A Escravidão Africana no Brasil	1933
MARIATÉGUI, J. C.	Sete Ensaio de Interpretação da realidade peruana	1974
PEREIRA, ASTROGILDO	Interpretações	1944
PEREIRA, ASTROGILDO	Crítica Impura	1963
PRADO JR., C.	História Econômica do Brasil	1949
PRADO JR., C.	Evolução política do Brasil e outros ensaios	1957
PRADO JR., C.	Formação do Brasil Contemporâneo	1957
MARTINS, I. P. DE	Introdução a Economia Brasileira	1961
PLEJANOV, G.	Questões Fundamentais del Marxismo	SD
RODRIGUES, L.	Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil	1966
SAFFIOTI, H.	A Mulher na Sociedade de Classes (mito e Realidade)	1969
SODRÉ, N. W.	História da imprensa no Brasil	1966
SODRÉ, N. W.	Introdução a Revolução Brasileira	1963
SODRÉ, N. W.	Formação da Sociedade Brasileira	1944
SODRÉ, N. W.	Formação Histórica do Brasil	SD
SCHARFF, A.	O marxismo e o individuo	1967
SCHARFF, A.	Conscience d' Une Classe et Conscience de Classe	1972
SCHARFF, A. ET. ALL.	Sociologia e Ideologia	1970
TRINDADE, S.	Cantares ao meu Povo	1962
TINHORÃO, J. R.	Música Popular de Índios, Negros e Mestiços	1972
ERIC, W.	Capitalismo Y Esclavitud	1973

**APÊNDICE H – SISTEMATIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS MARXIANAS E MARXISTAS CITADAS EM A SOCIOLOGIA
POSTA EM QUESTÃO**

A Sociologia posta em questão		
I - Trabalhos teóricos sobre metodologia histórica e sistemas globais.		
Autor	Referência	Ano publicação
Marx, K.	Herr Vogt	1947
Novikov, N.V.	De La Sociologie Bourgeoise 'du comportement social', in L' Homme et la société	1967
Morais Filho, E.	Sociologia Industrial da Empresa ou do Trabalho Simples Questão de Nomenclatura	1967
Echavarria, J. M.	Responsabilidad de La Inteligencia	1943
Marx, K.	El Capital	s.d.
Marx, K.	Obras Escolhidas Marx e Engels	s.d.
Marx, K.	Miséria da Filosofia	1946
Ossowisk, S.	Estruturas de Classes na Consciência Social	1964
Lange, O.	La Economia em las Sociedades Modernas	1966
Ash, W.	Marxismo e Moral	1965
Rodrigues, L.M.	Conflito Industrial e Sociologia Americana	s.d.
Baran, P. A.	Marxismo e Psicanalise	1962
Marx, K.; Engels, F.	L' Ideologie Allemande	s.d.
Cuvillier, A.	Introduccion a la Sociologia	1943
Machado Neto, A.L.	Marx e Manhein	1956

Selsam, H.	Socialismo y Etica	s.d.
	Métodos Sociológicos	
Marx, K.; Engels, F.	O Manifesto Comunista	s.d.
Lênin, V.I.	Obras Escogidas	1941
Mao Tse Tung	A proposito de La Pratica\En Torno a La Contradicción	s.d.
Prado Jr, C.	Notas Introdutórias a Lógica Dialética	1959
Prado Jr, C.	A Lógica da Sociologia	1967
Lefebvre, H.	Logique Formelle, Logique Dialectique	1947
Lefebvre, H.	Logica Formal y Logica Dialectica	1956
Plekhanov, G.	Dialectica y Lógica	s.d.
Kredov, B.	Las Relaciones entre La Lógica y el Marxismo	1954
Lênin, V.I.	Materialismo e Empiriocriticismo	s.d.
Porchnev, B.F.	Como o Historiador pode definir o Progresso	1967
Naville, P.	Leis Sociológicas e Ação de Massas	s.d.
Myrdal, G.	Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas	1960
Costa Pinto, L.A.	Desenvolvimento Econômico e Transição Social	1967
Furtado, C.	A Dialética do Desenvolvimento	1964
Echavarria, Jose Medina	Um Modelo Teórico de Desarrollo Aplicable em América Latina	1962
Furtado, C.	Pré-revolução	1962
Luxemburgo, R.	Reforma ou Revolução	SD
Ianni, O.	Economia e Sociedade na América Latina	SD
Engels, F.	Anti-Dhuring	1945
Lênin, V.I.	Obras Escolhidas	1941
Lênin, V.I.	Deslocamento de Classes	1946
Engels, F.	Ludwig Feurbach el fin de la Filosofia Clássica Alemana	1946
Marx, K.	Critica de La Filosofia del Estado de Hegel	1946
Lefebvre, H.	Marxisme et Sociologie	1948

Mao Tse Tung	Obras Escolhidas	SD
Gramsci, A.	Concepção Dialética da História	1966
Lefebvre, H. e Guteman, N.	Que és ela Dialéctica	1959
Lênin, V.I.	Marx-Engels-Marxismo	1948
Palme Dutt, R.	Problemas da História Contemporânea	1964
Lewis, John.	Ciência, Fé e Cepticismo	SD
Childe, G.	Que Sucedió em la Historia	1961
Pirenne, H.	Historia Economica y Social de la Idal Media	SD
Debrun, Michel	Ideologia e Realidade	1959
Rodrigues, J. H.	História e Historiadores do Brasil	1965

APÊNDICE I – SISTEMATIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS MARXIANAS E MARXISTAS CITADAS EM SOCIOLOGIA DO NEGRO BRASILEIRO

Sociologia do Negro Brasileiro		
Autor	Livro	Ano de publicação
SODRÉ, N. W.	História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos	1938
IOSSIF, G.; SEMION K.	Contra o colonialismo e o racismo	1978
TRAGTEMBERG, M.	Sobre Educação, Política e Sindicalismo	1982
MARX, K.	A miséria da filosofia	1946
CABRAL, A.	A arma da teoria	1978
STERN, B. J.	Concerning the distinction between the social and the cultural	1959
FERNANDES, F.	Imigração e Relações raciais a brasileira	1966
LIMA, H. F.	A formação industrial fundo cultural	1961
CUNHA, M. C.	Negros, estrangeiros	1985
COSTA PINTO, L.A.	O negro no Rio de Janeiro	1953
SODRÉ, N. W.	Panorama do Segundo Império	1939
COSTA PINTO, L.A.	Sociologia e Desenvolvimento	1963
CARNEIRO, E.	Candomblés da Bahia	1961
RAMOS, A.	O negro brasileiro	1940
ENGELS, F.	Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofia clásica alemana	1946
SANTOS, J. R. DOS	Zumbi	1986
CARNEIRO, E.	O Quilombo dos Palmares	1947
FREITAS, D. DE	Palmares a Guerra dos Escravos	1973
MARX, K.	Manuscritos economicos e filosóficos	1978
MARX, K.	Trabalho assalariado e capital	s.d.
CARDOSO, C. F.	A afro América escravidão no novo mundo	1982
CARDOSO, C. F.	Modo de Produção escravista colonial na América	1975
SODRÉ, N. W.	A história da imprensa no Brasil	1966

MARX, K.	Le capital	1949
GOULART, J. A.	Da fuga ao suicídio (aspectos da rebeldia negra no Brasil)	1972
SALLES, V.	O negro no Pará	1971
SODRÉ, N. W.	Brasil. Radiografia de um modelo	1975
MARTINS, I. P.	Introdução a Economia Brasileira	1961
CHIAVENATO, J. J.	Os voluntários da pátria e outros mitos	1983
CHIAVENATO, J. J.	O Negro no Brasil (da senzala `a guerra do Paraguai)	1967
POMER, L.	Paraguai: nossa guerra contra esse soldado	s.d.
ANDRADE, M. C. DE	Escravidão e trabalho "livre" no Nordeste açucareiro	1985
LINHARES, H.	Contribuição à história das lutas operarias no Brasil	1976
QUEIROZ, M. V. DE	As primeiras lutas operárias no Brasil	1946
VIOTTI, E. DA C.	Da senzala a colônia A abolição	1986
GENOVESE, E.	Da rebelião a revolução	1983

**APÊNDICE J – SISTEMATIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS MARXIANAS E MARXISTAS CITADAS EM DIALÉTICA
RADICAL DO BRASIL NEGRO**

Dialética radical do Brasil negro		
Do Escravidão pleno ao Escravidão tardio		
Autor	Livro	Ano de publicação
MARX, K.	Miséria da Filosofia	1946
PRADO Jr., C.	Métodos sociológicos	1949
GORENDER, J.	Correntes sociológicas no Brasil	1958
FERNANDES, F.	A sociologia numa era de revolução social	1963
IANNI, O.	Sociologia da sociologia latino-americana	1971
COSTA PINTO, L.A.	Sociologia e desenvolvimento	1963
COSTA PINTO, L.A.	Sociologia e mudança social	1961
MARX, K.	Trabalho assalariado e capital	1954
MARX, K.	O capital, Livro 3, vol. 6	s.d.
SIMÕES, C.	Direito do trabalho e modo de produção capitalista	1979
CARDOSO, C. F.	Escravo ou camponês – o protocampesinato negro nas Américas	1987
CARNEIRO, E.	A cidade do Salvador 1549 – uma reconstituição histórica	1980
SALLES, V.	O negro no Pará	1971
FREITAS, D.	Cabanos – os guerrilheiros do Imperador	1978
CARDOSO, C. F.	A afro-américa: a escravidão no Novo Mundo	1982
VIOTTI, E.	Da monarquia à República – momentos decisivos	1987
SODRÉ, N. W.	História da burguesia brasileira	1964
PRADO Jr., C.	História econômica do Brasil	s.d.
EISENBERG, P.	Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco	1977
LIMA, H. F.	Histórias político-econômica e industrial do Brasil	1976
GUIMARÃES, A. P.	Quatro séculos de latifúndio	1963
CHIAVENATO, J. J.	Genocídio americano: a guerra do Paraguai	1979
IOKOI, Z. M. G.	Lutas sociais na América latina	s.d.

POMER, L.	Paraguai: nossa guerra contra esse soldado	s.d.
Análises e interpretações sobre a revolução democrático -burguesa no Brasil		
FERNANDES, F.	A revolução burguesa no Brasil	1987
IANNI, O.	O ciclo da revolução burguesa	1984
ROIO, M.	A classe operária na revolução burguesa	1990
SODRÉ, N. W.	Capitalismo e revolução burguesa no Brasil	1990
SODRÉ, N. W.	História da burguesia brasileira	1964
SODRÉ, N. W.	Introdução à revolução brasileira	1963
BASTOS, A.	História da política revolucionária no Brasil	1969
BASTOS, A.	Prestes e a Revolução social	s.d.
BASBAUM, L.	História sincera da República	1986
PRADO Jr., C.	A Revolução brasileira	1966
GORENDER, J.	A burguesia brasileira	s.d.
MAZZEO, A. C.	Estado e burguesia no Brasil – origens da autocracia burguesa	1989
OLIVEIRA, F. de.	Revolução e contra-revolução no Brasil	1962
DECCA, E. de.	O silêncio dos vencidos	1981
População, miscigenação, identidade étnica e racismo		
RODNEY, W.	Como a Europa subdesenvolveu a África	1976

ANEXOS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. (*)

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana..

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, publicada em 25 de novembro de 1995, e com fundamentação no Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, e que a este se integra, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

§ 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

§ 3º Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material

(*) CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

§ 4º Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

Art. 5º Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de freqüentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Art. 6º Os órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, em suas finalidades, responsabilidades e tarefas, incluirão o previsto o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

§ Único: Os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988.

Art. 7º Os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004.

Art. 8º Os sistemas de ensino promoverão ampla divulgação do Parecer CNE/CP 003/2004 e dessa Resolução, em atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais.

§ 1º Os resultados obtidos com as atividades mencionadas no caput deste artigo serão comunicados de forma detalhada ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação e aos respectivos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, que forem requeridas.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Roberto Cláudio Frota Bezerra
Presidente do Conselho Nacional de Educação

PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 19/5/2004.

Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana		
CONSELHEIROS: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora), Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino Pinto de Ângelo e Marília Ancona-Lopez		
PROCESSO N.º: 23001.000215/2002-96		
PARECER N.º: CNE/CP 003/2004	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 10/3/2004

I – RELATÓRIO

Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/200, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

Juntam-se a preceitos analógicos os Art. 26 e 26 A da LDB, como os das Constituições Estaduais da Bahia (Art. 275, IV e 288), do Rio de Janeiro (Art. 306), de Alagoas (Art. 253), assim como de Leis Orgânicas, tais como a de Recife (Art. 138), de Belo Horizonte (Art. 182, VI), a do Rio de Janeiro (Art. 321, VIII), além de leis ordinárias, como lei Municipal nº 7.685, de 17 de janeiro de 1994, de Belém, a Lei Municipal nº 2.251, de 30 de novembro de 1994, de Aracaju e a Lei Municipal nº 11.973, de 4 de janeiro de 1996, de São Paulo.⁽¹⁾

Junta-se, também, ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001).

⁽¹⁾ Belém – Lei Municipal nº 7.6985, de 17 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar da Rede Municipal de Ensino, na disciplina História, de conteúdo relativo ao estudo da Raça Negra na formação sócio-cultural brasileira e dá outras providências”

Aracaju – Lei Municipal nº 2.251, de 30 de novembro de 1994, que “Dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar da rede municipal de ensino de 1º e 2º graus, conteúdos programáticos relativos ao estudo da Raça Negra na formação sócio-cultural brasileira e dá outras providências

São Paulo – Lei Municipal nº 11.973, de 4 de janeiro de 1996, que “Dispõe sobre a introdução nos currículos das escolas municipais de 1º e 2º graus de estudos contra a discriminação”

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.

Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática.

Em vista disso, foi feita consulta sobre as questões objeto deste parecer, por meio de questionário encaminhado a grupos do Movimento Negro, a militantes individualmente, aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, a professores que vêm desenvolvendo trabalhos que abordam a questão racial, a pais de alunos, enfim a cidadãos empenhados com a construção de uma sociedade justa, independentemente de seu pertencimento racial. Encaminharam-se em torno de mil questionários e o responderam individualmente ou em grupo 250 mulheres e homens, entre crianças e adultos, com diferentes níveis de escolarização. Suas respostas mostraram a importância de se tratarem problemas, dificuldades, dúvidas, antes mesmo de o parecer traçar orientações, indicações, normas.

Questões introdutórias

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para

uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

Políticas de Reparações, de Reconhecimento e Valorização, de Ações Afirmativas

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações.

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados.

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10639/2003, que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros.

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino.

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que,

velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual.

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra.

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, freqüentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de *ações afirmativas*, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos²², bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminações, tais como: a Convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001.

Assim sendo, sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converterão as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado ou institucionais, ao tomarem decisões e iniciativas com vistas a reparações, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à constituição de programas de ações afirmativas, medidas estas coerentes com um projeto de escola, de educação, de formação de cidadãos que explicitamente se esbocem nas relações pedagógicas cotidianas. Medidas que, convém, sejam compartilhadas pelos sistemas de ensino, estabelecimentos, processos de formação de professores, comunidade, professores, alunos e seus pais.

Medidas que repudiam, como prevê a Constituição Federal em seu Art.3º, IV, o “preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e reconhecem que todos são portadores de singularidade irredutível e que a formação escolar tem de estar atenta para o desenvolvimento de suas personalidades (Art.208, IV).

Educação das relações étnico-raciais

²² Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996
Petronilha 0215/SOS

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola.

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.

Contudo, o termo foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos. É importante, também, explicar que o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática.

Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes européias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática.

Os diferentes grupos, em sua diversidade, que constituem o Movimento Negro brasileiro, têm comprovado o quanto é dura a experiência dos negros de ter julgados negativamente seu comportamento, idéias e intenções antes mesmo de abrirem a boca ou tomarem qualquer iniciativa. Têm, eles, insistido no quanto é alienante a experiência de fingir ser o que não é para ser reconhecido, de quão dolorosa pode ser a experiência de deixar-se assimilar por uma visão de mundo que pretende impor-se como superior e, por isso, universal e que os obriga a negarem a tradição do seu povo.

Se não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objetos utilitários ou a semoventes, também é difícil descobrir-se descendente dos escravizadores, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados.

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente.

Como bem salientou Frantz Fanon³, os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantidos à margem, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos. Não fossem por estas razões, eles a teriam de assumir, pelo fato de usufruírem do muito que o trabalho escravo possibilitou ao país.

Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime.

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas.

Diálogo com estudiosos que analisam, criticam estas realidades e fazem propostas, bem como com grupos do Movimento Negro, presentes nas diferentes regiões e estados, assim como em inúmeras cidades, são imprescindíveis para que se vençam discrepâncias entre o que se sabe e a realidade, se compreendam concepções e ações, uns dos outros, se elabore projeto comum de combate ao racismo e a discriminações.

Temos, pois, pedagogias de combate ao racismo e a discriminações por criar. É claro que há experiências de professores e de algumas escolas, ainda isoladas, que muito vão ajudar.

Para empreender a construção dessas pedagogias, é fundamental que se desfaçam alguns equívocos. Um deles diz respeito à preocupação de professores no sentido de designar ou não seus alunos negros como negros ou como pretos, sem ofensas.

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. Em segundo lugar, cabe lembrar que preto é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros – branco, pardo, indígena - a cor da população brasileira. Pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da educação, para fins de seus estudos, agregam dados relativos a pretos e pardos sob a categoria negros, já que ambos reúnem, conforme

³FRANTZ, Fanon. **Os Condenados da Terra**. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

alerta o Movimento Negro, aqueles que reconhecem sua ascendência africana.

É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. Nesse processo complexo, é possível, no Brasil, que algumas pessoas de tez clara e traços físicos europeus, em virtude de o pai ou a mãe ser negro(a), se designarem negros; que outros, com traços físicos africanos, se digam brancos. É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, o Movimento Negro ressignificou esse termo dando-lhe um sentido político e positivo. Lembremos os motes muito utilizados no final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980, 1990: Negro é lindo! Negra, cor da raça brasileira! Negro que te quero negro! 100% Negro! Não deixe sua cor passar em branco! Este último utilizado na campanha do censo de 1990.

Outro equívoco a enfrentar é a afirmação de que os negros se discriminam entre si e que são racistas também. Esta constatação tem de ser analisada no quadro da ideologia do branqueamento que divulga a idéia e o sentimento de que as pessoas brancas seriam mais humanas, teriam inteligência superior e, por isso, teriam o direito de comandar e de dizer o que é bom para todos. Cabe lembrar que, no pós-abolição, foram formuladas políticas que visavam ao branqueamento da população pela eliminação simbólica e material da presença dos negros. Nesse sentido, é possível que pessoas negras sejam influenciadas pela ideologia do branqueamento e, assim, tendam a reproduzir o preconceito do qual são vítimas. O racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam.

Mais um equívoco a superar é a crença de que a discussão sobre a questão racial se limita ao Movimento Negro e a estudiosos do tema e não à escola. A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola.

Outro equívoco a esclarecer é de que o racismo, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento só atingem os negros. Enquanto processos estruturantes e constituintes da formação histórica e social brasileira, estes estão arraigados no imaginário social e atingem negros, brancos e outros grupos étnico-raciais. As formas, os níveis e os resultados desses processos incidem de maneira diferente sobre os diversos sujeitos e interpõem diferentes dificuldades nas suas trajetórias de vida escolar e social. Por isso, a construção de estratégias educacionais que visem ao combate do racismo é uma tarefa de todos os educadores, independentemente do seu pertencimento étnico-racial.

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de

reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira.

Tais pedagogias precisam estar atentas para que todos, negros e não negros, além de ter acesso a conhecimentos básicos tidos como fundamentais para a vida integrada à sociedade, exercício profissional competente, recebam formação que os capacite para forjar novas relações étnico-raciais. Para tanto, há necessidade, como já vimos, de professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimento étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las.

Até aqui apresentaram-se orientações que justificam e fundamentam as determinações de caráter normativo que seguem.

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Determinações

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e européia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas.

A autonomia dos estabelecimentos de ensino para compor os projetos pedagógicos, no cumprimento do exigido pelo Art. 26A da Lei 9394/1996, permite que se valham da colaboração das comunidades a que a escola serve, do apoio direto ou indireto de estudiosos e do Movimento Negro, com os quais estabelecerão canais de comunicação, encontrarão formas próprias de incluir nas vivências promovidas pela escola, inclusive em conteúdos de disciplinas, as temáticas em questão. Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino e aos professores, com base neste parecer, estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas,

abrangendo os diferentes componentes curriculares. Caberá, aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros.

Em outras palavras, aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação.

Precisa, o Brasil, país multi-étnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, idéias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis.

Para conduzir suas ações, os sistemas de ensino, os estabelecimentos e os professores terão como referência, entre outros pertinentes às bases filosóficas e pedagógicas que assumem, os princípios a seguir explicitados.

CONSCIÊNCIA POLÍTICA E HISTÓRICA DA DIVERSIDADE

Este princípio deve conduzir:

- à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos;
- à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira;
- à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados;
- à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, idéias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos;

- à busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas;
- ao diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns; visando a uma sociedade justa.

FORTALECIMENTO DE IDENTIDADES E DE DIREITOS

O princípio deve orientar para:

- o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida;
- o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas;
- o esclarecimento a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal;
- o combate à privação e violação de direitos;
- a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais;
- as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos, inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais.

AÇÕES EDUCATIVAS DE COMBATE AO RACISMO E A DISCRIMINAÇÕES

O princípio encaminha para:

- a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade;
- a crítica pelos coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores, das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las;
- condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças;
- valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura;
- educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro,

visando a preservá-lo e a difundi-lo;

- o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais;
- participação de grupos do Movimento Negro, e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial.

Estes princípios e seus desdobramentos mostram exigências de mudança de mentalidade, de maneiras de pensar e agir dos indivíduos em particular, assim como das instituições e de suas tradições culturais. É neste sentido que se fazem as seguintes determinações:

- O ensino de *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.
- O ensino de *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* se fará por diferentes meios, em atividades curriculares ou não, em que: - se explicitem, busquem compreender e interpretar, na perspectiva de quem o formule, diferentes formas de expressão e de organização de raciocínios e pensamentos de raiz da cultura africana; - promovam-se oportunidades de diálogo em que se conheçam, se ponham em comunicação diferentes sistemas simbólicos e estruturas conceituais, bem como se busquem formas de convivência respeitosa, além da construção de projeto de sociedade em que todos se sintam encorajados a expor, defender sua especificidade étnico-racial e a buscar garantias para que todos o façam; - sejam incentivadas atividades em que pessoas – estudantes, professores, servidores, integrantes da comunidade externa aos estabelecimentos de ensino – de diferentes culturas interatuem e se interpretem reciprocamente, respeitando os valores, visões de mundo, raciocínios e pensamentos de cada um.
- O ensino de *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas,³ particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais⁴, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos

³ § 2º, Art. 26A, Lei 9394/1996: Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

⁴ Neste sentido, ver obra que pode ser solicitada ao MEC: MUNANGA, Kabengele, org.. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília, Ministério da Educação, 2001.

laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares.

- O ensino de *História Afro-Brasileira* abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade.
- Datas significativas para cada região e localidade serão devidamente assinaladas. O 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, será tratado como o dia de denúncia das repercussões das políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira no pós-abolição, e de divulgação dos significados da Lei áurea para os negros. No 20 de novembro será celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, entendendo-se consciência negra nos termos explicitados anteriormente neste parecer. Entre outras datas de significado histórico e político deverá ser assinalado o 21 de março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.
- Em História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativos: - ao papel dos anciãos e dos griots como guardiões da memória histórica; - à história da ancestralidade e religiosidade africana; - aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; - às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábwe; - ao tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados; - ao papel de europeus, de asiáticos e também de africanos no tráfico; - à ocupação colonial na perspectiva dos africanos; - às lutas pela independência política dos países africanos; - às ações em prol da união africana em nossos dias, bem como o papel da União Africana, para tanto; - às relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora; - à formação compulsória da diáspora, vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África; - à diversidade da diáspora, hoje, nas Américas, Caribe, Europa, Ásia; - aos acordos políticos, econômicos, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora.
- O ensino de Cultura Afro-Brasileira destacará o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia a dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, entre outras.
- O ensino de Cultura Africana abrangerá: - as contribuições do Egito para a ciência e filosofia ocidentais; - as universidades africanas Timbuktu, Gao, Djene que floresciam no século XVI; - as tecnologias de agricultura, de beneficiamento de cultivos, de mineração e de edificações trazidas pelos escravizados, bem como a produção científica, artística (artes plásticas, literatura, música, dança, teatro) política, na atualidade .
- O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios,

inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (tais como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyrá Falcão dos Santos, entre outros).

- O ensino de História e Cultura Africana se fará por diferentes meios, inclusive a realização de projetos de diferente natureza, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes na diáspora, em episódios da história mundial, na construção econômica, social e cultural das nações do continente africano e da diáspora, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (entre outros: rainha Nzinga, Toussaint-L'Ouverture, Martin Luther King, Malcom X, Marcus Garvey, Aimé Césaire, Léopold Senghor, Mariama Bâ, Amílcar Cabral, Cheik Anta Diop, Steve Biko, Nelson Mandela, Aminata Traoré, Christiane Taubira).

Para tanto, os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, Educação Superior, precisarão providenciar:

- Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como em remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais.
- Apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo foco seja História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação das Relações Étnico-Raciais.
- Mapeamento e divulgação de experiências pedagógicas de escolas, estabelecimentos de ensino superior, secretarias de educação, assim como levantamento das principais dúvidas e dificuldades dos professores em relação ao trabalho com a questão racial na escola e encaminhamento de medidas para resolvê-las, feitos pela administração dos sistemas de ensino e por Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros.
- Articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando à formação de professores para a diversidade étnico-racial.
- Instalação, nos diferentes sistemas de ensino, de grupo de trabalho para discutir e coordenar planejamento e execução da formação de professores para atender ao disposto neste parecer quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao determinado nos Art. 26 e 26A da Lei 9394/1996, com o apoio do Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores do MEC.

- Introdução, nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação: de análises das relações sociais e raciais no Brasil; de conceitos e de suas bases teóricas, tais como racismo, discriminações, intolerância, preconceito, estereótipo, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença, multiculturalismo; de práticas pedagógicas, de materiais e de textos didáticos, na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais e do ensino e aprendizagem da História e cultura dos Afro-brasileiros e dos Africanos.
- Inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto dos cursos de licenciatura para Educação Infantil, os anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, como de processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior.
- Inclusão, respeitada a autonomia dos estabelecimentos do Ensino Superior, nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos cursos que ministra, de Educação das Relações Étnico-Raciais, de conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra. Por exemplo: em Medicina, entre outras questões, estudo da anemia falciforme, da problemática da pressão alta; em Matemática, contribuições de raiz africana, identificadas e descritas pela Etno-Matemática; em Filosofia, estudo da filosofia tradicional africana e de contribuições de filósofos africanos e afrodescendentes da atualidade.
- Inclusão de bibliografia relativa à história e cultura afro-brasileira e africana às relações étnico-raciais, aos problemas desencadeados pelo racismo e por outras discriminações, à pedagogia anti-racista nos programas de concursos públicos para admissão de professores.
- Inclusão, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis - estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino - de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, das discriminações, e ao reconhecimento, valorização e ao respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana.
- Previsão, nos fins, responsabilidades e tarefas dos conselhos escolares e de outros órgãos colegiados, do exame e encaminhamento de solução para situações de racismo e de discriminações, buscando-se criar situações educativas em que as vítimas recebam apoio requerido para superar o sofrimento e os agressores, orientação para que compreendam a dimensão do que praticaram e ambos, educação para o reconhecimento, valorização e respeito mútuos.
- Inclusão de personagens negros, assim como de outros grupos étnico-raciais, em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola, a não ser quando tratar de manifestações culturais próprias, ainda que não exclusivas, de um determinado grupo étnico-racial.
- Organização de centros de documentação, bibliotecas, mídiotecas, museus, exposições em que se divulguem valores, pensamentos, jeitos de ser e viver dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros, particularmente dos afrodescendentes.

- Identificação, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de fontes de conhecimentos de origem africana, a fim de selecionarem-se conteúdos e procedimentos de ensino e de aprendizagens;
- Incentivo, pelos sistemas de ensino, a pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.
- Identificação, coleta, compilação de informações sobre a população negra, com vistas à formulação de políticas públicas de Estado, comunitárias e institucionais.
- Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE).
- Divulgação, pelos sistemas de ensino e mantenedoras, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de uma bibliografia afro-brasileira e de outros materiais como mapas da diáspora, da África, de quilombos brasileiros, fotografias de territórios negros urbanos e rurais, reprodução de obras de arte afro-brasileira e africana a serem distribuídos nas escolas da rede, com vistas à formação de professores e alunos para o combate à discriminação e ao racismo.
- Oferta de Educação Fundamental em áreas de remanescentes de quilombos, contando as escolas com professores e pessoal administrativo que se disponham a conhecer física e culturalmente, a comunidade e a formar-se para trabalhar com suas especificidades.
- Garantia, pelos sistemas de ensino e entidades mantenedoras, de condições humanas, materiais e financeiras para execução de projetos com o objetivo de Educação das Relações Étnico-raciais e estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como organização de serviços e atividades que controlem, avaliem e redimensionem sua consecução, que exerçam fiscalização das políticas adotadas e providenciem correção de distorções.
- Realização, pelos sistemas de ensino federal, estadual e municipal, de atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagem de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais; assim como comunicação detalhada dos resultados obtidos ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação, e aos respectivos conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, quando for o caso.
- Adequação dos mecanismos de avaliação das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, tanto da educação básica quanto superior, ao disposto neste Parecer; inclusive com a inclusão nos formulários, preenchidos pelas comissões

de avaliação, nos itens relativos a currículo, atendimento aos alunos, projeto pedagógico, plano institucional, de quesitos que contemplem as orientações e exigências aqui formuladas.

- Disponibilização deste parecer, na sua íntegra, para os professores de todos os níveis de ensino, responsáveis pelo ensino de diferentes disciplinas e atividades educacionais, assim como para outros profissionais interessados a fim de que possam estudar, interpretar as orientações, enriquecer, executar as determinações aqui feitas e avaliar seu próprio trabalho e resultados obtidos por seus alunos, considerando princípios e critérios apontados.

Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras, Educação das Relações Étnico-Raciais e os Conselhos de Educação

Diretrizes são dimensões normativas, reguladoras de caminhos, embora não fechadas a que historicamente possam, a partir das determinações iniciais, tomar novos rumos. Diretrizes não visam a desencadear ações uniformes, todavia, objetivam oferecer referências e critérios para que se implantem ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário.

Estas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na medida em que procedem de ditames constitucionais e de marcos legais nacionais, na medida em que se referem ao resgate de uma comunidade que povoou e construiu a nação brasileira, atingem o âmago do pacto federativo. Nessa medida, cabe aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aclimatar tais diretrizes, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos, a seus respectivos sistemas, dando ênfase à importância de os planejamentos valorizarem, sem omitir outras regiões, a participação dos afrodescendentes, do período escravista aos nossos dias, na sociedade, economia, política, cultura da região e da localidade; definindo medidas urgentes para formação de professores; incentivando o desenvolvimento de pesquisas bem como envolvimento comunitário.

A esses órgãos normativos cabe, pois, a tarefa de adequar o proposto neste parecer à realidade de cada sistema de ensino. E, a partir daí, deverá ser competência dos órgãos executores - administrações de cada sistema de ensino, das escolas - definir estratégias que, quando postas em ação, viabilizarão o cumprimento efetivo da Lei de Diretrizes e Bases que estabelece a formação básica comum, o respeito aos valores culturais, como princípios constitucionais da educação tanto quanto da dignidade da pessoa humana (inciso III do art. 1), garantindo-se a promoção do bem de todos, sem preconceitos (inciso IV do Art. 3) a prevalência dos direitos humanos (inciso II do art. 4º) e repúdio ao racismo (inciso VIII do art. 4º).

Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo-se como ponto de partida o presente parecer, que junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional.

II – VOTO DA COMISSÃO

Face ao exposto e diante de direitos desrespeitados, tais como:

- o de não sofrer discriminações por ser descendente de africanos;

- o de ter reconhecida a decisiva participação de seus antepassados e da sua própria na construção da nação brasileira;
 - o de ter reconhecida sua cultura nas diferentes matrizes de raiz africana;
- diante da exclusão secular da população negra dos bancos escolares, notadamente em nossos dias, no ensino superior;
 - diante da necessidade de crianças, jovens e adultos estudantes sentirem-se contemplados e respeitados, em suas peculiaridades, inclusive as étnico-raciais, nos programas e projetos educacionais;
 - diante da importância de reeducação das relações étnico/raciais no Brasil;
 - diante da ignorância que diferentes grupos étnico-raciais têm uns dos outros, bem como da necessidade de superar esta ignorância para que se construa uma sociedade democrática;
 - diante, também, da violência explícita ou simbólica, gerada por toda sorte de racismos e discriminações, que sofrem os negros descendentes de africanos;
 - diante de humilhações e ultrajes sofridos por estudantes negros, em todos os níveis de ensino, em consequência de posturas, atitudes, textos e materiais de ensino com conteúdos racistas;
 - diante de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em convenções, entre outros os da Convenção da UNESCO, de 1960, relativo ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como os da Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas, 2001;
 - diante da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 3º, inciso IV, que garante a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; do inciso 42 do Artigo 5º que trata da prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível; do § 1º do Art. 215 que trata da proteção das manifestações culturais;
 - diante do Decreto 1.904/1996, relativo ao Programa Nacional de Direitos Humanos que assegura a presença histórica das lutas dos negros na constituição do país;
 - diante do Decreto 4.228, de 13 de maio de 2002, que institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas;
 - diante das Leis 7.716/1999, 8.081/1990 e 9.459/1997 que regulam os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor e estabelecem as penas aplicáveis aos atos discriminatórios e preconceituosos, entre outros, de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional;
 - diante do inciso I da Lei 9.394/1996, relativo ao respeito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; diante dos Arts 26, 26 A e 79 B da Lei 9.394/1996, estes últimos introduzidos por força da Lei 10.639/2003, proponho ao Conselho Pleno:
 - a) instituir as Diretrizes explicitadas neste parecer e no projeto de Resolução em anexo, para serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientá-los, promover a formação dos professores para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e para Educação das Relações Étnico-Raciais, assim como supervisionar o cumprimento das diretrizes;
 - b) recomendar que este Parecer seja amplamente divulgado, ficando disponível no *site* do Conselho Nacional de Educação, para consulta dos professores e de outros interessados.

Brasília-DF, 10 de março de 2004.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva – Relatora

Carlos Roberto Jamil Cury – Membro

Francisca Novantino Pinto de Ângelo – Membro

Marília Ancona-Lopez – Membro

III – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova por unanimidade o voto da Relatora.

Sala das Sessões, 10 em março de 2004.

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Presidente

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “C”, da Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Ministro da Educação em de 2004,

RESOLVE

Art. 1º - A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, bem como na Educação Superior, em especial no que se refere à formação inicial e continuada de professores, necessariamente quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais; e por aquelas de Educação Básica, nos termos da Lei 9394/96, reformulada por forma da Lei 10639/2003, no que diz respeito ao ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em especial em conteúdos de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

Art. 2º - As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas se constituem de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação das Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana têm por meta a educação de cidadãos atuantes no seio da sociedade brasileira que é multicultural e pluriétnica, capazes de, por meio de relações étnico-sociais positivas, construir uma nação democrática.

§1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto ao seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, ter igualmente respeitados seus direitos, valorizada sua identidade e assim participem da consolidação da democracia brasileira.

§2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais, tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

Art. 4º Os conteúdos, competências, atitudes e valores a serem aprendidos com a Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, bem como de História e Cultura Africana, serão estabelecidos pelos estabelecimentos de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações, diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

Art. 5º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos, planos e projetos de ensino.

Art. 6º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; as coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

Art. 7º As instituições de ensino superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 003/2004.

Art. 8º Os sistemas de ensino tomarão providências para que seja respeitado o direito de alunos afrodescendentes também frequentarem estabelecimentos de ensino que contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e não negros, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Art. 9º Nos fins, responsabilidades e tarefas dos órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, será previsto o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

§ Único: As situações de racismo serão tratadas como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988.

Art. 10 Os estabelecimentos de ensino de diferentes níveis, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino desenvolverão a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, obedecendo as diretrizes do Parecer CNE/CP 003/2004, o que será considerado na avaliação de suas condições de funcionamento.

Art. 11 Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Art. 12 Os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão para que a edição de livros e de outros materiais didáticos atenda ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004, no cumprimento da legislação em vigor.

Art. 13 Aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios caberá aclimatar as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.

Art. 14 Os sistemas de ensino promoverão junto com ampla divulgação do Parecer CNE/CP 003/2004 e dessa Resolução, atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais; assim como comunicarão, de forma detalhada, os resultados obtidos ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação e aos respectivos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, que forem requeridas.

Art. 15 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília(DF), 10 de março de 2004.